



SINGULAR®

CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

ISSN: 2596-2612

**Pluralidade,
Sensibilidade
e Transformação
nas Ciências
Humanas**

v.1 n.8 agosto/dezembro de 2025



ULBRA
PALMAS

Singular. Sociais e Humanidades
v.1, n.8, ago./dez. 2025
e-ISSN: 2596-2612
doi: <https://doi.org/10.33911/singularsh.v1i8>

Expediente

Centro Universitário Luterano de Palmas

Reitor

Me. Marcelo Müller

Direção Acadêmica

Dra. Parcilene Fernandes de Brito

Singular. Sociais e Humanidades

Editor Chefe

Dra. Parcilene Fernandes de Brito

Editores Assistentes

Dra. Irenides Teixeira

Me. Douglas Aquino Moreno

Leitura de Prova

Dra. Irenides Teixeira

Me. Thaís Gabrielly Fernandes Sousa

Me. Douglas Aquino Moreno

Normalização

Me. Thaís Gabrielly Fernandes Sousa

Comunicação

Me. Douglas Aquino Moreno

Karoliny Santiago Barbosa

Comissão Editorial

Msc. Ana Isabella Bezerra Lau Ribeiro

Dra. Irenides Teixeira

Conselho Editorial

Dr. Alexandre Bernardino Costa, UNB, Brasil
Dra. Anabela Gradim Alves, Un. Beira Interior, Portugal

Dra. Darlene Teixeira Castro, Unitins, Brasil
Dr. Edgardo L. Carniglia, Un. Nac. Rio Cuarto, Argentina

Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior, UFT, Brasil

Dr. Jorge Pedro de Sousa, Un. Fernando Pessoa, Portugal

Dr. José Lauro Martins, UFT, Brasil

Dra. Karylleila dos Santos Andrade, UFT, Brasil

Dra. Liliam Deisy Ghizoni, UFT, Brasil

Dra. Luciana Alves Tisser, Uniritter, Brasil

Dra. Luciene de Oliveira Dias, UFG, Brasil

Dra. Márcia Diegues Leuzinger - UniCEUB,

Brasil

Dra. Marluce Evangelista Carvalho Zacariotti, UFT, Brasil

Projeto Gráfico

Gabrieli Rodrigues de Azevedo

Editoração

Me. Douglas Aquino Moreno

Apoio Técnico

Guilherme Domiciano Silva

Editeda em Dezembro de 2025.

Última edição em Dezembro de 2025.

Publicada em Dezembro de 2025.

Nota da Editora: Os autores são responsáveis pela apresentação dos fatos contidos e opiniões expressas nesta obra.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)

S617 Singular. Sociais e humanidades [recurso eletrônico] / Centro Universitário Luterano de Palmas. - vol. 1, n. 8 (jan./jun. 2025-). Dados eletrônicos. - Palmas, TO: Ceulp, 2025-.

Semestral.

Modo de Acesso: World Wide Web: <<http://ulbra-br.singular/index.php/SingularSH>>

Descrição baseada em: vol. 1, n. 8 (2025).

eISSN: 2763-7026

DOI: eISSN: 2596-2612

doi: <https://doi.org/10.33911/singularsh.v1i7>

1. Ciências sociais. 2. Direitos humanos. 3. Educação. 4. Psicologia. 4. Empreendedorismo. I. Centro Universitário Luterano de Palmas. II. Ceulp.

CDU: 3(05)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Thaís Fernandes, CRB-2/1680.

SINGULAR. SOCIAIS E HUMANIDADES
CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS
Avenida Teotônio Segurado 1501 Sul
Palmas - TO CEP 77.019-900 Caixa Postal nº 85
Fone: (63) 3219 8125
email: revista.singular@ceulp.edu.br

Editorial

Prezados leitores,

A presente edição da Revista Singular: Sociais e Humanidades reafirma o compromisso com a pluralidade do pensamento científico contemporâneo, reunindo produções que dialogam com diferentes campos do saber e evidenciam a complexidade dos fenômenos sociais, culturais, educacionais, jurídicos e econômicos da atualidade.

Os artigos publicados abordam temas que vão desde reflexões epistemológicas sobre o pensamento científico e suas reinvenções, passando por práticas de supervisão clínica e metodologias ativas no contexto educacional, até análises críticas sobre currículo, infância, formação docente e direitos humanos. Destacam-se, ainda, investigações que problematizam dinâmicas socioespaciais urbanas, mercados agroalimentares alternativos, empreendedorismo feminino em contextos transnacionais e os impactos do neoliberalismo sobre a justiça social.

A edição também confere especial atenção às questões relacionadas ao acesso à justiça e ao reconhecimento das diferenças, com estudos voltados às populações indígenas, à constitucionalização da austeridade e aos desafios estruturais enfrentados por grupos historicamente vulnerabilizados. Essas contribuições reforçam o papel da revista como espaço de visibilidade científica comprometido com a equidade, a inclusão e o desenvolvimento social.

Esperamos que os artigos aqui reunidos inspirem reflexões, debates e novas investigações, fortalecendo a produção científica e reafirmando o compromisso da Revista Singular: Sociais e Humanidades com o conhecimento, a cidadania e o progresso social.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Atenciosamente,
Dra. Irenides Teixeira.

Palmas-TO, dezembro de 2025.

Sumário

A complexidade do pensamento científico contemporâneo e sua singularidade reinventiva
Ozaias Antonio Batista, Tarcísio Bezerra de Lima Júnior, Karlla Christine Araújo Souza (6 - 17)

A supervisão clínica e o paradigma multifocal em contexto universitário de atendimento a adolescentes em uma clínica dos extremos

Deise Matos do Amparo, Bruno Cavaignac Campos Cardoso, Maristela Muniz Gusmão, Alexandre Alves Costa Neto, Pedro Martini Bonaldo (18 - 31)

Afrorreferenciar o currículo e (re)viver a infância: direitos e desafios da educação brasileira
Mariana Martha Cerqueira Silva (32 - 48)

Análise da dinâmica socioespacial das áreas gastronômicas e hoteleiras em Palmas-TO nos termos do zoneamento urbano vigente

Marcos Júlio Vieira dos Santos, Camila Araújo Lanna, Izabela Jéssica Lopes de Alexandria, Janaina Maria Andrade Aires Fonseca (49 - 61)

Mercados agroalimentares alternativos: estratégia de inclusão produtiva dos agricultores familiares

Diego Neves de Sousa, Palloma Rosa Ferreira (62 - 76)

Neoliberalismo, constitucionalização da austeridade e a corrosão da justiça social

Lucas Gonçalves da Silva, Camilla Ellen Aragão Costa (77 - 96)

O direito ao acesso à justiça pelos indígenas da Ilha do Bananal/TO: do reconhecimento à diferença ao reconhecimento da vulnerabilidade

Paulo Sérgio Gomes Soares, Letícia Cristina Amorim Saraiva dos Santos Moura (97 - 111)

O uso da Metodologia Ativa DICUMBA na Construção do Conceito Científico de Célula
Arlison Silva da Silva, Everton Bedin (112 - 127)

Paulo Freire and the Basic Education Teacher Training Program (Parfor) in the Amazons
Walace Rodrigues (128 - 136)

Reflexão acerca dos Direitos Humanos e 'Acesso à Justiça'

Regina Mota Brilhante, Carlos Mendes Rosa (137 - 150)

Ressignificando o Empreendedorismo Feminino de Brasileiras na Alemanha à Luz de Martin-Barbero

Eduardo Picanço Cruz, Anna Paula Soares Lemos, Victoria Barboza de Castro Cunha, Roberto Pessoa de Queiroz Falcão (151 - 175)

A complexidade do pensamento científico contemporâneo e sua singularidade reinventiva

The Complexity of Contemporary Scientific Thought and its Reinventive Uniqueness

Ozaias Antonio Batista^a, Tarcísio Bezerra de Lima Júnior, Karlla Christine Araújo Souza.

^aInstituição de ensino superior em Mossoró. E-mail: ozaias@ufersa.edu.br.

Resumo: O presente trabalho problematiza, de forma ensaística (Benjamin, 1986; Meneghetti, 2011), a construção do pensamento científico moderno, adotando um referencial teórico-metodológico interdisciplinar que dialoga com obras da filosofia, pedagogia, antropologia, sociologia. Assim, tal problematização se dá por meio da forma e do conteúdo que compõe o presente texto, pois o mesmo foge do formato hegemonicamente adotado pelos artigos científicos, apresentando os aspectos metodológicos de uma escrita ensaística, aproximando conceitos e ideias de distintos campos disciplinares para colocar em xeque a posição de superioridade historicamente ocupada pela ciência moderna ante aos outros saberes (como os conhecimentos populares, mitológicos, da cultura tradicional), igualmente evidenciando argumentos que explicitam os limites e possibilidades intrínsecos ao conhecimento científico moderno. Com essas reflexões, novas concepções de ciência e prática científica vão emergindo, aproximando-a da condição humana – sendo esta uma característica intrínseca do sujeito da ciência em sua prática científica. A crítica a demasiada importância dada a ciência mercantilizada, permissiva e *uberizada* é posta em voga através de contrapontos de pensadores representativos de grupos étnicos invisibilizados em nossa sociedade contemporânea como Antônio Bispo e Ailton Krenak. O artigo traz a importância de fomentar-se um pensamento livre, autocritico e reflexivo, contudo includente e democrático, ético e exequível.

Palavras-chave: Pensamento Científico Moderno; Crítica à Racionalidade; Mentalidade Reinventiva.

Abstract: This paper problematizes, in an essayistic manner (Benjamin, 1986; Meneghetti, 2011), the construction of modern scientific thought. It adopts an interdisciplinary theoretical-methodological framework that engages with works from philosophy, pedagogy, anthropology, and sociology. The problematization occurs through the form and content of the present text, as it deviates from the hegemonically adopted format of scientific articles. It presents the methodological aspects of essayistic writing, bridging concepts and ideas from different disciplinary fields to challenge the historically superior position occupied by modern science in comparison to other forms of knowledge (such as popular, mythological, and traditional cultural knowledge). This also highlights arguments that elucidate the intrinsic limits and possibilities of modern scientific knowledge. Through these reflections, new conceptions of science and scientific practice emerge, bringing them closer to the human condition—an intrinsic characteristic of the subject of science in their scientific practice. The critique of the excessive importance given to commodified, permissive, and "uberized" science is highlighted through counterpoints from thinkers representing marginalized ethnic groups in contemporary society, such as Antônio Bispo and Ailton Krenak. The article emphasizes the importance of fostering a free, self-critical, and reflective thought process that is inclusive and democratic, ethical, and feasible.

Keywords: Modern Scientific Thought; Critique of Rationality; Reinventive Mentality.

1 INTRODUÇÃO

O pensamento não apenas se expressa em palavras; Ele adquire existência através delas.
Levy Vygotsky

Este artigo foi escrito de modo ensaístico, tal como preconiza Walter Benjamin (1986) e Meneghetti (2011), ensejando a liberdade sobre a forma, sobre as metáforas e alegorias, à reflexão crítica e à insubordinação ideológica. Ressalta a autonomia de seus autores que discorrem sobre o assunto da maneira como compreendem e experimentam a escrita, sem incorrer em injunção sobre a escolha de cada um.

Para Meneghetti (2011) o ensaio provoca uma maior confluência da interdisciplinaridade através dos saberes, pois:

O ensaio é importante recurso para ampliar a interdisciplinaridade e promover a construção de saberes por meio da relação intersubjetiva. Todavia, há dificuldades visíveis, devido à tendência totalitária em acreditar que o método científico é o único que pode levar ao verdadeiro conhecimento (Meneghetti, 2011, p. 332).

Está disposto de forma linear, mas não convencional e contínua. Provoca uma experiência imersiva acerca do pensamento e uma reflexão sobre o próprio pensar que não se entrega à racionalidade moderna, assim como ao tempo, que não se entrega à pressa de escrever e fazer ciência com aceleração.

Os teóricos que tratam da propedéutica do pensamento como filósofos, psicólogos, linguistas e pedagogos definem como concepção embrionária do pensamento a sua efetiva exteriorização mecânica pelo indivíduo. Afinal, um pensamento não proferido (expressado) é um pensamento inexistente.

Assim, o desenvolvimento do pensamento pelo sujeito social perpassa por estágios através de uma auto formulação do raciocínio que se desenvolve por meio de um discurso interior deste sujeito (consciência), ou seja, uma ordenação de discursos memoriais que se estruturam a fim de gerar sentido, ideia ou resposta. O pensamento, portanto, se expressa pelo discurso exterior do sujeito, após sua estruturação interior, quando então se concretiza através da fala ou escrita (Vygotsky, 2001).

Porém, o pensamento não se configura como estático ou estagnado; o mesmo se constrói com os saberes e vivências (Freire, 2016). São tais particularidades humanas que induzirão a curiosidade investigativa e o consequente processo criativo e embrionário do pensamento e suas correntes (Vygotsky, 2001; Wallon, 2008).

2 METODOLOGIA

O artigo se desenvolve através de um ensaio empírico. Problematizando, de forma ensaística, a construção do pensamento científico moderno, adotando um referencial teórico-metodológico interdisciplinar em diálogo com obras da filosofia, pedagogia, antropologia, sociologia.

No ensaio, os procedimentos de coleta e evidenciação do mundo empírico não são o centro de sustentação da sua forma. Todavia, não se nega a importância da evidência empírica como proposição elementar da produção de conhecimento. A força do ensaio está na forma como os procedimentos são questionados e não como eles se tornam verdades inerentes aos resultados que se originam dele (Meneghetti, 2011, p. 326)

Por meio desta discussão interdisciplinar das citadas ciências humanas a posição de superioridade

historicamente ocupada pela ciência moderna ante aos outros saberes é colocada em evidência com argumentos que evidenciam os limites e possibilidades intrínsecos a esse conhecimento.

Por conseguinte, essas reflexões e as novas concepções de ciência e prática científica vão emergindo, aproximando-a da condição humana, característica intrínseca do sujeito, da ciência e sua prática científica.

O texto critica a demasiada importância dada a ciência mercantilizada, permissiva e uberizada a colocando em voga através de contrapontos de teóricos e alguns pensadores representativos de grupos étnicos invisibilizados em nossa sociedade contemporânea como: Bispo e Krenak, um pensador quilombola e um pensador dos povos originários, por exemplo.

o ensaio sempre fala de algo já formado ou, na melhor das hipóteses, de algo que já tenha uma vez estado aí; pertence, pois, à sua essência que ele não destaque coisas novas a partir de um vazio nada, mas se limite a ordenar, de um modo novo, coisas que em algum momento já foram vivas (Lukács, 1911, p.23).

O artigo traz a importância de fomentar-se um pensamento imersivo, livre, autocrítico e reflexivo, contudo includente e democrático, ético e exequível.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

As ideias são dotadas de vida própria porque dispõem, como os vírus, em um meio (cultural/cerebral) favorável, da capacidade de autonutrição e de autorreprodução. Assim, os cérebros humanos e, acrescentemos, as culturas formam os ecossistemas do mundo das ideias.

Edgar Morin

Tendo, sucintamente, definido o pensamento através do seu processo construtivo e sua característica de não unicidade ou estagnação - falar-se-á sobre a sua perspectiva da maleabilidade,

adaptação e transformação ao longo do tempo. O desenvolvimento do pensamento segue a esteira histórico-social da humanidade, reproduzindo a sociedade no tempo e espaço. Desta forma, sua evolução epistemológica reflete as mudanças científicas e os avanços da produção do conhecimento na Academia: provocando, pois, o surgimento de diversas correntes do pensamento.

Para sistematizar o processo construtivo do pensamento concreto, distante de uma concepção religiosa e/ou moral vigente em sua época, René Descartes (1596 - 1650) propôs uma filosofia que ensejasse metodologia e prática à produção científica - e assim lastrear-se pela verdade refutando qualquer aspecto especulativo. Historicamente, tal perspectiva filosófica cartesiana figura como importante expressão do racionalismo e espírito crítico, tendo em vista que Descartes não estava preocupado apenas em refletir sobre a ciência, mas em buscar elementos que viabilizassem um entendimento ampliado do homem (Costa, [20--]). Daí sua preocupação em construir uma ciência da vida, a qual não estaria presa às páginas de um livro: "E resolvendo não procurar outra ciência senão a que poderia encontrar em mim mesmo, ou então no grande livro do mundo, empreguei o resto de minha mocidade a viajar..." (Descartes, [20--], p. 70-71).

Dessa forma, Descartes demonstrou que somos frutos de nossas vivências e pensamentos, as quais irão conduzir nossas reflexões sobre a vida. Principalmente porque o pensador se viu ignorante ao término de sua estadia no Colégio de *La Flèche* no ano de 1614 (Costa, [20--]), se deparando com muitas dúvidas e equívocos - mesmo não se limitando aos ensinamentos das ciências comuns à formação da época, enveredando-se também para as "... ciências curiosas e mais raras... ciências

ocultas, astrologia, magia, quiromancia..." (Costa, [20--], p. 64).

Todavia, em seu Discurso, Descartes salienta que não pretende construir regras gerais a serem seguidas, mas apresentar como orientou seu pensamento no entendimento do mundo, do homem e das coisas. Daí Costa ([20--]) salienta que a obra do filósofo não ser vista como um tratado, e sim um discurso, através do qual Descartes demonstra sua busca por uma ciência universal capaz de conduzir os homens à perfeição e à verdade.

Continuando com o debate, o filósofo italiano Giorgio Agamben (2009) traz uma reflexão singular em torno do que seria um pensador contemporâneo. Longe de estar limitado a uma temporalidade histórica, Agamben coloca que contemporâneo é o sujeito capaz de interpretar anacronicamente sua realidade por meio de pensamentos intempestivos, estando esta intempestividade não relacionada com a adesão ao tempo presente, mas ao modo como o indivíduo articula passado e presente para uma leitura que transcenda as meras reproduções da atualidade.

O anacronismo citado pelo filósofo não se trata de uma postura que desloca o sujeito de sua conjuntura, colocando-se de costas para sua realidade; e sim das aproximações e distanciamentos que o pensador estabelece entre passado e presente para leitura da realidade.

Desse modo, o olhar do pensador contemporâneo está fixo no seu tempo, embora, como colocado, articule pensamentos anacrônicos na construção de suas interpretações. Além disso, seu ângulo de visão está voltado para a escuridão, tendo em vista que enxerga os fenômenos não pelas luzes comuns a todos os olhares, mas pelo escuro – tal qual uma coruja, que a noite levanta voo em busca de alimento.

Em suas reflexões, Agamben (2009) deixa implícito: precisamos de mais pensadores contemporâneos, contudo a

presença desse sujeito seja tão rara nos tempos já vividos. Principalmente para os olhares acostumados com as luzes, os quais se tornaram incapazes de vislumbrar a escuridão, almejando de lá extrair respostas, reflexões, pensamentos que viabilizem outra cosmovisão. Partamos para o nosso voo noturno.

Ilya Prigogine e Isabel Stengers em "A nova aliança" (1991) trazem importantes reflexões em torno da construção do pensamento voltado à dessacralização da ciência, pois o autor e a autora fazem uma crítica ao modelo científico moderno clássico, classificando-o como uma construção sociocultural de determinada conjuntura específica. Isso implica em uma metamorfose cultural (Prigogine; Stengers, 1991) vivida pela ciência, uma vez que, a depender do cenário social e histórico, a comunidade científica assume um papel singular em torno dos fenômenos escolhidos para estudo – principalmente pelas sucessivas retificações inerentes à prática e ao saber científico.

Tais considerações se tornam relevantes em detrimento da ciência moderna ter vivido uma Revolução Científica (Prigogine; Stengers, 1991), assumindo uma postura mecanicista para o entendimento dos fenômenos da natureza. Com a supremacia do mecanicismo newtoniano, a natureza, apontam o autor e a autora, foi morta, sobretudo pelo controle imposto pelos cientistas ao tentar compreendê-la. Embora na história da ciência moderna o mecanicismo tenha dado lugar à mecânica quântica proposta por Albert Einstein.

Mesmo com as críticas levantadas à ciência moderna, sobretudo por ela ser apresentada enquanto saber universal, coibindo a propagação de outros conhecimentos, não se deve advogar em favor de seu descarte – uma vez que a ciência também é uma importante narrativa sobre o real; sua hegemonia epistêmica é que deve ser evitada – pois ela nunca extinguiu os riscos e as incertezas gestadas pelo mundo moderno.

George Steiner (2008) também apresenta reflexões epistemológicas, filosóficas e políticas que evidenciam os limites do conhecimento científico e da condição humana no processo de interpretação da vida. Tendo em vista que a ciência moderna, segregada internamente em disciplinas estanques, possui uma leitura limitada das diversas manifestações que circundam o homem na produção da existência.

Neste contexto, algumas reflexões surgem acerca do paradigma moderno de ciência, desenvolvido por meio da acumulação progressiva do conhecimento, isto é, uma evolução epistêmica contínua através das sucessivas construções do científico; vendo o homem enquanto ser que possui a condição natural de acompanhar os avanços da ciência na leitura do mundo.

Contudo, Steiner aponta, na esteira de Marx, "... que o Homem apenas levanta problemas que pode resolver..." (2008, p. 21), argumentando que o entendimento humano não está sujeito apenas à dimensão epistemológica, mas também biológica – uma vez que parte de sua cognição está sujeita a uma estrutura cerebral, por exemplo. Ou seja, o potencial humano também tem limites.

Com essas reflexões o autor nos convida a olharmos para trás a fim de ensaiarmos uma reaproximação entre a ciência e a filosofia, colocando em questão os aspectos epistêmicos da ciência moderna, na tentativa de reconciliar esses conhecimentos.

Certa vez Einstein, após ler a sinopse do filme "Tempos Modernos", afirmou para os seus alunos:

Por que essa magnífica ciência aplicada, que nos economiza trabalho, traz tão pouca felicidade? A resposta é simples: porque ainda não aprendemos a usá-la com sensibilidade (Brian, 1999, p. 242).

Apesar de Almeida (2012) não fazer menção ao pensamento de Einstein,

observamos aproximações entre ambos, porque semelhante a ele, Almeida problematiza as bases da ciência moderna, sobretudo em decorrência de sua lógica dicotômica, responsável por esvaziar os fenômenos de sua completude – limitando o entendimento da vida. Afastando, também, o conhecimento científico das dimensões sensível, imaginária, mítica, mágica, simbólica – presentes nas construções antropológicas.

Elaborando sua argumentação, Almeida relembra como Claude Lévi-Strauss (1908 – 2009) gostava de ser chamado: não filósofo, nem antropólogo, mas sim "astrônomo das constelações culturais" (Almeida, 2012, p. 109). Citando sua formação ampliada – que passou pela geologia, marxismo, física quântica, psicanálise –, Almeida (2012) faz menção a "Tristes Trópicos" como obra de referência que mostra uma ciência próxima à dimensão sensível.

Entre outras coisas, Almeida (2012) também nos lembra que o saber científico é produto da cultura, estando suas construções sujeitas a mudanças contingenciais; sendo necessário, portanto, a ruptura epistêmica que separa o filósofo selvagem e o cientista moderno – para outra política civilizacional: de valorização do humano, da cultura, da vida.

Morin (1999) e Bachelard (1971) também discutem aspectos relacionados com a produção do conhecimento, problematizando, cada um à sua maneira, a interlocução homem-conhecimento. O primeiro coloca o saber em uma dimensão ontológica; já o segundo, aponta obstáculos epistemológicos que deverão ser vencidos a fim de se ter um conhecimento verdadeiramente científico.

Assim, se levarmos em consideração os pressupostos bachelardianos na produção do saber científico, o homem da ciência deverá ultrapassar certos obstáculos epistemológicos a fim de obtermos um conhecimento

verdadeiramente objetivo – ou seja, fundamentado exclusivamente pela razão. Daí o filósofo advogar em favor da resistência à experiência inicial, tendo em vista que a experimentação não se trata de um saber criticamente construído; sendo necessário o pensamento passar por uma reflexão *a posteriori*.

Já Morin (1999) aponta a indissociabilidade entre a mente e o espírito, entendidas enquanto dimensões presentes no humano que trabalham de forma articulada na produção do pensar; estando o conhecimento balizado por estas capacidades inerentes ao homem.

Temos aqui duas propostas epistemológicas distintas, as quais nos viabilizam refletir em torno de aspectos filosóficos, científicos e antropológicos; deixando implícita a incompletude do humano e da ciência.

Guiada pelos pressupostos inerentes ao pensamento complexo, Almeida (2012) reflete criticamente em torno das peculiaridades que norteiam o conhecimento científico, apontando suas potencialidades e limites na produção do saber. O tom crítico aparece em sua argumentação quando ela expõe a narrativa científica marcada pela incompletude, estando sujeita, portanto, às intempéries oriundas da imprevisibilidade, inacessibilidade, desvios – todas suscetíveis de serem encontradas pelo pesquisador no exercício de sua atividade.

Por isso as conclusões científicas não estarem isentas de sofrerem influências contingenciais, as quais contribuem para o aparecimento de um

Método vivo em permanente reconstrução, capaz de articular objetividade e subjetividade. Princípios gerais que apelam e exigem criatividade, sensibilidade e inventividade do pesquisador, ao mesmo tempo em que permitem distinguir rigidez de rigor científico. (Almeida, 2012, p. 107).

Esse método vivo é experimentado quando o pesquisador entende a

incompletude, a limitação e as potencialidades da prática científica, estando ciente que os fenômenos estudados também estão em movimento, isto é, interagindo com o pesquisador.

Nesse sentido, o método na pesquisa deve servir enquanto estratégia, e não enquanto programa (Almeida, 2012), uma vez que o primeiro pressupõe a flexibilidade, o diálogo; enquanto o programa organiza-se com uma estrutura fixa, não passível de sofrer alterações durante a prática científica.

Com essa acepção, adotar estratégias metodológicas é pedir do pesquisador uma postura criativa e dialógica para construção de seu saber, uma vez que seu pensamento deve acompanhar o movimento inerente ao mundo, à vida e a cultura. Ratificando, pois, tal singularidade do pensamento complexo nas ciências sociais humanas: a sua capacidade autoreinventiva, agregadora e de adaptabilidade as variantes do tempo e espaço social.

Em sua contínua reflexão acerca da ciência moderna e sua determinação espaço-temporal, Isabelle Stengers (2006) pensa a crítica ao paradigma científico por meio de seu manifesto para a desaceleração da ciência, em busca de um outro devir capaz de repensar a “economia do conhecimento” em seus princípios de dominação e extração, e tornar esse campo do conhecimento humano aliado a um futuro mais digno para todos os seres viventes da Terra.

Considerando a transformação do pensamento, na contemporaneidade, a reivindicação de Stengers (2006), e de outros pensadores da atualidade, faz sentido pelo combate à corrida pela produtividade e inovação, mas também pela ameaça da própria extinção da espécie no planeta, uma ameaça que se consolida por meio das endemias e pandemias, pelo esgotamento dos recursos da natureza e as catástrofes naturais. É necessário pensar um

pensamento que nos traga reservas em relação à negação da própria possibilidade de vida na terra.

No livro 6 de o Método, Edgar Morin lembra que os preceitos que valiam para a ciência nascente no século XXI, não valem mais nos dias de hoje. De um saber ameaçado e marginal, a ciência conquista no século XXI, seu lugar de supremacia. De uma “aventura desinteressada” do pensamento humano, ela passa a se confundir com o próprio desenvolvimento da sociedade, ou seja, desenvolvimento científico e desenvolvimento social passam a ser sinônimos e determinantes um do outro. Se no início, ela estava em busca de um saber autônomo, no século XXI passa a se aliar com as forças políticas do Estado e os interesses econômicos (Morin, 2007) que amplia a relação da ciência com a técnica e a tecnociência.

Todos esses fenômenos promovem a disjunção dos pensamentos: do saber científico e os outros saberes, o saber científico e a ética, o saber científico e a opinião pública. Para Stengers (2006), a opinião pública não está conciliada com o papel da ciência em nossa sociedade. No geral, o público não está convencido em aceitar a “solução correta” em nome da ciência. Por isso, a autora chega à noção de um “entendimento público da ciência”, em relação a uma melhor compreensão das produções científicas e dos próprios cientistas enquanto meio de informação, a fim de constituir um meio de cidadãos exigentes capaz de impulsionar os cientistas a apresentarem resultados mais lúcidos dos problemas que dialogam com condições de interesse geral e coletivo.

Sobre o movimento de aprender a desacelerar o pensamento, segundo Bruno Latour (2020), requer aprender a não mirar em uma única direção. Uma vez instaurado o processo de desenvolvimento em direção ao progresso, não se poderia vislumbrar como possíveis os obstáculos e os retrocessos. Essa flecha do tempo caminhava em direção ao Globo, um

Globo com G maiúsculo que mira o horizonte de um saber ao mesmo tempo científico, econômico e moral. Por sua vez, Stengers (2006) afirma que quando o horizonte passa a ser situado sob o signo do progresso e do desenvolvimento, a ciência se instituiu enquanto uma “ciência rápida”, flexionada pela produtividade e respaldada por um pretenso retorno de benesses à economia da sociedade.

Ambos os autores utilizam de metáforas para nos fazer compreender este movimento.

Para Stengers (2006) esta movimentação se compara a de um exército que avança sob povos e territórios e deve eliminar tudo, pois tudo o que aparece em sua frente é visto apenas como obstáculo. Bruno Latour (2020) compara essa marcha com a de um piloto que não sabe onde aterrinar, pois todos os campos estão arruinados. O futuro com suas promessas está devastado pela “Globalização Mais”, então o piloto decide voltar para as reservas da “Globalização Menos”, mas lá não encontra o mesmo solo, apenas um território residual daquilo que foi esmagado violentamente pela modernização.

Para Antônio Bispo dos Santos (2023), no livro “A Terra Dá, a Terra Quer”, a compreensão sobre o globo e a globalização se dá em torno de uma ideia de “unificação”, ou universalização sobre todos os padrões de vida na Terra, reduzidos à definição universal do ideal do humano. Numa outra lógica de raciocínio, a técnica de unificar é vista como uma domesticação do pensamento, um adestramento dos povos, dos saberes e dos corpos. Para este pensador contra colonial, é falsa a ideia de que a globalização proporciona uma ampla convivência e uma exaltação da diversidade: de ecossistemas, de espécies, de culturas, de idiomas. Ao contrário do que é dito, globalizar significa esforço por unificar, homogeneizar: moeda única, idioma único e “mentes poucas”.

O que se percebe de fato neste processo de globalização é uma tentativa camouflada e silenciosa de rotulação das coisas e pensamentos, numa necessidade urgente de não só padronizar pessoas, movimentos e instituições, mas de reconfigurar estratos sociais sob o manto de uma pretensa globalização ou aldeia global (tal necessidade de rotulação se dá pela necessidade de controle do outro, pois quando se rotula, se caracteriza e quando se caracteriza, se controla mais facilmente). Portanto nunca foi a globalização, mas sim o controle a motivação da nova roupagem de um novo pensamento a construir.

Bruno Latour (2020) reconhece que esse paradigma que se pretendia dar acesso a uma vida mais confortável, a riquezas e emancipação das capacidades de conhecimento fundamenta-se no extermínio daqueles que são seus opositores. Na tentativa de aniquilar as críticas, os povos autóctones, primitivos, colonizados, arcaicos, foram colocados do lado de lá do “front da modernização”. Foram banidos como reacionários ao progresso e deixados para trás na linha do tempo.

Sueli Carneiro (2005) em sua tese: “A construção do outro como não-ser como fundamento do ser” aponta o epistemicídio como uma espécie de arauto destruidor de conhecimentos ancestrais. Em sua tese, a autora demonstra o processo de aniquilação do ser (sujeito social pensante) quanto elemento constituinte de uma dada sociedade. A crítica também perpassa, portanto, não só ao controle da criação do pensamento, mas também pela eliminação de pensamentos divergentes ou não somáticos ao pensamento vigente da Academia.

Do lado de cá desse front, Antônio Bispo dos Santos fala:

Se para os humanistas o “um” é o universo, para nós só há “um” porque há mais de um. Percebemos uma diferença entre ser “um” e ser único.

Enquanto para eles o “um” e o único são a mesma coisa. (Santos, 2023, p. 32).

A pressão da globalização que empurra os cientistas para trazerem respostas e soluções globais (e rotuladas). Os políticos e a política exigem das ciências respostas que salvem o planeta mediante o conjunto de ameaças e crises globais. Para Stengers (2006), à medida em que planeta, em escala global, enfrenta desastres sociais e ecológicos, as dimensões ontológicas se escancaram em meio à sua omissão.

Para encontrar essas respostas, os saberes que são mobilizados remetem aos mesmos saberes que levaram aos problemas de escala global, os mesmos que colonizaram o planeta e fabricaram a liberdade de domesticar e explorar os saberes dos outros. Conforme descreve Antônio Bispo:

Quando completei dez anos, comecei a adestrar bois. Foi assim que aprendi que adestrar e colonizar são a mesma coisa. Tanto o adestrador quanto o colonizador começam por desterritorializar o ente atacado quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhes novos modos de vida e colocando-lhe outro nome (Santos, 2023, p. 11)

Pelo prisma de quem foi colonizado, os nomes substituídos são estratégias de apagamento de uma memória e de toda uma cosmologia. Nesse sentido, Stengers (2006) reforça que o conjunto de outros saberes em menor escala deve ser acionado diante dessa ameaça comum ao planeta. O nome que é dado a esse movimento é a “ciência lenta”, como um nome dado ao desafio dirigido aos cientistas e em favor de um conjunto de saberes e práticas que foram autoritariamente submersas.

O futuro avançou e para não estagnarmos na sua linha reta, precisamos repensar o futuro. Hoje já não podemos afirmar qual será nosso futuro, nem sequer

sabemos se haverá futuro. Para Stengers (2006), a lógica do futuro já não pode mais ser associada ao progresso e ao avanço do conhecimento, porquanto, deve-se pensar na incorporação de um pensamento que leve em consideração a “incerteza radical”.

Ao analisar as grandes incertezas éticas, Edgar Morin (2007) apresenta alguns imperativos éticos que permeiam escolhas e decisões, meios e fins. A realidade planetária nos coloca no lugar de sacrificar “o essencial pelo urgente”. Contudo, não podemos perder de vista “a urgência do essencial”, se quisermos apontar soluções que tenham algum efeito. As incertezas negligenciadas levam a uma opinião pública sobre a ciência a uma confusão, uma disjunção entre fatos e valores.

A relação entre tempo e pensamento passa a ser de grande relevância, pensar em tempo ágil, pensar soluções imediatas, pensar na ausência de certezas. Para Morin (2007), diante das transformações do tempo (clima), não podemos continuar a agir como se não fosse nada, apenas adotando medidas paliativas.

Mas o tempo é crucial também para a ciência e as indústrias. A ciência precisa de tempo de maturação para sinalizar suas respostas. Por sua vez, a indústria investe em soluções rápidas, enquanto não chegam os resultados de novas pesquisas... Para essas indústrias, ganhar tempo é ganhar dinheiro por um pouco mais de tempo, disseminando a ideia de que não há outra escolha a não ser comprar suas soluções urgentes e “necessárias”.

4 CONCLUSÃO

Podemos concluir que todas essas questões conectam um “pensamento comum coletivo” da ciência com a cultura e a política de uma forma inimaginada. Para muitos, permanece a convicção de que a ciência é neutra e não tem implicações éticas, técnicas e políticas. Tal

visão, ignora os problemas gerados pelo poder de manipulação da ciência e os problemas sociais, econômicos e políticos gerados quando um pensamento se coloca hegemônico em relação aos demais. Por isso, Isabelle Stengers recomenda:

Entender-se doente significa criar um sentido do possível – nós não sabemos o que a estranha aventura das ciências modernas poderia ter sido ou o que ainda pode ser, mas sabemos que “fazer melhor” aquilo que estávamos acostumados a fazer não bastará para aprender o que precisamos. Temos que nos tornar novamente sensíveis, ao que talvez saibamos, mas de uma maneira anestesiada. (Stengers, 2023, p. 52)

Antônio Bispo também sugere outras maneiras de experimentar a relação espaço-temporal, ao invés da linha reta, convida-nos a pensar no movimento que transflui, assim como as águas:

Já nos sistemas cosmológicos, a água não refluí, ela transflui e, por transfluir chega ao lugar de onde partiu, na circularidade. Ou seja, ela vai na correnteza, encontra outras águas, fortalece-se na correnteza, mas ao mesmo tempo evapora, percorre outro espaço em forma de nuvem e chove. A chuva vai para outros lados, mas também volta para as nascentes. As nascentes saem de sua origem e vão confluindo. Confluindo e transfluindo elas evaporam e retornam em forma de chuva. (Santos, 2023, p. 50)

Hoje a inteligência pública se complexificou. Já não podemos banir as perguntas de quem faz perguntas à ciência e à política, como antes eram banidas as questões teológicas. As perguntas aumentaram e sua confluência também. Portanto, a circularidade do pensamento nos trouxe ao caminho de aqui questionarmos o papel das ciências e a construção de seu pensamento na sociedade.

Ao subvertemos a lógica natural do fluxo das coisas ao agirmos como semideuses: prospectadores de novos

mundos e planetas (Lua, Marte¹...); criadores de novas vidas (hibridização de espécies como cães, gatos, bois, cavalos, flores e alimentos); ressuscitadores de seres extintos (projeto Dodô, projeto Mamute lanoso) e da extinção de tantos outros neste momento (rinoceronte branco, leopardo nebuloso, lobo da tasmânia...) não percebemos nossa limitude significância ante a grandeza da Natureza. Ratificando o que nos fala Ailton Krenak (2020) em seu livro “Ideias para adiar o fim do mundo”:

Estamos, devagarzinho, desaparecendo com mundo que nossos ancestrais cultivaram sem todo esse aparato que hoje consideramos indispensável. Os povos que vivem dentro da floresta sentem isso na pele: veem sumir a mata, a abelha, o colibri, a formiga, a flora; veem o ciclo das árvores mudar. [...] O mundo ao redor deles está sumindo. Quem vive na cidade não experimenta isso com a mesma intensidade porque tudo parece ter uma existência automática: você estende a mão e tem uma padaria, uma farmácia, um supermercado, um hospital. Na floresta não há substituição da vida, ela flui, e você, no fluxo, sente sua pressão. Isso que chamam Natureza deveria ser a interação do nosso corpo com o entorno, em que a gente soubesse de onde vem o que comemos, para onde vai o ar que expiramos. Para além da ideia que “eu sou a natureza”, a consciência de estar vivo deveria nos atravessar de modo que fôssemos capazes de sentir que o rio, a floresta, o vento e as nuvens são nosso espelho na vida. Eu tenho uma alegria muito grande de experimentar essa sensação e fico procurando comunicá-la, mas também respeito o fato de que cada um tem a sua passagem por este mundo (Krenak, 2020, p. 98-100)

Por fim, não esqueçamos da Mão do Capital sempre ávida por se fazer valer da ciência e da sua interferência no próprio processo de criação do pensamento humano a seu favor; de mercantilizar a ciência ao sincronizá-la, estritamente, ao aspecto desenvolvimentista da economia

de tempo e produtividade do indivíduo. Ou até mesmo de *uberizar* as relações sociais e de trabalho como observa-se na atualidade com mais afinco.

Contudo, ratificamos o caráter imersivo da produção deste ensaio ao leitor, buscando abrir horizontes e resgatar o pensamento e saberes ancestrais dos povos originários como aqui exposto através de Ailton Krenak (2020) e dos saberes ancestrais africanos na figura de Bispo dos Santos (2023), estes, representantes de povos e grupos apagados ao longo da história, mas necessários numa nova proposta de reinvenção do pensar moderno, não só pelo aspecto da sustentabilidade, mas também de inserir dispositivos reconectores do Homem com seu planeta, com a sua natureza ao redor. Ao tempo que fazemos valer as palavras de Meneghetti (2011):

No ensaio, não é preciso uma conclusão no sentido tradicional; cada parte é uma conclusão por si mesma. No desenvolvimento do ensaio, são geradas as próprias conclusões para as reflexões anunciadas inicialmente em forma de questionamentos. Assim, esta parte do ensaio não é uma conclusão no sentido tradicional; apenas direciona a reflexão para pensar a realidade [...]. Ensaio não é estudo teórico, baseado em revisões teóricas que, posteriormente, vão amparar pesquisas empíricas ou reflexões conceituais, formatadas dentro da divisão clássica da ciência (Meneghetti, 2011, p. 330).

Não há nenhuma intencionalidade em negar ou contrapor pontos de vistas científicos vigentes no sentido de descartá-los sob uma égide ortodoxa de um novo pensar ou corrente de pensamento, mas, todavia, inserir uma centelha que provoque um incêndio inquietante na alma do leitor ao perceber uma consciência existencial para além das rígidas amarras da racionalidade científica moderna.

Dito isto, evidenciamos que o pensamento é algo maior que as

estatísticas produtivas, que os ganhos de lucro e tempo, que as investidas interplanetárias.

Conseguimos chegar em Marte, ao tempo que nos afastamos da essência de conexão interior com nosso próprio planeta, nossa casa. A emergência de um pensamento liberto de amarras mercadológicas e demais ideologias financeiro-políticas se faz urgente e necessário para uma imersão (ou reinvenção) do pensamento científico, por este, mais reflexivo, holístico e autocrítico sob o real papel (e da responsabilidade) da humanidade no planeta.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. "O que é o contemporâneo?" In: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ALMEIDA, Maria da Conceição de. Uma astronomia das constelações culturais. Reservas poéticas do pensamento humano. In: ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Ciências da complexidade e Educação: razão apaixonada e politização do pensamento**. Natal, RN: EDUFRN, 2012.

BACHELARD. Gaston. A psicanálise do conhecimento objetivo. In: BACHELARD. Gaston. **A epistemologia**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1971.

BENJAMIN, Walter. *Experiência e pobreza*. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Trad. Paulo Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BENJAMIN, Walter. **Documentos de cultura, documentos de barbárie**. Editora Cultrix, São Paulo: 1986.

BRIAN, Denis. **Einstein**: a ciência da vida. São Paulo: Editora Ática, 1999.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2005.

COSTA, João Cruz. "Prefácio". "Para bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências". In: DESCARTES, René. **Discurso do método**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, [20--].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar?**: como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar Tempo, 2020.

LUKÁCS, G. Die seele und die formen. Berlim: Merkur. 1911.

MENEGETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico?. **Revista De Administração Contemporânea**, [S. l.], v. 15, n. 2, 320–332, 2011.

MORIN, Edgar. Antropologia do conhecimento. In: MORIN, Edgar. **O método 3: a consciência da consciência**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1999.

MORIN, Edgar. **O método 6 – a ética**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

PRIGOCINE, Ilya; STENCERS, Isabel. **A nova aliança**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A Terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

STEINER, George. **A ciência está perto dos limites? Conferência coordenada por George Steiner**. Lisboa: Gradiva, 2008.

STENGERS, Isabelle. **Uma outra ciência é possível:** manifesto por uma desaceleração das ciências. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2006.

VYGOTSKY, Lev Semonovich. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Pontes: 2001.

WALLON, H. **Do ato ao pensamento.** Petrópolis: Vozes, 2008.



OZAIAS ANTONIO BATISTA

Professor, Pesquisador e Extensionista na área da Sociologia/Ciências Sociais vinculado ao Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). Doutor em Ciências Sociais (UFRN). Mestre e Licenciado em Ciências Sociais (UFRN). Membro do Grupo de Pesquisa do Pensamento Complexo (GECOM/UERN). Coordena de forma colegiada o Programa de Extensão Cultura, Educação e Ruralidades (UFERSA). Membro do Comitê Gestor da Educação do Campo (COGEC) e da Comissão Estadual de Acompanhamento à Política de Educação Escolar Quilombola (COEAPEEQ) - estes últimos vinculados à Secretaria de Educação do RN.

TARCÍSIO BEZERRA DE LIMA JÚNIOR

Doutorando em Ciências Sociais - Linha de pesquisa Complexidade, Cultura e Pensamento Social - PPGCS/CCLHA-/UFRN . MESTRE em História Espaços (UFRN/2020), Historiador

(UFRN/2020). Pedagogo (UFRN/2023) - Possui graduação também em Administração - com ênfase em Marketing pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (2007).



KARLLA CHRISTINE ARAÚJO SOUZA

Possui Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba com habilitação em Antropologia (2004), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba PPGS/UFPB (2006) e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba PPGS/UFPB(2010) e Pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2019). Atualmente é professora adjunta IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e Humanas PPGCISH/UERN onde exerce a função de coordenadora.

NOTAS

¹ Vide “Água líquida em Marte: a importância dessa descoberta ”. Disponível em: < <https://jornal.usp.br/actualidades/agua-liquida-em-marte-qual-o-tamanho-dessa-descoberta/> >. Acessado em 07 de jun. 2024.

² Vide “Projeto para recriar o mamute lanoso”. Disponível em: < <https://jornal.usp.br/actualidades/projeto-para-recriar-mamute-pode-contribuir-com-o-meio-ambiente-e-preservacao-de-especies/> . Acesso em: 7 jun. 2024.

³ Vide “RNA do lobo da Tasmânia extinto é reencontrado”. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/rna-de-tigre-da-tasmnia-extinto-e-recuperado-pela-primeira-vez/> . Acesso em: 7 jun. 2024

A supervisão clínica e o paradigma multifocal em contexto universitário de atendimento a adolescentes em uma clínica dos extremos

Clinical supervision and the multifocal paradigm in a university context of adolescent care at a clinic for complex cases

Deise Matos do Amparo^a, Bruno Cavaignac Campos Cardoso, Maristela Muniz Gusmão, Alexandre Alves Costa Neto, Pedro Martini Bonaldo.

^aUniversidade de Brasília. E-mail: deise.amparo.matos@gmail.com.

Resumo: O artigo apresenta a experiência de supervisão clínica em um serviço universitário voltado ao atendimento psicoterapêutico de adolescentes situados na chamada “clínica dos extremos”, marcada por intensos traumatismos e atuações violentas. Utilizando o paradigma multifocal, o estudo propõe uma ampliação do enquadre da supervisão, que ultrapassa os limites técnico-formais da formação em psicologia clínica. A metodologia adotada inclui a análise de um estudo de caso e a observação do funcionamento grupal em supervisão. Destaca-se a importância da supervisão em grupo como espaço de contenção, elaboração, transferência e construção coletiva de sentido, permitindo que o terapeuta sustente sua função clínica diante de pacientes que atacam o enquadre e o vínculo. A presença de múltiplos supervisores amplia as possibilidades interpretativas e ajuda a manejar os efeitos da transferência sobre o grupo e o supervisor. Conclui-se que, para casos situados nos extremos da clínica, a supervisão deve operar como função analítica complementar e criativa, sustentando a capacidade de pensar do terapeuta e favorecendo a construção de novas simbolizações a partir de experiências limites.

Palavras-chave: Psicanálise; Supervisão Clínica; Saúde Mental; Psicologia; Adolescentes.

Abstract: The article presents the experience of clinical supervision in a university-based service aimed at providing psychotherapeutic care to adolescents situated within the so-called “clinic of extremes,” marked by intense traumas and violent acting-out. Using the multifocal paradigm, the study proposes an expansion of the supervision framework, going beyond the technical-formal boundaries of clinical psychology training. The adopted methodology includes the analysis of a case study and the observation of group dynamics during supervision. The importance of group supervision is highlighted as a space for containment, countertransference elaboration, and collective meaning-making, allowing the therapist to sustain their clinical function when facing patients who attack the therapeutic setting and the therapeutic bond. The presence of multiple supervisors broadens interpretative possibilities and helps manage the effects of the transference on both the group and the supervisor. The study concludes that, for cases situated at the extremes of clinical practice, supervision must operate as a complementary and creative analytic function, supporting the therapist’s capacity to think and fostering the construction of new symbolizations from limited experiences.

Keywords: Psychoanalysis; Clinical Supervision; Mental Health; Psychology; Adolescents.

Submetido em: 28/06/2025.
Aceito em: 30/09/2025.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho descreve a experiência de supervisão feita em um serviço escolar universitário de psicoterapia destinado a adolescentes situados na “clínica dos extremos” (Estellon; Marty, 2012), a partir da utilização do paradigma multifocal. O atendimento desses casos demanda uma ampliação do escopo do espaço de supervisão e atuação clínica.

Assim, propomos o planejamento do enquadre de supervisão para além de requisitos técnico-formais já estabelecidos para formação básica do psicólogo clínico nos cursos de graduação em psicologia, no período dos estágios supervisionados, conforme a resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 05/2025 (Brasil, 2025). Inicialmente, será feita uma breve introdução ao que chamamos de “clínica dos extremos”. Depois, trataremos de alterações de enquadre da supervisão que consideramos importantes para o atendimento destes casos difíceis, marcados pela violência, pelo traumático e pela intensidade transferencial. Por último, ilustra-se a proposta a partir de um estudo de caso, tratando de um modelo de atuação clínica à partir do paradigma multifocal.

2 METODOLOGIA

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo-exploratório, fundamentada na experiência de supervisão clínica em um serviço-escola universitário voltado ao atendimento psicoterapêutico de adolescentes situados na chamada “clínica dos extremos”, no contexto de um projeto de pesquisa, extensão e estágio – VIPAS (Violências e Psicopatologias na Contemporaneidade: Diagnóstico e Intervenção) integrando uma Clínica Escola de Psicologia e o Ambulatório de Psiquiatria de um Hospital Universitário.

O grupo funciona há nove anos acolhendo “casos difíceis” com ideação de

suicídio, escarifarão, comportamentos auto e hetero agressivos, dentre outros. Os adolescentes e jovens adultos, atendidos pelo grupo na Clínica Escola de Psicologia, são encaminhados aos Ambulatórios de Psiquiatria de adolescentes e de adultos com diagnóstico de transtorno de personalidade em atendimento psiquiátrico pelo Hospital Universitário.

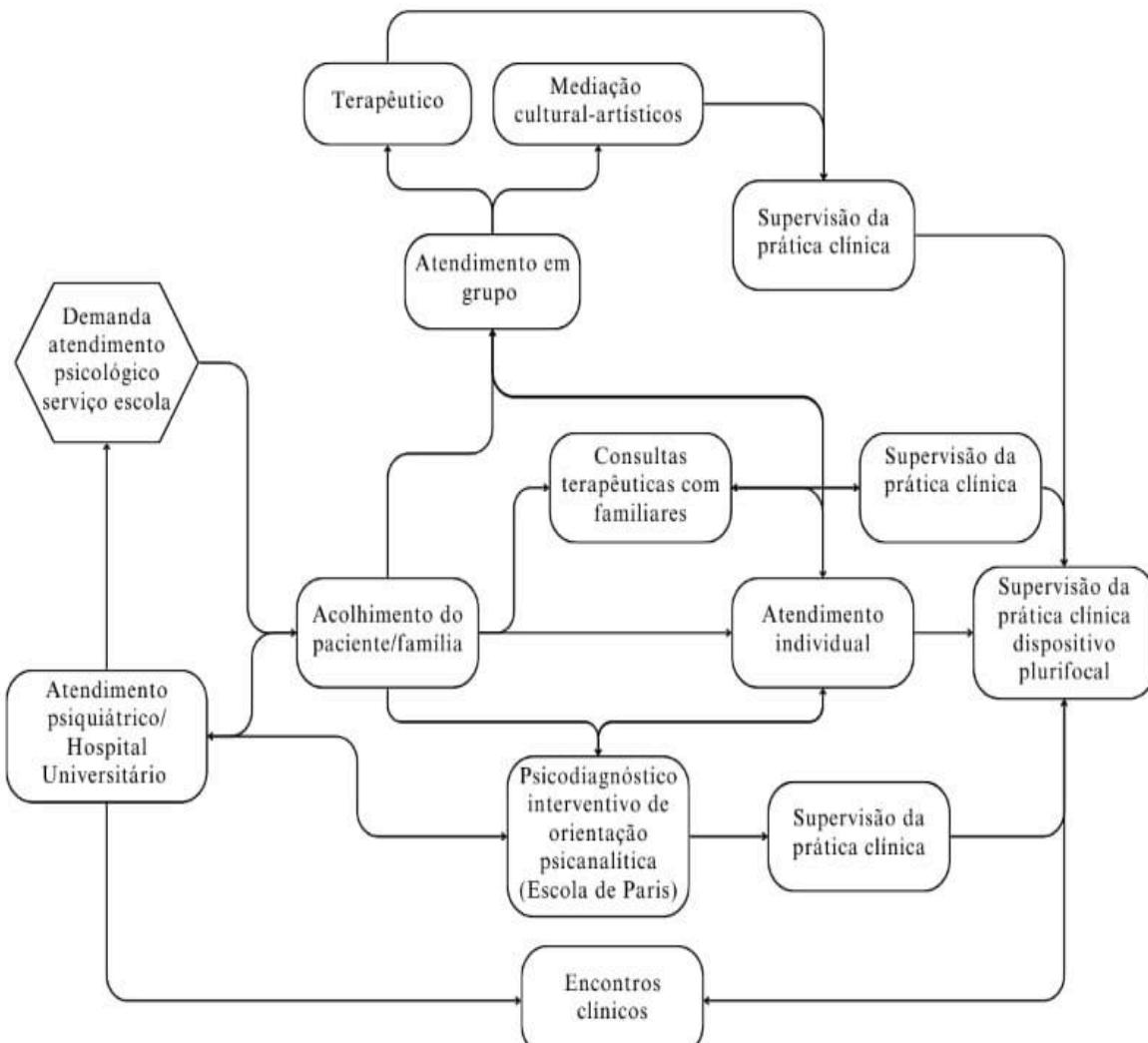
A supervisão geral é porta de entrada de pacientes e familiares no grupo. Essa supervisão ocorre, com encontros semanais de três horas, integrando alunos de graduação em Psicologia, mestrandos, doutorandos, profissionais voluntários e quatro supervisores com formação psicanalítica – sendo um deles a coordenadora do projeto e supervisora principal dos atendimentos individuais. Durante o período de férias acadêmicas, embora os encontros de supervisão sejam suspensos, os supervisores permanecem de sobreaviso para eventuais emergências nos casos em andamento.

O atendimento dos adolescentes ocorre em um modelo plurifocal, com acompanhamentos individuais, consultas terapêuticas familiares, atendimentos psiquiátricos, psicodiagnóstico intervencional e grupos terapêuticos, em uma estrutura plurifocal de atendimentos diferenciados e organizados de forma a possibilitar a integração e discussão do caso. As supervisões específicas são organizadas de acordo com a modalidade de atendimento: individuais, em grupo e do psicodiagnóstico intervencional. Além disso, eventualmente, ocorrem reuniões conjuntas com a equipe da psiquiatria, denominado escuta clínica, promovendo uma interlocução interdisciplinar com discussão de casos que são acompanhados pelo VIPAS na Clínica Escola de Psicologia e no Hospital Universitário, pela psiquiatria.

Abaixo segue na Figura 1 o fluxo dos atendimentos no dispositivo plurifocal (Jeammet, 1997; Amparo; Moraes; Alves, 2020; Amparo *et al.*, 2025) realizados pelo grupo para melhor visualização da

proposta.

Figura 1 – Dispositivo de atendimento do VIPAS – Modelo Plurifocal



Fonte: Amparo *et al.*, 2025.

A proposta metodológica das supervisões tem como base os fundamentos da psicanálise de matriz epistemológica de Freud, Ferenczi, Winnicott e da psicanálise trasmatricial (Ferenczi, 1992; Winnicott, 1991; Kaës, 1991; Figueiredo; Coelho JR, 2018) com ênfase na escuta, na construção do caso e na reflexão sobre a posição do sujeito frente à clínica, considerando o cuidado e a presença sensível dos terapeutas em formação. A experiência da supervisão privilegia o acolhimento das inquietações dos estagiários diante da complexidade das demandas clínicas dos adolescentes.

promovendo um espaço de elaboração e implicação subjetiva no processo formativo (Birman, 2006; Gonçalves; Jorge, 2012).

Para a elaboração deste artigo, foram utilizados registros reflexivos produzidos ao longo dos encontros de supervisão — como relatos de experiência, anotações de campo e memórias descritivas dos atendimentos —, sempre resguardando o sigilo e o anonimato das situações clínicas mencionadas. A análise do material se constituiu a partir de reflexões críticas e subjetivas advindas da experiência

compartilhada no grupo de supervisão.

O estudo respeitou as diretrizes éticas estabelecidas pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016), assegurando a proteção dos dados, o anonimato dos envolvidos e a preservação da confidencialidade dos atendimentos clínicos. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética (número 80033224.5.0000.5540).

3 A CLÍNICA DOS EXTREMOS

A clínica dos extremos é definida como o campo da clínica psicanalítica cujo traumatismo é um elemento central. A exposição da pessoa a traumas múltiplos ou extremos põe em risco o senso de continuidade da vida e leva a construção de identidade do sujeito ao limite (Amparo; Moraes; Alves, 2020). Neste sentido, a atuação violenta funciona como uma estratégia de sobrevivência (Roussillon, 2005), sendo a “desafetação” um resultado da clivagem como meio de sobrevivência e consequente “mortificação” ou “autotomia” (automutilação) de partes do Self (Figueiredo; Coelho JR, 2018). Nestes casos, o excesso pulsional decorre do traumatismo não elaborado, que não pode ser contido e tende a ser escondido pelas atuações violentas, hetero e autoagressivas. O ato é resultado do transbordamento dos afetos impossíveis de serem elaborados, assim como ocorre nas somatizações e alucinações (Green, 2008). Trata-se de uma “clínica da sensível” (Amparo; Moraes; Alves, 2020) que cobra dos terapeutas uma capacidade de operar para além do campo verbal, embora isto não retire a importância da palavra nestes tratamentos. Porém, cabe ao terapeuta também captar, para traduzir, as dimensões sensoriais que tanto permeiam o funcionamento destes pacientes. O sensorial pode se apresentar na transferência, que muitas vezes é marcada por ataques do paciente ao enquadre e ao terapeuta.

Partimos do pressuposto que o atendimento desses “casos difíceis” solicita alterações não apenas no enquadre clínico, mas também no enquadre de supervisão nos contextos da Clínica Universitária. Tais alterações foram pensadas para permitir que o terapeuta atue a partir de uma função de continência e por meio da escuta sensível do caso. A seguir trataremos de alguns elementos deste enquadre.

4 UMA PROPOSTA GRUPAL DE ENQUADRE NA SUPERVISÃO DE CASOS DIFÍCEIS

Para listar algumas alterações que consideramos fundamentais, citaremos inicialmente a proposta de montagem da supervisão como uma “tela de sonhos”, cujo objetivo é restituir a capacidade do terapeuta de sonhar o caso. Esta restituição da capacidade de pensar do terapeuta pode se tornar possível a partir do empréstimo do psiquismo dos supervisores, e do grupo, como função de continência e para-excitacão complementar à capacidade de pensar do clínico. Almeja-se que o grupo e os supervisores atuam como objetos reflexivos da experiência do terapeuta (Roussillon, 2019), refletindo a sua experiência junto ao caso.

A supervisão é feita em grupo, com a participação dos estagiários e dos membros psicólogos da equipe, não apenas devido a critérios institucionais-educacionais, mas também visando alguns outros objetivos, sendo estes:

1. Incentivar a contribuição dos demais terapeutas do grupo na escuta flutuante dos casos, de forma a produzir material e favorecer a contribuição destes “outros terceiros” quanto aos casos relatados.
2. Exercitar um “treino de escuta”, cujo efeito poderá ser útil na atuação dos terapeutas ouvintes frente a seus próprios casos: Isto porque os terapeutas ouvintes deverão

para-excitar os elementos resultantes do relato do terapeuta, construindo (e reconstruindo) um enquadre interno de contenção e transformação dos elementos não pensados que foram transmitidos pelo relato. Para além desta “atividade-treino” aos ouvintes, este processo visa a criação de material útil ao terapeuta, para que este possa filtrar, conter e transformar o excesso pulsional sentido por ele na contratransferência. O terapeuta pode assim contar com a capacidade de pensar do grupo. No espaço da supervisão, o terapeuta que relata o caso e os terapeutas ouvintes treinam juntos as funções analíticas e reflexivas que são operadas *in loco* no atendimento dos casos: para-excitar, conter e transformar.

3. Produzir material que pode ser selecionado pelos supervisores e servir de ponto de partida e ampliação para a construção reflexiva dos próprios supervisores sobre os casos. Trataremos deste ponto, na seção seguinte.

Como estes casos são marcados fundamentalmente por traumatismos precoces e potencialmente desorganizadores da capacidade de simbolização, essa dificuldade por parte do paciente, pode resultar em atuação (acting out) na sessão e na transferência. São comuns ataques ao enquadre e a capacidade de pensar do terapeuta, como uma forma de comunicar o que não pôde ser simbolizado (Roussillon, 2012). Além disto, o espaço terapêutico pode servir de descarga do excesso pulsional decorrente desta “dessimbolização em ato”. Da parte do terapeuta, esta intensidade transferencial, com repetidas atuações do paciente, dentro e fora da sessão, podem resultar na saturação da sua capacidade de pensar. Este fenômeno tende a causar reações emocionais intensas no terapeuta e o predispor para a atuação constransferencial.

Em um determinado momento de uma das supervisões, o terapeuta relatou: “penso vinte-quatro horas por dia nesta paciente” (Amparo *et al.*, 2025). Esta fala revelou a intensa “pré-ocupação” que este caso causava, pelas inúmeras tentativas de suicídio e gravidade do caso, mesmo

quando ela não operava a partir de sua ocupação de terapeuta.

O relato do caso comunicou ao grupo a intensa preocupação da estagiária, o que permitiu que ela e o grupo refletissem sobre o lugar do psicólogo quanto a sua ocupação terapêutica, e sobre o grande espaço que esta paciente cobrava na vida psíquica da estagiária em formação. Ficou então evidente que esta era uma posição transmitida pela paciente, por identificação projetiva, à terapeuta.

Esta era uma demanda que surgia de uma necessidade primitiva da paciente e “colava” na vida psíquica da terapeuta. Por mais que a paciente suscitasse uma preocupação materna primária (Winnicott, 2000), estado que é normal de ser vivido pela mãe saudável em relação a seu bebê recém-nascido, o relato do caso ressoou no grupo, que pôde para-excitar (limitar) esta demanda, para contê-la e transformá-la em um postulado: “preciso de um outro que se ocupe vinte quatro horas por dia de mim, se não, posso não sobreviver”. A enunciação disto pelo grupo e supervisores nomeou a angústia transmitida e ajudou a terapeuta a desiludir-se deste lugar materno primário concreto.

Como resultado disto, o grupo e a estagiária puderam entender a comunicação da paciente frente a um desamparo radical e precoce diante de seu objeto primário, uma experiência tão precoce que foge ao campo da memória e da linguagem: aquilo que não pode ser simbolizado, é mostrado (Roussillon, 2012) ou mesmo transmitido e sentido na relação contratransferencial. Aos poucos uma mãe sempre “pré-ocupada” nas suas outras ocupações, se transformou em uma terapeuta ocupada nos cinquenta minutos de sessão, mesmo que ainda pudesse ser capaz de deixar algum espaço livre para proteção do enquadre interno e reflexão das comunicações da paciente sobre as experiências dela.

Apesar de mais de meia década desde o relato deste caso, quando escutamos reações contratransferenciais nas quais o terapeuta fica excessivamente “pré-ocupado”, o relato acima continua a nos servir como um objeto reflexivo, tendo esta vinheta clínica se tornado uma história conhecida pelos membros do grupo. Este caso clínico, assim como tantos outros, nos servem como vacina, e remédio, frente a reações transferidas que com o tempo fomos aprendendo que são comuns em certos casos, o que ilustra o caráter fundamentalmente clínico deste modelo de grupo de supervisão.

5 O GRUPO REFLEXIVO E CONTINENTE

Dando continuidade à discussão da clínica dos extremos e à proposta de um enquadre grupal na supervisão de casos difíceis, temos como objetivo aprofundar a função continente e reflexiva dos grupos, tanto na experiência terapêutica com pacientes marcados pelo traumatismo quanto na experiência de supervisão com terapeutas afetados por essa clínica.

Para Bion (1976), a constituição do psiquismo ocorre a partir de uma função continente primeiramente intersubjetiva, que progressivamente se torna intrapsíquica. Essa passagem depende da presença de um objeto – inicialmente materno – que possa receber, transformar e devolver de forma compreensível os elementos sensoriais brutos que invadem o psiquismo nascente. Em outras palavras, é por meio de um outro reflexivo que o sujeito aprende a se autorrefletir, a pensar e a simbolizar sua experiência emocional.

Os casos que integram a clínica dos extremos se caracterizam exatamente por uma falha nesta etapa fundadora: os pacientes não contam, ou não contaram, com um objeto suficientemente bom que exercesse essa função reflexiva e transformadora. Isso resulta em uma dificuldade na simbolização de experiências emocionais primitivas, que retornam sob a forma de atos, ataques ao

enquadre e intensas reações transferidas. O excesso pulsional, fruto do traumatismo não elaborado (Green, 2008), é descarregado no corpo (por meio de somatizações, mutilações, tentativas de suicídio) ou no outro (atuando ou impondo ao terapeuta vivências emocionais intensas e confusas), o que evidencia a urgência de um espaço terapêutico que funcione como continente para essas vivências.

Neste ponto, a proposta grupal de enquadre na supervisão revela-se como uma tentativa de restaurar essa função continente e reflexiva, não apenas ao paciente, mas ao terapeuta. Quando este se vê tomado por uma contratransferência saturada e por uma “pré-ocupação” constante com o caso, o grupo funciona como um *terceiro continente*, capaz de metabolizar junto a ele o excesso pulsional recebido na clínica. O grupo de supervisão torna-se, assim, um verdadeiro “objeto reflexivo” (Roussillon, 2019), capaz de devolver ao terapeuta o sentido da experiência vivida, às vezes nos extremos, tal como este deve buscar fazer com seu paciente.

A dimensão reflexiva, portanto, não diz respeito apenas à verbalização racional de conteúdos psíquicos, mas à possibilidade de tornar sensível e simbolizável o que ainda não pôde ser representado. Como afirmam Winnicott (1991) e Bion (1994), é a presença do outro como espelho emocional que permite o desenvolvimento da autorreflexão. Da mesma forma, o grupo com pacientes em estados limites pode exercer essa função espelhante, permitindo que fragmentos de si retornem ao sujeito, agora como representações simbólicas possíveis de serem apropriadas.

A proposta de grupo de supervisão na clínica dos extremos, portanto, visa restaurar esse caminho: oferecer uma experiência intersubjetiva na qual o outro (ou os outros) possam receber, transformar e devolver as vivências do sujeito, permitindo o acesso gradual à

simbolização e à elaboração psíquica.

Em consonância com essa lógica, o grupo de supervisão também se posiciona como um dispositivo de contenção e transformação. Ele se torna necessário não apenas para compreender o caso, mas para ajudar o terapeuta a sustentar sua função analítica. Como foi mostrado na vinheta da terapeuta que se dizia ocupada “vinte e quatro horas” com a paciente, o grupo refletiu, interpretou e devolveu à terapeuta a experiência de uma demanda materna primária transmitida pela paciente. Essa devolução operou uma transformação simbólica: a terapeuta pôde diferenciar sua função técnica de um investimento afetivo totalizante e se reposicionar enquanto profissional.

Segundo Roussillon (2019), a “matéria-prima psíquica” é formada na interseção entre sujeito e objeto e carrega em si uma complexidade multidimensional. Para que o sujeito a compreenda, é preciso que essa matéria seja refletida. Mas os espelhos disponíveis – o outro, o terapeuta, o grupo – também são opacos, pois têm sua própria subjetividade. Assim, trabalhar no grupo de supervisão é também trabalhar com esse jogo de reflexos parciais, onde o que se devolve ao sujeito nunca é idêntico ao que foi transmitido, mas é potencialmente transformador.

Portanto, tanto no trabalho com pacientes quanto na supervisão de terapeutas, a função do grupo como continente e espelho é fundamental. Ele atua como espaço de ressurgência emocional e simbólica, permitindo que fragmentos do self possam ser recolhidos, elaborados e integrados. Isso é especialmente vital na clínica dos extremos, onde a violência, o trauma e a atuação desafiam os limites do simbolizável e exigem do outro – terapeuta ou grupo – uma função psíquica ampliada, sensível e criativa.

6 O PAPEL DOS MÚLTIPLOS SUPERVISORES E O PARADIGMA MULTIFOCAL NA ESCUTA CLÍNICA

Tirésias, famoso adivinho da mitologia grega, é personagem em várias tragédias, pois teria vivido por seis gerações, tendo vivido parte de sua vida como mulher e a maior parte como homem. Mesmo que tenha ficado cego, devido a uma maldição lançada sobre ele como vingança, por ele ter visto o que não deveria ter visto, a falta da visão, consequência de sua *Hybris* (excesso), não o impediu de continuar exercendo o seu *Pathos* (*paixão*), o papel de oráculo. Podemos inferir que Tirésias sabe sem ver e que ele, ou ela, transita entre diferentes identificações.

Mesmo que o papel de supervisor seja profundamente distinto do ofício de oráculo ou de adivinho mágico-mitológico, o supervisor também busca, tal como Tirésias, ser capaz de intuir o caso que ele não vê. Além disto, ele deve circular por diferentes identificações, que no caso do supervisor, não se resumem a dicotomia masculino e feminino da mitologia de Tirésias: o supervisor circula entre as diferentes identificações, por vezes inconciliáveis, como as posições de professor/avaliador, psicólogo, paciente, pesquisador ou adepto de uma ou outra teoria, isto para situarmos a questão das identificações apenas no âmbito profissional. A circulação ou fixação entre estas diferentes identificações fazem parte da história de cada supervisor, porém a fixação em uma delas, assim como a resistência em relação a outras, pode diminuir o escopo da escuta. Por exemplo, o excesso de peso sobre a avaliação e nota do terapeuta na disciplina acadêmica pode revelar um sobreinvestimento do supervisor na função de professor, o que tende a induzir a uma transferência negativa nos terapeutas, que podem passar a omitir os impasses vividos por eles junto a seus pacientes. A fixação na figura de psicólogo, pode transformar o grupo de supervisão em um grupo

terapêutico. A fidelidade do supervisor por um autor ou temática, pode tornar um outro autor em um escritor maldito. E assim por diante. Como tentar contornar este impasse?

Talvez, o próprio supervisor possa se beneficiar de pares nesta função de escuta dos relatos dos casos. Isto pode não ser essencial nas supervisões profissionais individuais ou mesmo nas supervisões acadêmicas de casos que se ocupam de neuroses mais comuns, se estas não forem tão intensas quanto ao impacto transferencial. Em alguns contextos, o emprego de múltiplos supervisores é inviável por questões práticas e materiais das instituições de ensino. Porém, contar com múltiplos supervisores pode ser útil quando o impacto transferencial dos casos alcança tamanha intensidade que periga transbordar para o grupo e soterrar o supervisor.

Poderíamos falar do intenso impacto da “transferência da transferência”, dos casos para o grupo (ou subgrupos), dos casos e do grupo para o supervisor e da supervisão para o caso. Quando muito intensa, a transferência impacta o supervisor e desorganiza o grupo, distorcendo a escuta de ambos e diminuindo o fator benéfico da supervisão para o pensar do caso. Teríamos aí um impasse. Esta “catástrofe da simbolização” do supervisor e do grupo acerca à transferência pode ativar uma ou outra identificação nestes atores, causando uma “cegueira” sobre outras identificações e sobre aspectos importantes do caso, o que pode aumentar a possibilidade de clivagem do grupo, induzindo a destrutividade e ruptura entre os subgrupos e entre o grupo e o supervisor.

Além disto, o que o analista pode acrescentar acerca do que escuta de um caso? Green (1999) afirma que isto surgiria a partir do que o analista leu, do que ele viveu na sua própria análise e na cultura, e do que ele é capaz de criar, mesmo apesar de tudo isto. Esta última fonte, a criatividade, talvez seja a mais valiosa, pois

remete a capacidade criativa de “construção”.

Em “Construções em Análise”, Freud (1996) utiliza a metáfora da arqueologia: frente as ruínas, o arqueólogo deve deduzir o que antes havia ali. De modo similar ao arqueólogo, o analista trabalha mais com artefatos, do que com fatos, e frequentemente parte de “construções” que emergem de hipóteses tiradas das ruínas. Transpondo este modelo para a supervisão, surge a questão sobre quais seriam estas “ruínas”. De onde parte o supervisor? Sobre qual o material ele inicia suas associações e construções do supervisor acerca de um caso?

Neste sentido, múltiplos supervisores, quando bem alinhados, podem se retroalimentar do ponto de vista associativo, ampliando o escopo de sua “visão” sobre o caso, complementando os artefatos produzidos por cada um deles, de modo a fornecer ao terapeuta “construções coletivas”, com maior grau de complexidade e valor polissêmico. Ainda, múltiplos supervisores podem ainda melhor entender as manifestações que surgem do grupo, selecionando, captando e traduzindo tais manifestações transferenciais e verbais.

Por último, devemos considerar que o planejamento de um paradigma de supervisão grupal, exige o manejo do grupo e da transferência que emana dele. A identificação das transferências grupais, assim como o manejo do grupo, podem ser facilitados pelo enquadre com múltiplos supervisores. É importante salientar que a ideia de “múltiplos” supervisores abarca a constância destes atores quanto a presença nas supervisões ao longo do tempo e envolve um combinado hierárquico, apesar das transferências entre eles, estas que são naturais não sendo maléficas ao funcionamento do grupo, desde que os supervisores estejam também suficientemente conscientes sobre a transferência entre eles. No caso do grupo que descrevemos, trata-se de quatro supervisores, tendo um deles o

papel central e hierárquico no plano acadêmico-institucional, no planejamento das atividades e na tomada de decisões mais sensíveis.

7 O PARADIGMA MULTIFOCAL APLICADO AO CASO DA “MENINA QUE ROUBAVA HISTÓRIAS”

O paradigma multifocal envolve um trabalho que ocorre em várias frentes. No caso em questão, além do atendimento individual, a “menina que roubava ideias” e sua família participaram das consultas terapêuticos, que visaram o melhor entendimento do caso e orientação familiar. Além disto, foi aplicado o Psicodiagnóstico Interventivo de Orientação Psicanalítica, que privilegia a reflexão do grupo de supervisão por meio da aplicação de técnicas projetivas e entrevistas.

Como recentemente colocou um terapeuta participante do grupo de supervisão, os projetivos podem ser cristais que permitem ver através de alguns elementos impossíveis de serem observados à olho nu. Este procedimento é avaliativo e interventivo, ou seja, visa ajudar a adolescente a refletir sobre suas questões, e serve de objeto reflexivo ao grupo de supervisão e à terapeuta que acompanha a psicoterapia individual. Assim, a supervisão deste caso partiu de um material oriundo de diversas fontes para a elaboração das construções do grupo de supervisão e da terapeuta, o que esperamos que possa vir a ampliar a capacidade de reflexão da adolescente sobre suas questões. Ainda, este material, oriundo de diferentes fontes, permitiu que o grupo de supervisão pudesse se debruçar sobre diferentes visões transferenciais: escutamos relatos a partir da transferência da terapeuta individual, ouvimos relatos dos terapeutas que conduziram as consultas terapêuticas e observamos o caso a partir do “prisma cristalino” das técnicas projetivas e das palavras da psicóloga que conduziu o

psicodiagnóstico interventivo. Várias visões sobre um mesmo objeto, cada olho versando sobre uma parte, de modo a permitir a junção e síntese de um todo, sem perder de vista a especificidade de cada análise.

Por exemplo, nas consultas terapêuticas, os pais relataram que a adolescente frequentemente “matava aula”. Também disseram que ela “roubava” a história dos outros e “inventava muito”. Curioso que a adolescente apresentasse um sintoma de cleptomania, ela “roubava”. Nas associações foi lembrado por um dos supervisores um caso de uma criança que roubava brinquedos (objetos bons) dos coleguinhas. Esta criança havia perdido a mãe. Esta criança teve a mãe roubada dela. Então, ela roubava.

Quanto ao caso da “menina que roubava histórias”, o material aponta de diversas maneiras para o sentimento de vazio, para uma infância permeada pela separação do objeto primário e pela angústia branca. A adolescente foi separada da mãe. Não teve lugar, nem antes de ter a mãe roubada de si, nem depois, no novo lar. O ambiente não constituiu uma pele de para-excitacão e protecção. Em resultado disto, ela foi exposta a múltiplos traumatismos. Seja na síntese do Rorschach, nas imagens do TAT, nos fragmentos da história relatada pelos responsáveis por ela, na transferência em relação a terapeuta ou nos elementos que emergem no grupo de supervisão, era recorrente a forte angústia de separação, assim como o vazio sentido por ela, elementos estes que apareciam de diversas formas, nos múltiplos dispositivos. Alguns do grupo associaram sobre o conceito de Falso Self de Winnicott, e então nos perguntamos onde o famoso psicanalista inglês escreveu isto. E assim, o grupo rouba de Winnicott, ou melhor, pega um objeto bom deste autor de empréstimo, para servir de objeto reflexivo e ajudar na tradução de um elemento criptografado perdido na associação da terapeuta e da adolescente.

Ainda, a adolescente conta que matava aula em um “laguinho”, junto a um amigo, que não sabemos se é real ou não. Difícil esquecer Freud (1996) colocando os artefatos em maior grau de importância que os fatos, neste ponto. Então, a adolescente diz que este amigo teria falecido, mas que ela continua indo ao lago mesmo assim, pois isto a lembra dele. Imaginário ou não, este amigo é agora imaginário. Facilmente me vem à cabeça a cena do filme “Meu primeiro amor”, um clássico da “sessão da tarde”. Impossível que ela tenha roubado esta história? Ou seria possível?

Isto menos importa do que constatar que este relato ativa a lembrança de uma infância perdida. Talvez seja disto que esta adolescente esteja falando, sem saber o que significa. Além disso, o “primeiro amor” não deixa de ser um amor perdido, referimos ao objeto primário neste ponto, e a angústia de separação de Green (1988) ou a fantasia da “pele arrancada” de Anzieu (1988), nos casos nos quais a separação do objeto primário é traumática. Estaria esta adolescente falando, sem saber, sobre a sua história de separação do objeto primário, que a faz ficar sozinha no laguinho.

Quanto ao abuso que ela foi acusada de cometer, estaria ela roubando a história dos roteiros de filmes pornográficos que ela viu junto a alguns adultos de seu entorno? Seria isto uma compulsão a repetição? Ela própria foi vítima de abuso sexual. Facilmente veem à cabeça que, independentemente da veracidade desta acusação de abuso, esta adolescente rouba histórias. Ela mimetiza, na ineficácia dos processos de identificação, ela parece não incorporar, e então imita.

A mimetização é presente nas histórias do TAT e em um relato da terapia individual, segundo o relato da terapeuta, a adolescente se apropriou de um famoso “meme” do momento. Porém, não poderia o próprio “meme” atuar como um objeto reflexivo cultural? No “meme” em questão, há uma latente culpabilização das gerações

anteriores que justificaria a interrupção da generatividade. Pois então, esta adolescente “tem fome” de objetos reflexivos, e na falta das pessoas, se apega aos referentes culturais, que por não serem pessoas, podem apenas servir de objeto de imitação. O vazio é tamponado pelo roubo e imitação. O trabalho terapêutico será capaz de transmitir o dom de “criar-encontrar”? Cenas dos próximos capítulos. As construções propostas pelo grupo de supervisão visam atuar como objeto de reflexão do terapeuta frente ao caso. Tal como peças de um quebra cabeça ainda com muitas partes faltantes, o encaixe de um conteúdo pode ser apenas provisório e servir de apoio para o vislumbre de uma montagem que ainda está por vir a ser.

8 CONCLUSÃO

O paradigma multifocal de atendimento dos casos aliado ao enquadre de supervisão grupal parece ser uma estratégia eficaz para o atendimento de casos situados na “clínica dos extremos”, por funcionar como um dispositivo atuante na função de para-excitação e continência, e manejo grupo, fatores que podem resultar no desenvolvimento de uma escuta sensível dos terapeutas junto aos casos limites.

A instituição da supervisão como uma “tela de sonhos” revelou sua potência em restituir a capacidade de pensar dos terapeutas. O empréstimo do psiquismo do grupo e dos supervisores atuou como uma função de continência e para-excitação complementar, permitindo que os estagiários processassem e metabolizassem o impacto emocional e a complexidade dos relatos clínicos. A escuta flutuante coletiva incentivada no grupo gerou um material rico e diversificado, oferecendo múltiplas perspectivas sobre os casos e enriquecendo a compreensão dos fenômenos transversais e contratransferenciais em jogo.

O "treino de escuta" não apenas beneficiou o terapeuta que apresentava o caso, ao oferecer um espaço de contenção e transformação do excesso pulsional sentido na contratransferência, mas também capacitou os terapeutas ouvintes a aprimorarem suas próprias habilidades de escuta e manejo clínico em seus respectivos atendimentos. A possibilidade de contar com a capacidade de pensar do grupo se mostrou um recurso valioso para filtrar, conter e transformar as intensas reações emocionais despertadas pelos pacientes.

A análise do caso da "menina que roubava histórias" ilustra vividamente a aplicação do paradigma multifocal na supervisão. A utilização de diversas fontes de informação – atendimento individual, consultas terapêuticas com a família e o Psicodiagnóstico Interventivo com técnicas projetivas – proporcionou uma visão multifacetada da dinâmica da adolescente e de seu mundo interno.

Os "cristais" dos projetivos, como metaforicamente descrito por um dos terapeutas, permitiram vislumbrar aspectos da experiência da paciente que escapariam a uma observação unívoca. A articulação das diferentes perspectivas transferenciais – da terapeuta individual, dos terapeutas da família e da psicóloga do psicodiagnóstico – enriqueceu a compreensão da angústia de separação e do vazio que permeavam a história da adolescente, manifestando-se de diversas formas nos diferentes dispositivos clínicos.

A intervenção do grupo de supervisão, ao associar o sintoma de "roubar histórias" com a perda do objeto primário e ao evocar o conceito de Falso Self de Winnicott, demonstra a potência da construção coletiva de sentido. O "roubo" de Winnicott, ou melhor, o empréstimo de um objeto teórico pertinente, serviu como ferramenta reflexiva para auxiliar na tradução de elementos criptografados na comunicação da paciente.

A reflexão sobre a possível apropriação da história do filme "Meu Primeiro Amor" e a associação com a angústia de separação e a fantasia da "pele arrancada" ilustram a capacidade do grupo de supervisionar de operar em um nível simbólico profundo, conectando o relato da paciente com referenciais teóricos e experiências emocionais universais. A identificação da "fome" por objetos reflexivos na paciente e seu apego à referências culturais como "memes" abrem caminho para a reflexão sobre o papel do terapeuta em oferecer o "dom de criar-encontrar".

A presença de múltiplos supervisores se confirmou como um fator relevante para o manejo da complexidade da transferência e da contratransferência, tanto no nível individual do terapeuta quanto no nível grupal. A possibilidade de diferentes olhares e interpretações complementares enriqueceu a compreensão dos casos e ajudou a mitigar os efeitos da "transferência da transferência". A circulação dos supervisores entre diferentes identificações, embora desafiadora, demonstrou ser crucial para evitar fixações que pudesse limitar a escuta clínica. A consciência da transferência entre os próprios supervisores e o estabelecimento de um combinado hierárquico claro se mostraram importantes para a manutenção da funcionalidade do grupo.

Em suma, os resultados desta experiência de supervisão sugerem que o paradigma multifocal, aliado a um enquadre grupal com múltiplos supervisores, oferece um dispositivo potente para o desenvolvimento de terapeutas capazes de sustentar a escuta sensível e a função analítica diante da intensidade e das particularidades da "clínica dos extremos". A supervisão opera, nesse contexto, como uma função analítica complementar e criativa, sustentando a capacidade de pensar do terapeuta e favorecendo a construção de

novas simbolizações a partir das experiências limites vivenciadas pelos adolescentes, jovens adultos e seus terapeutas. A riqueza do material clínico analisado e as discussões geradas no grupo de supervisão reforçam a importância de espaços de reflexão coletiva e da articulação de diferentes perspectivas teóricas e clínicas para o enfrentamento dos desafios complexos apresentados por essa população específica.

REFERÊNCIAS

- AMPARO, D. M.; MORAES, R. A.; ALVES, A. C. Adolescentes nos limites e a clínica do sensível como dispositivo psicoterapêutico. In: AMPARO, D. M.; MORAES, R. A.; ALVES, A. C. (org.). **Adolescência: psicoterapias e mediações terapêuticas na clínica dos extremos**. Brasília: Technopolitik, 2020.
- AMPARO, D. M.; COSTA NETO, A. A.; MENEZES, N. P.; CHIANELLI, A. L. P.; ALVES, A. C. O. **Adolescência contemporânea e a clínica dos extremos: proposição de um dispositivo clínico**. In: AMPARO, D. M.; COSTA NETO, A. A.; MENEZES, N. P.; CHIANELLI, A. L. P.; ALVES, A. C. O. **Adolescência: clínica, educação e dispositivos**. Curitiba: Appris, 2025. v. 1, p. 15–33.
- ANZIEU, D. **O eu-pele**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1988.
- BION, W. R. **Evidence**: Clinical seminars and four papers. London: Karnac, 1976.
- BION, W. R. **Estudos psicanalíticos revisados**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade**: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n.º 510, de 7 de abril de 2016**. Brasília: MS/CNS, 2016.
- BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. Resolução CPF n° 5, de 3 de fevereiro de 2025. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 236, 19 fev. 2025.
- ESTELLON, V.; MARTY, F. **Clinique de l'extreme**. Amand Colin: Paris, 2012.
- FERENCZI, Sándor. Confusão de línguas entre os adultos e a criança: o idioma da ternura e da paixão. In: FERENCZI, Sándor. **Escritos psicanalíticos**. Trad. Paulo Cesar Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 134–145.
- FIGUEIREDO, L. C.; COELHO JR., N. **Adoecimentos psíquicos e estratégias de cura: matrizes e modelos em psicanálise**. São Paulo: Blucher, 2018.
- FREUD, S. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: FREUD, S. **Escritos sobre a técnica psicanalítica (1911-1915)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras completas, v. 12).
- FREUD, S. Construções em análise (1937). In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GONÇALVES, T. M. L.; JORGE, M. A. B. **Supervisão em psicologia**: perspectivas e desafios contemporâneos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.
- GREEN, A. **Narcisismo de vida, narcisismo de morte**. São Paulo: Escuta, 1988.
- GREEN, A. **Um psicanalista engajado**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- GREEN, A. **Orientações a uma psicanálise contemporânea**. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

JEAMMET, P. Intérêt de l'approche multifocale dans les conduites de dépendance. **Nervure - Journal de Psychiatrie**, [S. l.], v. 10, n. 8, p. 47-52, 1997.



DEISE MATOS DO AMPARO

Psicóloga. Professora Associada do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília, com doutorado sanduíche pela Université Jules Verne - França. Pós-doutorado pela Université Paris V e Paris XIII. Membro da Rede Internacional de Pesquisa em Métodos Projetivos e Psicanálise (Réseau International de Recherche in Méthodes Projectives et Psychanalyse), Coordenadora do Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos - CAEP / UnB. Coordenadora e Supervisora do VIPAS - Violências e Psicopatologias na Contemporaneidade: Diagnóstico e Intervenção.

KAËS, R. **A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

ROUSSILLON, R. Las situations extrêmes et la clinique de la survivance psychique. In: FURTOS, J.; LAVAL, C. (org.). **La santé mentale en actes: de la clinique au politique**. Toulouse: Éres, 2005. p. 221-238.

ROUSSILLON, R. As condições da exploração psicanalítica das problemáticas narcísico-identitárias. **ALTER – Revista de Estudos Psicanalíticos**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 7-32, 2012.

ROUSSILLON, R. **Manual da prática clínica em psicologia e psicopatologia**. São Paulo: Blucher, 2019.

WINNICOTT, Donald W. **O medo do colapso e outros ensaios clínicos**. Trad. Lúcia Feitosa. Rio de Janeiro: Imago, 1991

WINNICOTT, D. W. A preocupação materna primária. In: WINNICOTT, D. W. **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000. p. 399-405.

WINNICOTT, D. W. **Jeu et réalité**. Paris: Gallimard, 1971.



ALEXANDRE ALVES COSTA NETO

Possui doutorado em Psicologia Clínica e Cultura (2021) e mestrado (2013) pelo PPGPsicCC-UnB. Atualmente, é psicólogo clínico do Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos (CAEP/IP/UnB). Tem experiência na área de Psicologia, atuando, principalmente, nos temas de Psicanálise, Psicopatologia, Intervenção em Crise e Extensão Universitária. Supervisor do VIPAS - Violências e Psicopatologias na Contemporaneidade: Diagnóstico e Intervenção. Vice Coordenador do Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos - CAEP / UnB.



BRUNO CAVAINAC CAMPOS CARDOSO

Psicólogo formado pela Universidade de Brasília (2013), possui doutorado (2022) e mestrado (2015) pelo PPGPsicCC-UnB. Tem experiência na área de Psicologia, atuando, principalmente, nos temas de Psicanálise, Psicopatologia e Métodos Projetivos. Atua como supervisor do Vipas (Violências e Psicopatologias na Contemporaneidade), psicólogo clínico e professor universitário (IESB-DF).



PEDRO MARTINI BONALDO

Doutor em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília – UnB (2025), com etapa de Doutorado Sanduíche realizada na Universidade de Borgonha (França, 2024). Especialista em Saúde Mental pela Escola Superior de Ciências da Saúde – ESCS, por meio do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental do Adulto (2016-2018). Graduado, licenciado e bacharel em Psicologia pela Universidade de Brasília – UnB (2014).



MARISTELA MUNIZ GUSMÃO

Psicóloga clínica. Psicanalista. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (UnB). Supervisora do Vipas/UnB - Violências e Psicopatologias na Contemporaneidade.

NOTAS

¹Projeto de Pesquisa e Extensão VIPAS – Violências e Psicopatologias na Contemporaneidade: Diagnóstico e Intervenção aprovado no Edital Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação N.º 0001/2024.

Afrorreferenciar o currículo e (re)viver a infância: direitos e desafios da educação brasileira

Afro-referencing and (re)living childhood: rights and challenges of Brazilian education

Mariana Martha Cerqueira Silva^a.

^aUniversidade Federal de São Carlos. E-mail: marianaayo27@gmail.com.

Resumo: Este ensaio teórico coloca em diálogo estudos da infância e da educação das relações étnico-raciais. A defesa de uma perspectiva teórica afrorreferenciada reivindica atenção a um referencial curricular pouco explorado, que dignifica heranças histórico-culturais de matriz africana e faz frente a fundamentos eurocêntricos e adultocêntricos. A discussão das relações étnico-raciais no campo curricular destaca o direito das crianças a acessar uma educação de caminhos educativos pluriversos. O referencial teórico revisita o sentido de infância e é colocado em diálogo com normativas obrigatórias que orientam o planejamento curricular de escolas e sistemas de ensino no Brasil. A argumentação central propõe problematizações epistemológicas e éticas sobre a perspectiva eurocêntrica que pauta o conceito de infância e o referencial teórico das pedagogias escolares. Ao final, defende-se uma proposta curricular que reescreva os sentidos da infância inspirada por referencial teórico afrocentrado.

Palavras-chave: Infância; Educação das Relações Étnico-raciais; Afrocentricidade; Currículo.

Abstract: This theoretical essay establishes a dialogue about childhood and education of racial and ethnic relations. The defense of an Afro-referenced theoretical perspective demands attention to a poorly explored curricular reference that dignifies historical-cultural heritages of African origin and confronts Eurocentric and adult-centric foundations. The discussion of ethnic-racial relations in the curriculum field highlights children's right to access education through pluriverse educational pathways. The theoretical framework revisits the meaning of childhood and is placed in dialogue with mandatory standards that guide the curriculum planning of schools and education systems in Brazil. The central argument proposes epistemological and ethical problematization about the Eurocentric perspective that guides the concept of childhood and the theoretical framework of school pedagogies. In the end, a pedagogical proposal that rewrites the meanings of childhood is defended and inspired by an Afro-centered theoretical framework.

Keywords: Childhood; Education of Racial and Ethnic Relations; Afrocentricity; Curriculum.

Submetido em: 18/07/2024.

Aceito em: 30/09/2025.

1 INTRODUÇÃO

A escrita deste texto nasce motivada pela palestra “Africanidades, escola, infância” que proferi no curso “Educação Infantil Antirracista” oferecido pelo Núcleo

de Educação e Estudos da Infância da UFSCar campus Sorocaba, em 2020. A comunicação teve como objetivo compartilhar reflexões sobre a compreensão da infância e da educação escolar por meio de uma perspectiva

afrorreferenciada.

A escolha pelo ensaio teórico se dá pela natureza reflexiva e interpretativa que a abordagem deste texto sugere (Meneghetti, 2011). O conteúdo abrange o mesmo núcleo temático da palestra e se apoia no direito universal à educação de qualidade e combate a todas as formas de preconceito e discriminação, expressos em diversas convenções e legislações nacionais e internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), a Constituição Federal do Brasil (Brasil, 2016) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996).

As seções colocam em diálogo estudos da infância (Canen, 2000; Tomás, 2011) e da educação das relações étnico-raciais (Cavalleiro 1998; Souza, 2016; Santiago, 2014) numa perspectiva afrorreferenciada (Santos Jr., 2019a; 2019b). Os argumentos estão ancorados em três pontos: primeiro a defesa de uma educação escolar afrorreferenciada como um direito público de toda população brasileira, sobretudo da população negra, o maior grupo étnico-racial do Brasil. Segundo, compreender a infância em afroperspectiva para fazer (re)viver o sentido da infância na educação escolar e para qualificá-la positivamente, ampliando as possibilidades de existência das infâncias, sobretudo das crianças negras. Terceiro, sobre a eleição explícita e intencional de uma proposta pedagógica de educação infantil que evidencie o combate ao racismo.

A primeira seção localiza a discussão das relações étnico-raciais na área da Educação, especificamente nos campos do currículo e movimentos sociais. A segunda seção define o sentido de afroconceber as infâncias e promove um debate conceitual em diálogo com orientações curriculares brasileiras (Brasil, 2004, 2006, 2009, 2017). A terceira seção revisita a concepção de infância fazendo frente a fundamentos eurocêntricos e adultocêntricos (Ariès, 1978; Piaget 1973;

Vygostky 1993). E, em vista de defender caminhos pluriversos para elaboração de currículos, a quarta seção qualifica o sentido de afrorreferenciá-los. Finalmente as considerações finais propõem reescrever os sentidos da infância, positivando as experiências escolares das crianças negras, apoiada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER) (Brasil, 2004), e inspirada por referenciais teóricos afrocentrados.

2 EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

No Brasil, a educação das relações étnico-raciais (ERER) compreende os processos educativos desenvolvidos com vistas a reparar e reconhecer desigualdades, combater o racismo e demais injustiças sociais decorrentes e valorizar aspectos histórico-culturais de grupos sociais vitimizados pelo racismo. Nesta seção, o resgate histórico sobre esse debate localiza os conceitos de raça e racismo na Educação, especificamente nos campos do currículo e dos movimentos sociais.

O currículo pode ser compreendido como um espaço político de disputa de poder nas sociedades ocidentais. Esta afirmação remonta a considerações pautadas pela Teoria Crítica, perspectiva que destacou as tensas relações existentes entre educação e capitalismo, evidenciando o debate sobre relações de poder por meio da perspectiva econômica (Oliveira; Sussekind, 2017). O debate de Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido* (1968) é um clássico exemplo dessa discussão. Contudo, o movimento negro norte-americano inserido nas discussões da Teoria Crítica, questionou a limitação da perspectiva econômica para análise das relações de poder. A crítica residia em destacar a exclusão da desigualdade étnico-racial como um elemento analítico.

É nesse sentido que se inaugurou a Teoria Racial Crítica, concebida na intersecção entre raça e propriedade privada (Silva, 2021).

Outro núcleo conceitual que principiou o debate sobre relações étnico-raciais e que ganhou notoriedade no campo do currículo foram os Estudos Culturais (Hall, 1997). Nessa perspectiva, a centralidade da cultura é concebida como um elemento analítico de processos sociais, políticos e econômicos. Também a identidade étnico-cultural de grupos e pessoas, é compreendida como elemento indispensável para as análises das relações sociais.

Em suas vertentes mais críticas, as teorias multi e interculturais, oriundas dos Estudos Culturais, destacam a pertinência do debate das relações de poder entre os grupos étnico-raciais, para promoção de um diálogo criativo e construtivo entre grupos distintos, com vistas a construção de sociedades equitativas (Apple, 2016; McLaren; Torres, 1995; Walsh, 2009). Nesta seara, a perspectiva da interculturalidade crítica, por exemplo, destaca o processo de desaprender e reaprender, até chegar à reconstituição de outras ordenações, que incidam sobre estruturas de poder, como o racismo (Candau; Oliveira, 2010). Nesse sentido, além de estabelecer uma imbricação direta com as demandas dos movimentos sociais, sobretudo do movimento indígena sul-americano, a interculturalidade crítica nos traz em conta que vivemos em uma sociedade colonizada, vista e criada sob lógicas ocidentais (Silva, 2021).

No campo dos movimentos sociais, por sua vez, alguns movimentos negros brasileiros elaboraram propostas pedagógicas que avançaram as discussões sobre poder e educação para além das perspectivas econômicas. Reivindicações negras da década de 1970, denunciaram tanto o ideal de branqueamento expresso em livros didáticos e práticas pedagógicas escolares, quanto a ausência do enfoque sobre a história da população negra como

sujeito ativo da história nacional. A Pedagogia Interétnica e a Pedagogia Multirracial, implantadas em Salvador e no Rio de Janeiro, respectivamente, são propostas que incluíram conteúdos relativos às relações étnico-raciais na (re)estruturação de seus planos educativos (Lima, 2004, 2009).

Finalmente, com o início do século XXI, a histórica atuação e representatividade política do movimento negro brasileiro, com apoio do Governo Federal, pautou e politizou debates sobre raça e racismo no campo do currículo, por meio do âmbito legislativo. Na área da Educação, houve inclusão de políticas, programas e ações orientadas à valorização e incorporação de componentes históricos e culturais de matriz africana no currículo das instituições educativas. A obrigatoriedade da inclusão da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos diversos níveis e modalidades da Educação Básica, que está em vigor desde 2003 por meio da Lei 10639/03, tornou esse ordenamento social um direito das crianças e um dever do Estado. Juridicamente, alterou o art.26-A e incluiu o art. 79-B na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996). E, com a promulgação da Resolução 1/2004, a qual institui as DCNERER (Brasil, 2004), os programas de formação inicial e continuada de professores também passaram a responder a essa normativa.

Esse arcabouço legislativo da ERER no Brasil, encontra justificativa em experiências de vida das populações negras e indígenas que estão, social e historicamente, marcadas pelo racismo. O Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (AFRO-CEBRAP), em parceria com a Porticus, lançou em 2023 o estudo “Desigualdades Raciais e Primeira Infância”. Dentre as diversas estatísticas esse estudo comprovou que em todas as regiões brasileiras a matrícula das crianças negras

em creche é menor que a das crianças brancas. Neste caso, a região Sul é a que apresenta a maior taxa de desigualdade. Além das crianças brancas serem maioria nas creches, os dados demonstram que elas também acessam esses espaços mais cedo do que as crianças negras.

Esse cenário evidencia que, apesar dos esforços e conquistas legislativas, a realidade não é ainda tão próspera para as crianças negras. Por isso, as instituições de Educação Infantil têm de estar em toda parte e reconhecer sua função social de transformação de seus espaços educativos em lugares de afeto, acolhimento e representatividade. Nesses contextos a socialização entre as crianças permite a “[...] convivência entre iguais e diferentes e suas formas de pertencimento, [...]” (Brasil, 2006, p. 35).

As diferentes dimensões de cuidar e educar que percorrem as atividades pedagógicas da Educação Infantil, como o afeto, a relação com a família, a religiosidade e a socialização, precisam considerar marcadores histórico-culturais da população negra, trazendo as referências desse grupo e sua herança ancestral africana para o cotidiano escolar, incluindo as abordagens curriculares. Essa atuação é promotora da construção de uma identidade étnico-racial negra e de sentimentos de pertença social positivos.

3 ENTRE DIREITOS E DESAFIOS

Se pautarmos a argumentação deste ensaio pela área do Direito, a inclusão da ERER pode ser mobilizada como um direito público subjetivo e coletivo da população brasileira. O termo subjetivo, especificamente,

Trata-se de uma capacidade reconhecida ao indivíduo em decorrência de sua posição especial como membro da comunidade, que se materializa no poder de colocar em movimento normas jurídicas no interesse individual. Em outras palavras, o direito público subjetivo confere ao indivíduo a possibilidade

de transformar a norma geral e abstrata contida num determinado ordenamento jurídico em algo que possua como próprio. A maneira de fazê-lo é acionando as normas jurídicas (direito objetivo) e transformando-as em seu direito (direito subjetivo) (Duarte, 2004, p. 113).

A conquista da ERER em âmbito legislativo, como norma obrigatória a ser cumprida por todas as escolas situadas em território nacional, permite que cada um dos estudantes brasileiros demande conteúdos de história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar. Trata-se, portanto, de um direito subjetivo.

No que se refere ao direito coletivo, consideram-se que histórias e culturas africanas e afro-brasileiras são constituidoras da identidade social de todas as pessoas educadas em território nacional. Isso porque, conforme afirma Silva (1995), as africanidades brasileiras são as raízes da cultura brasileira que têm origem africana e fazem parte da realidade do país. Isto é, referem-se tanto ao modo de ser, de viver e de organizar lutas quanto às marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do cotidiano local.

Heranças histórico-culturais de matriz africana constituem o patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico do Brasil, afirmam as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) (Brasil, 2009). Nesse sentido, as influências do tronco linguístico africano bantu e iorubá, por exemplo, atribuem especificidades à língua portuguesa falada no Brasil. As manifestações populares brasileiras como as celebrações carnavalescas e a procissões religiosas têm ritmos e musicalidades permeadas por heranças africanas. Organizações sociais coletivas fundadas no período colonial brasileiro, como os quilombos e as irmandades religiosas são evidências de uma tecnologia ancestral, herdada de África (Nascimento, 1994) Nessa

perspectiva, toda e qualquer pessoa que resida ou tenha sido educada em território nacional será, de alguma forma, influenciada por africanidades brasileiras, já que se trata de um elemento sócio-histórico, constituidor da identidade nacional. Por isso, é pertinente reconhecer que esse legado se trata de um direito coletivo das pessoas educadas no Brasil. Conforme afirmam as DCNERER,

A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana **não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros**, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática. (Brasil, 2004, p. 17, grifo nosso)

No que se refere aos desafios educacionais, o enfrentamento ao eurocentrismo merece destaque. A produção de conhecimento elaborada e pensada por pensadores europeus e para o contexto europeu, que busca um alcance universal dessas produções para contextos sócio-políticos diversos, como o brasileiro, é entendida como eurocêntrica. Muitas pesquisas em ERER apontam que as produções eurocêntricas compõem, ainda hoje, boa parte do referencial teórico do currículo escolar (Régis, 2018; Silva, 2021). Contudo, o legado histórico-cultural que constituiu e constitui a identidade étnico-racial brasileira é fortemente demarcado por heranças de matriz indígena e africana. Disso decorre a obrigatoriedade da promoção de uma educação que supere o privilégio da perspectiva eurocêntrica, como base referencial curricular.

A manutenção do conservadorismo do legado eurocêntrico na Educação é uma forma de resistência que se organiza não apenas no cotidiano escolar, mas nas políticas curriculares. Em vista de retificar a pertinência do legado histórico-cultural africano e afro-brasileiro, colocando em xeque o privilégio eurocêntrico, evidenciam-se idas e vindas

governamentais no que se refere às orientações curriculares produzidas pelo Ministério da Educação (MEC). Em 2006, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, o MEC publicou o manual Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Escrito por especialistas em ERER esse manual justifica, explica e exemplifica o trabalho sobre relações étnico-raciais e história e cultura africana e afro-brasileira, divididos por níveis de ensino, incluindo a Educação Infantil.

Uma década depois, em 2017, o MEC publicou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No que se refere à Educação Infantil, o documento não nomeia a dimensão das relações étnico-raciais e apresenta uma abordagem superficial e generalista ao retomar o discurso da diversidade, desconsiderando o viés propositivo das políticas de ações afirmativas para o combate ao racismo. Ao destacar o campo de experiência “O eu, o outro e o nós” o documento afirma que nas experiências escolares das crianças pequenas elas devem “[...] valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos.” (Brasil, 2017, p. 40). Vale destacar que reconhecer as diferenças não implica, necessariamente, problematizar e politizar as desigualdades.

Assim, para contrapor-se ao legado eurocêntrico e dar vazão à politização histórico-cultural das heranças africanas no currículo escolar, advogamos o conceito de afrorreferenciar o currículo. Afrorreferenciar significa eleger centralidades ontológicas e epistemológicas de matriz africana como um referencial teórico-conceitual. Molefi Asante (2016) afirma que a população negra em diáspora, isto é, a população negra localizada fora do continente africano, está deslocada do centro de si. Este autor considera que para além das forçosas e violentas desterritorializações geográficas, estas pessoas foram

convocadas a deslocarem-se de valores e preceitos que compunham suas subjetividades. O conceito de afrocentricidade prevê que pessoas negras possam mobilizar uma busca por si, mediada por referências africanas. Esse conceito ancora a proposta de afrorreferenciar o currículo. E, encontra respaldo ético, político e jurídico nas políticas de ações afirmativas, as quais têm como meta garantir o direito dos negros de se reconhecerem na cultura nacional.

No campo das políticas educacionais no Brasil, as DCNEI (Brasil, 2009) determinam que creches e pré-escolas devem assumir a responsabilidade de tornarem-se espaços privilegiados de convivência, de construção de identidades coletivas e de ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas, promovendo equidade de oportunidades educacionais no que se refere ao acesso aos bens culturais. Além do campo legislativo, esse empenho curricular em pluriversar o currículo precisa encontrar reflexo no campo da formação inicial e continuada de professores, posto que o investimento permanente na qualificação e no aprimoramento da atividade docente é tarefa fundamental (Gatti, 2014).

Assim, afrorreferenciar o currículo se apresenta como um desafio à formação de professores e atividades docentes voltadas à educação das infâncias porque pressupõe alterações curriculares implicadas em ordenar um processo de justiça social que reclama a necessidade de manter e recuperar a centricidade em ancestralidades, histórias e culturas de matriz africana (Asante, 2016), ressaltando como isso é decisivo para a construção de uma identidade étnico-racial negra positiva.

3.1 Afroconceber as infâncias

Na canção *Filosofia do Samba* (1971), o compositor brasileiro Antonio Candeia Filho, popularmente conhecido por Candeia (1935-1978), ampliou o sentido

das palavras cego e mudo. “Cego é quem só vê onde a vista alcança [...] mudo é quem só se comunica com palavras”. Nesses versos, o músico nos convoca a recuperar um elemento fundante ao processo de educação – a cosmopercepção. Esse conceito africano, cunhado pela cientista Oyèrónké Oyèwùmí (2022), é utilizado para elucidar como as distintas dimensões corpo-sensoriais se relacionam com a mente. Nesse sentido, aprender é um ato que congrega o sentir, o experienciar e o abstrair, em um movimento interrelacional.

As DCNEI (Brasil, 2009) e teorias curriculares que pensam educação das crianças, como a pedagogia montessoriana por exemplo, reconhecem a categoria das experiências infantis como uma dimensão importante ao processo de aprender. As perspectivas afrorreferenciadas que pautamos neste ensaio, por sua vez, evidenciam a cosmospercepção (Oyèwùmí, 2022) como um elemento característico da condição humana. Na perspectiva da aprendizagem, tal processo vai além da educação de crianças pequenas. A cosmopercepção é, por assim dizer, um processo de aprendizagem vitalício.

Conforme apontam estudos de Renato Santos Jr. (2019a, 2019b), compreender a infância por meio de um referencial teórico-conceitual afrocentrado, isto é, afroconceber a infância, implica em demarcá-la como um estado de vida imanente aos seres humanos. A argumentação desse autor nega a infância como uma fase da vida que se localiza apenas no presente das crianças e no passado dos adultos. No Brasil, manifestações culturais de matriz africana exemplificam essa concepção. Em muitos daqueles contextos, a ação de brincar, bastante relacionada à infância, torna-se também um marcador cultural da vida adulta. Nessas manifestações os personagens brincantes são mestres populares que dominam, lideram e ensinam sobre o universo de brincadeiras

tradicionais afro-brasileiras e indígenas como o cacuriá, o bumba-meу-boi e o maracatu.

Na área da Educação, quando abordamos historicamente a infância, é pertinente registrar que, por muito tempo, a literatura científica dedicou à criança um não-lugar dentre as identidades que compunham as sociedades (Ariès, 1978). Contudo, ao longo do século XX ganharam força estudos clássicos sobre a infância (Vygostky, 1993; Piaget 1973). Tais estudos tanto determinavam o período etário correspondente à esta fase da vida quanto buscavam compreender o processo de desenvolvimento humano. O reconhecimento de características psicossociais relacionadas ao tempo da infância foi um passo grandioso. Por outro lado, o isolamento de determinadas características humanas associadas, exclusivamente, à esta fase da vida é uma limitação dessa compreensão de infância. Será que a aprendizagem por meio da oralidade e da musicalidade é uma característica apenas da infância?

No que se refere à determinação dessa fase da vida, é importante considerar que respaldos jurídicos que determinam medidas de apoio e proteção à infância, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990) e as próprias DCNEI (Brasil, 2009), precisam demarcar um início e fim para essa etapa, a fim de que possam regular boas condições de vida a quem se encontra na infância. A questão que se coloca não põe em questionamento tais determinações legais, o que se quer tensionar são as formas como as relações intergeracionais concebem o sentido de infância. Em outras palavras, por que os adultos, responsáveis por essas crianças, nem sempre reconhecem a infância fora do espaço-tempo que vai dos 0 aos 5 ou 6 anos de idade? Nas escolas da educação básica do Brasil por exemplo, muitas crianças recém-chegadas ao ensino fundamental, têm negligenciadas suas experiências infantis: há pouco ou nenhum

espaço para aprender por meio da corporeidade; para fantasiar o mundo projetado pelo poder da oralidade; para ativar memórias ancestrais manifestas por meio da musicalidade; para incentivar a ludicidade como espírito potencializador de suas existências. O sentido de infância vai sendo relegado a um lugar secundário e inferior e, aos seres resistentes, atribui-se a negativa conotação de “infantis”.

Afroconceber as infâncias transcendem essa realidade porque permite reconhecer o caráter imanente da infância em todos os estágios da vida. Características como ludicidade e corporeidade, nessa perspectiva, não podem se restringir à fase da infância. Trata-se de dimensões subjetivas, necessária ao bem viver, porque são capazes de produzir animação e vivacidade, irredutivelmente qualitativa e nivelada de forma ativa (Santos Jr., 2019a). Tal percepção implica em restabelecer a infância como condição humana capaz de reunir experiências restauradoras e ações políticas transformadoras e democráticas, conforme ensinamentos ancestrais de histórias que, na tradição iorubá, são consideradas sagradas.

Os iorubás são um dentre os grupos étnicos africanos que foram trazidos ao Brasil durante o período colonial. Africanidades iorubanas refizeram-se em território brasileiro e preencheram a identidade nacional com suas potencialidades de saber e poder, manifestas por meio de modos de ser e existir. Dentre essas africanidades, os *itans*, heranças histórico-culturais de matriz africana, são histórias sagradas que, sobre o sentido de infância, trazem alguns ensinamentos.

Conta-se que há algum tempo, numa aldeia africana, Iku – A Morte – colocou armadilha em todos os caminhos e começou a comer todos os humanos que caíam nas suas arapucas, dando um fim adiantado a vida das pessoas daquela aldeia. O terror se alastrou entre os

humanos. Sacerdotes, bruxos, adivinhos, curandeiros, muitos se juntaram para pôr fim a tal ameaça, mas nenhum deles obteve sucesso. Foi então que Ifá, o oráculo da região, invocou os Ibejis, as crianças gêmeas, para assumirem tal tarefa. Ninguém acreditou que duas crianças conseguiram acabar com a carnificina de Iku, porém, os Ibejis bolaram um plano para enganar a morte. Enquanto um dos gêmeos tocava tambor o outro convidava Iku para dançar. A Morte logo se encantou pelo sacolejo dos gêmeos e pôs-se a dançar, sem parar. Iku se desgastava em exaustão enquanto os gêmeos se alternavam na batucada. A brincadeira foi tão longa que Iku desistiu de continuar sua matança e deixou finalmente a aldeia em paz. Para agradecer o fim da ameaça de morte, os gêmeos foram presenteados com muitos doces e brinquedos pelos aldeões.

Nesta história, a infância irrompe como uma existência disruptiva que “[...] recobre a possibilidade de lançarmos perspectivas inaugurais sobre o mundo” (Santos Jr., 2019, p. 63), vasculhando possibilidades pouco frequentada por velhos problemas. Isso implica considerar a novidade e a capacidade de reinvenção como condição necessária à vida humana.

À noite, quando reuníamos em volta de uma fogueira mais de cinzas do que de fogo, a combustão maior vinha de nossos lamentos. E, em uma dessas noites de macambúzia fala, de um estado tal de banzo, como se a dor nunca mais fosse se apartar de nós, uma mulher, a mais jovem da desfalcada roda, trouxe uma boa fala. Bamidele, a esperança, anunciou que ia ter um filho. A partir daquele momento, não houve quem não fosse fecundado pela esperança, dom que Bamidele trazia no sentido de seu nome. Toda a comunidade, mulheres, homens, os poucos velhos que ainda persistiam vivos, alguns mais jovens que escolheram não morrer, os pequenininhos que ainda não tinham sido contaminados totalmente pela tristeza, todos se engravidaram da criança nossa, do ser que ia chegar. E antes, muito antes de sabermos, a

vida dele já estava escrita na linha circular de nosso tempo. Lá estava mais uma nossa descendência sendo lançada à vida pelas mãos de nossos ancestrais. (Evaristo, 2018, p. 121-122)

Afroconceber a infância envolve contaminar-se daquilo que nos anima, que nos entusiasma: brincar, ouvir e contar histórias, dançar, cantar, criar, ser curioso, enfim, experienciá-la como um estado permanente da existência humana.

Na canção *Filosofia do Samba* (1971), o compositor brasileiro Antonio Candeia Filho, popularmente conhecido por Candeia (1935-1978), ampliou o sentido das palavras cego e mudo. “Cego é quem só vê onde a vista alcança [...] mudo é quem só se comunica com palavras”. Nesses versos, o músico nos convoca a recuperar um elemento fundante ao processo de educação – a cosmopercepção. Esse conceito africano, cunhado pela cientista Oyérónké Oyéwùmí (2022), é utilizado para elucidar como as distintas dimensões corpo-sensoriais se relacionam com a mente. Nesse sentido, aprender é um ato que congrega o sentir, o experienciar e o abstrair, em um movimento interrelacional.

As DCNEI (Brasil, 2009) e teorias curriculares que pensam educação das crianças, como a pedagogia montessoriana por exemplo, reconhecem a categoria das experiências infantis como uma dimensão importante ao processo de aprender.

As perspectivas afrorreferenciadas que pautamos neste ensaio, por sua vez, evidenciam a cosmospercepção (Oyéwùmí, 2022) como um elemento característico da condição humana. Na perspectiva da aprendizagem, tal processo vai além da educação de crianças pequenas. A cosmopercepção é, por assim dizer, um processo de aprendizagem vitalício.

Conforme apontam estudos de Renato Santos Jr. (2019a, 2019b), compreender a infância por meio de um referencial teórico-conceitual afrocentrado, isto é, afroconceber a

infância, implica em demarcá-la como um estado de vida imanente aos seres humanos. A argumentação desse autor nega a infância como uma fase da vida que se localiza apenas no presente das crianças e no passado dos adultos. No Brasil, manifestações culturais de matriz africana exemplificam essa concepção. Em muitos daqueles contextos, a ação de brincar, bastante relacionada à infância, torna-se também um marcador cultural da vida adulta. Nessas manifestações os personagens brincantes são mestres populares que dominam, lideram e ensinam sobre o universo de brincadeiras tradicionais afro-brasileiras e indígenas como o cacuriá, o bumba-meу-boi e o maracatu.

Na área da Educação, quando abordamos historicamente a infância, é pertinente registrar que, por muito tempo, a literatura científica dedicou à criança um não-lugar dentre as identidades que compunham as sociedades (Ariès, 1978). Contudo, ao longo do século XX ganharam força estudos clássicos sobre a infância (Vygostky, 1993; Piaget 1973). Tais estudos tanto determinavam o período etário correspondente à esta fase da vida quanto buscavam compreender o processo de desenvolvimento humano. O reconhecimento de características psicosociais relacionadas ao tempo da infância foi um passo grandioso. Por outro lado, o isolamento de determinadas características humanas associadas, exclusivamente, à esta fase da vida é uma limitação dessa compreensão de infância. Será que a aprendizagem por meio da oralidade e da musicalidade é uma característica apenas da infância?

No que se refere à determinação dessa fase da vida, é importante considerar que respaldos jurídicos que determinam medidas de apoio e proteção à infância, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990) e as próprias DCNEI (Brasil, 2009), precisam demarcar um início e fim para essa etapa, a fim de que possam regular boas

condições de vida a quem se encontra na infância. A questão que se coloca não põe em questionamento tais determinações legais, o que se quer tensionar são as formas como as relações intergeracionais concebem o sentido de infância. Em outras palavras, por que os adultos, responsáveis por essas crianças, nem sempre reconhecem a infância fora do espaço-tempo que vai dos 0 aos 5 ou 6 anos de idade? Nas escolas da educação básica do Brasil por exemplo, muitas crianças recém-chegadas ao ensino fundamental, têm negligenciadas suas experiências infantis: há pouco ou nenhum espaço para aprender por meio da corporeidade; para fantasiar o mundo projetado pelo poder da oralidade; para ativar memórias ancestrais manifestas por meio da musicalidade; para incentivar a ludicidade como espírito potencializador de suas existências. O sentido de infância vai sendo relegado a um lugar secundário e inferior e, aos seres resistentes, atribui-se a negativa conotação de “infantis”.

Afroconceber as infâncias transcendem essa realidade porque permite reconhecer o caráter imanente da infância em todos os estágios da vida. Características como ludicidade e corporeidade, nessa perspectiva, não podem se restringir à fase da infância. Trata-se de dimensões subjetivas, necessária ao bem viver, porque são capazes de produzir animação e vivacidade, irredutivelmente qualitativa e nivelada de forma ativa (Santos Jr., 2019a). Tal percepção implica em restabelecer a infância como condição humana capaz de reunir experiências restauradoras e ações políticas transformadoras e democráticas, conforme ensinamentos ancestrais de histórias que, na tradição iorubá, são consideradas sagradas.

Os iorubás são um dentre os grupos étnicos africanos que foram trazidos ao Brasil durante o período colonial. Africanidades iorubanas refizeram-se em território brasileiro e preencheram a

identidade nacional com suas potencialidades de saber e poder, manifestas por meio de modos de ser e existir. Dentre essas africanidades, os *itans*, heranças histórico-culturais de matriz africana, são histórias sagradas que, sobre o sentido de infância, trazem alguns ensinamentos.

Conta-se que há algum tempo, numa aldeia africana, Iku – A Morte – colocou armadilha em todos os caminhos e começou a comer todos os humanos que caíam nas suas arapucas, dando um fim adiantado a vida das pessoas daquela aldeia. O terror se alastrou entre os humanos. Sacerdotes, bruxos, adivinhos, curandeiros, muitos se juntaram para pôr fim a tal ameaça, mas nenhum deles obteve sucesso. Foi então que Ifá, o oráculo da região, invocou os Ibejis, as crianças gêmeas, para assumirem tal tarefa. Ninguém acreditou que duas crianças conseguiram acabar com a carnificina de Iku, porém, os Ibejis bolaram um plano para enganar a morte. Enquanto um dos gêmeos tocava tambor o outro convidava Iku para dançar. A Morte logo se encantou pelo sacolejo dos gêmeos e pôs-se a dançar, sem parar. Iku se desgastava em exaustão enquanto os gêmeos se alternavam na batucada. A brincadeira foi tão longa que Iku desistiu de continuar sua matança e deixou finalmente a aldeia em paz. Para agradecer o fim da ameaça de morte, os gêmeos foram presenteados com muitos doces e brinquedos pelos aldeões.

Nesta história, a infância irrompe como uma existência disruptiva que “[...] recobre a possibilidade de lançarmos perspectivas inaugurais sobre o mundo” (Santos Jr., 2019, p. 63), vasculhando possibilidades pouco frequentada por velhos problemas. Isso implica considerar a novidade e a capacidade de reinvenção como condição necessária à vida humana.

À noite, quando reuníamos em volta de uma fogueira mais de cinzas do que de fogo, a combustão maior vinha de nossos lamentos. E, em uma dessas noites de macambúzia fala, de

um estado tal de banzo, como se a dor nunca mais fosse se apartar de nós, uma mulher, a mais jovem da desfalcada roda, trouxe uma boa fala. Bamidele, a esperança, anunciou que ia ter um filho. A partir daquele momento, não houve quem não fosse fecundado pela esperança, dom que Bamidele trazia no sentido de seu nome. Toda a comunidade, mulheres, homens, os poucos velhos que ainda persistiam vivos, alguns mais jovens que escolheram não morrer, os pequenininhos que ainda não tinham sido contaminados totalmente pela tristeza, todos se engravidaram da criança nossa, do ser que ia chegar. E antes, muito antes de sabermos, a vida dele já estava escrita na linha circular de nosso tempo. Lá estava mais uma nossa descendência sendo lançada à vida pelas mãos de nossos ancestrais. (Evaristo, 2018, p. 121-122)

Afroconceber a infância envolve contaminar-se daquilo que nos anima, que nos entusiasma: brincar, ouvir e contar histórias, dançar, cantar, criar, ser curioso, enfim, experienciá-la como um estado permanente da existência humana.

3.2 Afrorreferenciar o currículo

Um currículo afrorreferenciado elege heranças histórico-culturais de matriz africana que constituem o patrimônio artístico, científico e tecnológico de uma nação como conteúdo de ensino e plano de ação pedagógico. Nesse propósito, o currículo expressa estudos e pesquisas que discorrem sobre experiências históricas vivenciadas pela população negra, ofertando projeção para compreensão e valorização de modos de ser e se relacionar diversos.

O currículo afrorreferenciado representa um projeto de ação afirmativa, na medida em que, intencionalmente, propõe a inclusão educacional da população negra que, por décadas, tem sido incentivada a abandonar e/ou excluir-se das instituições escolares oficiais.

Na experiência brasileira, além do que se passou com os indígenas

[genocídio e assimilação], deve-se ter presente a situação dos africanos escravizados, de seus filhos e descendentes. A eles foi negada a possibilidade de aprender a ler, ou se lhes permitia, era com o intuito de incutir-lhes representações negativas de si próprios e convencê-los de que deveriam ocupar lugares subalternos na sociedade. Ser negro era visto como enorme desvantagem, utilizava-se a educação para despertar e incentivar o desejo de ser branco. Além de cor da pele [...] tratava-se também do lugar a ocupar na sociedade de poder. (Silva, 2007, p. 495)

É por isso que, às crianças brasileiras, é preciso garantir possibilidades de reconhecer e recuperar o conhecimento historicamente acumulado de heranças histórico-culturais de matriz africana. Este é um passo fundamental para pluriversar o currículo e combater o racismo, sem cair numa perspectiva funcional de interculturalidade (Candau, 2009), que utilizaria as heranças africanas como um cabide folclórico da diversidade, por exemplo.

Diferentes pesquisas científicas têm alertado para as várias formas de expressão que o racismo assume na educação das crianças pequenas. O estudo de Eliane Cavalleiro (1998) ratificou como as relações interpessoais, dos profissionais da educação de creches com os bebês, reproduzem o racismo. A autora concluiu que relações de afeição, manifestações de carinho, incentivo psicológicos, atenção e acompanhamento pedagógico são prioridades de bebês e crianças brancas. A pesquisa de Edmacy Souza (2016) comprovou como a presença do racismo na educação infantil se revela por meio da organização do trabalho pedagógico que, ao selecionar imagens, simbologias e representações humanas, elege apenas referências histórico-culturais e fenotipicamente brancas para serem representadas em suas instituições. A investigação de Andrea Moruzzi e Anete Abramowicz

(2015) indicou que diretrizes e normativas da educação infantil têm hesitado em oferecer orientações explícitas sobre o combate ao racismo, caindo no lugar comum de discursos políticos que despolitizam e descontextualizam experiências de prejuízos e privilégios sociais decorrentes da identidade étnico-racial das pessoas.

Historicamente, os referenciais dos estudos da infância estiveram ancorados em autores que ignoravam especificidades sobre as experiências de crianças negras. As teorias do desenvolvimento de Jean Piaget (1973) e Lev Vygotsky (1973), por exemplo, relacionam estágios de desenvolvimento infantil com a complexificação do pensamento e linguagem humana. Nessas teorias, as interações com o ambiente social são as grandes responsáveis pelo desenvolvimento cognitivo dos aprendizes. Também a historiografia de Phillippe Ariès (1978), afirma que o sentimento de infância se origina em conexão com o processo de escolarização e moralização da Modernidade. Como contraponto, evidencia-se que, entre os séculos XVI e XIX no Brasil, o ambiente social das crianças negras estava submetido ao regime escravagista. Como pensar os estágios de desenvolvimento cognitivo e social de crianças negras no ambiente social da escravidão ou mesmo no pós-abolição?

No Brasil republicano do início do século XX, o entendimento da Educação como um bem público não era prerrogativa política, nem o acesso à escolarização era direito subjetivo e coletivo da maioria das crianças negras. Do ponto de vista social, entre fins do século XIX e início do século XX, com o fim da escravidão como instituição política, evidenciou-se o abandono público a que foi relegada a população negra no Brasil (Gonçalves; Silva, 2000). No que se refere à educação institucional, Barros afirma que a presença da população negra nas escolas [...] era

motivo de incômodo para o restante da população, sendo dificultada através de diversos mecanismos, desde a matrícula até o cotidiano escolar." (Barros, 2005, p. 80). Também Jerry Dávila (2003), ao qualificar o sistema de ensino público do Rio de Janeiro, nesta mesma época, afirma que aquele sistema de ensino esteve

[...] influenciado por questões de raça, classe e gênero, em todos os seus níveis: do currículo à seleção de alunos, distribuição e promoção; testes e medidas; seleção e treinamento de professores; programas de saúde e higiene. (Dávila, 2003, p. 285).

Tais influências foram promotoras dos padrões de desigualdade étnico-racial que, ainda hoje, traduzem estatísticas educacionais do Brasil (PNAD, 2019).

Disso decorre afirmar que a elaboração da historicidade educacional das crianças negras, no Brasil, não pode preceder de marcadores históricos eurocêntricos. Ao universalizar a criança branca europeia como sinônimo de que é ser criança e localizar o tempo da infância numa única fase da vida, a perspectiva eurocentrada rejeita outras possibilidades de expressão da infância. É neste sentido que se mantém a política de descentralização da identidade étnico-racial de pessoas negras, e se promove a reinvenção da governação subjugada de um povo (Quijano, 2000).

Na área da Educação, desde o início do ano 2000 temos registros de propostas pedagógicas para o trabalho com crianças e para formação de profissionais da educação no Brasil, que assumem uma perspectiva disruptiva ao panorama eurocêntrico. Neste conjunto, destacamos três pedagogias que encaminham filosofias e práticas educacionais pautadas por valores de matriz africana.

Especificamente pensando na Educação Infantil, a educadora Azoilda Trindade destacou 07 aspectos afro-brasileiros pertinentes para o trabalho com crianças pequenas, são eles: energia

vital ou axé, oralidade, circularidade, corporeidade, musicalidade, ludicidade e cooperatividade. A mediação pedagógica por meio desses aspectos tem como fundamento o combate à discriminação étnico-racial e a valorização e recuperação de histórias e culturas afro-ancestrais, associadas à construção de uma identidade étnico-racial negra positiva (Trindade, 2005).

A segunda proposta é a Pretagogia, pensada tanto para formação de profissionais da educação quanto para aplicação didática no currículo escolar. Sua filosofia está assentada em 07 valores afro ancestrais: a ancestralidade, a tradição oral, o corpo enquanto fonte espiritual e produtor de saberes, a valorização da natureza, a religiosidade, a noção de território e o princípio da circularidade. A vivência das experiências cotidianas, mediadas por estes valores, tem como propósito promover a consciência da comunidade escolar sobre seu pertencimento às heranças de matriz africana (Silva, 2013).

A terceira proposta é a Pedagogia Griô. Esta pedagogia está fundamentada num paradigma pedagógico biocêntrico, isto é, em que se concebe a construção do processo educativo por meio de convivências afetivas que intensifiquem os sentidos do corpo, em conexão com os sentidos da vida dos estudantes. Assim, vida, identidade e ancestralidade são eixos centrais dessa proposta, mediados por vivências, oralidades e corporeidades inspiradas em saberes e fazeres de povos e comunidades tradicionais brasileiras, de matriz indígena e africana. (Diversitas, 2014)

Em complementaridade às pedagogias descritas, afrorreferenciar o currículo manifesta-se como uma forma de enfrentamento à supremacia de referenciais eurocêntricos no campo de estudos da infância. E, implica em positivar o sentido das infâncias, recuperando e valorizando trajetórias afro-ancestrais capazes de mobilizar sensações diversas e

sentimentos de respeito, orgulho e pertencimento em relação a uma herança histórico-cultural que atente para as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças. Esse processo traz à tona a possibilidade de viver a infância em sua plenitude para além dos muros da escola, potencializando o (re)viver da humanidade. Tal como Conceição Evaristo relata no conto “Ayoluwa, a alegria do nosso povo”

Ficamos plenos de esperança, mas não cegos diante de todas as nossas dificuldades. Sabíamos que tínhamos várias questões a enfrentar. A maior era a nossa dificuldade interior de acreditar novamente no valor da vida. Mas sempre inventamos a nossa sobrevivência. Entre nós, ainda estava a experiente Omolara, a que havia nascido no tempo certo. Parteira que repetia com sucesso a história de seu próprio nascimento, Omolara havia se recusado a se deixar morrer. E no momento exato em que a vida milagrou no ventre de Bamidele, Omolara, aquela que tinha o dom de fazer vir as pessoas ao mundo, a conchedora de todo ritual do nascimento, acolheu a criança de Bamidele. Uma menina que buscava caminho em meio à correnteza das águas íntimas de sua mãe. E todas nós sentimos, no instante em que Ayoluwa nascia, todas nós sentimos algo se contorcer em nossos ventres, os homens também. Ninguém se assustou. Sabíamos que estávamos parindo em nós mesmos uma nova vida. E foi bonito o primeiro choro daquela que veio para trazer a alegria para o nosso povo. O seu inicial grito, comprovando que nascia viva, acordou todos nós. E a partir daí tudo mudou. Tomamos novamente a vida com as nossas mãos (Evaristo, 2018, p.122).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não fosse o tempo, a infância das crianças teria dominado o universo, poetiza Sérgio Vaz (2007). Não fosse a imposição conceitual de perspectivas teóricas que encerram a infância, que quebram com a continuidade da oralidade, da memória, da musicalidade, da

corporeidade, da ludicidade, da espiritualidade e do comunitarismo como características imanentes da vida humana, é possível que o ânimo da vida – o axé da infância – estivesse espalhado entre nós.

Resgatar o ânimo da vida é tarefa urgente para a população negra. A escola, como lócus de acolhimento de infâncias, não pode se resguardar de tal tarefa. O currículo precisa incluir conteúdos de histórias e culturas africanas e afro-brasileiras, transversalizando e incorporando-os em metodologias educacionais de referencial teórico diversificado, conforme orientam as DCNERER. Cuidar e educar, pilares centrais da educação das crianças, também devem ser compreendidos em afroperspectiva de forma a valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados por africanos e seus descendentes brasileiros, desde as formas individuais até as coletivas.

Na educação escolar, é necessário explicitar a presença das dimensões culturais negras no legado cultural brasileiro para promover processos de reparação afetiva e social que permitam aos aprendizes orgulharem-se das histórias que carregam, descolonizando a perspectiva ocidental que unifica a cosmovisão eurocêntrica como sabedoria hegemônica. Nesse sentido, (re)viver o legado histórico-cultural de matriz africana no processo educativo das infâncias trata-se de um direito público subjetivo e coletivo que requer uma ação pedagogicamente implicada e contextualizada. Esse ato confere a possibilidade de reescrever os sentidos da existência humana recuperando a condição da coexistência do belo e do feio, do bem e do mal, do doce e do amargo, do feminino e do masculino, do bom e do ruim e de muitas outras características humanas que constituem nossas identidades, como é o caso da coexistência do ser adulto e ser criança, mediados pelo (re)viver da infância nos diferentes estágios da vida humana. As

DCNERER (Brasil, 2004) não pouparam esforços em orientar revisões curriculares no sentido de construir relações étnico-raciais positivas e de engajar profissionais da educação em processos políticos e pedagógicos de combate ao racismo.

O referencial teórico deste ensaio, materializa um dentre os desafios pedagógicos da educação para a infância, pois implica uma quebra de paradigmas que alteram as fronteiras escolares, desde os muros das instituições às práticas pedagógicas. Implica também numa (re)centralização da identidade étnico-racial negra no currículo escolar que pode ser estabelecida por meio do convívio com a comunidade negra, na perspectiva de produzir, cultivar e resgatar memórias da ascendência africana no Brasil.

Vale destacar que para obter êxito em afrorreferenciar os currículos os profissionais da educação não podem improvisar nem superficializar as práticas pedagógicas para incluir histórias e culturas afro-brasileiras e africanas no cerne de seus projetos educacionais. Neste sentido, as DCNERER indicam que temos pedagogias por criar. Vocês, profissionais da educação, pesquisadores, militantes, legisladores, políticos, estão prontas(os) para deixar (re)viver infâncias e (re)começar outras pedagogias?

REFERÊNCIAS

AFRO-CEBRAP. Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial. **Desigualdades raciais na primeira infância**. Porticus, 2023, 60pp.

APPLE, Michael. **Ideologia e currículo**. Artmed Editora, 2016.

ARIÈS, Phillip. **História social da infância e da família**. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

ASANTE, Molefi K. Afrocentricidade como crítica do paradigma hegemônico

ocidental: introdução a uma ideia. **Ensaios Filosóficos**, v. 14, dez., 2016.

BARROS, Surya A. P. Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do século XX. In: ROMÃO, Jeruse (org). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: SECAD, 2005.

BRASIL (Constituição 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 nov. 2025.

BRASIL. **Lei 10639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Lei n.º 8069**. ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL. **Lei n.º 9.394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. MEC. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 01/2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC, SEPPIR, 2004.

BRASIL. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília, Ministério da Educação/ SECADI, 2006.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil**. Brasília: Diário Oficial da União, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022:** População por cor ou raça. Agência IBGE Notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>.

CANDAU, Vera M. F. Educação intercultural na América Latina: tensões atuais. **Congresso Ibero Americano de Educação na América Latina (CIEHLA).** Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

CANDAU, Vera M. F ; OLIVEIRA, Luis F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26 , n. 1, p. 15-40, abr. 2010.

CANDEIA, Antonio. **Filosofia do Samba.** Equipe. Raiz. Brasil, 1971.

CANEN, Ana. Educação multicultural, identidade nacional e pluralidade cultural: tensões e implicações curriculares. **Cadernos de Pesquisa**, n. 111, p. 135-149. São Paulo, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane dos S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo, preconceito e discriminação na educação infantil . Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

DÁVILA, Jerry. **Diploma of whiteness:** race and social policy in Brazil, 1917-1945. Duke University Press, 2003.

DIVERSITAS. Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos. **Dossiê da Pedagogia Griô.** Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Ano 2, n. 3. São Paulo: 2014.

DUARTE, Clarice S. Direito público subjetivo e políticas educacionais. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 113-118, 2004.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água.** Rio de Janeiro: Pallas Míni, 2008.

GATTI, Bernadete A. Avaliação: contexto, história e perspectivas. **Olhares: revista do departamento de educação da UNIFESP**, v. 2, n. 1, p. 8-26, 2014.

GONÇALVES, Luis Alberto O.; SILVA, Petronilha B. G. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, p. 134-158, 2000.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Revista Educação e Realidade**, v. 22, n. 2, p. 15-47, 1997.

LIMA, Ivan da C. **Uma proposta pedagógica do movimento negro no Brasil:** pedagogia interétnica de Salvador, uma ação de combate ao racismo. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

LIMA, Ivan da C. **As pedagogia do movimento negro no Rio de Janeiro e Santa Catarina (1970-2000): implicações teóricas e políticas para a Educação brasileira.** Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

MCLAREN, Peter; TORRES, Rodolfo. Racism and multicultural education: rethinking 'race' and 'whiteness' in late capitalism. In: MAY, Stephen. **Critical multiculturalism.** Routledge. p 54-91, 2005.

MENEGETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico?. **Revista De Administração Contemporânea**, [S. l.], v. 15, n. 2, 320-332, 2011.

MOREIRA, Antonio F.; CANDAU, Vera M. F. (2000), **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. RJ: Ed. Vozes.

MORUZZI, Andreia; ABRAMOWICZ, Anete. Infância, Raça e Currículo: alguns apontamentos sobre os documentos brasileiros para educação infantil. **Revista Contemporânea de Educação**, p. 199–214, 2015.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência afro-brasileira. In: NASCIMENTO, Elisa L. **Sankofa**: Resgate da cultura afro-brasileira. volume 1. Rio de Janeiro: SEAFRO, 1994.

OLIVEIRA Inês B.; SUSSEKIND, Maria L. Das teorias críticas às críticas das teorias: um estudo indiciário sobre a conformação dos debates no campo curricular no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 71, p. 1-20, 2017.

OYEWÙMÍ, Oyeronkè. **Visualizing the Body**: Western Theories and African Subjects. 391–415pp. New York: Routledge, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas. Paris, 10 de dez. 1948, disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>. Acesso em: 19 dez. 2023.

PIAGET, Jean. **O tempo e o desenvolvimento intelectual da criança**. In: PIAGET, Jean. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA [PNAD]. **PNAD Educação 2019**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. IBGE, 2019.

QUIJANO, Anibal. Coloniality of power, eurocentrism and Latin America. **Neplanta: Views from the south**, v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000.

RÉGIS, Katia. O Currículo. In: SILVA, Paulo V. B.; RÉGIS, Kátia; MIRANDA, Shirley Ap.

(org). **Educação das relações étnico-raciais**: o estado da arte. Curitiba: NEAB-UFPR; ABPN, 2018.

SANTIAGO, Flavio. **O meu cabelo é assim... igualzinho o da bruxa, todo armado**: hierarquização e racialização das crianças pequeninhas negras na educação infantil. Dissertação (Mestrado) em Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.

SANTOS JR., Renato N. Infância em afroperspectiva: articulações entre sankofa,ndaw e terrixistir. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, [S. l.], n. 31, p. 53-70, 2019a.

SANTOS JR., Renato N. O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva. **Momento: diálogos em educação**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 127-142, 2019b.

SILVA, Geranilde Costa e. **Pretagogia**: construindo um referencial teórico-metodológico de matriz africana para a formação de professores/as. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2013.

SILVA, Petronilha Beatriz G. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Revista Educação**, Porto Alegre, p. 489-506, 2007.

SILVA, Petronilha Beatriz G. Africanidades. **Revista do Professor**. Porto Alegre, p.29-30, 1995a.

SILVA, Petronilha Beatriz G. Aprendizagem e ensino de africanidades brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Mec: Secad, 1995.

SILVA, Mariana M. de C. **Pedagogia à lápis cor de pele**: educação das relações étnico-raciais em cursos de pedagogia de

universidades públicas localizadas no estado de São Paulo. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

SOUZA, Edmacy Q. Crianças negras em escolas de “alma branca”: um estudo sobre a diferença étnico-racial na educação infantil. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

TRINDADE, Azoilda L. Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Valores Afro-brasileiros na Educação.** Boletim 22. Novembro, 2005.

VAZ, Sérgio. **Colecionador de pedras.** São Paulo: Saraiva, 2007.

VYGOTSKY, Lev S. Aprendizado e Desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1993.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, VERA M. F. (org). **Educação Intercultural na América Latina:** entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro, pp.12-41, 2009.



**MARIANA MARTHA
CERQUEIRA SILVA**

É Professora Substituta do Departamento de Ciências Humanas e Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), campus Sorocaba. Graduada em Pedagogia (2006) pela Universidade de São Paulo (USP), mestre (2014) e doutora (2021) em Educação pela UFSCar. Desenvolveu estágio doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em Portugal.

Análise da dinâmica socioespacial das áreas gastronômicas e hoteleiras em Palmas-TO nos termos do zoneamento urbano vigente

Analysis of gastronomic and hotel areas in Palmas-TO in terms of current urban zoning

Marcos Júlio Vieira dos Santos^a, Camila Araújo Lanna, Izabela Jéssica Lopes de Alexandria, Janaina Maria Andrade Aires Fonseca.

^aInstituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, campus Palmas. E-mail: mj.marcosvieira@gmail.com.

Resumo: Considerando a importância do ordenamento urbano e sua influência sobre a oferta dos serviços dessa natureza, esse estudo teve como objetivo analisar a distribuição dos empreendimentos gastronômicos associadas à Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Seccional Tocantins (ABRASEL-TO), e empresários hoteleiros em Palmas no período de 2025, analisando sua conformidade com a Lei Complementar nº 321/2015, que regula o uso e a ocupação do solo na cidade. A pesquisa buscou compreender como esses estabelecimentos se posicionam no espaço urbano e quais fatores influenciam sua localização, considerando o planejamento original do tecido urbano e a sua dinâmica atual de expansão. Para isso, foi utilizada uma abordagem metodológica que envolve levantamento de dados e análise comparativa entre a distribuição real e as diretrizes da legislação vigente. Como parte dos resultados alcançados destaca-se que entre os empresários do setor gastronômico a maioria afirmou desconhecer o zoneamento urbano da capital tocantinense; ao contrato dos empreendimentos hoteleiros em que a maioria dos entrevistados reconhecem a influência dessas regras na escolha de seus estabelecimentos.

Palavras-chave: Cidade; Zoneamento; Hotelaria; Gastronomia; Turismo.

Abstract: Considering the importance of urban planning and its influence on the provision of services of this nature, this study aimed to analyze the distribution of gastronomic enterprises associated with the Brazilian Association of Bars and Restaurants – Tocantins Section (ABRASEL-TO), and hotel entrepreneurs in Palmas in the period 2025, analyzing their compliance with Complementary Law No. 321/2015, which regulates land use and occupation in the city. The research sought to understand how these establishments are positioned in the urban space and what factors influence their location, considering the original planning of the urban fabric and its current expansion dynamics. To this end, a methodological approach was used that involves data collection and comparative analysis between the actual distribution and the guidelines of the current legislation. Among the results achieved, it is noteworthy that most entrepreneurs in the gastronomic sector stated that they were unaware of the urban zoning of the capital of Tocantins; in contrast, most of those interviewed in the hotel sector recognized the influence of these rules in the choice of their establishments.

Keywords: City; Zoning; Hotel; Gastronomy; Tourism.

Submetido em: 13/10/2025.
Aceito em: 14/10/2025.

1 INTRODUÇÃO

O curso de turismo apresenta-se como uma proposta curricular para capacitar profissionais aptos a transformar a famosa hospitalidade brasileira em um importante ativo socioeconômico. Fato é que a experiência turística envolve diversos fatores, dentre os quais estão principalmente a hotelaria e a gastronomia. (Celeste Filho, 2002).

Nesses termos, cabe discutir como as cidades brasileiras oferecem esses serviços aos seus visitantes, especialmente turistas. Com esse mote a presente pesquisa dedicou-se a analisar estabelecimentos hoteleiros e os gastronômicos associados à Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, seccional Tocantins (ABRASEL) na capital mais jovem do país.

Vale lembrar que a cidade de Palmas-TO nasceu já no século XX (1989) como cidade planejada e marcada por um projeto urbanístico rígido, por meio do qual ficou estabelecido o ordenamento territorial, mas também fixou as dinâmicas socioeconômica e espaciais ao conceber uma lista de atividades e usos permitidos em cada macro e micro zonas do espaço urbano (Palmas, 2015).

Nesses termos, essa pesquisa traz a análise contextualizada da distribuição espacial de empreendimentos hoteleiros e gastronômicos em Palmas-TO, a partir dos instrumentos legais que regulamentam o uso e ocupação do solo na cidade e a legislação correlata.

O problema central desta pesquisa consiste em questionar quais são as diferenças entre a distribuição atual dos estabelecimentos gastronômicos e hoteleiros em Palmas e as normas estabelecidas pelas leis que tratam do ordenamento urbano em Palmas/TO.

A referida análise foi proposta para constatar se há conformidade com os ditames legais de organização territorial urbana, compreender os fatores

socioespaciais que influenciam a prestação desses serviços reflete sobre novas perspectivas para esses setores diante das transformações na dinâmica da malha urbana da cidade.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de identificar e analisar as características e a distribuição dos setores gastronômico e hoteleiro em Palmas, buscando compreender como esses empreendimentos estão posicionados no espaço urbano e as dinâmicas que influenciam sua eventual justaposição.

Essa abordagem permite identificar aspectos como demandas do público-alvo, perfil dos estabelecimentos e sua relação com o planejamento urbanístico da capital tocantinense, a qual vem se consolidando como polo turístico da região norte do Brasil.

Nesse cenário, os objetivos desta pesquisa dão conta de uma investigação sobre áreas gastronômicas e hoteleiras em Palmas-TO no período de 2024/2025 a fim de identificar características elementares de seus estabelecimentos comerciais como infraestrutura, público-alvo e serviços oferecidos.

Ao mesmo tempo pretende-se analisar a distribuição desses estabelecimentos gastronômicos e hoteleiros sobre o espaço urbano da capital do Tocantins com foco na relação entre ocupação atual e planejamento urbano original e as dinâmicas socioeconômicas que influenciam a escolha de localização desses empreendimentos para além da determinação jurídico-urbanística como demandas do mercado, mudanças no planejamento urbano e tendências no setor turístico.

Ao final, espera-se que os resultados obtidos sirvam como base para a elaboração de novas estratégias e a melhoria dos serviços oferecidos, impactando positivamente a experiência dos turistas e habitantes da cidade à medida em que o problema de pesquisa

reflete a necessidade de compreender as especificidades de uma cidade em que a cadeia turística ainda se consolida.

Ademais, as considerações aqui lançadas podem contribuir para o desenvolvimento das potencialidades turísticas da cidade, além de auxiliar na formulação de políticas públicas mais eficazes ao entregar uma análise integrada dos setores gastronômico e hoteleiro de Palmas, Tocantins.

2 ZONEAMENTO URBANO E AS POSSIBILIDADES PARA A GASTRONOMIA E HOTELARIA EM PALMAS-TO

O zoneamento urbano nada mais é do que um conjunto de instrumentos jurídicos propostos para organizar o espaço físico das cidades segundo sua funcionalidade e as atividades socioeconômicas propostas para cada área demarcada (César; Stigliano, 2010).

No caso de Palmas, essa organização é regulamentada pela Lei nº 386/1993 e posteriormente aprimorada pela Lei Complementar nº 321/2015, estabelece diretrizes claras para a organização do solo urbano (Palmas, 2015).

Essas normas buscam alinhar o uso do território com as demandas futuras da cidade, contemplando não apenas a infraestrutura, mas também a expansão e a adequação de áreas para setores específicos como o comércio, a gastronomia e a hotelaria (César; Stigliano, 2010).

Seguindo os objetivos desta pesquisa pesquisa-se aqui a relação desse zoneamento urbano com o setores gastronômico e hoteleiro devido ao impacto significativo que a localização dessas atividades exerce no desenvolvimento econômico e social do turismo em Palmas.

A localização desses empreendimentos, embora influenciada diretamente pelas normativas, muitas vezes ocorre fora das áreas inicialmente

previstas, evidenciando a descaracterização do planejamento urbano original e as mudanças nos padrões de ocupação ao longo do tempo.

Esse fenômeno revela a complexidade das dinâmicas espaciais de Palmas, tornando essencial a compreensão dos fatores que impulsionam essa adaptação.

O estudo desses fatores é importante para entender como a cidade lida com a expansão e como o planejamento urbano pode ser ajustado para atender às necessidades de atividades econômicas estratégicas para o desenvolvimento da cidade (Correia *et al.*, 2009).

Além disso, a legislação também busca equilibrar o crescimento da cidade com a preservação ambiental e o uso sustentável dos espaços urbanos (Palmas, 2015).

No entanto, a dificuldade na fiscalização e a necessidade de adaptação dos empreendedores às exigências do mercado fazem com que muitos estabelecimentos busquem alternativas fora das zonas de uso previstas, o que pode levar a uma ocupação desordenada.

2.1 Fundamentos do zoneamento urbano em Palmas-TO e a distribuição de negócios gastronômicos e hoteleiros sobre o espaço urbano

O zoneamento urbano de Palmas foi inaugurado pela Lei nº 386/1993, que estabeleceu diretrizes para o zoneamento e organização do uso do solo com objetivo de estruturar a cidade em áreas destinadas a diferentes funções, como moradia, comércio e indústria (Palmas, 1993).

Na contramão dessa concepção, o crescimento da cidade e o aumento das necessidades de expansão, tornou-se evidente a necessidade de ajustes nas normativas, o que resultou na Lei Complementar nº 321/2015. (Palmas, 2015).

Esta nova legislação redefiniu as zonas de uso, adaptando o planejamento às novas demandas urbanas e econômicas, como o desenvolvimento dos setores gastronômico e hoteleiro e detalhou as zonas de uso de Palmas, considerando características específicas de cada área e buscando equilibrar o crescimento da cidade de maneira ordenada.

Essas zonas são definidas com base em critérios como a vocação de uso

(residencial, comercial, industrial), as funções e atividades urbanas necessárias para a cidade, e a necessidade de evitar conflitos no uso do solo (Gomes, 2016; Palmas, 2015).

Nos termos da referida legislação a cidade de Palmas-TO passou a contar com áreas específicas para residências, comércio, serviços, indústrias e até áreas destinadas a projetos urbanos estratégicos, como o turismo.

Quadro 1 - Demonstrativo da tipologia das zonas de uso em Palmas- TO nos termos da Lei Complementar 321/2015

ZONA DE USO	TIPOLOGIA
Área Administrativa (AA)	Zona destinada ao uso institucional pelo Poder Público.
Área de Comércio e Serviço (ACS)	Zona caracterizada pela predominância de comércio e serviços urbanos.
Área de Lazer e Cultura (ALC)	Zona voltada para atividades de recreação, educação, cultura e, em condições especiais, atendimento à saúde.
Área Residencial (AR)	Zona com predominância do uso habitacional.
Área Verde (AV)	Zona com foco na otimização das condições ecológicas do meio ambiente, permitindo atividades de lazer compatíveis com essas condições.

Fonte: Palmas, 2015 (adaptado).

A legislação define cinco subcategorias que subdividem a Área de Comércio e Serviço (ACS). Conforme apresentado no quadro 2.

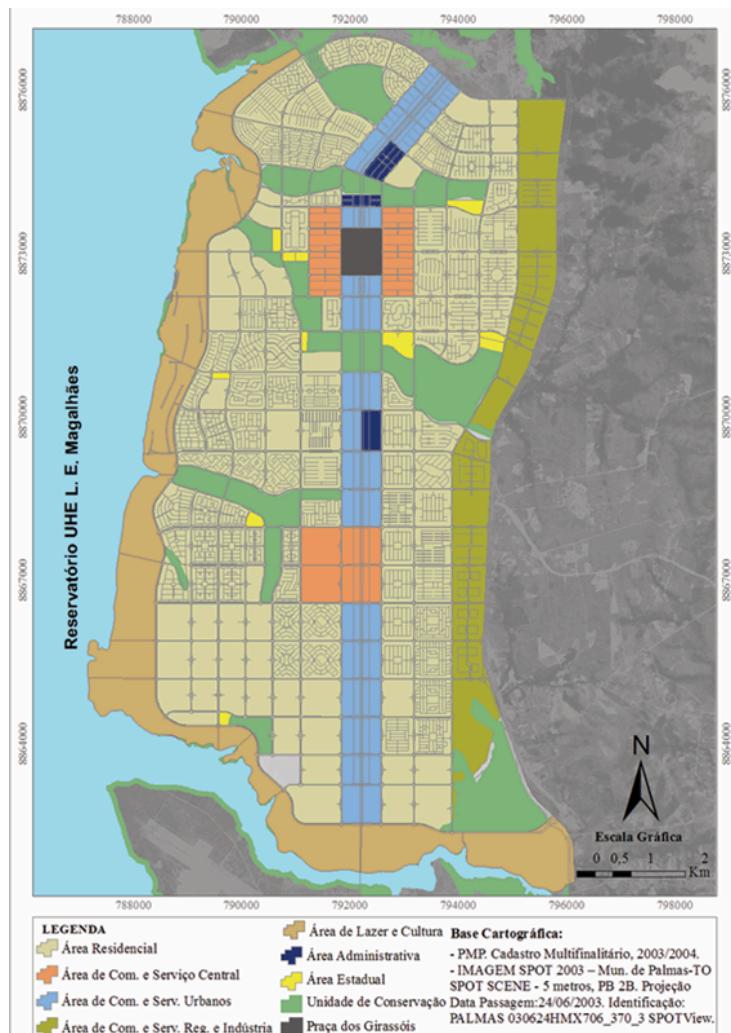
Quadro 2 - Demonstrativo da tipologia das zonas de comércio e serviços em Palmas- TO nos termos da Lei Complementar 386/1993

ZONAS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS	TIPOLOGIA
Área de Comércio e Serviço Central (AC)	Voltada para estabelecimentos que atendem às necessidades centrais da cidade, incluindo hospedagem, gastronomia, entretenimento, serviços financeiros e habitação vinculada..
Área de Comércio e Serviço Urbano (ACSU)	Permite habitação coletiva em conjuntos específicos e atividades como bares, restaurantes, panificadoras, hotéis e apart-hotéis.
Área de Comércio e Serviço Vicinal (ACSV)	Destinada a pequenos comércios e serviços, com restrição de habitação unifamiliar apenas no primeiro andar

Fonte: Palmas, 2015 (adaptado).

A disposição das zonas de uso sobre o solo urbano da cidade de Palmas-TO pode ser melhor compreendida a partir da leitura da imagem da figura 1.

Figura 1 – Plano original da área macro parcelada de Palmas-TO e suas zonas de uso



Fonte: Bessa e Oliveira (2017).

A localização de empreendimentos gastronômicos e hoteleiros é estratégica para o sucesso de qualquer cidade que busque fortalecer esses setores.

A escolha do local está relacionada à acessibilidade, infraestrutura, proximidade de pontos turísticos e centros comerciais, além da percepção dos consumidores sobre determinadas regiões (Björk; Kauppinen-Räisänen, 2014).

Contudo, a instalação desses empreendimentos fora das áreas originalmente planejadas pode gerar

desafios para o planejamento urbano à medida em que podem sobrecarregar a infraestrutura local e criar desequilíbrios urbanos típicos como o congestionamento de tráfego (Björk; Kauppinen-Räisänen, 2014).

Resta saber se no caso de Palmas-TO a localização de negócios caracterizados como hotelaria e gastronomia correspondem ao projeto urbanístico pré-concebido ou adaptam-se a uma outra dinâmica estabelecida pelo mercado.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa buscou ampliar o conhecimento sobre a distribuição das redes hoteleiras e áreas gastronômicas de Palmas em relação à Lei Complementar nº 321/2015, sem a intenção de aplicação imediata, por isso pode ser classificada como básica conforme ensina Gil (2008) ao alertar que investigações científicas dessa natureza tem como principal objetivo o avanço do conhecimento científico, sem necessariamente gerar soluções diretas para problemas práticos.

Ao abordar uma perspectiva qualitativa, essa investigação científica busca compreender as relações e significados por trás dos dados para interpretar o impacto dessas dinâmicas no planejamento urbano da cidade com o passar do tempo (Minayo, 2001).

Ademais, essa pesquisa apresentou caráter descritivo e explicativo, uma vez identificou as características de determinado fenômeno, ao mesmo tempo em que dedicou-se a sua análise, relacionando causas e efeitos (Gil, 2008).

Nesses termos, este estudo descreve a localização atual das redes hoteleiras e áreas gastronômicas na cidade, identificando se essas áreas seguem o que foi planejado na legislação.

Além disso, explica os possíveis fatores que levaram a divergências entre o planejamento urbano e a realidade observada, analisando como questões econômicas, sociais e estruturais influenciam essa distribuição.

Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa incluíram a pesquisa bibliográfica como primeiro passo visto que a análise de documento oficial, a Lei Complementar nº 321/2015, em conjunto estudos anteriores que tratam da organização dos territórios gastronômicos e dos meios de hospedagem permitiram reunir conhecimento teórico consolidado para

embasar a investigação (Marconi; Lakatos, 2003).

O estudo segue um método ex-post-facto, pois analisa um fenômeno que já ocorreu, investigando seus impactos e desdobramentos, sendo portanto indispensável compreender as consequências de determinada política ou evento sem interferência direta do pesquisador (Gil, 2008).

Nesse sentido, a pesquisa examinou como o planejamento urbano estabelecido pela legislação se concretizou na distribuição das redes hoteleiras e gastronômicas da cidade.

Por fim, foi realizada uma pesquisa de campo, por meio de entrevistas com donos de estabelecimentos, empresários do setor e ligadas à hotelaria e gastronomia em Palmas para obter informações diretas dos atores envolvidos, enriquecendo a análise qualitativa (Marconi; Lakatos, 2003).

As entrevistas seguiram um roteiro guiado, garantindo flexibilidade para explorar percepções sobre a adequação do planejamento urbano e os desafios enfrentados pelo setor. Essa etapa será essencial para complementar os dados qualitativos com a visão dos agentes diretamente impactados pela legislação.

Para isso, foram realizadas entrevistas com proprietários e gestores de restaurantes associados à ABRASEL-TO e hotéis, a fim de identificar sua percepção sobre a distribuição dos estabelecimentos, sua conformidade com o planejamento urbano e os impactos da legislação em suas atividades.

Após a coleta de dados nas etapas anteriores, foi realizada uma análise, buscando relacionar os aspectos teóricos com a realidade observada destacando os principais pontos identificados e propondo reflexões sobre o planejamento urbano, a conformidade dos estabelecimentos com a legislação e os efeitos dessa dinâmica no turismo da cidade.

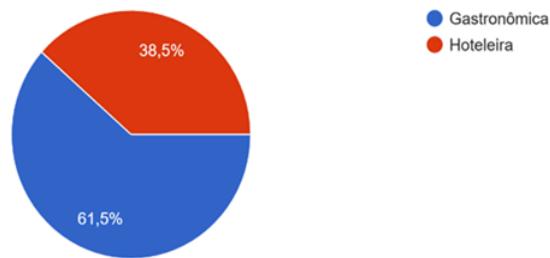
4 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO SOCIOESPACIAL DE EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS E GASTRONÔMICOS EM PALMAS-TO

A presente pesquisa tem como base dois segmentos do setor turístico de Palmas: a gastronomia e a hotelaria. A população-alvo foi delimitada com critérios específicos para garantir foco e coerência na análise.

Para o setor gastronômico, considerou-se como universo os restaurantes associados à Abrasel-TO, totalizando 80 estabelecimentos. Dentre esses, 8 empresários responderam ao formulário, o que representa uma taxa de resposta de 10% da população.

No setor hoteleiro, a população foi composta por 43 hotéis, pousadas e hostels localizados na região urbanisticamente planejada de Palmas. Desse total, 5 unidades responderam ao formulário, resultando em uma taxa de resposta de aproximadamente 11,6%.

Gráfico 1 – Distribuição da área de atuação dos entrevistados



Fonte: formulário de pesquisa (2025).

Embora a taxa de participação esteja dentro do mínimo recomendável para pesquisas exploratórias, é importante destacar ainda assim, os resultados obtidos permitem observar padrões relevantes, refletir sobre a ocupação real do território e identificar pontos entre os empreendedores locais e o planejamento urbano estabelecido por lei.

Já no que se refere à localização dos empreendimentos, nota-se uma forte concentração em regiões centrais da cidade, tanto ao norte quanto ao sul. As quadras mais recorrentes de acordo com os entrevistados incluem a 103 Norte, 106 Norte, 108 Norte, 102 Norte, 104 Sul e 206 Sul, com destaque também para estabelecimentos situados ao longo da Avenida JK e áreas diretamente relacionadas a , fatores essenciais para o funcionamento dos dois setores comerciais pesquisados.

Essa distribuição geográfica está diretamente relacionada ao zoneamento original da cidade de Palmas, que propôs uma área de comércio e serviços central em que os estabelecimentos gastronômicos e hoteleiros da capital atendem ao fluxo da área administrativa da cidade, que ao mesmo tempo concentra seus principais pontos de lazer e turismo (Palmas, 2015).

4.1 Caracterização dos comércios hoteleiros e gastronômicos em Palmas-TO

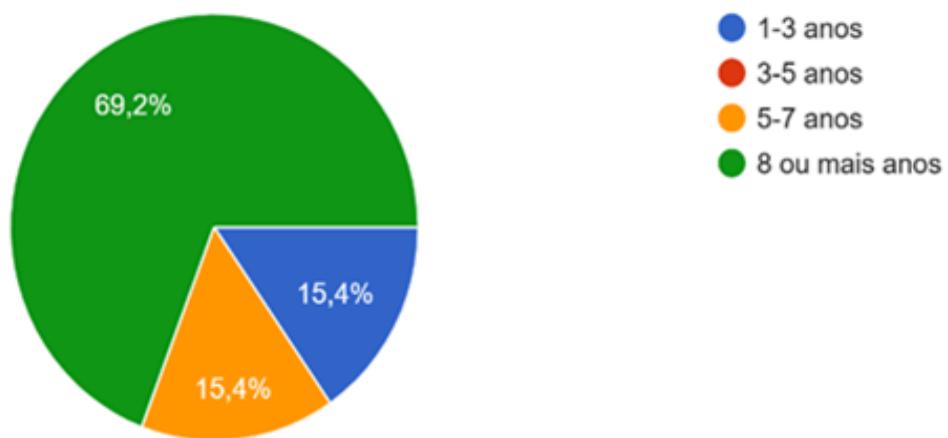
Com base no formulário aplicado a empresários do setor gastronômico e hoteleiro, foram coletadas e analisadas oito respostas de estabelecimentos localizados em diferentes regiões da cidade.

As informações obtidas revelam padrões interessantes sobre a escolha da localização, público-alvo, tempo de funcionamento e intenções futuras dos empreendedores.

No que diz respeito ao tempo de funcionamento, metade dos estabelecimentos gastronômicos atua há oito anos ou mais, e a outra metade opera suas atividades comerciais entre um e sete anos, demonstrando estabilidade mesmo entre negócios mais recentes.

Já na hotelaria, todos os hotéis participantes operam há pelo menos oito anos, confirmando um nível elevado de consolidação no mercado local.

Gráfico 2 - Tempo de funcionamento dos empreendimento



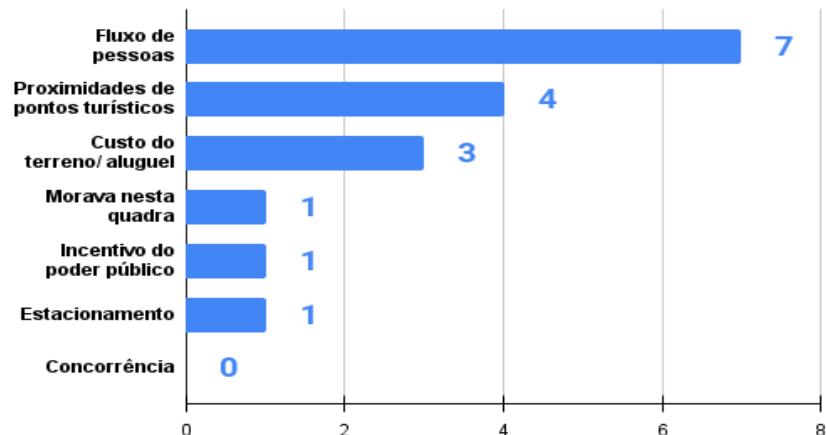
Fonte: formulário de pesquisa (2025).

Quando questionados sobre o que influenciou a escolha do ponto comercial, os empresários citaram com maior frequência o fluxo de pessoas, sendo esse o principal critério de decisão para a maioria.

Outros fatores mencionados foram a proximidade com pontos turísticos, o custo

do terreno ou aluguel, disponibilidade de estacionamento e até mesmo o fato de o proprietário já residir na mesma quadra. Um caso mencionou, ainda, o incentivo do poder público como motivador para a instalação do negócio.

Gráfico 3 - Fatores que influenciaram a escolha do ponto comercial



Fonte: formulário de pesquisa (2025).

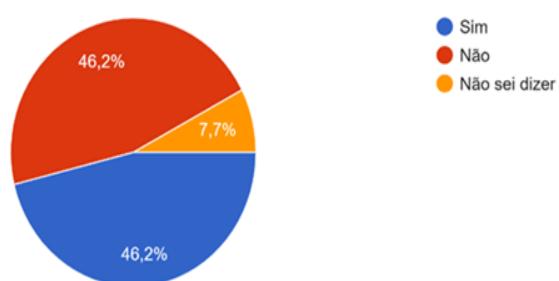
Esses dados demonstram que as decisões sobre localização são baseadas majoritariamente em critérios práticos e comerciais, mais do que em orientações técnicas ou legais.

Uma informação importante levantada pelo formulário é que, em sua maioria, os imóveis ocupados não eram originalmente destinados à atividade gastronômica.

Nesses termos, apenas três dos oito respondentes afirmaram que o local já possuía essa finalidade comercial anteriormente. Isso aponta para uma realidade em que muitos empreendedores adaptam os espaços existentes para se adequar ao negócio.

Na hotelaria, a situação é inversa: três dos cinco hotéis já funcionavam em imóveis com destinação hoteleira, o que sugere uma ocupação de áreas previamente consolidadas no zoneamento e mais alinhadas às diretrizes urbanas.

Gráfico 4 – Usos anteriores dos imóveis



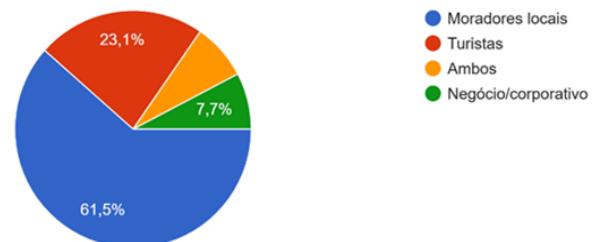
Fonte: formulário de pesquisa (2025).

A respeito do público-alvo, todos os empresários da gastronomia indicaram que sua clientela é formada majoritariamente por moradores locais, mesmo quando localizados próximos a pontos turísticos.

Na hotelaria, o cenário é mais diversificado: quatro hotéis atendem majoritariamente turistas, um atende tanto turistas quanto moradores.

Essa diferença reforça a função da hotelaria como parte essencial da cadeia turística, enquanto a gastronomia em Palmas ainda explora de forma limitada o público visitante.

Gráfico 5 – Perfil do público-alvo por setor

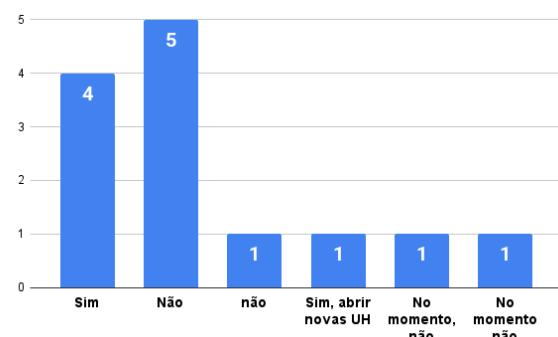


Fonte: formulário de pesquisa (2025).

Outro ponto levantado diz respeito às intenções futuras dos empresários. A maioria demonstrou interesse em expandir seus negócios, seja por meio da abertura de novas unidades ou crescimento da atual estrutura, apesar disso, nenhum dos entrevistados pretende mudar de local nos próximos anos,

Nesse quesito, apenas dois cogitando essa possibilidade, mas sem definição de novo destino ou justificativa clara. Essa permanência indica estabilidade dos pontos comerciais e clientela.

Gráfico 6 – Intenção de expansão/mudança dos empreendimentos



Fonte: formulário de pesquisa (2025).

Em suma, os dados coletados revelam uma realidade em que o setor gastronômico de Palmas cresce e se mantém a partir de decisões pautadas na prática, no mercado e na experiência pessoal dos empreendedores.

A centralização dos empreendimentos em regiões de grande fluxo e a clientela local como público

predominante são características marcantes desse panorama.

4.2 A influência do zoneamento urbano sobre a distribuição territorial dos empreendimentos gastronômicos e hoteleiros em Palmas- TO

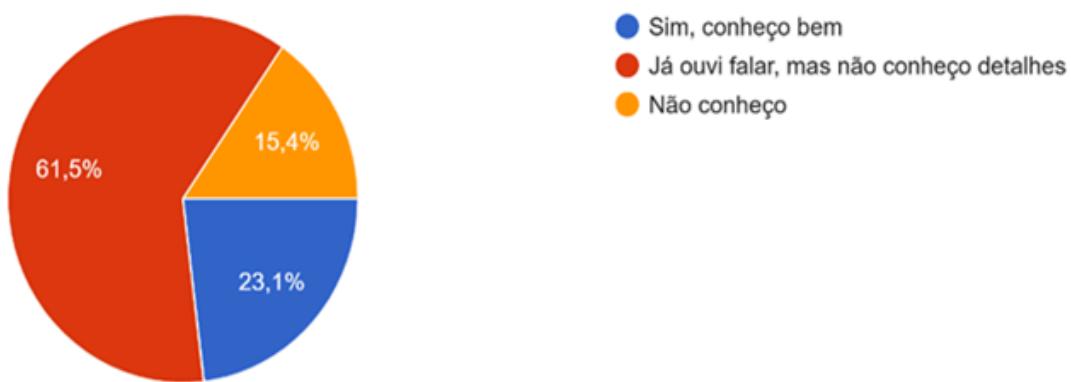
No aspecto legal, o formulário investigou o conhecimento dos empresários entrevistados sobre a Lei Complementar Municipal nº 321/2015, que regulamenta o uso e ocupação do solo urbano em Palmas para então compreender o grau de influência dessa marco legal sobre decisão de empresários dos setores gastronômicos e hoteleiros para a escolha do local de seus estabelecimentos comerciais.

No que se refere à primeira questão, os resultados indicam que há um desconhecimento geral da legislação nas duas amostras pesquisadas.

No setor gastronômico: todos os entrevistados já ouviram falar da lei, mas apenas um afirmou conhecer seu conteúdo.

Já no setor hoteleiro, há maior familiaridade sobre as regras do zoneamento urbano local, uma vez que dois entrevistados afirmaram conhecer bem a lei e dois já ouviram falar mas não conhecem os detalhes, e um deles alegou total desconhecimento da legislação em questão.

Gráfico 7 - Grau de conhecimento dos empreendedores sobre o zoneamento urbano

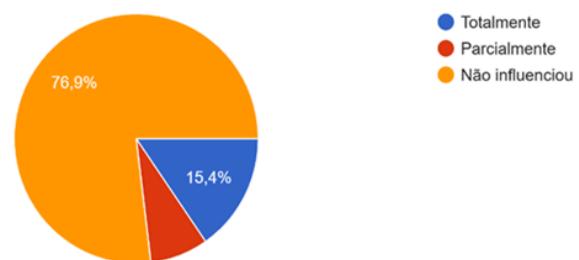


Fonte: formulário de pesquisa (2025).

Ao responder ao segundo questionamento nenhum dos entrevistados declarou que a norma influenciou de forma decisiva a escolha da localização, e apenas um citou como influência parcial

Apenas dois empresários do setor hoteleiro afirmaram que a legislação influenciou totalmente na escolha do ponto comercial, revelando maior alinhamento com o planejamento urbano em comparação com o setor gastronômico.

Gráfico 8 - Influência do zoneamento urbano na localização dos empreendimentos pesquisados

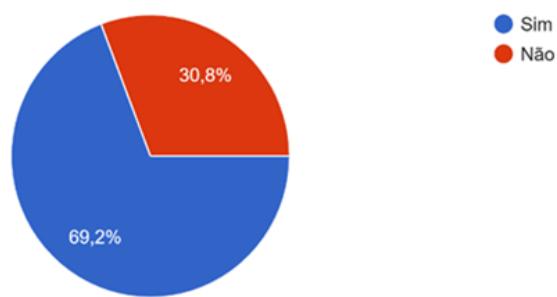


Fonte: formulário de pesquisa (2025).

Em resposta a uma última pergunta cinco dos oito empresários relataram já ter recebido visitas da prefeitura ou de órgãos fiscalizadores, especialmente em relação à localização e uso do imóvel, contudo, mesmo diante dessas visitas, o desconhecimento da legislação permanece, o que pode indicar que as ações fiscalizatórias não possuem um caráter pedagógico ou informativo, limitando-se à verificação de aspectos burocráticos e estruturais.

Na hotelaria, três dos cinco empreendimentos receberam visitas, evidenciando também uma atuação do poder público, mas possivelmente mais rigorosa devido às exigências específicas do setor, como normas sanitárias e de segurança.

Gráfico 9 – Visita e fiscalização por setor



Fonte: formulário de pesquisa (2025).

A consolidação dessas informações revela o desconhecimento da legislação de uso do solo por parte do empresariado palmense e consequentemente uma pouca relevância atribuída às regras do planejamento urbano municipal para tomada de decisões sobre os rumos dos empreendimentos hoteleiros e gastronômicos da capital tocantinense.

Por outro lado, a realização de visitas e vistorias frequentes por parte do poder público municipal pode colaborar com uma capacitação sobre a legislação

urbanística para uma maior integração entre os setores de gastronomia, turismo e planejamento urbano, visando um crescimento mais alinhado ao desenvolvimento sustentável da cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a distribuição dos empreendimentos gastronômicos associados à Abrasel-TO e hoteleiros em Palmas, no contexto da legislação de zoneamento urbano vigente, especialmente a Lei Complementar nº 321/2015.

Com base em revisão teórica, pesquisa de campo e análise dos dados obtidos, foi possível identificar uma série de aspectos relevantes sobre a relação entre o planejamento urbano da capital tocantinense e a localização atual desses estabelecimentos.

A análise demonstrou que, embora Palmas tenha sido concebida como uma cidade planejada, existe um distanciamento significativo entre a ocupação real do solo e as previsões legais.

A maior parte dos estabelecimentos gastronômicos entrevistados não ocupa imóveis originalmente destinados a esse fim e não se apoia na legislação urbanística para suas decisões de localização, optando por critérios mais práticos como fluxo de pessoas, visibilidade e custo.

Além disso, o desconhecimento da Lei Complementar nº 321/2015 por parte dos empresários evidencia uma lacuna na articulação entre o poder público e o setor privado.

No setor hoteleiro, ainda que se observe maior conhecimento e alinhamento à legislação, muitos estabelecimentos também operam com foco na viabilidade financeira e estratégica, com destaque para aqueles que ocupam imóveis já destinados à hospedagem.

A presença mais forte de turistas nesse segmento, em comparação com a gastronomia, reforça a centralidade da hotelaria na cadeia turística da cidade. Nesses termos essa pesquisa apresenta como considerações finais as divergências entre a teoria e a prática no que diz respeito à ocupação do solo pelos setores analisados.

Essa realidade evidencia a necessidade de um projeto de educação ou formação para as diretrizes das questões urbanísticas que aproximem a legislação da realidade dos empreendedores, promovam maior fiscalização educativa e estimulem o desenvolvimento sustentável do turismo local.

Dessa forma, o estudo oferece uma contribuição relevante para os debates sobre planejamento urbano, turismo e desenvolvimento econômico em cidades planejadas.

Os dados obtidos podem servir de base para ações futuras que fortaleçam a articulação entre o poder público e os setores produtivos, visando à valorização da experiência turística, à ordenação do território e à melhoria da qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

BESSA, K.; OLIVEIRA, C. F. P. Ordem e desordem no processo de implantação de Palmas: a capital projetada do Tocantins. **Geousp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 21, n. 2, p. 497-517, agosto. 2017. ISSN 2179-0892.

BJÖRK, P.; KAUPPINEN-RÄISÄNEN, H. The role of location in a successful restaurant concept. **Journal of Foodservice Business Research**, v. 17, n. 2, p. 97-113, 2014.

CELESTE FILHO, Macioniro. **A institucionalização do Turismo como curso universitário**. Dissertação (Mestrado em

Educação), Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CÉSAR, F.; STIGLIANO, M. Planejamento urbano e expansão de áreas comerciais: um estudo de caso em capitais planejadas. **Revista de Gestão Urbana**, v. 4, n. 1, p. 22-38, 2010.

CORREIA, R. L. et al. Gentrificação e reconfiguração do espaço urbano: estudo de caso em cidades brasileiras. **Cadernos de Geografia**, v. 19, n. 1, p. 105-126, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, C. Planejamento urbano e ordenamento territorial: desafios da expansão de Palmas-TO. **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 12, n. 3, p. 88-104, 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

PALMAS (TO). **Lei Ordinária nº 321 de 13 de agosto de 2015**. Dispõe sobre a divisão da Área Urbana da Sede do Município de Palmas em Zonas de Uso e dá outras providências. Palmas, TO: Assembleia Legislativa, 2015. Disponível em: https://legislativo.palmas.to.gov.br/resultado-pesquisa/?tipo_lei=1&texto=321&opcao_texto&btn_search=Search. Acesso em: 25 nov. 2025.

PALMAS (TO). **Lei Ordinária nº 386 de 17 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a divisão da Área Urbana da Sede do Município de Palmas em Zonas de Uso e dá outras providências. Palmas, TO: Assembleia Legislativa, 1993. Disponível em: https://legislativo.palmas.to.gov.br/resultado-pesquisa/?tipo_lei=1&texto=321&opcao_texto&btn_search=Search. Acesso em: 25 nov. 2025.



JANAINA MARIA ANDRADE AIRES

Possui graduação em Administração em Turismo pela Universidade Católica de Goiás. Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins – UFT e Doutorado em Engenharia de Produção na Unisinos-RS. É Professora da Área de Turismo, Hospitalidade e Lazer do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins Campus Palmas.



CAMILA ARAÚJO LANNA

Graduada pelo Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), campus Palmas. Atua como Executiva na Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Seccional Tocantins (ABRASEL).



IZABELA JÉSSICA LOPES DE ALEXANDRIA

Graduada pelo Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), campus Palmas. Atua no setor administrativo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Seccional Tocantins (ABRASEL).



MARCOS JÚLIO VIEIRA DOS SANTOS

Bacharel em direito pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) e mestre em direito pela Universidade de Brasília (UnB). Professor de ensino, básico, técnico e tecnológico substituto no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) entre os anos de 2023 e 2025.

Mercados agroalimentares alternativos: estratégia de inclusão produtiva dos agricultores familiares

Alternative agricultural markets: production inclusion strategy for family farmers

Diego Neves de Sousa^a, Palloma Rosa Ferreira.

^aEmbrapa Pesca e Aquicultura. E-mail: diegocoop@hotmail.com.

Resumo: As transformações ocorridas na dinâmica recente dos "novos mercados" têm uma lógica pautada no estreitamento das relações sociais. Isto permite com que as redes agroalimentares alternativas surgem como opção viável de inclusão aos agricultores familiares frente ao mercado convencional que segue a uma lógica capitalista. Por meio de uma revisão de literatura, este artigo propõe analisar a inserção dos agricultores familiares nas transformações ocorridas nos mercados agroalimentares e compreender a dinâmica de quais mercados têm maior potencial de inclusão produtiva deste público. Entre os resultados, postula-se que os mercados que têm maior potencialidade são aqueles que permitem a devida reprodução dos modos de vida dos agricultores familiares, bem como a comercialização equitativa de seus peculiares produtos no sistema agroalimentar. Observou-se, ainda, que há um processo de convencionalização comercial dos produtos da agricultura familiar que estão sendo usurpados pelos mercados dominantes dada as suas qualidades peculiares.

Palavras-chave: Sistemas Agroalimentares; Valores Territoriais; Agricultura Familiar; Diversificação; Comércio Justo.

Abstract: The transformations that have occurred in the recent dynamics of "new markets" have a logic based on the strengthening of social relations. This allows alternative agri-food networks to emerge as a viable inclusion option for family farmers in the face of the conventional market that follows capitalist logic. Through a literature review, this article proposes to analyze the insertion of family farmers in the transformations occurring in agri-food markets and understand the dynamics of which markets have the greatest potential for productive inclusion of this public. Among the results, it is postulated that the markets that have the greatest potential are those that allow the proper reproduction of the lifestyles of family farmers, as well as the equitable commercialization of their peculiar products in the agri-food system. It was also observed that there is a process of commercial conventionalization of family farming products that are being usurped by dominant markets due to their peculiar qualities.

Keywords: Agri-food Systems; Territorial Values; Family Farming; Diversification; Fair Trade.

Submetido em: 05/11/2024.
Aceito em: 30/09/2025.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos proliferaram ações governamentais e, também, da sociedade civil com o objetivo de articular redes agroalimentares alternativas, como forma de incluir os agricultores familiares em

mercados ditos não convencionais. Citam-se como exemplos circuitos curtos, produtos diferenciados da sociobiodiversidade, movimentos da economia solidária, mercados institucionais, denominação de origem,

indicação geográfica, certificação, marcas coletivas, dentre outras opções.

Trata-se, assim, do reconhecimento da dinâmica diferenciada desses "novos mercados" que tem aguçado o debate em diversas arenas públicas com o propósito de ampliar as potencialidades para a proposição de um novo modelo de desenvolvimento rural (Marques, Conterato; Schneider, 2016).

Este fato é motivado, conforme explicam Goodman, Dupuis e Goodman (2012) pelas redes alternativas do sistema agroalimentar, pautadas por valores territoriais imersos em construções e convenções sociais, que atribuem aos alimentos outras formas de julgamento e valoração, ligados aos aspectos sociais e culturais de determinada região em que são produzidos e consumidos. Apregoa-se, assim, que esse abastecimento alimentar, regulado por novas formas de produção e de relação entre produtores e consumidores é capaz de construir práticas fundadas em valores socioculturais e rationalidades transformadoras, contrárias as determinações capitalistas.

A partir do novo contexto da agricultura brasileira e do desenvolvimento rural, pautado em uma relação emergente com as questões alimentares e de mercados, este artigo propõe analisar a inserção dos agricultores familiares nas transformações ocorridas nos mercados agroalimentares e, assim, compreender a dinâmica de quais mercados têm maior potencial de inclusão produtiva deste público. Para isso utilizou-se de uma revisão de literatura baseada em artigos de periódicos, livros, relatórios e sites.

Além desta introdução, este artigo está dividido em mais três seções. A primeira tem o propósito de entender quais são os desafios para a adequada inclusão produtiva dos agricultores familiares. A segunda seção tem o objetivo de analisar as transformações ocorridas nos últimos anos no sistema agroalimentar

e sua relação com a emergência dos "novos mercados". Por último, apresentar as principais considerações identificadas neste ensaio teórico.

2 OS DESAFIOS DA INCLUSÃO PRODUTIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES

A agricultura de base familiar até a década de 1990, quando pensada do ponto de vista da sua importância socioeconômica, foi relegada pelo Estado Brasileiro e, respectivamente, pelas políticas públicas. A explicação está centrada no fato de que os investimentos eram direcionados aos interesses da grande exploração agropecuária e dos projetos de modernização agrícola. Com o reconhecimento da agricultura familiar enquanto categoria social, política e produtiva, a partir da implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995, algumas políticas públicas foram formuladas com o intuito de garantir sua reprodução social enquanto produtora de alimentos básicos para a alimentação, geração de empregos, bem como a manutenção e ocupação do homem no meio rural (Picolotto, 2014; Esquierdo; Bergamasco, 2014).

Esse reconhecimento institucional também tem suas implicações, como apontado por Niederle, Schubert e Schneider (2014), ao qual não deve ser entendida como algo que favoreça recomendações genéricas, dada a variedade de tipos de agriculturas familiares contempladas. Neste contexto, a agricultura familiar compreende agricultores familiares tradicionais, assentados da reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquicultores, povos da floresta, seringueiros, dentre outros povos e comunidades tradicionais, que apresentam características e modos de vida próprios (Brasil, 2023).

A agricultura familiar no Brasil é

extremamente heterogênea, apresentando uma grande variedade de formas de organização, distintas condições socioeconômicas e históricas, cultivando diferentes espécies, adotando diferentes práticas agropecuárias, acesso diferenciado a crédito e assistência técnica, além de ser desenvolvida em diferentes biomas, desde o Amazônico, passando pela Caatinga, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica, até o Pampa (Pereira et al., 2024, p.107)

Assim, as políticas de desenvolvimento rural são baseadas em múltiplos mercados, no intuito de atender as especificidades dos públicos beneficiários. Por outro lado, há unidades familiares capitalizadas que se inserem competitivamente em diversas cadeias convencionais de *commodities*, por meio da modernização tecnológica, porém esta opção está bem distante da realidade da maioria daqueles agricultores mais vulneráveis e que não conseguem se adaptar ao *treadmill* tecnológico promovido pela dinâmica dos mercados de *commodities* agrícolas (Niederle, 2017).

Os problemas e os gargalos encontrados nas unidades produtivas dos agricultores familiares pode estar associado na (in)capacidade de inserção em mercados convencionais, geralmente permeados por um contexto cada vez mais concorrido, exigente e em transformação. Por exemplo, para Maluf (2004) a restrição de renda das unidades familiares, seja pela falta de ocupação ou pela baixa remuneração do trabalho, constitui fator macroeconômico limitante à expansão dos mercados de produtos agroalimentares.

A lógica do mercado convencional não dá margem ou impõe limitações para que o agricultor familiar se insira nele, nem tampouco contribui para fidelizar os com os consumidores, devido ao enfoque dominante dos sistemas agroalimentares contemporâneos. Esses mercados hegemônicos são, cada vez mais, controlados por algumas empresas multinacionais que, no sistema

agroalimentar, têm sido conhecidas como “impérios alimentares” (Ploeg, 2008). Por sua vez, Maluf (2004, p. 319) contribui na discussão ao acentuar que “a hegemonia do sistema de transformação e de distribuição dos alimentos em grande escala é uma das principais responsáveis pela distância e pelas diferenças de expectativas entre (pequenos) produtores e consumidores”.

É o que também relata Weis (2007), ao refletir sobre o avanço dos impérios alimentares. O fenômeno refere-se a uma crescente concentração de empresas transnacionais, sobretudo as indústrias de insumos agrícolas e de agroalimentos que estão em constantes processos de fusões e de aquisições. Isto posto, verifica-se que a consequência é o poder econômico concentrado em poucas empresas, dominando largas fatias do mercado, o que distancia ainda mais da realidade dos agricultores familiares periféricos e em transição.

A tipologia dos agricultores familiares fixada no Brasil através da metodologia FAO/INCRA, classifica-os em três tipos: periféricos, em transição e consolidados. Delimita, assim, o quanto ela é unidirecional e fixa em processos ascendentes ou descendentes, “como se maior inserção em mercados fosse mais positiva ou pudesse gerar um nível mais elevado de desenvolvimento” (Whatamore et al. apud Schneider, 2016, p. 110). Esta classificação tem importância para a análise do acesso ao crédito, taxas de juros e assistência técnica, no entanto as informações sobre os mercados e suas características estão ausentes, como também definiu Weis (2007).

Para Ploeg (2008), a modernização agrícola com enfoque produtivista fez com que os agricultores familiares fossem excluídos do mercado tanto por não serem competitivos, quanto pelo poder que tem as empresas transnacionais capitalizadas de agenciar o sistema agroalimentar. Segundo Callón (2004) o poder de agência não reside apenas nos atores em si, mas

nas múltiplas e heterogêneas interações sociais que estes desenvolvem com o sistema mundo, as quais são mediadas por diferentes objetos.

Neste intento, a explicação de McMichael (2013) é que o regime dominante advindo da globalização expropria os agricultores, como condição para consolidar ainda mais a agricultura modernizante e, por consequência, o império alimentar.

Os limites da pequena produção familiar face às pressões da agricultura moderna tem sido amplamente discutidos no âmbito acadêmico, o que torna essencial debater igualmente a importância dos novos espaços da agricultura familiar, frente às significativas transformações que vem ocorrendo nos últimos anos, no sistema agroalimentar. Para ilustrar essas limitações, Wilkinson (2008) apresentou três diferentes perspectivas analíticas em torno do que se entende por unidade de produção da agricultura familiar, como verificado no Quadro 1.

Quadro 1 - Percepções sobre a agricultura familiar

PERSPECTIVAS	PERCEPÇÕES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR
Ortodoxa	É caracterizada pela falta de recursos ou pelo seu uso ineficiente.
Teoria do oligopólio	É uma balizadora de preços a favor das grandes empresas.
Enfoque na Inovação	Valorizam o setor de Pequenas e Médias Empresas (PMEs), apenas na medida em que se trata de novos entrantes, ao abrirem mercados de nicho com base em tecnologias de ponta.

Fonte: Adaptado de Wilkinson (2008).

O problema constatado na literatura, que coloca a agricultura familiar com uma imagem negativa frente ao outro segmento, neste caso os agricultores

consolidados, deve-se ao fato que é analisada a partir de contestáveis parâmetros, como a composição do valor bruto da produção agropecuária nacional, os níveis de rendimento monetário, bem como a capacidade de incorporação de tecnologias incrementais aos fatores de produção (Niederle, 2017). Além do que,

associa-se a isso um enfoque setorial e produtivista, utilizado para questionar a “insistência” do Estado em direcionar políticas (aparentemente) equivocadas para agricultores com baixa capacidade produtiva (pelo menos em face dos parâmetros definidos) (Niederele, 2017, p. 2).

Na percepção de Buainain e Garcia (2013) a vocação produtiva estaria relacionada apenas aos agricultores capitalizados e consolidados, e aos demais, excluídos do meio rural, sem condições de modernizarem, restariam às políticas sociais para a sobrevivência da família nuclear ou ampliada.

Tais políticas denominadas não contributiva, são importantes para cobrir parcialmente a insuficiência de renda das famílias rurais. Contudo, programas direcionados a inclusão produtiva tem tomado a cena nas agendas de governos, sobretudo, como forma de garantir maior autonomia e acesso a renda para os produtores, caminhando conjuntamente com as políticas de cunho social, no intuito de quebrar o ciclo geracional da pobreza (Brasil, 2023).

Sobre as mudanças necessárias para a inserção de boa parte dos agricultores familiares que estão à margem da dinâmica de mercado, há necessidade do Estado promover ações que alterem o ambiente em que o agricultor está imerso e que reforce sua capacidade de gestão da unidade familiar, por meio do acesso a políticas públicas adequadas que promovam inclusão produtiva. Desse modo, “alguns mercados são a expressão daqueles interesses e valores dominantes no sistema agroalimentar, outros abrem a possibilidade de inclusão de atores,

produtos e qualidades diferenciados" (Niederle; Schubert; Schneider; 2014, p. 47).

Em meados da década de 1990, com o reconhecimento da agricultura familiar como categoria sociopolítica e, até então, devido à invisibilidade desse público frente ao governo, foi percebido com mais nitidez a dificuldade que eles têm de inserir-se em mercados modernos globalizados e ao sistema agroalimentar, devido as dificuldades de capitalização. A partir disso, surgiu a necessidade de organizar estratégias de inclusão produtiva, na busca por alternativas de reprodução social e econômica, que contemplam as especificidades a partir de demandas da base (*bottom-up*) (Sousa, 2019a).

O termo inclusão produtiva tem ocupado lugar de destaque na agenda política nacional, sobretudo, na última década, tendo em vista que esta temática foi introduzida com mais ênfase no Programa Brasil Sem Miséria, a partir do ano de 2011, como sendo uma das estratégias principais a ser alcançada junto às diferentes categorias de agricultores familiares mais empobrecidos.

Com o apoio de diversas políticas públicas que abarcaram este programa, já que não existe uma política específica de inclusão produtiva, houve certos avanços na dinâmica de inclusão socioeconômica dos beneficiários. Mas, mesmo assim, não se pode afirmar que existe de fato uma política de inclusão produtiva no Brasil, diante as ações descontínuas, como O Programa Brasil Sem Miséria, que finalizou no ano de 2014 (Sousa; Niederle, 2018).

Deste modo, não existe um consenso uniforme sobre o conceito de inclusão produtiva, sendo abarcado por inúmeras políticas públicas, sem que os *policy makers* se preocupem com o que realmente representa, pois há diferentes noções e interpretações generalizadas que podem limitar a formulação, implementação e execução de determinada política pública nos

processos de mudança social (Sousa, 2019a). De modo geral,

seja qual for a tese, uma estratégia geralmente sobressai como solução possível/necessária para os pobres rurais. "Inclusão produtiva" se tornou um mantra para a ação do Estado e da própria sociedade civil organizada. Mas esta expressão genérica assume significados distintos, decorrência dos desacordos sobre o espaço de manobra e as alternativas que existem para os "pobres rurais" (Niederle, 2014, p. 3).

As ações de inclusão produtiva são realizadas de diversas formas, adaptadas às particularidades de cada instituição ou organização. Essas ações podem variar desde iniciativas simples, como facilitar a organização coletiva dos piscicultores para compras conjuntas de insumos de produção, até a implementação de políticas públicas mais complexas, por meio de legislação específica. Essas políticas visam beneficiar os piscicultores, reduzindo a burocracia e superando obstáculos na cadeia produtiva, permitindo assim o acesso a segmentos da cadeia que antes eram inacessíveis (Sousa, 2022).

Assim, é associado ao termo inclusão produtiva, desde a perspectiva da pluriatividade, perpassando a lógica modernizante da agricultura, por meio dos mercados convencionais, até as novas formas alternativas de redes agroalimentares, que articulam no elo entre produção e consumo, o enraizamento da localidade. No Quadro 2, a seguir, encontra-se com mais detalhes o que diversos autores entendem em relação a inclusão produtiva dos agricultores familiares.

Quadro 2 – Como se dá a inclusão produtiva na perspectiva dos autores

AUTORES	COMO SE DÁ A INCLUSÃO PRODUTIVA?
Helffand e Pereira (2012)	Por meio do mercado de trabalho fora da agricultura, além de aproveitar a elevação dos níveis de emprego urbano.
Navarro e Pedroso (2014)	Por meio do acesso à ciência e à tecnologia operada pela agricultura moderna.
Sabourin, (2014); Ploeg, (2008); Wanderley, (2014).	Por meio das formas camponesas de agricultura, capazes de articular estratégias mais autônomas baseadas na construção de novas relações com a natureza, na reprodução dos laços de reciprocidade e em uma capacidade inédita de produzir novidades técnicas e organizacionais que a ciência moderna desconhece.

Fonte: Adaptado de Niederle (2017).

É a partir da última perspectiva que será construída a próxima seção deste artigo, corroborando com as ideias de Long e Ploeg (2011), que reconhecem a capacidade que os agricultores familiares têm de criar e construir formas alternativas de produção, abastecimento e comercialização de alimentos. Isto implica que esses atores sociais do meio rural estão construindo novas formas de inserção em mercados alimentares alternativos, como forma de promover a inclusão produtiva para aqueles que estão à margem do desenvolvimento rural.

As estratégias de desenvolvimento rural são, portanto, pensadas a partir do fortalecimento concomitante de atividades agrícolas e não agrícolas (pluriatividade), com a presença de diferentes atores articulados em rede.

Na análise de Belik (2016), embora a agricultura familiar tenha avançado na construção de novos mercados, corre-se, ainda, o risco de repetir o modelo de produção e consumo massificados. Sugere que, para evitar esta situação, haja maior esforço do Estado em criar políticas

públicas combinadas com capacitações, destinadas aos agricultores excluídos do mercado. Além disso, que o poder local adote rotinas administrativas ágeis, cardápios mais adequados aos produtos da economia local e um sistema de distribuição que centralize os gêneros alimentícios recebidos dos fornecedores, de acordo com as necessidades dos beneficiários.

Portanto, como apontado por Wilkinson (2008), as últimas mudanças nas formas de intermediação entre a unidade familiar e o mercado convencional tem como desafio promover a autonomia dos agricultores familiares e suas capacidades alternativas de inclusão produtiva, ao ser levado em conta as transformações ocorridas na dinâmica recente dos "novos mercados".

3 AS TRANSFORMAÇÕES NOS SISTEMAS AGROALIMENTARES E SUA RELAÇÃO COM OS "NOVOS MERCADOS"

A mudança analítica nos estudos rurais sobre mercados passou por uma importante transformação nos últimos anos. O debate sobre mercados não é recente, mas por ora atravessa por uma discussão polarizada entre os convencionais e os alternativos, resultado de diversos enfoques característicos de cada um. A diferença entre os mercados convencionais e alternativos é que

os grandes mercados de produtos agrícolas e alimentares são, cada vez mais, governados por impérios alimentares, por outro lado, os mercados emergentes estão inseridos em novas redes sociotécnicas que visam proteger espaços específicos contra o regime imperial, e, ao mesmo tempo, possibilitar a construção de trajetórias de desenvolvimento que ultrapassem as limitações inerentes a este regime (Ploeg, 2011, p. 124).

A discussão sobre mercados apresentada por Schneider (2016), contém três formas de definição. A primeira, o mercado como *locus*, é o espaço físico em

que se realizam trocas de produtos e mercadorias. Na segunda forma, o mercado como princípio orientador da sociedade e da economia, que funciona na lógica do sistema capitalista. A última forma, e que especialmente será abordada neste artigo, é o mercado como construção social, que resulta de processos de interação entre agentes que trocam e intercambiam por diferentes motivos, econômicos, sociais e culturais, por exemplo.

Desse modo, a última definição está relacionada a necessidade de superação do modelo hegemônico produtivista da agricultura, que perpassou por uma transição no modelo de desenvolvimento rural na busca por alternativas de inclusão. Isso foi demonstrado a partir da construção social de novos espaços de comercialização para os agricultores familiares.

A ênfase recaiu nas formas alternativas de produção e consumo de alimentos focado na preocupação maior de se criar, operacionalizar e consolidar novas relações sociais, no interior do sistema agroalimentar (Ploeg *et al.*, 2000), além do papel desempenhado pelos consumidores na construção das redes agroalimentares de comércio e do processo de (re)localização da produção de alimentos (Goodman; Dupuis; Goodman, 2012). Pois, assim, é possível entender as implicações intrínsecas na construção de mercados alternativos que tenham como pré-requisito primordial a qualidade, ou seja, que valorizem os aspectos sociais e culturais dos territórios, em que emergem a produção local de alimentos, visto a perspectiva da virada para a qualidade (*quality turn*) (Goodman, 2003). A qualidade é um conjunto de normas que define as características de um produto com relação às necessidades do consumidor, às suas experiências e percepções. Portanto, é subjetiva, mas a valoração da qualidade é influenciada sobremaneira pelas normas sociais (Brunori; Malandrin, 2016).

De acordo com Sonino e Marsden (2006), a dicotomização existente entre os mercados ditos convencionais (globais) e alternativos (locais), em torno do contexto da agricultura familiar, tem a ver com a dificuldade de delimitar os atores sociais presentes e as fronteiras que os perpassam, mas, por outro lado, se revelam consideravelmente bem relacionados, híbridos e concorrentes entre si.

A diferenciação desses dois tipos de mercado é resultado dos múltiplos enfoques característicos de cada um. Os mercados convencionais são aqueles atrelados as cadeias globais de valor das *commodities*, controlados por transnacionais, sem vínculo com a localidade e que tem a finalidade de *standardização* de produtos, processos e pessoas. Por outro lado, os mercados alternativos são reconhecidos a partir da localidade em que estão inseridos e na relação direta entre compradores e vendedores, numa lógica de cadeias curtas com a capacidade de (re)ssocialização e (re)espacialização dos alimentos, baseados em especificidades do meio rural (Niederle; Schubert; Schneider, 2014). Por sua vez, ambos os mercados são socialmente construídos.

É fato que

o sistema alimentar de um território dado pode compreender diferentes subsistemas alimentares que são mais ou menos baseados em práticas agrícolas convencionais ou agroecológicas; na agricultura familiar, empresas artesanais ou ainda grandes empreendimentos; mais ou menos conectados aos mercados (internacional, regional, nacional, local), certificados ou não. Em certos casos, esses subsistemas alimentares podem coexistir, se tornar interdependentes, interagir ou mesmo se hibridizar (Sabourin *et al.*, 2022, p. 20).

Ainda no debate sobre os mercados hegemônicos e alternativos, autores como Ploeg, Jingzhong e Schneider (2012) corroboram na análise, ao assinalarem que

os mercados gerais de produtos agroalimentares são, cada vez mais, administrados por impérios alimentares, enquanto os mercados emergentes são inseridos em novas redes sociotécnicas que tem o propósito de proteger espaços específicos contra o regime ditatorial.

Esses autores contribuem nessa discussão, ao esquematizar um quadro comparativo com as principais características dos mercados agroalimentares gerais e dos emergentes, de acordo com quatro perguntas orientadoras, que se encontram descritas no Quadro 3.

Quadro 3 – Diferenças entre os mercados agroalimentares gerais e os emergentes

PERGUNTAS	MERCADOS GERAIS	MERCADOS EMERGENTES
Quem possui o quê?	A maioria das relações entre produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos são controlados por impérios alimentares.	Circuitos curtos que interligam o produtor e o consumidor de alimentos. Estes circuitos curtos são apropriados ou coapropriados pelos agricultores.
Quem faz o que?	O papel dos agricultores é limitado a entrega de matérias-primas para a indústria alimentar.	O papel dos agricultores é estendido para o processamento, venda direta e os processos de produção que melhor atende as expectativas dos consumidores.
Quem recebe o quê?	A distribuição do valor agregado é altamente enviesada; a maior riqueza está acumulada nos impérios alimentares.	Os agricultores recebem uma parcela maior do valor agregado total.
O que é feito com os excedentes?	A riqueza acumulada é usada para financiar o controle contínuo do império alimentar (assumindo o controle de outras empresas etc.).	A renda extra é usada para aumentar a resiliência da produção de alimentos para fortalecer a agricultura familiar multifuncional e melhorar os modos de vida.

Fonte: Adaptado de Ploeg, Jingzhong e Schneider (2012, p.142).

No entanto, “enquanto a dinâmica das cadeias globais de mercadorias está na agenda de estudo há longa data, permanecem indagações sobre as expressões e as compreensões dos “novos mercados” (Niederle; Schubert; Schneider, 2014, p. 43), motivados pela incipiente dinâmica socioeconómica dos agricultores familiares. Isso tem ocorrido, principalmente, nos últimos anos, pelos estudos rurais terem despertado maior interesse na perspectiva de mercados não convencionais, rompendo com as relações de oferta e demanda e priorizando as relações com a construção social dos mercados.

Esses novos mercados, conforme salientam Wu, Ding e Ye (2016), são segmentos específicos de mercados gerais

no âmbito global mais amplos de alimentos e produtos agrícolas. Estão imersos nos mercados gerais e grandes, por meio de determinados arranjos institucionais e são apoiados por infraestruturas específicas, o que possibilita dinâmicas diferenciadas. Desse modo, esses novos mercados aparecem como forma de compensar as deficiências dos velhos mercados, bem como uma forma de resistir a eles (Ye; Wang, 2011).

No contexto atual, a crescente preocupação da população em obter alimentos de qualidade e livres de agrotóxicos é evidente, visando evitar danos à saúde. Nessa realidade, observa-se uma variedade de preferências alimentares e exigências de qualidade que escapam à uniformidade dos mercados.

Por outro lado, a pobreza, exacerbada pela disparidade de renda, impede que grande parte da população participe como consumidora do mercado padronizado dominante (Pitaluga; Le Bourlegat, 2021, p. 409). Neste cenário, a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar é acessível a populações de baixa renda, assim como para um público que vem se dedicando a consumir alimentos saudáveis e ambientalmente sustentáveis (Ribeiro *et al.*, 2022).

Assim, a atenção se direciona para um contexto mais amplo, no qual incluem sistemas de produção de alimentos regenerativos e resilientes, compostos por diferentes variáveis que se complementam, como: ecossistemas, sistemas humanos, de energia, econômicos e de saúde, responsáveis diretamente em fornecer insumos que são determinantes, no favorecimento do sistema alimentar. O que tem propiciado alterações tanto na produção, como nas dietas alimentares na atualidade, com propostas mais sustentáveis, em resposta aos impactos calamitosos que tem pesado sobre o meio ambiente e a nutrição, gerando reflexos negativos na saúde da população (Domene *et al.* 2023).

Nesta direção, importantes dimensões estão em plena discussão na sociedade, em âmbito nacional e internacional, por meio da valorização de alimentos locais, adquiridos dos produtores familiares e da conciliação entre diversificação nutricional e preservação do ambiente. Levar em consideração essas dimensões ajuda a trabalhar no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sobretudo, dos ODSs direcionados a erradicar a fome, garantir a segurança alimentar, contribuir para ampliar a qualidade nutricional e promover a agricultura sustentável (Hungria; Siqueira, 2024).

Dentre os possíveis mercados de acesso aos agricultores familiares, Wilkinson (2008) apresentou quatro principais formas tradicionais: o acesso

direto (mercado informal), intermediação de atravessadores, integração com a agroindústria e compras por parte do poder público (mercado institucional). O acesso direto via mercado informal e local passa por uma maior fiscalização e legalização da inspeção sanitária. O atravessador está perdendo espaço para os supermercados, que tem se tornado ator destacado no sistema agroalimentar, com exigências maiores em termos de classificação e logística. Enquanto a agroindústria exige patamares ainda mais altos de qualidade e volume. Já as compras do mercado institucional estão prescindidas de licitações para atender as demandas de instituições locais.

Além desta identificação, Wilkinson (2008) elaborou uma tipologia de mercados possíveis e em transformação, aptos para o acesso dos agricultores familiares, baseado numa proposta comparativa entre os "velhos" e "novos" mercados. A ideia foi distinguir o mercado de *commodities*, considerado velho e tradicional, também de importante significância para a unidade familiar e, de outro lado, a emergência de um conjunto de "novos" mercados, pautados em dinâmicas de interação e em processos de diferenciação, tais como: especialidades de nicho, orgânicos, artesanais, solidários e institucionais. Para melhor conhecimento desta classificação, o Quadro 4 sumariza estes mercados com os seus respectivos perfis e desafios para os agricultores familiares.

Quadro 4 – Tipologia de mercados para Agricultura Familiar

MERCADO	PERFIL	DESAFIOS
Commodities	Velhos e novos mercados locais e à distância	Padronização, legislação, qualidade mínima e escala
Especialidades	Discriminando por grau de associação com localidade/tradição	Concorrência de novos entrantes
Orgânicos	Grau de associação a saúde e/ou a um modo específico de produção	Certificação, escala e pesquisa
Artesanais	Denominação de origem ou não	Qualidade, normas técnicas, autenticidade, ação coletiva
Solidários	Identificação ou não com a agricultura familiar, mercados de alta e baixa renda	Escala, Variedade, Qualidade
Institucionais	Licitações, oferta para varejo	Qualidade, variedade e escala

Fonte: Wilkinson (2008, p. 17).

Por meio das informações apresentadas no Quadro 4, verifica-se as novidades encontradas nos emergentes mercados localizados. Segundo Mior (2006), o entendimento acerca do mercado sob a abordagem da localização e da diversidade, tende a enfatizar a necessidade de autonomia por parte dos agricultores familiares, frente às tendências homogeneizadoras de forças da globalização. Assim é possível a valorização de alimentos locais (*locality food*) que possuem atributos diferenciados de qualidade, a partir das especificidades de recursos territoriais (materiais e imateriais) e que, por consequência, cria condições de se diferenciar dos demais produtos *standardizados*, em um determinado contexto.

Esses "novos" mercados são construções sociais baseadas em especificidades próprias, uma vez que "as relações econômicas estão imersas em redes de relações sociais, políticas e culturais que funcionam como instituições que orientam as práticas e geram um sistema de regras e dispositivos que regulam o ordenamento da vida social" (Schneider, 2016, p. 118).

Essas construções são enraizadas (*embedded*) em relações socioculturais, geralmente entendidas em termos de laços de proximidade, entre atores sociais pertencentes a uma mesma localidade, em que o apelo comercial está estritamente relacionado à localidade, tradição, origem,

natureza ou modo de produção (Niederle; Schubert; Schneider, 2014).

Para Sonino e Marsden (2006), a noção de embeddedness tornou-se uma prática abreviada para os laços sociais assumidos para modificar e dinamizar as interações econômicas humanas. Este conceito nos estudos do sistema agroalimentar tem contribuído para enfatizar melhor o caráter social do emaranhado (*emmehed*) das redes alternativas agroalimentares. Nesse sentido, outros autores explicam também a importância das relações sociais nos mercados, na qual é possível o acesso dos agricultores familiares e no que podem se diferenciar dos demais agricultores convencionais. Com efeito,

essa densa rede de relações sociais constitui o componente de enraizamento social da ação econômica, a qual, [...] explicaria porque empreendimentos provenientes da agricultura familiar, aparentemente sem condições de se manter frente às pressões exercidas pelos atores globais das cadeias de valor, conseguem se reproduzir e, em alguns casos, obter certas vantagens competitivas (Niederle; Schubert; Schneider, 2014, p. 51-52).

Neste intento, Goodman, Dupuis e Goodman (2012) demonstram que as redes alimentares alternativas pautadas pela revalorização das práticas alimentares, vinculadas aos territórios rurais localizados são capazes de

desenvolver "novos espaços econômicos". Por sua vez, relatam que estes espaços alternativos podem ser apropriados pelo mercado convencional, com o propósito de responder as demandas (*demand driven*) dos consumidores por produtos locais, orgânicos, tradicionais, sustentáveis, mais solidários e justos (*fair trade*) que estão em evidência.

A consolidação das redes alimentares alternativas assume características distintas do mercado convencional, ainda mais quando se pensa nos atores e a história de cada território imerso em um mesmo contexto sociopolítico e local (Sonino; Marsden, 2006). Ou seja, a definição do que é qualidade e o quão alternativa são as redes alimentares, depende das características intrínsecas ao enraizamento social e local. Segundo Sonino e Marsden (2006), não somente as redes alimentares alternativas são enraizadas em instituições sociais, culturais e políticas, mas também as redes alimentares convencionais devem ser assim consideradas.

Com o aumento da discussão sobre a relocalização entre produção e consumo local de alimentos, surgem outras interpretações diferenciadas acerca das características dessa produção local e sua finalidade. Desse modo, aparece com a construção de tais novos mercados, o conceito de mercados aninhados (*nested markets*), como abordado nos estudos de Ploeg (2011, 2014, 2016), Ploeg, Jingzhong e Schneider (2012) e Wu, Ding e Ye (2016). Para Ploeg (2011), esse termo consiste em um conjunto de transações distintas, envolvendo produtos e serviços específicos, entre fornecedores e compradores, que obedecem às normas próprias e, por consequência, geram benefícios particulares. Assim, os mercados aninhados auxiliam na compreensão dos processos de desenvolvimento rural como respostas multifacetadas e de múltiplos níveis às falhas de mercado, associadas às dinâmicas dos mercados globais de

commodities para a produção agrícola e alimentar. "Enfrentar essa situação consiste em criar soluções locais para problemas globais, tratando de promover produtos altamente diferenciados, além de estilos de agricultura emergentes" (Ploeg, 2011, p. 137).

Nessa mesma direção, Ploeg, Jingzhong e Schneider (2012) explanam que os *nested markets* delineiam um espaço em que as relações sociais alternativas, tendências, identidades e as transações podem ser construídas. Esses novos mercados aninhados possuem fronteiras permeáveis, pelos quais novos agricultores podem entrar, pois não há monopólio, assim como o mercado pode se expandir, contrair ou diferenciar-se internamente (Ploeg, 2016). Em outras palavras, o mercado aninhado está integrado ao mercado geral, mas como segmento específico, que possui diferentes inter-relações, dinâmicas, e formas de governança e, por conseguinte, proporciona impacto diferenciado. No Brasil, um interessante e inovador exemplo de mercado aninhado e que produz sinergia é o institucional, que permite a cooperação entre movimentos rurais, agricultores familiares e o Estado, para alcançar os resultados esperados pelos beneficiários e envolvidos no processo.

Tendo como horizonte as perspectivas supracitadas, para Sonino e Marsden (2006), o termo "*nested*" pode provocar dificuldades de entendimento e interpretação. Não obstante, postulam que todos os mercados são *nested* ou *embedded*, assim como todos os mercados são governados de uma forma ou outra por determinado conjunto de instituições.

Portanto, as transformações ocorridas no sistema agroalimentar, a partir da diversificação de estratégias adotadas nos mercados locais e nos circuitos curtos permitem, assim, reconectar os agricultores familiares enraizados localmente com os consumidores, perfazendo num emergente

elo do sistema alimentar localizado que precisa de mais atenção por parte dos atores sociais que constroem e que fazem parte dos mercados alternativos.

4 CONCLUSÃO

São múltiplos os mercados e espaços do meio rural que os agricultores familiares podem alcançar a inclusão produtiva, porém são poucos que permitem sua reprodução socioeconômica, autonomia e empoderamento, como categoria sociopolítica institucionalizada. O desafio a ser enfrentado é que as múltiplas agriculturas familiares tendem a perder o poder de agência na interação com os mercados hegemônicos.

A alternativa está nos “novos” mercados que estão enraizados e aninhados em laços sociais, reproximando os agricultores familiares dos consumidores no sistema agroalimentar localizado. Para isso, entra em cena qualidades e características socioculturais intrínsecas das diferentes categorias da agricultura familiar, capilarizadas no decorrer do território, que as diferenciam dos mercados tradicionais. Nessa perspectiva, pode-se inferir que os “novos” mercados são mais *embeddedness* do que os tradicionais mercados, diante da necessidade de aninhar os atores sociais envolvidos junto ao mercado alternativo e, assim, promover suas especificidades.

Por último, na perspectiva dos discursos alternativos sobre o alimento, os mercados que têm maior potencialidade de inclusão dos agricultores familiares são aqueles que permitem a devida reprodução dos seus modos de vida, bem como a comercialização equitativa de seus peculiares produtos no sistema agroalimentar. Isto faz com que haja certa diferenciação em relação aos demais mercados concorrentes, por meio da agregação de valor. Entretanto, com o sucesso do conjunto de qualidades

(valores territoriais) atribuídas aos produtos da agricultura familiar está havendo uma apropriação das especificidades locais pelo capital, acarretando na convencionalização comercial desses produtos.

REFERÊNCIAS

BELIK, W. Os limites para a expansão dos mercados locais. In: MARQUES, F. C; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 183-2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **A Inclusão Produtiva como eixo de política pública de combate à pobreza e redução das desigualdades: contexto latino-americano e questões para a realidade brasileira**. Brasília, DF: MDS, 2023. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/relatorio/relatorio_277.pdf. Acesso em: 4 nov. 2024.

BRUNORI, G; MALANDRIN, V. Os jogos políticos da relocalização entre esfera pública e esfera de mercado. In: MARQUES, F. C; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 143-157.

BUAINAIN, A. M; GARCIA, J. R. Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda têm alguma chance como agricultores? In: CAMPOS, S.K; NAVARRO, Z. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** Brasília, DF: CGEE, 2013. p.29-70.

CALLÓN, M. Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado: o papel das redes sócio-técnicas. In:

PARENTE, A. (org.). **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 64-79.

DOMENE, S. M. Á, et al. Segurança alimentar: reflexões sobre um problema complexo. **Estudos Avançados**, v. 37, n. 109, 2023.

ESQUERDO, V. F. S; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba/SP, v. 52, 2014.

GOODMAN, D. The quality turn and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, v. 19, n.1, p. 1-7, 2003.

GOODMAN, D; DUPUIS, E; GOODMAN, M. **Alternative food networks**. London/New York: Routledge, 2012.

HELDFAND, S; PEREIRA, V. Determinantes da pobreza rural e implicações para as políticas públicas no Brasil. In: BUAINAIM, A. M. et al. **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília: IICA, 2012.

HUNGRIA, M.; SIQUEIRA, J. O. Onde a ciência nos levou e que caminhos pode nos ajudar a trilhar. In: HUNGRIA, M (org.). **Segurança alimentar e nutricional: o papel da ciência brasileira no combate à fome**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2024.

LONG, N; PLOEG, J. D. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (org.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação

de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.

MARQUES, F. C; CONTERATO, M. A; SCHNEIDER, S. (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

MCMICHEL, P. **Food regimes and agrarian questions**. Nova Scotia: Fernwood, 2013.

MIOR, L. C. Desenvolvimento rural: contribuição da abordagem das redes sociais e sociotécnicas. In: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006. p. 268-293.

MURDOCH, J. Networks – a new paradigm of rural development? **Journal of Rural Studies**, n.16, p.407-419, 2000.

NAVARRO, Z; PEDROSO, M. T. M. A agricultura familiar no Brasil: da promessa inicial aos impasses do presente. **Revista Econômica do Nordeste**, Ed. Especial, 2014.

NIEDERLE, P. A. Afinal, que inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. In: Oficina “**Agricultura familiar: perspectivas atuais e futuro**”. MDA: Brasília, 2017.

NIEDERLE, P. A; SCHUBERT, M. N; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e um modelo de mercados múltiplos. In: DOULA, S; FIÚZA, A. L; TEIXEIRA, E. C; REIS, J; LIMA, A. L. (org.). **A agricultura familiar em face das transformações na dinâmica recente dos mercados**. Viçosa: Suprema, 2014. v. 1, p. 43-68.

PEREIRA, P. A. A.; MORI, S. S. O. FERRAZ, R. M.; MELO, W. F. Agricultura familiar e a necessidade de reinventar a extensão agropecuária para erradicar a fome. In: HUNGRIA, M (org.). **Segurança alimentar e nutricional: o papel da ciência brasileira no**

combate à fome. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2024.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba/SP, v. 52, 2014.

PITALUGA, Christiane Marques; LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Ecossistemas de inovação e as cadeias curtas no abastecimento de alimentos saudáveis às populações vulneráveis em Mato Grosso do Sul durante a pandemia da Covid-19. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 29, n. 2, 2021, p. 404-426.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. *Sociologias*, v. 13, n. 27, p. 114-140, 2011.

PLOEG, J. D. Newly emerging, nested markets: a theoretical introduction. In: HEBINK, P.; PLOEG, J. D.; SCHNEIDER, S. (Ed.). **Rural development and the construction of new markets**. Haia: Routledge, 2014, Cap. 2.

PLOEG, J. D. Mercados aninhados recém criados: uma introdução teórica. In: MARQUES, F. C; CONTERATO, M. A; SCHNEIDER, S. (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 361-380.

PLOEG, J. D. *et al.* Rural development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, p. 391-407, 2000.

PLOEG, J. D. V; JINGZHONG, Y; SCHNEIDER, S. Rural development through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. *Journal of*

Peasant Studies, v. 39, n. 1, p. 133-173, 2012.

RIBEIRO, M. E.; BERALDO, K. A.; MENDONCA, R. M. G.; SOUSA, D. N. Estudo de mercado para as cestas de alimentos da agricultura familiar no Tocantins em tempos de pandemia de Covid-19. *Colóquio - Revista Do Desenvolvimento Regional*, v. 19, p. 132-148, 2022.

SABOURIN, E.; GRISA, C.; MALUF, R. S.; ELOY, L. **Abordagens em termos de sistemas alimentares e território no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022. p. 13-36

SABOURIN, E. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In: **Oficina “Agricultura familiar: atuais perspectivas e futuro”**. Brasília: NEAD, 2014.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C; CONTERATO, M. A; SCHNEIDER, S. (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p.93-140.

SONINO, R; MARSDEN, T. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. *Journal of Economic Geography*, v. 6, p. 181-199, 2006.

SOUSA, D. N. Políticas públicas de inclusão produtiva de agricultores familiares: entre continuidades e descontinuidades na agenda política brasileira. *Mundo Agrário* (La Plata), v. 22, p. e179, 2022.

SOUSA, D. N. **Mediadores sociais e políticas públicas de inclusão produtiva da agricultura familiar no Tocantins**: (des)conexões entre referenciais, ideias e práticas. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do

Sul, Porto Alegre, 2019a.

SOUSA, D. N. O que se entende por inclusão produtiva dos agricultores familiares? Um estudo de revisão bibliométrica. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 36, p. 1-13, 2019b.

SOUSA, D. N.; NIEDERLE, P. A. A produção científica brasileira sobre o que se entende por inclusão produtiva: um recorte temporal entre 2005 a 2016. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 1, p. 15-32, 2018.

WANDERLEY, M. N. B. Que territórios, que agricultores, que ruralidades? In: CAVALCANTI, J.S; WANDERLEY, M.N.B. NIEDERLE, P.A. (Orgs.). **Participação, território e cidadania**. Recife: UFPE, 2014.

WEISS, T. **The global food economy**. London: Zed Books, 2007.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: O novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

WU, H; DING, B; YE, J. Desenvolvimento rural e a construção de novos mercados

aninhados na China. In: MARQUES, F. C; CONTERATO, M. A; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 361-380.

YE, J.Z; WANG, W. The rise of nested market: Resistance to infinitive market and modern agriculture. **Guizhou Social Science**, 32, p. 48-54, 2011.



DIEGO NEVES DE SOUSA

Doutor em Desenvolvimento Rural, Bolsista de Produtividade, Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora do CNPq, Nível 2. Analista da Embrapa Pesca e Aquicultura..



PALLOMA ROSA FERREIRA

Pós-doutoranda em Desenvolvimento Regional (UFT).

AGRADECIMENTOS

Pesquisa realizada com apoio do CNPq.

Neoliberalismo, constitucionalização da austeridade e a corrosão da justiça social

Neoliberalism, constitutionalization of austerity and the corrosion of social justice

Lucas Gonçalves da Silva^a, Camilla Ellen Aragão Costa.

^aUniversidade Federal de Sergipe. E-mail: lucasgs@uol.com.br.

Resumo: Os objetivos do presente trabalho consistiram em analisar como se interseccionam o neoliberalismo, a constitucionalização da austeridade e a corrosão da justiça social. Para essa finalidade, buscou-se, de maneira específica, trazar algumas reflexões sobre a racionalidade neoliberal, inferindo os seus aspectos primordiais na produção de um modo de atuar que subordina sujeitos e os próprios Estados; o papel dos Estados e das crises como catalisadores da adoção das políticas de cunho neoliberal e, em última análise, austeritário; o constitucionalismo da austeridade e os seus respectivos reflexos no estado dos direitos sociais; e, por fim, analisar como referido fenômeno encontrou aderência na ordem jurídica brasileira, com a sua representação mais aguda na Emenda Constitucional n. 95, de 2016. O método utilizado é o hipotético-dedutivo, com perscrutação em livros, artigos, documentos, dissertações, teses, entre outros, como elemento crucial para estruturação das noções externadas no texto.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Racionalidade; Crise; Austeridade; Direitos Sociais.

Abstract: The objectives of this study aimed to analyze the intersection of neoliberalism, the constitutionalization of austerity, and the erosion of social justice. Specifically, the study sought to outline reflections on neoliberal rationality, highlighting its fundamental aspects in shaping a mode of action that subordinates both individuals and states; the role of states and crises as catalysts for adopting neoliberal and ultimately austerity policies; the constitutionalism of austerity and its impact on the state of social rights; and finally, to examine how this phenomenon has manifested in Brazilian legal order, most notably through Constitutional Amendment No. 95 of 2016. The method employed was hypothetico-deductive, drawing on books, articles, documents, dissertations, theses, among others, as crucial elements in developing the concepts expressed in the text.

Keywords: Neoliberalism; Rationality; Crisis; Austerity; Social Rights.

Submetido em: 27/06/2024.

Aceito em: 15/10/2025.

1 INTRODUÇÃO

Observa-se uma ascensão na implementação de políticas de cunho neoliberal em nível global, o que em grande parte se deve ao fato de que o neoliberalismo, diferente do modelo capitalista anterior, se impôs como uma racionalidade (Dardot; Laval, 2016). Essa racionalidade, por seu turno, tem várias facetas. Produz “certas maneiras de viver,

certas subjetividades” (Dardot; Laval, 2016, p. 402) e se projeta não apenas em relação às pessoas, mas também aos Estados.

Através dessa racionalidade a virada neoliberal ganhou forma e essa norma de viver encontrou aderência a ponto de comandar as relações econômicas mundiais. Introjetando no ideário popular a exaltação da individualidade e competitividade aguda, as críticas ao

(Estado de) bem-estar social se tornaram mais penetráveis, até que se obtivesse algum nível de consentimento necessário à implementação das medidas do receituário neoliberal.

O Estado, por sua vez, passou a ter papel fundamental na qualidade de garantidor na implementação dessas políticas reestruturantes e que se coadunam com os desejos da agenda neoliberal. É precisamente nas crises que a adesão a essas políticas contraditoriamente ganha espaço, sobretudo aquelas de matriz austertária, passando a provocar reformas estruturais e inclusive constitucionais, concebendo o que se designa como constitucionalismo da austerdade.

Os objetivos do presente trabalho, a partir desse cenário, consistiram em analisar como se interseccionam o neoliberalismo, a constitucionalização da austerdade e a corrosão da justiça social. Para essa finalidade, buscou-se, de maneira específica, trazar algumas reflexões sobre a racionalidade neoliberal, inferindo os seus aspectos primordiais na produção de um modo de atuar que subordina sujeitos e os próprios Estados; o papel dos Estados e das crises como catalisadores da implementação das políticas de cunho neoliberal e, em última análise, austertário; o constitucionalismo da austerdade e os seus respectivos reflexos no estado dos direitos sociais; e, por fim, analisar como referido fenômeno encontrou aderência na ordem jurídica brasileira, com a sua representação mais aguda na Emenda Constitucional nº 95, de 2016.

Para estruturação das noções do trabalho, utilizou-se da metodologia hipotético-dedutiva, com perscrutação em livros, dissertações, teses, artigos, documentos, entre outros, como elemento crucial para estruturação das noções externadas no texto.

Para este trabalho, foram traçadas as seguintes hipóteses: a demonstração de

como o neoliberalismo modula a subjetividade dos sujeitos ao disseminar uma razão de mercado, demonstrará como a injeção dos princípios da competição, eficiência e autorresponsabilização, influenciará na forma como os sujeitos relacionam-se entre si; expor a introdução do neoliberalismo, a partir do constitucionalismo austertário, auxiliará a compreender as desigualdades sociais causadas pela fragilização do programa constitucional; a discussão da Emenda Constitucional nº 95/2016 evidenciará os prejuízos oferecidos à efetivação dos Direitos Sociais e Econômicos, institucionalizando-se a promoção das desigualdades sociais.

2 NEOLIBERALISMO: RACIONALIDADE CONSTRUTORA DA SUBJETIVIDADE

O neoliberalismo é mais comumente associado a um conjunto de políticas relacionadas à privatização da propriedade e dos serviços públicos e à redução do Estado social (Brown, 2019). No entanto, como asseveraram Dardot e Laval (2016):

o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. (Dardot; Laval, 2016, n. p).

Efetivamente, a racionalidade neoliberal se propõe como um modelo à sociedade, que tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e subjetivação (Loch, 2019). Assim, segundo Dardot e Laval (2016):

o neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência. (Dardot; Laval, 2016, n. p).

Nesse sentido, compreender o neoliberalismo pressupõe algumas reflexões sobre aspectos primordiais desta forma de atuar que submete tanto as pessoas quanto o Estado às regras do mercado (Loch, 2019).

O primeiro passo para compreender a sua arquitetura é constatar que diferente do modelo capitalista anterior, o neoliberalismo vai além do acúmulo desenfreado. Resultando de um processo histórico de construção estratégica, viabilizado através de práticas discursivas e institucionais, “o neoliberalismo se impôs como a nova razão do mundo” (Dardot; Laval, 2016, n. p). Sua norma fundamental é a competição aguda introjetada na subjetividade dos indivíduos pelo capital e mercado, além da consequente exaltação do individualismo em detrimento da coletividade (Dardot; Laval, 2016).

Destaca Harvey (2008) que a competição generalizada, assim considerada aquela que se espalha entre indivíduos, entre empresas e entre entidades territoriais, representa a virtude primordial da teoria neoliberal.

Loch (2019):

Nesta nova forma social, tudo é mercado. A palavra ainda é a mesma do liberalismo clássico, mas seu conceito se transformou. Não se trata mais de um ambiente natural de livre circulação de mercadorias. É um processo que utiliza motivações subjetivas e competências específicas. Concebe-se, portanto, como um processo de autoformação do sujeito econômico, é autoconstrutivo [...] a razão neoliberal atua como construtora da subjetividade, transformando tanto as pessoas quanto o Estado em sujeitos mercadológicos e empreendedores. (Loch, 2019, p. 86-89).

Nesse sentido, essa subjetividade construída pela razão neoliberal, que é essencialmente mercadocêntrica, individualista e competitiva, engendrou na fabricação de um novo sujeito, o “sujeito empresarial” ou “homem-empresa” (Loch, 2019; Dardot; Laval, 2016).

Dardot e Laval (2016, n.p.) destacam que o neoliberalismo define certa “norma de vida” que, a um só tempo, impõe a cada um de nós que vivemos num universo de competição generalizada, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado e promove a mudança até o indivíduo, que é instado a se comportar como uma empresa.

Assim, segundo Silva, Nascimento e Costa (2023, p. 1580):

[...] os desafios à individuação do sujeito persistem de sociedade para sociedade, e, atualmente, pioram conforme o neoliberalismo hegemoniza-se. Notórias são as constantes limitações que os sujeitos sofrem pelo sistema econômico, os incapacitando de exercer suas particularidades, porque a escolha é algo que precisa ser dominado no modelo econômico amplamente proposto. (Silva; Nascimento; Costa, 2023, p. 1580).

De fato, de acordo com Dardot e Laval (2016), mediante técnicas refinadas de motivação, estímulo e incentivo, a racionalidade neoliberal produz esse novo sujeito, que age como se fosse realmente uma empresa, imersa em um universo de competição intensa. Esse novo sujeito, o “sujeito empresarial” ou “homem-empresa”, seguindo a lógica neoliberal, deve agir visando maximizar seus resultados e lucros, assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos.

Segundo Soares (2010):

Os pobres devem tornar-se “microempreendedores” criando seus próprios “pequenos negócios”. É a nova cara da mercantilização do social: tudo não só pode, como deve ser resolvido no “mercado”, inclusive a sobrevivência. Depender do Estado é considerado uma “vergonha”, uma “limitação”. (Soares, 2010, p. 17).

A racionalidade neoliberal pressupõe como cânones a noção de que o sujeito empresarial é o “empreendedor de si mesmo” (Dardot; Laval, 2016, n.p.). Como consequência, os resultados obtidos na vida são vistos exclusivamente como

consequência de percursos, bem-sucedidos ou não, de realização pessoal, o que Pierre Dardot e Christian Laval (2016) consideram como uma prática que visa a produzir formas mais eficazes de sujeição.

Segundo Brown (2019), trata-se da ideologia de que a vida é determinada pela responsabilidade pessoal e competição no mercado. Para Chauí (2020), essa ideologia:

[...] define o indivíduo não como membro de uma classe social, mas como um empreendimento, uma empresa individual ou “capital humano”, ou como empresário de si mesmo, destinado à competição mortal em todas as organizações, dominado pelo princípio universal da concorrência disfarçada sob o nome de meritocracia (é o que chamo de neocalvinismo). (Chauí, 2020, p. 321).

Ugá (2008), por sua vez, investigando os aportes teóricos dos ideais neoliberais fundadores, em particular de Friedrich Hayek, vaticina que, para este:

se alguém está desempregado ou é miserável não pode ser visto como culpa do sistema, mas sim de sua falta de destreza, esforço ou, ainda, sorte. A responsabilidade é, portanto, individual, e não social. (Ugá, 2008, p. 51).

Em linhas gerais, o sucesso e o fracasso são interpretados sob o ponto de vista da responsabilidade individual, não sendo jamais atribuídos a alguma causa de natureza externa ou sistêmica. A desigualdade social, nessa ordem de ideias, é legitimada, reforçando-se “as lógicas sociais de exclusão que fabricam um número crescente de “subcidadãos” e “não cidadãos” (Dardot; Laval, 2016, n.p.).

A construção dessa racionalidade, que desprestigia a coletividade, exalta a individualidade e a competição aguda, atribuindo ao sujeito exclusivamente o seu insucesso e empobrecimento, tem simbiose profunda com a crença neoliberal de que ao Estado compete tão somente “favorecer fortes direitos

individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio” (Harvey, 2008, n.p.).

Seguindo essa lógica, os indivíduos não necessitam do “assistencialismo” estatal porque eles são inteiramente responsáveis pelo seu próprio bem-estar (Harvey, 2008; Rafagnin, 2019).

Sendo o bem-estar, sucesso financeiro e prosperidade um assunto de competência dos sujeitos, não haveria fundamento para manter os gastos do Estado relacionados ao combate à desigualdade e estratificação social. Dito de outro modo, conforme sinalizam Dardot e Laval (2016):

se o indivíduo é o único responsável por seu destino, a sociedade não lhe deve nada; em compensação, ele deve mostrar constantemente seu valor para merecer as condições de sua existência. (Dardot;Laval, 2016, n.p.):

Por conseguinte, através da difusão da racionalidade desenhada por uma máxima neoliberal, que atribui a responsabilidade pelo sucesso ou pauperismo exclusivamente à esfera individual, o Estado Social e as políticas de redistribuição de renda passam a ser concebidos não apenas como prescindíveis, mas especialmente danosos.

Dardot e Laval (2016) abordam que uma das constantes críticas do discurso neoliberal é relacionada à “dependência à assistência” concedida pelos sistemas de assistência social. As críticas trazem consigo uma repulsa clara à justiça social, à reforma social e aos serviços sociais.

Os mesmos autores salientam que para contrapor o “Estado de bem-estar” os defensores da agenda neoliberal “alegaram a superioridade *moral* das soluções dadas ou inspiradas pelo mercado” (Dardot; Laval, 2016, n.p.). Segundo os autores:

O ‘Estado de bem-estar’ tem o efeito perverso de incitar os agentes econômicos a preferir o ócio ao

trabalho. Essa argumentação, repetida até faltar, associa a segurança dada aos indivíduos à perda do senso de responsabilidade, ao abandono dos deveres familiares, à perda do gosto pelo esforço e do amor ao trabalho. (Dardot; Laval, 2016, n.p.).

Assim, o Estado-Providência seria o responsável pelo abandono dos sujeitos aos valores da sociedade, como honestidade, esforço pessoal, levando à perda do senso de responsabilidade, à escolha do ócio. Nesse sentido, Dardot e Laval (2016) diagnosticam que:

Não é o mercado que destrói a sociedade civil com sua “sede de lucro”, porque ele não poderia funcionar sem essas virtudes da sociedade civil; é o Estado que corrói as molas da moralidade individual. (Dardot; Laval, 2016, n.p.).

As críticas de ordem moral também são conjugadas àquelas relativas à ineficiência e onerosidade do *Welfare State*: “o Estado de bem-estar é apresentado como um “peso”, um freio ao crescimento e uma fonte de ineficácia” (Dardot; Laval, 2016, n.p), não sendo diferente do que se evidencia no contexto brasileiro.

Cordeiro (2023) explicita que desde os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, o nosso programa constitucional recebe diversas críticas, alegando-se que a Constituição seria excessivamente ideológica e extensa, por possuir um extenso corpo de “normas programáticas” que, por sua vez, seriam as principais culpadas pela recessão econômica, pois drenariam recursos para custear serviços públicos que sequer deveriam ser prestados pelo Estado.

Responsabilizando a quantidade de despesas públicas pela ineficiência estatal, o discurso neoliberal é de que se torna exigível reduzir o Estado, para otimizá-lo. O Estado deve deixar de investir na seara social para se tornar mais eficiente, bem como para não se elevarem ainda mais as dívidas públicas (Rafagnin, 2019). Além desse benefício, outro diria respeito à

moralização dos indivíduos, que, livres da dependência assistencialista, assumiriam novamente a responsabilidade pelos seus triunfos ou fracassos (Dardot; Laval, 2016).

A redução do Estado nas searas sociais é, portanto, um ideal que faz parte dos ideais neoliberais (Rafagnin, 2019), sendo o discurso da onerosidade e da “desmoralização” dos indivíduos instrumentos para obtenção desse intento (Dardot; Laval, 2016; Rafagnin, 2019).

Dessa forma, Ibarra (2011) destaca que:

[...] a utopia neoliberal exalta as virtudes abstratas dos mercados, dos prêmios aos mais aptos, da competitividade, da eficiência, das ganâncias, dos direitos de propriedade e da liberdade de contratação. Critica, em contrapartida, a intervenção estatal e a própria política, taxando-a de perniciosas e ineficientes. Assim, se articulam as teses e se prepara o salto à ideia de que os mercados constituem o miolo de um sistema social ideal, automático, o qual garante o bem-estar e a prosperidade. (Ibarra, 2011, p. 239-240)

Neste ponto, Harvey (2008) esclarece que a neoliberalização precisava, política e economicamente, da construção de uma cultura populista neoliberal fundada no mercado que promovesse o libertarianismo individual e, assim, desse espaço à ideia de que os mercados são capazes de assegurar o bem-estar social.

Assim, foi por meio da defesa das liberdades individuais e com a forte censura e crítica contra as práticas intervencionistas e regulatórias do Estado que se obteve o apoio de uma base popular aos intentos neoliberais.

Atribuindo ao sujeito o seu sucesso ou fracasso, se tornou mais palatável o entendimento de que não compete ao Estado prover os bens essenciais. Isso, conciliado ao discurso de que a ineficiência do Estado se deve aos gastos com as despesas de origem social, facilitou a abertura de caminho para o clima de

consentimento necessário à implementação das políticas de ordem neoliberal.

À vista disso, para Brown (2019, p. 23), o ataque à justiça social é uma “emanação direta da racionalidade neoliberal”. Ainda de acordo com a autora (Brown, 2019):

É sintomático que são precisamente a existência da sociedade e a ideia do social – sua inteligibilidade, seu refúgio de poderes estratificantes e, acima de tudo, sua adequação como um local de justiça e do bem comum – o que o neoliberalismo se propôs a destruir conceitual, normativa e praticamente. (Brown, 2019, p. 38).

Brown (2019) entende que com a ascensão da razão neoliberal, o ataque ao social tem sido tão significativo, a ponto de legitimar a desigualdade e desencadear um novo e desinibido ataque aos membros mais vulneráveis da sociedade.

3 NEOLIBERALISMO, CONSTITUCIONALISMO AUSTERITÁRIO E DESMONTE DOS DIREITOS SOCIAIS

Inegavelmente, o neoliberalismo se projeta e alicerça através de uma racionalidade que molda a subjetividade dos indivíduos pelo universo da competição generalizada. No entanto, outra especificidade dessa racionalidade neoliberal, talvez inclusive a mais sensível, é que as suas práticas não se limitam aos sujeitos, mas atingem em especial o Estado, que passa a deter um papel fundamental na efetivação das políticas neoliberais (Loch, 2019).

Dito de outra forma, o neoliberalismo necessita do aparato estatal para a implementação de sua doutrina. O Estado se torna um instrumento valioso para esse intento, uma vez que é através dele que se viabiliza toda a reestruturação necessária para se coadunar aos anseios econômico-financeiros da agenda neoliberal (Rafagnin, 2019).

Para Chauí (2020), os ideólogos neoliberais falam em “enxugamento” do Estado ou na diminuição de sua presença, o que seria uma distorção, uma vez que a presença do Estado não teria diminuído, mas sim sido realocada.

Brown (2019, p. 31), por sua vez, ao analisar a perspectiva foucaultiana aplicada ao neoliberalismo, explica que a racionalidade neoliberal detém características centrais que constituem a “reprogramação da governamentalidade liberal”, sendo elas relativas à elaboração de princípios de mercado como princípios de governo onipresentes e à reorganização e reformatação do Estado para servir aos mercados.

A ideologia neoliberalizante, nesse sentido, provoca transformações profundas não apenas nos indivíduos, mas também na racionalidade governamental, que passa a ser orientada por princípios do mercado (Brown, 2019; Dardot; Laval, 2016).

Trata-se, portanto, de uma racionalidade governamental que, além de moldar a subjetividade dos indivíduos, tem sido capaz de reger as políticas públicas e comandar as relações econômicas mundiais (Linhares; Gervasoni, 2022).

À vista disso, a agenda neoliberal carrega a bandeira da reestruturação estatal, e com ela, segundo Rafagnin (2019):

suprime-se o Estado de algumas áreas em benefício de outras. O discurso do déficit das contas públicas passa a existir apenas para tratar da questão social, mas ele desaparece no atendimento das demandas da elite financeira. (Rafagnin, 2019).

Loch (2019), quanto a esse aspecto, informa que a importância do Estado na implementação da agenda neoliberal se dá, sobretudo, na sua atuação mediante a redução de impostos, privatização de estatais e diminuição do gasto público, viabilizadas sobretudo através da disseminação do discurso de que referidas

políticas são a única solução viável para as necessidades das populações assoladas pela crise.

Justamente por isso, Loch (2019, p. 135-136) entende que “o programa neoliberal se demonstra como forma de desmantelar o Estado se justificando em crise econômica”. Crise, por sua vez, que é atribuída à ineficiência do Estado-providência, surgindo a neoliberalização como a única solução possível, “pois além de denunciar a inocuidade estatal, também apresenta a solução para todos os seus problemas” (Rafagnin, 2019, p. 43).

Como já se pontuou em linhas pretéritas, o movimento ideológico alicerçado nas críticas sistemáticas e duradouras contra o Estado de bem-estar levou à instauração de uma racionalidade geral que introjeta na população a opinião de que o “Estado de bem-estar” se tornou particularmente oneroso (Dardot; Laval, 2016). Essa racionalidade imprime outra concepção, por via reflexa, de que o “Estado de bem-estar” é, portanto, culpado pelas crises econômicas. Linhares e Gervasoni (2022, p. 482) esclarecem que:

[...] a ideia de que não há opção, a não ser reduzir os gastos com despesas públicas, é disseminada no imaginário popular na medida em que a crise econômica, por exemplo, lhe é apresentada em grande escala para facilitar a aceitação de medidas como privatizações, liberalizações e cortes em direitos sociais. (Linhares; Gervasoni, 2022, p. 482).

De fato, segundo Harvey (2008), não é possível conter as contradições econômicas e políticas internas da neoliberalização a não ser por meio de crises financeiras. É no seio das crises que o neoliberalismo tem emergência como a única medida capaz de retomar o crescimento econômico.

Nesse mesmo sentido, posicionam-se Dardot e Laval (2016) ao afirmarem que as crises não são para o neoliberalismo sinônimo de limitação, mas um meio de prosseguir cada vez com mais

vigor, sendo prova disso a constatação de que após a crise de 2008 o neoliberalismo ganhou ainda mais espaço. Apesar de toda destruição provocada pela crise financeira, os preceitos neoliberais alcançaram destaque significativamente mais expressivo, tornando-se um “remédio amargo” para a recuperação das economias devastadas pela crise (Dardot; Laval, 2016).

A partir disso, implementar medidas de ordem neoliberal e, por consequência, encolher o Estado de bem-estar, se apresentou como a cura infalível para todos os problemas crônicos da sociedade (Dardot; Laval, 2016). O efeito disso em muitas partes do mundo foi ver como o neoliberalismo penetrou nas compreensões do senso comum e passou a ser cada vez mais encarado como uma maneira inescapável de regular a ordem social (Harvey, 2008).

Nesse sentido, segundo elencam Linhares e Gervasoni (2022), diante de contextos de crises, discursos propositivos de supressão de direitos sociais ganham força, e é sob tais circunstâncias que o desmonte do Estado Social, através da austeridade fiscal, é apontado como a única medida capaz de retomar o crescimento econômico.

A esse respeito, Dardot e Laval (2016), delineando as estratégias utilizadas e que tornaram o sucesso ideológico do neoliberalismo possível, corroboram que o caráter inflacionário dos gastos do Estado, o peso excessivo dos impostos e o tamanho insuportável da dívida acumulada foram constantemente alegados para legitimar uma primeira virada no plano fiscal (Dardot; Laval, 2016). Linhares e Gervasoni (2022) reforçam a presença dessas críticas:

frequentemente nos discursos políticos neoliberais a favor da austeridade, argumentos falaciosos como reduções nos impostos e desperdício de dinheiro público ganham corpo diante de algum manto de crise (seja real ou exagerada)

aparentemente reticente. (Linhares; Gervasoni, 2022, p. 482).

A ideia defendida por Linhares e Gervasoni (2022) é de que essa relação causa-efeito (em que, supostamente, os gastos públicos seriam a causa para a crise econômica do país) não só revela como a narrativa neoliberal avança, como também evidencia a forma como o apelo a favor da austeridade ganha força e caráter prioritário.

Avança disseminando a sensação de medo e insegurança quanto ao quadro de emergência econômica de um lado e, de outro, alicerçando-se no caráter supostamente inquestionável do discurso de que a adoção de medidas rígidas de austeridade fiscal é o único caminho para a superação das crises econômicas (Cordeiro, 2023). À vista disso, Linhares e Gervasoni (2022) destacam que a:

Austeridade ou a medida de 'cortar orçamento do Estado para promover crescimento' tornou-se o mantra de salvação dos países. (Linhares; Gervasoni, 2022, p. 479-480)

O ponto comum mais aceitável desses argumentos era de que a intervenção do governo era antes o problema do que a solução, e que a adoção de medidas rígidas de austeridade fiscal, com o desmonte da rede de proteção dos direitos sociais, produziria uma economia mais saudável, diminuindo as dívidas dos Estados e evitando a deflagração de novas crises.

Seguindo a mesma linha, Carvalho e Costa (2020, p. 172) ressaltam que:

[...] a austeridade é normalmente implementada em ambientes deteriorados pelas crises desencadeadas pelo neoliberalismo, apresentada à sociedade como única alternativa para solucionar a estagnação econômica, a instabilidade financeira, os desequilíbrios monetários e a pressão inflacionária. (Carvalho; Costa, 2020, p. 172).

De acordo com Carvalho e Costa (2020), a austeridade, apontada como solução, cria uma atmosfera

político-jurídica marcada pela adoção de amargas políticas de exceção que se traduzem na suspensão de direitos e que levam à demolição do Estado de bem-estar Social e à punição da população mais vulnerável. Para Ferreira (2012):

O significado atual da austeridade é, portanto, em meu entender, o de um modelo político-econômico punitivo em relação aos indivíduos, orientado pela crença de que os excessos do passado devem ser reparados pelo sacrifício presente e futuro, enquanto procede à implementação de um arrojado projeto de erosão dos direitos sociais e de liberalização econômica da sociedade. (Ferreira, 2012, p. 13).

Linhares e Gervasoni (2022), por sua vez, asseveram que a austeridade, além de ser uma medida fiscal que acompanha aquilo que pode ser denominado como o ataque neoliberal às políticas sociais, é, antes de tudo, um modo pelo qual as coalizões neoliberais alavancam as políticas dos Estados para obter vantagens financeiras com o pagamento da dívida pública.

Dentro desse cenário, desponta com protagonismo o Consenso de Washington, que, segundo Linhares e Gervasoni (2022), se trata de:

acordo político nascido em Washington que recomendava planos de ajuste e reformas estruturais aos Estados endividados em troca de empréstimos para recuperar suas economias. (Linhares; Gervasoni, 2022, p. 476).

Referido acordo ficou amplamente conhecido por estabelecer um conjunto de recomendações neoliberais aos países endividados, como disciplina fiscal, reordenamento das prioridades de despesa pública, reforma tributária, privatização e desregulamentação (Blyth, 2017; Linhares; Gervasoni, 2022). Nesse sentido, afirma Bastos (2003):

A onda neoliberal [...] ganhou características próprias com o Consenso de Washington. Seu

conteúdo básico é o seguinte: a) estabilização da economia por meio do controle da inflação; b) ajuste fiscal (com a eliminação do déficit público); c) redução do tamanho do Estado; d) privatizações; e) abertura comercial com redução das alíquotas de importação; f) fim das restrições ao capital estrangeiro; e g) fim das restrições às instituições financeiras estrangeiras. (Bastos, 2003, p. 14).

O Consenso de Washington se estabeleceu como recomendações que todos os países deveriam seguir para conseguir empréstimos e auxílios, contando com um papel bastante ativo na difusão dessa norma das organizações internacionais, mais precisamente FMI e o Banco Mundial (Dardot; Laval, 2016). Rafagnin (2019) também faz menção à importância do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, instituições transnacionais que tem o fito de levar a cabo no mundo globalizado a neoliberalização. O mesmo autor destaca que referidas instituições estabelecem as diretrizes ou “ajustes estruturais” a serem seguidos pelos Estados e que nada mais são do que ações que devem ser realizadas pelos governos locais no sentido de se coadunarem a políticas de natureza neoliberal.

Consoante Harvey (2008):

[...] o FMI e o Banco Mundial se tornaram a partir de então centros de propagação e implantação do “fundamentalismo do livre mercado” e da ortodoxia neoliberal. Em troca do reescalonamento da dívida, os países endividados tiveram de implementar reformas institucionais como cortes de gastos sociais, leis do mercado de trabalho mais flexíveis e privatização. (Harvey, 2008, p. 38).

Dardot e Laval (2016) informam ainda que os países mais frágeis tiveram, em sua maioria, de obedecer às recomendações desses organismos e aderir ao receituário do Consenso de Washington para conseguir ajuda ou, ao menos, “aprovação”, a fim de melhorar sua imagem diante dos credores e dos investidores internacionais.

Justamente por isso é possível inferir um caráter de subordinação que é preconizado pela neoliberalização, tendo em vista que há ditames globais que devem ser seguidos pelos Estados para se coadunarem às diretrizes financeiras hegemônicas e, assim, estarem integrados ao sistema financeiro internacional (Rafagnin, 2019). Loch (2019) entabula que:

O direito na sociedade neoliberal não muda suas premissas, segue como instrumento de dominação ideológica, mas a partir de uma nova racionalidade. O papel do Estado é o de prover leis que garantam a livre iniciativa em detrimento do welfare. Além disso, cria-se novos mecanismos com intuito de submeter os Estados mais débeis às economias transnacionais como forma de manutenção do poder. Percebe-se não apenas uma continuidade, mas uma transformação e quiçá um agravamento das relações de poder. (Loch, 2019, p. 166).

O fato é que o Consenso de Washington trazia recomendações que importavam na redução substancial do tamanho do Estado, mediante alteração das prioridades dos gastos públicos e com a inclusão de disciplina fiscal, ou seja, com a imposição de superávits primários com a finalidade de se estabelecerem reservas destinadas ao pagamento de juros da dívida (Rafagnin, 2019), sendo, para o autor:

evidente que esse rigor fiscal apresenta contradições, porque se deixa de atuar na implementação de direitos sociais em prol da realização de superávits para atender à elite financeira com o pagamento de juros da dívida pública. (Rafagnin, 2019, p. 35-36).

O Estado, por sua vez, cuja importância na institucionalização das formas de manutenção do Mercado já foi diagnosticada, ao aderir ao receituário do Consenso de Washington e, portanto, engolir “a pílula envenenada das reformas institucionais neoliberais” (Harvey, 2008, n.p), o faz elevando as orientações de ordem econômica acima de qualquer

preocupação com políticas sociais de cunho distributivo e universal.

Significa dizer que a consagração do discurso de que a austeridade seria imprescindível para prevenir e conter crises econômicas e, ainda, que a realização de despesas para custeio dos compromissos constitucionais conduziria a recessões e déficit público, culminou em reformas jurídicas que, em última análise, representam a inclusão de uma Constituição econômica na Constituição política (Cordeiro, 2023; Loch, 2019).

A respeito da Constituição econômica, Sampaio (2020) traz críticas contundentes:

A política da austeridade exige ajustes mais no sentido do que na forma da Constituição. Juridicamente, ela se mantém como um conjunto de normas supremas e rígidas. Sua orientação, todavia, desloca-se de uma primazia jusfundamental para um arranjo discursivo que torna a afirmação e a efetividade dos direitos, notadamente de cunho social, dependentes das normas que compõem a "Constituição econômica" e, sobretudo, da "Constituição financeira". (Sampaio, 2020, p. 45)

Referido cenário, que consiste no processo de ressignificação da Constituição democrática e social em favor do capitalismo financeiro, é conceituado como constitucionalismo da austeridade e, como analisado, se alicerça em especial no discurso de que a responsabilidade pelas crises econômicas recai única e exclusivamente no suposto "excesso de direitos" constitucionais (Cordeiro, 2023, p. 134). Ainda de acordo com o autor:

[...] o constitucionalismo da austeridade é uma espécie de manobra desconstituinte que desloca o centro de gravidade da Constituição social – outrora focada na garantia de direitos fundamentais – para o combate e a prevenção de crises econômicas. Movido pela lógica aceleratória típica da modernidade tardia, esse fenômeno busca disseminar uma racionalidade

econômica que desnatura o núcleo inclusivo da Constituição, gerando a perda da identidade constitucional. (Cordeiro, 2023, p. 134).

Em lógica semelhante, Sampaio (2020), em suas reflexões, pontua que a "Constituição social" e "democrática" estaria a dar lugar a uma "Constituição austeritária", que não mais se ateria a projetos de justiça social. Esse processo de ressignificação constitucional exprime uma "rendição jurídico-política à lógica econômica" (Sampaio, 2020, p. 51), com a centralidade do dever de proteção estatal deslocado prioritariamente do atendimento às necessidades da população para as demandas do mercado (Laval; Dardot, 2017; Sampaio, 2020).

Evidenciada a necessidade prática da intervenção governamental para fazer frente às reestruturações do neoliberalismo, é possível inferir que os Estados contribuíram amplamente para a criação de uma ordem que comprime gastos públicos e, por via reflexa, reduz direitos adquiridos considerados excessivamente onerosos (Laval; Dardot, 2016).

Reduzindo o seu aparato, deixa o Estado de ser prestador de serviços e se torna um mero regulador, uma vez que há uma série de standards e indicadores de natureza econômica atuando diretamente na "pilotagem externa" dos Estados (Rafagnin, 2019). Segundo Sampaio (2020)

A reprodução mimética dos valores econômicos para os quadros estatais, substituindo finalidades supostamente irrealizáveis de promoção de direitos e justiça social por uma incessante política de eficiência, faz-se acompanhar da redução de suas estruturas, sob apelo da redução de gastos, e de espaços de apropriação privada ou, pelo menos, de intercâmbios de papéis entre agentes públicos e agentes privados, fiscais e fiscalizados. (Sampaio, 2020, p. 43).

Por consequência, os serviços de educação e saúde deixam de ser deveres estatais de promoção de direitos sociais e, segundo Sampaio (2020, p. 46), passam a

se converter “em mercadorias que devem ser adquiridas [...]”.

Ao destinar os fundos públicos ao aumento da liquidez do capital e abandonar os investimentos atrelados aos direitos sociais, o Estado neoliberal põe em risco todos os direitos econômicos e sociais previamente conquistados, substituindo o direito à igualdade pela institucionalização das desigualdades sociais (Chauí, 2012).

Esse quadro expressa precisamente a lição de Brown destacada em linhas pretéritas, mas cujo conteúdo agora merece ser novamente posto em evidência; o ataque contemporâneo à justiça social é uma emanção direta da racionalidade neoliberal (Brown, 2019, p. 23).

Nesse sentido, os direitos de caráter social estão passando por um sensível processo de fragilização em decorrência da implementação de políticas neoliberais nos Estados, que tomam forma sobretudo nos planos de austeridade (Rafagnin, 2019).

Segundo Carvalho e Costa (2020), ao impactar tão fortemente a sociedade e, principalmente, a população mais pobre, a austeridade aprofunda as desigualdades, promove conflito de interesses e divisão social e, em última análise, busca demolir o Estado de Bem-estar Social. À vista disso, Costa e Neto (2003) argumenta que:

Apenas para exemplificar, direitos anteriormente assegurados como fruto de conquistas sociais, tais como irredutibilidade de salários, aposentadoria integral e estabilidade no emprego, passam no discurso neoliberal à condição de privilégios odiosos e sérios entraves à desejável “autodeterminação do mercado”, bem como à efetividade de planos econômicos impostos aos países “emergentes” como o único e verdadeiro caminho da redenção econômica. (Costa e Neto, 2003, p. 207).

Significa dizer, portanto, como estabelecem Linhares e Gervasoni (2022),

que o resultado da aplicação dessas medidas rígidas de austeridade fiscal e que inexoravelmente vão de encontro ao projeto de bem-estar social não é outro senão o aumento das desigualdades e, por via reflexa, a corrosão da justiça social. Ademais, conforme preceituado por Silva, Nascimento e Lima (2024, p. 274):

O resultado do neoliberalismo na sociedade se reflete em políticas que desfavorecem as classes populares, sendo utilizadas como instrumento para principalmente consolidar os interesses econômicos das classes dominantes e gerar problemas sociais. (Silva; Nascimento; Lima, 2024, p. 274).

Nesse sentido, se evidencia que “a razão neoliberal busca atuar por meio do sucateamento de direitos sociais, ainda que não revele abertamente suas intenções” (Loch, 2019, p. 138).

4 CONSTITUCIONALISMO DA AUSTERIDADE NO BRASIL: A EMENDA CONSTITUCIONAL N° 95/2016

Constatou-se que o constitucionalismo da austeridade designa um processo de ressignificação da Constituição democrática e social e que encontra adesão sobretudo no seio de crises, atribuídas à ineficiência do Estado de bem-estar social. Como preceitua Sampaio (2020, p. 42), a partir desse processo de ressignificação a senha da modulação constitucional, “passou a ser usada para rearranjos interpretativos ou textuais da Constituição, agora, em nome da segurança econômica”.

Cordeiro (2023, p. 123), nesse ponto, assevera que: “emendas constitucionais podem ser utilizadas como importantes ferramentas do constitucionalismo da austeridade”, sobretudo por causa da sua aparente legalidade, sendo:

[...] vistas como manifestações legítimas e ‘democráticas’ da soberania popular, visto que resultam de processos legislativos formalmente incólumes (Cordeiro, 2023, p. 123).

Esse cenário não passou despercebido no Brasil, sendo a Emenda Constitucional nº 95/2016, também conhecida como “emenda do teto de gastos”, o signo mais expressivo do constitucionalismo da austeridade na ordem jurídica brasileira, uma vez que disciplinando o Novo Regime Fiscal (NRF), redesenhou radicalmente o sistema de financiamento dos direitos fundamentais (Cordeiro, 2023).

Cella (2019) explorando os argumentos utilizados no decorrer dos debates que precederam a aprovação da Emenda Constitucional nº 95 no Legislativo Federal, trouxe como um dos destaques críticas sintomáticas da já analisada luta ideológica contra a promoção de bem-estar social. Segundo Cella (2019):

Esteve presente nas manifestações dos parlamentares a crítica ao Estado brasileiro, destacando-se o entendimento que ele não cabe na economia e precisa ser reduzido, como também de que assume responsabilidades em excesso. Percebe-se com clareza a presença de argumentos neoliberais, sejam eles deliberados ou não, indicando uma tendência de pensamento que levou à aprovação do ordenamento que estava em debate. (Cella, 2019, p. 205).

De acordo com Cordeiro (2023, p. 75), por sua vez, essa Emenda:

consiste em uma variante brasileira do fenômeno global da adoção de uma fiscalidade austera como resposta a crises econômicas. (Cordeiro, 2023, p. 75).

Sintoma disso é que a medida em referência encontra justificativa no desenvolvimento econômico, sob a premissa teórica (tida por absoluta) de que a rígida política fiscal é a única capaz de reestabelecer a confiança dos agentes, e, portanto, acarretar o soerguimento da economia, dada a ineficácia do Estado providência (Cordeiro, 2023). Assim, a despeito das diversas refutações à eficiência do teto de gastos para o

crescimento econômico, a lógica estampada na EC nº 95 assume uma perspectiva fatalista, como se o congelamento fiscal fosse o único caminho possível (Cordeiro, 2023), encontrando por via reflexa um caminho pavimentado para sua aprovação, sem grandes resistências (Cella, 2019).

Segundo Cella (2019):

Na arena legislativa foi desenhado um cenário aterrorizante sobre o futuro do país, de que não havia outra saída a não ser o congelamento dos gastos públicos por duas décadas para o país não mergulhar em um abismo de dívidas e inflação, o que seria um sacrifício a ser pago no presente para reequilibrar o país, de modo que no futuro possa haver muito mais investimentos em saúde e educação, porém sem nenhuma garantia de que isso de fato venha a se concretizar. (Cella, 2019, p. 206).

Nesse sentido, através da já diagnosticada disseminação da sensação de medo e insegurança quanto ao quadro de emergência econômica, Cordeiro (2023) descreve que:

a crise se torna a causa que explica todo o resto, apresentando-se como uma justificativa plausível para sucessivas reformas à Constituição, inclusive aquelas avessas aos direitos fundamentais. (Cordeiro, 2023, p. 124-125).

Como enuncia Sampaio (2020, p. 47), “a crise induz a emergência que se acaba normalizando em uma política constitucional ordinária”. Assim, Leite (2020, p. 42) demonstra que:

A exceção se torna um estado permanente de vigília e de rebaixamento de garantias sociais e de gastos estatais a elas associados. Faz-se, com isso, um curioso e dramático trade-off entre ameaças de perdas de direitos com direitos efetivamente perdidos. (Leite, 2020, p. 42).

Para Costa e Lanzara (2022), o cenário atual retrata a institucionalização da exceção econômica, que, por sua vez, promove um duplo processo de

deformação institucional. Assim, segundo Costa e Lanzara (2022):

[...] de um lado ocorre a naturalização da inação estatal e, de outro, cria uma ambiência mais favorável à concentração de capital e, portanto, ao crescimento das desigualdades sociais. Ambos os processos se posicionam diametralmente contrários aos objetivos instados democraticamente pela Assembleia Constituinte de 1987-1988. (Costa; Lanzara, 2022, p. 8-9).

O fato é que, valendo-se da emergência como artifício argumentativo, a Emenda Constitucional nº 95/2016 alavancou o processo de ataque à Constituição. Isso porque a referida emenda diz respeito a um conjunto de normas voltadas à maximização de *superávit* primário e que traz em seu bojo a determinação de congelamento vintenário de gastos públicos, considerado como o mais rígido e longevo nos sistemas jurídicos de países ocidentais (Cordeiro, 2023).

O primeiro aspecto de extrema importância trazido pela Emenda Constitucional n. 95 é, portanto, o seu lapso temporal, haja vista a determinação de vigência do Novo Regime Fiscal pelo prazo de 20 (vinte) anos, ou seja, vinte exercícios financeiros (Ananias; Nolasco, 2018), com a possibilidade de alteração apenas após dez anos. Trata-se de prazo longilíneo e que, repita-se, não encontra correspondência em outros sistemas jurídicos de países ocidentais.

Referida emenda alterou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, em face de seu caráter transitório, acrescentando àquela parte da Magna Carta novos dispositivos, desde o art. 106 até o art. 114. O art. 106 é o que remete à transitoriedade do “Novo Regime Fiscal” (NRF), asseverando que permanecerá em vigor por vinte exercícios financeiros. O art. 107, por sua vez, estabelece limites individualizados de despesas públicas primárias para os três Poderes,

preceituando que as despesas públicas primárias terão limite relativo ao exercício financeiro anterior, corrigido pela variação da inflação a ser observada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (Rafagnin, 2019).

Assim, o limite de gastos com as despesas primárias deve corresponder à despesa primária do ano imediatamente anterior, corrigido pela inflação, e esta, por sua vez, será medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (Cara; Pellanda, 2018), cenário que deve perdurar até 2036. Segundo Noce e Clark (2017):

[...] na eventualidade de a nação retomar o crescimento modernizante ou trilhar os caminhos do desenvolvimento, auferindo maiores receitas, estaria vedada a retomada de investimentos estatais, em razão de limitação draconiana aos gastos públicos, quando não mais presente a questionável realidade que a impôs. (Noce; Clark, 2017, p. 1231).

Ainda, ao tratar das sanções impostas em razão do descumprimento dos limites de despesas estabelecidos pelo novo regime fiscal, o §4º, do art. 109 do ADCT estabelece que as vedações se aplicam também a proposições legislativas, referindo-se àquelas que impliquem aumento das despesas ou renúncia a receitas, a fim de “garantir/impor” o novo regime fiscal adotado pela Emenda Constitucional nº 95/2016 (Noce; Clark, 2017).

Daí é possível inferir que, “em síntese, o novo regime fiscal institui uma austeridade permanente” (Dweck; Silveira; Rossi, 2018, p. 48), uma vez que os recursos públicos para garantia dos direitos sociais, como saúde e educação, serão reduzidos de modo constante (Linhares; Gervasoni, 2020). Desse modo, segundo Cordeiro (2023):

embora tenha recebido a alcunha de ‘teto’ para gastos do Estado, o NRF opera como uma verdadeira prensa, pois comprime o volume de recursos disponíveis para investimentos em políticas públicas. (Cordeiro, 2023, p. 77).

Ademais, Noce e Clark (2017) evidenciam que:

[...] a Emenda Constitucional nº 95/2016 gerou objetivamente o congelamento dos investimentos estatais voltados para a educação, saúde, obras e segurança, priorizando o crescimento modernizante (sempre excludente), em detrimento do desenvolvimento, com a concepção de equilíbrio fiscal, a fim de atrair os investimentos privados, mas com sérios sacrifícios na prestação de serviços básicos à sociedade – o que acarretará o descumprimento dos mais diversos comandos e compromissos constitucionais. (Noce; Clark, 2017, p. 1226)

A partir disso, Mariano (2017) aponta que o novo regime fiscal revela uma clara opção por uma antidemocracia econômica, uma vez que inviabiliza não apenas a expansão, mas a própria manutenção de políticas públicas, com o objetivo final de reservar dinheiro público e, assim, garantir o pagamento das obrigações assumidas pelo governo federal brasileiro perante os credores da dívida pública.

Em harmonia a esse entendimento, Cordeiro (2023, p. 66) vaticina que a referida emenda simboliza a supremacia da constituição financeira:

em um movimento de garantia do capital privado e equilíbrio macroeconômico em detrimento da rede de proteção social prevista na Constituição de 1988. Cordeiro (2023, p. 66)

Significa dizer, nas palavras de Cella (2019), que:

a EC nº 95 é a materialização de uma medida que sacrifica os ganhos sociais das políticas de bem-estar e redistribuição de renda e prioriza o pagamento dos juros da dívida sem nenhuma restrição ou limite. (Cella, 2019, p. 197).

Por consequência, a emenda de teto de gastos envereda em um cenário em que despesas com direitos fundamentais deixam de ser despesas mínimas obrigatórias e migram para o vácuo da

inexecução orçamentária, desviando a finalidade constitucional para a finalidade precípua da gestão financeira do orçamento público federal: reduzir a dívida pública e, deste modo, gerar o *superávit* primário (Costa; Lanzara, 2022). Dwek, Silveira e Rossi (2018) expõem que:

Para além dos efeitos de curto prazo dos cortes de gasto público, a aprovação da EC 95, alterou de forma decisiva o contrapeso entre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a CF 88, em detrimento das responsabilidades sociais. (Dwek; Silveira; Rossi, 2018, p. 34)

Abordar a Emenda Constitucional nº 95/2016 não é apenas compreender a sua economia austera, portanto. Esta emenda foi mais de que uma alteração constitucional que determina um regime fiscal (Loch, 2019); ela é antes e fundamentalmente, conforme descrito por Mariano (2017), o símbolo da:

reação dos setores políticos e econômicos conservadores da sociedade brasileira, que nunca aceitaram uma constituição que pretendeu ser dirigente e que pretendeu implantar um Estado Social no Brasil. (Mariano, 2017, p. 276).

Considerando que subjuga a efetividade dos direitos constitucionais à observância do Novo Regime Fiscal, a PEC 241/55 (atual Emenda Constitucional nº 95/2016), a partir da afirmação de Carvalho (2018, p. 122):

não era um plano de ajuste e, muito menos, uma agenda de crescimento. Tratava-se de um projeto de longo prazo de desmonte de Estado de bem-estar-social brasileiro. (Carvalho, 2018, p. 122).

Em termos concretos, é possível inferir que os direitos sociais no contexto brasileiro se encontram, de acordo com Assis e Jácome (2021, p. 128), “em um processo gradativo de esvaziamento”.

Carvalho e Costa (2020) consideram que uma decisão política que implica em corte de gastos sociais é, ao fim e ao cabo, uma decisão que versa sobre a privação

do acesso a direitos, sobretudo àqueles que pertencem às classes sociais menos favorecidas e que, portanto, mais necessitam da face social do Estado.

Mariano (2017) vai além. Para a autora, o projeto constituinte de 1988 exige a intervenção do Estado para a redução das profundas desigualdades sociais e econômicas, de forma que o teto de gastos públicos do governo federal brasileiro, implementado pela EC 95/2016, simboliza uma ofensiva conservadora de retirada de direitos sociais, e, em última análise, um ataque manifesto ao pacto civilizatório de 1988. Ananias e Nolasco (2018) perfilham do mesmo entendimento:

Nesse contexto, por impor limites de gastos mínimos corrigidos apenas com índice inflacionário, estabelece uma espécie de “sítio fiscal” que interrompe por duas décadas, a prestação contínua já garantida de serviços com saúde e educação, por exemplo, o que faz independentemente de eventual crescimento/desenvolvimento econômico ou arrecadação pública. Nesse caso, a EC n. 95 afronta o conteúdo material de regras constitucionais e infraconstitucionais de amparo e proteção a direitos fundamentais. (Ananias; Nolasco, 2018, p. 100).

A conclusão não é desprovida de sentido, o que se demonstra mediante destaque àquilo que veio a ser proposto pela Constituição Federal de 1988.

Referido Pacto, dentre outros, estabelece, em seu art. 3º, III, que um dos objetivos da República Federativa do Brasil é “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir desigualdades sociais e regionais”, assumindo de forma expressa um papel predominantemente dirigente e transformador da realidade (Ananias; Nolasco, 2018). Segundo Noce e Clark (2017):

A Constituição Brasileira é pródiga em princípios que determinam prestações positivas do Estado, garantindo direitos sociais e individuais, possuindo como princípios a redução das desigualdades sociais e regionais,

erradicação da pobreza, objetivando assegurar vida digna e uma sociedade justa. Assim sendo, normas jurídicas estabelecidas em sentido contrário rompem as determinações transformadoras ditadas pela nossa Lei Maior (materialização de direitos), inclusive também viola a ideologia constitucionalmente adotada. (Noce; Clark, 2017, p. 1233).

Nesse viés, com a limitação na capacidade de investimento e o consequente processo de progressiva obsolescência constitucional diante do recuo de políticas públicas, a EC 95/2016 inegavelmente gerou efeitos concretos de fragilização da normatividade constitucional e malogro dos objetivos de superação do subdesenvolvimento e redução das desigualdades previstos no pacto civilizatório de 1988 (Cordeiro, 2023). De acordo com a autora:

O fez, sobretudo, porque embora tenha instituído o Novo Regime Fiscal a partir de um teto de gastos públicos em áreas prioritárias como saúde e educação com previsão para vigorar por vinte anos, as consequências do recuo das políticas públicas decorrentes do teto de gastos devem perdurar para muito além, levando à frustração das expectativas normativas de emancipação próprias da Constituição de 1988. (Cordeiro, 2023, p. 126).

Cruamente, o que se observa, ultrapassados alguns anos do seu advento, é que os seus graves impactos para a execução de políticas públicas e serviços básicos são sentidos até os presentes dias, enquanto as suas promessas de controle do endividamento prosseguem irrealizadas. Assim, embora o projeto constitucional de 1988 busque consagrar as bases de um programa de emancipação e justiça social, referido objetivo parece cada vez mais distante (Cordeiro, 2023). Consoante Ferreira (2019):

Em suma, a configuração de um constitucionalismo de exceção austeritário não democrático produz o apagamento da memória social da Constituição e a desqualifica dos objetivos democráticos desejáveis

que consigna. Ela dá prioridade absoluta à racionalização dos meios e à redução das despesas públicas, de modo a adotar uma racionalidade gestionária do direito constitucional. (Ferreira, 2019, p. 75).

Nesse diapasão, ao congelar gastos e investimentos no âmbito social e não impor limites de gastos nas despesas financeiras, de acordo com Bitencourt e Bitencourt (2023):

a Emenda Constitucional nº 95/2016 revela seu caráter austero em relação à proposta democrática constitucional pactuada a partir de 1988, culminando na subtração/retirada de um futuro projetado para as próximas gerações. (Bitencourt; Bitencourt, 2023, p. 156).

A aprovação da EC nº 95 traz a reboque profundos impactos distributivos, ao inviabilizar a utilização do orçamento público como redutor das desigualdades no Brasil (Carvalho; Costa, 2020), tornando o Estado cada vez mais diminuto justamente nos setores em que precisa ser grande para atender o contingente populacional que necessita de sua ação como ente promotor de políticas públicas (Cella, 2019). Conforme Noce e Clark (2017):

O novo regime fiscal implica na ruptura do pacto social estabelecido pela Constituição de 1988 e, por consequência, afronta o princípio do não retrocesso social, ou seja, retroagirá, inviabilizará ou reduzirá conquistas sociais civilizatórias (direitos), por intermédio de política econômica de vies fiscal. (Noce; Clark, 2017, p. 1233).

Assim sendo, de acordo com Costa (2022), a sustentação da referida Emenda:

não pode ser outra além daquela proveniente de uma tecnoburocracia economicista que, endossada politicamente, combina posicionamento doutrinário e atendimento a interesses de classe, restando impreciso, contudo, quando um começa e o outro termina. (Costa, 2022, p. 160-161).

Depreende-se das linhas acima que a EC 95/2016 de fato representa o marco

mais sensível do constitucionalismo da austeridade na ordem jurídica brasileira. Trata-se de arcabouço fiscal austero que afeta estruturalmente a vivência constitucional, frustrando as possibilidades de realização do plano de transformação das estruturas sociais e econômicas do país previstas no projeto constitucional vigente (Cordeiro, 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, se evidencia que a implementação de ordem global do neoliberalismo se tornou possível por uma conjugação de fatores.

A racionalidade neoliberal introjetada nos indivíduos de que eram os empreendedores de si mesmos, responsáveis pelas suas vitórias e insucessos, ofereceu solo à construção de uma subjetividade individualista, autocentrada e competitiva. Sendo unicamente responsáveis pelos seus resultados, sejam eles materializados em sucesso ou empobrecimento, ao Estado não competiria prover assistência.

Além de sedimentar o entendimento de que as políticas públicas de caráter social eram prescindíveis, posto que a responsabilidade era de cunho individual, uma luta ideológica contra o Estado de bem-estar passou a se cristalizar: a assistência concedida pelo Estado seria responsável pelo abandono dos sujeitos de suas virtudes, da escolha do ócio em detrimento do trabalho. Seguindo essa ordem de ideias, os gastos inerentes ao Estado de bem-estar eram, em última análise, não apenas desnecessários, mas especialmente danosos. Os discursos umbilicalmente ligados vão gestar a crença de que o sucesso individual merece exaltação, a dependência do Estado, em oposição, censura.

Além das críticas de ordem moral, a luta ideológica contra o Estado-providência também se materializou em críticas reiteradas que

apontavam as políticas públicas e as despesas sociais como responsáveis pela sua ineficiência e onerosidade.

Esses discursos, interseccionados, contribuíram enormemente para a crença de que as crises econômicas eram derivadas exclusivamente do ônus suportado pelo governo no combate à desigualdade e estratificação social. Introjetada essa racionalidade no substrato social, que é igualmente acompanhada da disseminação de medo e insegurança em torno da emergência econômica, visualiza-se caminho para a tolerância em torno da implementação de medidas de ordem neoliberal e austertária.

O receituário neoliberal desponta assim como único meio de salvar os Estados devastados pela crise, sobretudo através das medidas rígidas de ordem fiscal, que compreendem corte de gastos públicos e reposicionamento de prioridades, agora deslocadas do bem-estar da população para a realização de superávits para o pagamento de juros da dívida pública. Esse cenário encontrou a sua disseminação mais aguda através do Consenso de Washington, que trouxe uma lista de “recomendações” que deveriam ser adotadas pelos países endividados a fim de liquidar a sua dívida pública.

É precisamente nesse ponto que se evidencia de forma mais sensível que o neoliberalismo não espraia sua racionalidade tão somente aos indivíduos, mas igualmente aos Estados, dando forma a uma nova “racionalidade governamental”, que se guia fundamentalmente pela lógica do mercado.

Os Estados, que não se furtam da lógica neoliberal, mas são em verdade fundamentais para a sua implementação, aderindo às prefladas recomendações do Consenso de Washington, promoveram uma série de reformas estruturais e inclusive legislativas, dando forma ao que se concebe como inclusão da Constituição econômica dentro da Constituição política.

As reformas consistiram fundamentalmente na prevalência das orientações de ordem econômica em detrimento das preocupações com políticas sociais de cunho distributivo e universal.

Ao fazê-lo, comprimindo gastos públicos tidos por onerosos e prescindíveis, os Estados reduziram sensivelmente o espectro de direitos sociais antes conquistados, recrudesceram as desigualdades sociais já antes sentidas e desampararam as parcelas mais frágeis da população.

Atribuindo aos sujeitos a responsabilidade pelo seu próprio empobrecimento, se termina por encobrir que neoliberalismo, austerdade e acirramento das desigualdades sociais não são uma tríade conjectural. Este último é nada além do que o desfecho esperado e almejado pela razão neoliberal que, como já se assinalou, “busca atuar por meio do sucateamento de direitos sociais, ainda que não revele abertamente suas intenções” (Loch, 2019, p. 138).

Neoliberalismo e austerdade estão umbilicalmente ligados. O sucesso ideológico do primeiro, precedido em especial da luta ideológica travada contra a promoção de bem-estar social e a responsabilização do Estado pelas recessões econômicas, pavimenta a premência do segundo. A eclosão das crises é acompanhada não apenas da crítica sistemática à responsabilização do Estado-providência pela deflagração da recessão econômica, mas em especial da disseminação de medo e insegurança no substrato social.

Esses elementos, interseccionados, fazem germinar o consentimento necessário à implementação de políticas de cunho austertário, face mais aguda do neoliberalismo, e que compõem o receituário das diretrizes “sugeridas” pelos países hegemônicos aos países endividados, sobretudo através do Consenso de Washington.

O Brasil não se mostrou equidistante do cenário identificado em âmbito global. Aderiu às prefaladas diretrizes e, por meio da Emenda Constitucional nº 95/2016, signo mais expressivo do constitucionalismo da austeridade na ordem jurídica brasileira, deslocou o centro de gravidade da Constituição social – outrora focada na garantia de direitos fundamentais – para a garantia do capital privado e equilíbrio macroeconômico (Cordeiro, 2023).

Através da multicitada Emenda, que gestou Novo Regime Fiscal, foram asfixiadas as despesas primárias e que se revestem de cunho social pelo vasto prazo de 20 anos, dando-se proeminência às preocupações de ordem econômica, mais precisamente à garantia de superávit primário e pagamento das dívidas públicas.

Referidas medidas, que em última análise subvertem os projetos constitucionais emancipatórios, foram empreendidas valendo-se do discurso típico e fatalista do constitucionalismo da austeridade, segundo o qual o enfrentamento das crises econômicas justifica o sacrifício dos direitos fundamentais (Cordeiro, 2023).

Desse modo, a narrativa da crise e a institucionalização da exceção econômica atuam em conjunto, respaldando rearranjos interpretativos ou textuais da Constituição que, em verdade, simbolizam um ataque aberto ao seu sentido performativo, pautado no compromisso de reconhecimento recíproco dos direitos fundamentais (Cordeiro, 2023; Sampaio, 2020).

Assim, a partir dos pressupostos teóricos apresentados no presente trabalho, conclui-se que a Constituição brasileira, a despeito da sua rigidez, é alvo de ataques decorrentes do constitucionalismo da austeridade e que tomam forma através de processos legislativos de aparente legalidade, sendo a Emenda Constitucional nº 95/2016

causadora da fragilização da normatividade constitucional e malogro dos objetivos do pacto civilizatório de 1988, a sinalização mais profunda desse fenômeno na ordem jurídica brasileira (Cordeiro, 2023).

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Christiane Costa; JÁCOME, Ana Cláudia Sousa. *Direitos Sociais Pós-pandêmicos no Brasil: da emergência ao oportunismo*. **Derecho y Cambio Social**. n. 64, abr./jun. 2021. Disponível em: <https://www.derechoycambiosocial.com>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- BASTOS, Fábio de Mendonça. **Neoliberalismo e a recente política de privatização no Brasil**: o caso da malha nordeste da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.
- BITENCOURT, Laura Vaz; MULLER BITENCOURT, Caroline. A austeridade da emenda constitucional no 95/2016 e o avanço do Estado Pós-Democrático. In: **Revista Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 139-164, 2023.
- BLYTH, Mark. **Austeridade**: a história de uma ideia perigosa. Tradução de Freitas e Silva. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Tradução: Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- CARA, Daniel; PELLANDA, Andressa. **Avanços e retrocessos na Educação Básica: da Constituição de 1988 à Emenda Constitucional 95**. In: ROSSI, Pedro; Esther Dweck; Ana Luíza Matos de Oliveira (org.). *Economia para poucos: Impactos Sociais*

da Austeridade e Alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. p. 98-126.

CARVALHO, Claudiane Silva; COSTA, Alexandre Bernardino. **Revista da Associação dos Antigos Alunos de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 154, jul/dez. 2020.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo. Todavia, 2018.

CELLA, Rosenei. **A influência neoliberal no processo de aprovação da emenda constitucional nº 95 e o financiamento da educação brasileira**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.

CHAUÍ, Marilena. Democracia e sociedade autoritária. **Comunicação & Informação**, v. 15, n. 2, p. 149-161, jul./dez. 2012.

CHAUÍ, Marilena. O totalitarismo neoliberal. In: **Revista de Teoría y Filosofía Política Clásica y Moderna – Anacronismo e Irrupción**. v. 10, n. 18, maio/out. 2020, p. 307-328.

CORDEIRO, Marisa Neves Magalhães. **Constitucionalismo da Austeridade, momentos desconstituintes e as emendas constitucionais acerca do Novo Regime Fiscal da União**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2023.

COSTA E NETO, Nicolao Dino de Castro. Direito e Neoliberalismo. **Revista de informação legislativa**, v. 40, n. 160, p. 191-221, 2003.

COSTA, Telma Ferreira Farias Teles; LANZARA, Arnaldo Provasi. Constitucionalizando a emergência, aprofundando o direito da crise:

considerações sobre o claustrofóbico rebaixamento dos gastos públicos no Brasil. In: **ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA ANPAD VI – ENAPG**, 9. 2022. Online – 30/maio – 2177-2517. Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/119/approved/3c3c139bd8467c1587a41081ad78045e.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2023.

COSTA, Telma Ferreira Farias Teles. **Excessos democráticos como inimigo: a emergência econômica como moduladora das capacidades estatais no Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2022. p. 200.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. p.402.

DWECK, Esther; SILVEIRA, Fernando Gaiger; ROSSI, Pedro. Austeridade e desigualdade social no Brasil. In: ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. p. 32-56.

FERREIRA, António Casimiro. **Sociedade da Austeridade e direito do trabalho de exceção**. Porto: Vida Económica, 2012.

FERREIRA, António Casimiro. **Sociologia das Constituições: desafio crítico ao constitucionalismo de exceção**. Porto: Vida Económica, 2019.

HARVEY, David. **O neoliberalismo – história e implicações**. Tradução: Adail Sobral; Maria Silva Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 2, p. 238-248, abr./jun. 2011.

LINHARES, Rafaela Rovani de; GERVASONI, Tássia A. Neoliberalismo e austeridade: investigando padrões de “Reações de Mercado” com relação ao trâmite da EC 95/2016. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 125, jul./dez., p. 469-513, 2022.

LOCH, Andriw de Souza. **Concolonidade do poder e neoliberalismo nos direitos fundamentais**: a emenda constitucional 95 – uma ofensiva aos sujeitos ausentes. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Direito – Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Criciúma, 2019. p. 187.

MARIANO, Cynara Monteiro. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Revista de investigações constitucionais**, v. 4, n. 11, p. 259-281, jan./abr. 2017.

NOCE, Humberto Abreu; CLARK, Giovani. A emenda constitucional nº 95/2016 e a violação da ideologia constitucionalmente adotada. **Revista Estudos Institucionais**. v. 3, n. 2, p. 1216-1244, 2017.

RAFAGNIN, Thiago Ribeiro. **Emenda constitucional 95**: do neoliberalismo à possível violação da constituição federal de 1988. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos – Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, 2019. p. 150.

SAMPAIO, José Adércio Leite. A Constituição Austeritária. **Espaço Jurídico Journal of Law (EJJL)**, v. 21, n. 1, p. 39-58, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico>. Acesso em: 13 out. 2023.

SILVA, L. G.; NASCIMENTO, R. Felix.; COSTA, C. E. A. . Tributação e Novas Tecnologias. **RJLB – Revista Jurídica Luso-Brasileira**, v. 9, p. 1573-1602, 2023.

SILVA, Lucas Gonçalves da; NASCIMENTO, Reginaldo Felix; LIMA, Nicole Souza. Considerações sobre direito, neoliberalismo e pós-pandemia no contexto latino-americano. **Revista Jurídica**, v. 1, n. 77, p. 263-290, 2024.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas – retrocessos, recorrências e avanços. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, nespecial., p. 15-24, ago. 2010.

UGÁ, Vivian Domínguez. **A questão social como “pobreza”: crítica à conceituação neoliberal**. Tese (Doutorado) – Doutorado em Ciência Política – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. p. 234.

VIEIRA JUNIOR, Ronaldo Jorge Araujo. **As inconstitucionalidades do “Novo Regime Fiscal” instituído pela PEC nº 55, de 2016 (PEC nº 241, de 2016, na Câmara dos Deputados)**. Brasília: Senado Federal, Consultoria Legislativa, 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/ide/525609>. Acesso em: 14 out. 2023.



LUCAS GONÇALVES DA SILVA

PhD em Direito pela Università Degli Studi G. d'Annunzio (Italia). Professor do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Sergipe (PRODIR/UFS).



CAMILLA ELLEN ARAGÃO COSTA

Advogada. Mestranda em Constitucionalização do Direito pela Universidade Federal de Sergipe.

O direito ao acesso à justiça pelos indígenas da Ilha do Bananal/TO: do reconhecimento à diferença ao reconhecimento da vulnerabilidade

The right to access to justice for the indigenous people of Bananal Island/TO: from recognition of difference to recognition of vulnerability

Paulo Sérgio Gomes Soares^a, Letícia Cristina Amorim Saraiva dos Santos Moura.

^aUniversidade Federal do Tocantins (UFT) em parceria com a Escola Superior de Magistratura Tocantinense (Esmat). E-mail: psoares@uft.edu.br.

Resumo: O artigo aborda o direito ao acesso à justiça pelas comunidades indígenas da Ilha do Bananal em função da escassez de políticas públicas que possam minimizar os impactos da vulnerabilidade. Os atendimentos itinerantes da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, entendidos como políticas públicas, permitiram constatar problemas que obstruem o direito de acesso à justiça e impedem a concretização dos direitos fundamentais, ferindo normas constitucionais e internacionais de Direitos Humanos. O problema tratado toca no reconhecimento à diferença, negado pelas orientações integracionistas vigentes no Estatuto do Índio, trazendo reflexos negativos para a concretização dos preceitos constitucionais e para a compreensão do paradigma interculturalista como orientação contextualizada para tratar as questões indígenas. A partir do método dialético associado à pesquisa etnográfica e o apoio de referenciais bibliográficos e documentais, foi possível realizar uma abordagem interdisciplinar e trazer à tona aspectos jurídicos, antropológicos e sociológicos que se interseccionam para vislumbrar as contradições que emergem do problema e propor algumas respostas possíveis de encaminhamento para a Prestação Jurisdicional no que tange a políticas públicas específicas.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Paradigma Interculturalista; Estatuto do Índio; Vulnerabilidade; Políticas Públicas.

Abstract: The article addresses the right to access to justice for indigenous communities on Bananal Island due to the lack of public policies that can minimize the impacts of vulnerability. The itinerant services of the Public Defender's Office of the State of Tocantins, understood as public policies, made it possible to identify problems that obstruct the right of access to justice and prevent the realization of fundamental rights, violating constitutional and international Human Rights standards. The problem addressed touches on the recognition of difference, denied by the integrationist guidelines in force in the Indian Statute, bringing negative consequences for the implementation of constitutional precepts and for the understanding of the interculturalist paradigm as a contextualized guideline for dealing with indigenous issues. Using the dialectical method associated with ethnographic research and the support of bibliographic and documentary references, it was possible to carry out an interdisciplinary approach and bring to light legal, anthropological and sociological aspects that intersect to glimpse the contradictions that emerge from the problem and propose some possible answers referral to Jurisdictional Provision regarding specific public policies.

Keywords: Human Rights; Interculturalist Paradigm; Indian Statute; Vulnerability; Public Policy.

Submetido em: 22/07/2024.

Aceito em: 30/09/2025.

O Brasil é um país com uma ampla

1 INTRODUÇÃO

diversidade sociocultural e étnico-racial e os povos originários figuram como os principais detentores dessa diversidade, espalhada por todas as regiões, além de serem os guardiões das florestas, povos cujas novas gerações dependem do equilíbrio ambiental para a manutenção das tradições. Os saberes tradicionais, as línguas, as culturas etc. resistiram ao longo processo de colonização e chegaram até a contemporaneidade ainda resistindo aos diversos desafios e problemas que assolam as comunidades, como a violência em função das invasões dos territórios, da grilagem, dos garimpos ilegais e da contaminação dos rios por mercúrio, da expansão e avanço do agronegócio, dos desmatamentos, dos incêndios, das doenças, dos genocídios etc., sempre reivindicando a demarcação das terras e, fundamentalmente, o reconhecimento das suas identidades.

Atualmente, esses problemas exigem a intervenção do Estado para defender as comunidades e garantir os direitos fundamentais, a começar pelo reconhecimento da identidade indígena como reconhecimento à diferença, que é essencial para a formulação de políticas públicas de acesso à justiça, tendo em vista que traz à tona as especificidades das comunidades e suas demandas, além do reconhecimento à diferença, por si só, implicar na luta contra as imposições padronizadas.

Este artigo trata especificamente do direito ao acesso à justiça pelos povos originários do Estado do Tocantins e apresenta alguns dos principais problemas enfrentados para a garantia constitucional do acesso à justiça, com o objetivo de expor as contradições e os gargalos do próprio Poder Judiciário, quando do atendimento itinerante às aldeias da Ilha do Bananal.

O ponto de partida são os atendimentos itinerantes realizados em 2023 pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO), em parceria com diversas instituições, em comunidades

indígenas da Ilha do Bananal, no Parque Nacional do Araguaia, em uma iniciativa do Programa de Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas.

Localizada entre os municípios de Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pium, a Ilha do Bananal é a maior ilha fluvial do mundo, com quase dois milhões de hectares, cercada pelos rios Araguaia e Javaés, abrigando um bioma de transição entre cerrado e floresta amazônica, uma região de difícil acesso que tem sido visitada para a realização dos atendimentos itinerantes. Com o aporte da Defensoria Pública do Estado do Tocantins constatou-se a dificuldade de acesso à justiça, sendo esta temática alvo dos debates em curso neste artigo, como parte da pesquisa de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, da Universidade Federal do Tocantins.

Trata-se de uma pesquisa etnográfica (Mattos, 2011) que seguiu uma abordagem qualitativa (Alves-Mazzotti; Gewandzsnajder, 1998) para a coleta de dados, sobretudo observacionais, analisados a partir do método dialético para vislumbrar as contradições sociais, procurando ressaltar os aspectos jurídicos, antropológicos e sociológicos que envolvem o fenômeno. A investigação, embora se pretenda fundada na pesquisa de campo, esbarrou em questões de ordem documental, exigindo um debate teórico para trazer à tona as contradições no campo jurídico ao lidar com os povos originários, de forma que optamos por diferentes técnicas para analisar e interpretar a realidade, conjugando dados de observação com referenciais bibliográficos e documentais.

A principal contradição se deve à concepção restrita e reducionista da visão colonial e patriarcal que subsiste na legislação nacional, como se nota no Estatuto do Índio, Lei nº. 6.001/1967, e dissemina uma perspectiva integracionista ultrapassada que fere os Direitos Humanos

dos povos indígenas em vários aspectos, interferindo negativamente na prestação jurisdicional. Evidenciou-se que o direito ao acesso à justiça somente se concretiza pela superação da norma aplicável e vigente, considerando o paradigma intercultural e não mais o integracionista, como instrumento para fazer valer as garantias constitucionais e as normas internacionais.

As “Cem regras de Brasília” (Conferência Judicial Ibero-Americana, 2008) apontam que as pessoas em situação de vulnerabilidade não possuem acesso à justiça por uma série de fatores, caso dos povos originários. Parte-se do pressuposto que o acesso à justiça, na acepção ampla, envolve a atuação de diversos atores sociais e jurídicos para que as pessoas consigam gozar dos direitos, sem necessariamente acionar o Poder Judiciário. Como o direito ao acesso à justiça pelos povos originários é restrito devido a uma série de condições e situações, há necessariamente que se pensar em políticas públicas de promoção do acesso à justiça a partir de um viés intercultural e integrado aos setores do Poder Judiciário que atuam junto as comunidades, caso dos núcleos criados para este fim específico. Procuramos apontar algumas alternativas em função dos problemas observados *in loco*.

É demonstrado que a garantia formal dos direitos aos indígenas não é suficiente, visto que os povos originários não conseguem acessar tudo aquilo que lhes foi garantido constitucionalmente por diferentes fatores e tudo continua no sentido simbólico. Então, a intervenção do Estado em todas as esferas de poder – para efetivar as políticas públicas destinadas aos povos indígenas – deve funcionar com um olhar atento para as peculiaridades e as singularidades dos povos originários, com a devida consciência dos operadores da justiça para superar o paradigma integracionista.

2 DO RECONHECIMENTO DA

VULNERABILIDADE RECONHECIMENTO À DIFERENÇA

AO

Nessa seção se discute o reconhecimento da vulnerabilidade dos povos indígenas e a proteção diferenciada prescrita na legislação, observando a necessidade de políticas públicas como um caminho para concretização do direito ao acesso à justiça. Considera-se, nesse ponto, a evolução das normas a partir da promulgação da Constituição de 1988, que busca incidir sobre as deficiências para uma sociedade inclusiva, visando a justiça social e a garantia dos Direitos Humanos dos povos originários em consonância com a defesa da dignidade da pessoa humana.

Conforme o censo demográfico do IBGE (2022, p. 93), o Estado do Tocantins abriga uma população de 20.023 indígenas, distribuídos em nove etnias: Xerente, Apinajé, Krahô, Krahô-Kanelá, Pankararu, Xambioá, Karajá, Javaé e Awá-Canoeiro. A Ilha do Bananal, localizada nos municípios de Lagoa da Confusão e Pium, sudoeste do Estado, abriga 15 aldeias indígenas Karajás, Javaés, Awá-canoeiros e Tapirapés.

Em 2023, uma equipe do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), com o apoio de outras instituições, dentre elas a Defensoria Pública do Estado do Tocantins, realizou um atendimento itinerante nas aldeias da Ilha do Bananal com o objetivo de garantir a inclusão sociopolítica dos povos originários no processo de cidadania, pela confecção de documentos de identidade, documento essencial para se assegurar diversos outros direitos. Na ocasião, observou-se as dificuldades de acesso à justiça para reivindicar questões básicas, como a inserção do nome do pai no registro civil, um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Existe a dependência constante da itinerância para se concretizar os direitos, fazendo crer que não basta os direitos estarem previstos formalmente na legislação, já que precisam de ações que

levem a “cidadania” aos pontos cegos da lei em função da invisibilidade e da vulnerabilidade.

O acesso à justiça é um direito, que está estampado na Constituição Federal de 1988, no art. 5º, XXXV: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito” (Brasil, 1988), ou seja, a justiça funciona para garantir os direitos do cidadão, sendo responsabilidade do Estado. O acesso à justiça

pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental – o mais básico dos Direitos Humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos (Cappelletti; Garth 1988, p. 12).

No entanto, a justiça social é desejada por diversos setores da sociedade e perpassa pelo acesso pleno e efetivo à justiça. Se há vulnerabilidades que impedem o acesso à justiça de um grupo em qualquer segmento social, vai haver dificuldade em se efetivar os direitos fundamentais e, nesse sentido, a justiça social acaba sendo comprometida e, por conseguinte, o próprio Estado (Cappelletti; Garth, 1988). Um Estado que não contribui para que todos os cidadãos tenham acesso aos direitos garantidos, não promove a justiça social, já que acentua o abismo entre a igualdade formal e a desigualdade concreta da vida prática. Nesse sentido, não basta a formalização dos direitos sociais como Direitos Humanos que o são, mas a efetivação dos mecanismos de garantia que, em síntese, requer o acesso.

O tema do acesso à justiça é aquele que mais diretamente equaciona as relações entre o processo civil e a justiça social, entre igualdade jurídico-formal e desigualdade socioeconômica. [...] Por um lado, a consagração constitucional de novos direitos econômicos e sociais e sua expansão paralela à Estado-Providência transformou o direito ao acesso efetivo à justiça num direito charneira, um direito cuja denegação acarreta a de todos os demais. (Santos, 1999, p. 146).

O excerto aponta que o acesso à justiça é um direito básico pelo qual os demais direitos se efetivam. Vivemos a “era dos direitos” e o Poder Judiciário brasileiro representa o principal mecanismo de garantia dos direitos, ou seja,

a jurisdição passa a ser a gênese do sistema pós-moderno de acesso individual e coletivo à justiça (CF art. 5º, XXXV). [...] A luta não é mais para a criação de leis, e sim manutenção dos direitos. Na verdade, a luta é por democracia e direitos. (Leite, 2014, p. 158).

Dentro desse panorama percebe-se que o acesso à justiça é, ao mesmo tempo, um direito humano e um direito fundamental. É direito humano em razão de se encontrar previsto em tratados internacionais e em função da materialização de outros direitos como a liberdade, a igualdade, a saúde, a educação, a segurança, o meio ambiente saudável etc., ou seja, é por meio do acesso à justiça que as pessoas e as entidades da sociedade civil passam a ter a garantia e a segurança para se desenvolverem plenamente (Oliveira, 2016). É compreendido como direito fundamental, porque se revela como um meio pelo qual se pode alcançar a igualdade entre todos, embora este seja um princípio de igualdade formal que atende ao pressuposto da defesa do direito individual, expondo uma contradição entre a igualdade jurídico-formal e a desigualdade socioeconômica, ou entre igualdade formal e desigualdade concreta.

Sabidamente, na vida prática o que se observa é uma desigualdade concreta no direito ao acesso à justiça, em que a abstração do conceito de cidadania e de igualdade acaba por violar os Direitos Humanos, considerando as barreiras e obstáculos desse acesso por uma parcela dos cidadãos, aqueles definidos pelas “Cem regras de Brasília” como vulneráveis. Após vinte anos de vigência da Constituição de 1988, durante a XIV

Conferência Judicial Ibero-americana, realizada em Brasília, entre os dias 4 e 6 de março de 2008, foram aprovadas, no âmbito da comunidade ibero-americana, as “Regras de acesso à justiça das pessoas em condição de vulnerabilidade”, que ficou conhecida como “Cem Regras de Brasília”, posteriormente, submetida à aprovação dos respectivos governos signatários, com o objetivo de reconhecer o direito ao acesso à justiça de pessoas em condição de vulnerabilidade e reduzir as desigualdades sociais e favorecer a coesão social. A defesa do direito, em questão, abarca as populações indígenas.

No Capítulo I: Preliminar, Secção 1^a. Finalidade, consta o seguinte:

(2) Recomenda-se a elaboração, aprovação, implementação e fortalecimento de políticas públicas que garantam o acesso à justiça das pessoas em condição de vulnerabilidade.

Na seção 2^a, Beneficiário das regras, por sua vez, consta:

(4) Poderão constituir causas de vulnerabilidade, entre outras, as seguintes: a idade, a incapacidade, a pertença a comunidades indígenas ou a minorias, a vitimização, a migração e o deslocamento interno, a pobreza, o gênero e a privação de liberdade.

Em suma, as Cem Regras de Brasília reafirmam os direitos, bem como consolidam o que prescreve a Constituição Federal em relação aos povos originários, que estão em condição de vulnerabilidade, no sentido de se fazerem representar pela identidade e de requerer as suas demandas legítimas. Em resumo, o documento expõe o reconhecimento da vulnerabilidade dos povos originários. Ainda, na seção 2^a, Beneficiário das regras:

(9) As pessoas integrantes das comunidades indígenas podem encontrar-se em condição de vulnerabilidade quando exercitam os seus direitos perante o sistema de justiça estatal. Promover-se-ão as condições destinadas a possibilitar que as pessoas e os povos indígenas possam exercitar com plenitude tais

direitos perante o dito sistema de justiça, sem discriminação alguma que possa ser fundada na sua origem ou identidade indígenas. Os poderes judiciais assegurarão que o tratamento que recebem por parte dos órgãos da administração de justiça estatal seja respeitoso com a sua dignidade, língua e tradições culturais.

Em suas disposições, as regras se configuram como um instrumento de defesa dos direitos dessa população inquestionavelmente vulnerável e que precisa da tutela e da intervenção do Estado para exercer os seus direitos junto ao Sistema de Justiça, conforme a sua identidade e demandas por reconhecimento à diferença e acesso, como também às políticas públicas e sociais garantidas constitucionalmente. Portanto, aos Estados signatários, caso do Brasil, cabe implantar a assistência jurídica, como uma política pública acessível às comunidades indígenas, tarefa a ser levada a cabo pelo Poder Legislativo e concretizada pelo Estado. Essas orientações convergem com o que diz a Convenção nº. 169 (1989), da OIT, Artigo 6º, 1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:

b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes;

Cappelletti e Garth (1988) lembram que, ao longo do século XX, certa parcela da sociedade não conseguia usufruir de alguns direitos e, ao mesmo tempo, não possuía condições de acionar o Poder Judiciário para pleiteá-los, indicando a necessidade de soluções práticas de acesso à justiça para a obtenção de assistência jurídica. Os autores destacam que os esforços iniciais e mais importantes para incrementar o acesso à justiça nos

países ocidentais foram aqueles dirigidos a Prestação Jurisdicional para as franjas mais pauperizadas da população. Este movimento foi iniciado por volta de 1919, na Alemanha.

Nesse aspecto, o sentido de se incluir o mandamento da assistência jurídica nas Cem Regras de Brasília, em 2008, é o mesmo a que se referem Cappelletti e Garth (1988), com a diferença no que tange a questão das vulnerabilidades bem definidas, a saber, econômicas, étnicas, gênero etc., considerando a assunção da precariedade de acesso aos direitos por ausência do Estado com as necessárias políticas públicas para determinadas comunidades, como a indígena, por exemplo, acirrando as desigualdades e os mecanismos de exclusão social.

A comissão de acompanhamento, constituída na XIV Conferência Judicial Ibero-americana (2008), tanto para fazer os relatórios quanto para definir as Cem Regras de Brasília, apontou como um marco para os Chefes de Estados, signatários das Regras, a criação, a adoção e/ou fortalecimento das políticas públicas de acesso à justiça para os mais vulneráveis.

Entretanto, mesmo em face XIV Conferência Judicial, prevaleceu a existência de violações dos Direitos Humanos dos povos indígenas, no Brasil, pois a efetivação dos direitos esbarra no problema de acesso à justiça e no monopólio do Sistema de Justiça oficial afeito a perspectivas integracionistas que desconsideram o contexto indígena em seus modos de vida. Ora, a Diretriz 9, do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3, 2009), que trata do Combate às desigualdades estruturais, objetivo estratégico II, orienta o seguinte em relação à questão indígena: “Garantia aos povos indígenas da manutenção e resgate das condições de reprodução, assegurando seus modos de vida”.

A julgar pela orientação do PNDH-3, sem o direito ao acesso à justiça para

reivindicar os seus direitos, em consonância com a sua identidade e modo de vida, os povos indígenas enfrentam ausência da tutela do Estado para sanear os problemas que assolam a vida comunitária. Por exemplo, o pleito de inclusão da etnia no registro civil encontra resistência na visão de que o indígena seja “aculturado, vivendo em sociedade”, conforme se depreende o antigo e ultrapassado Estatuto do Índio. Com razão,

[...] os movimentos indígenas da atualidade evidenciam que falar português, participar de discussões políticas, reivindicar direitos através do sistema judiciário, enfim, participar intensamente da sociedade dos brancos e aprender seus mecanismos de funcionamento não significa deixar de ser índio e sim a possibilidade de agir, sobreviver e defender seus direitos. (Almeida, 2010, p. 20).

Em relação ao argumento do autor do excerto, fica explícito que a participação cidadã igual aos não-índios não pode implicar a negativa de inclusão da etnia ao nome, como se os indígenas devessem ser inseridos na vida pública segundo um critério de homogeneidade social. É certo que, enquanto o Estado e todos aqueles que o representam observarem o indígena de modo individual e conforme os princípios de igualdade formais, os equívocos continuarão a ocorrer pela negação do reconhecimento à diferença, da diversidade social e das demandas coletivas.

Há que se superar o entendimento (ainda corrente) de que somente podem reivindicar direitos nos foros de proteção os indivíduos singularmente considerados, não um grupo de pessoas enquanto componentes de uma comunidade. Nada mais equivocado (Mazuolli, 2022, p. 258).

O debate acerca das políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas para essa parcela da sociedade deve sempre ter a compreensão da sua identidade étnica e tal como se autodenomina enquanto povo, enquanto comunidade indígena, caso contrário, as

violações tendem a acontecer como resposta equivocada.

As especificidades das violações constantes dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais estão a demonstrar que apenas se forem compreendidos como uma comunidade será possível assegurar-lhes os direitos consagrados em instrumentos internacionais, para além, evidentemente, da proteção individual que cada um de seus integrantes faz jus (Mazuolli, 2022, p. 258).

Outras questões emergem desse mesmo contexto. Por exemplo, a questão geográfica é um empecilho para se concretizar o direito ao acesso à justiça, sobretudo quando se está falando de localidades e territórios de difícil acesso, como tem sido os atendimentos itinerantes do Poder Judiciário aos indígenas da Ilha do Bananal. Além das dificuldades e distâncias, há que se considerar que as instituições se organizam e realizam itinerantes para atendimento dentro de um tempo determinado, porém a ausência de continuidade desses serviços acaba por não concretizar o intento inicial. Assim, pouco adianta o Estado se deslocar até uma aldeia indígena levando serviços de confecção de identidade, CPF, atendimento jurídico, saúde, informações entre outros, se a próxima ação programada só irá ocorrer no ano seguinte.

As vias de acesso às comunidades da Ilha do Bananal são precárias e afetam outros tantos direitos, como direito ao acesso à justiça, a informação, a saúde, a educação etc. Evidentemente, estes são dados de observação que permitem evidenciar a violação de direitos necessários ao exercício da cidadania. A “Etnografia é a escrita do visível” (Mattos, 2011, p. 54), cabendo ao pesquisador descrever esse universo particular vivenciado nos atendimentos itinerantes e que causam espanto, sobretudo em função das complexas barreiras culturais, considerando que são 15 aldeias indígenas

na ilha, divididas entre quatro povos diferentes.

Sabidamente, a diversidade de etnias no território brasileiro também se reflete na multiplicidade de línguas faladas por indígenas, característica que tem impactos diretos no direito ao acesso à justiça na sua dimensão de direito a entender e se fazer entendido nos atos e processos do Estado. Parte-se, sempre, do pressuposto que falar minimamente o português não garante a compreensão de um todo. Desse ponto, aparece a necessidade de o Estado se equipar de intérpretes para construir documentos e outras ações dirigidas aos indígenas. Observamos essa questão na prática e vimos que a língua pode ser um obstáculo se não tiver um tradutor e, consequentemente, inviabilizar a concretização da cidadania pela ausência de compreensão de uma realidade complexa e com características próprias.

Um exemplo para o caso é a tradução da Constituição Federal de 1988 para Nheengatu, “a única língua descendente do Tupi antigo viva ainda hoje e que permite a comunicação entre comunidades de distintos povos espalhados em toda a região amazônica”. A tradução foi feita por 15 indígenas da região do alto Rio Negro e Médio Tapajós, com a tradução de Dadá Baniwa, e lançada pelo Supremo Tribunal Federal, em 19 de julho de 2023. O mesmo deveria ser feito para atender às necessidades dos povos originários que vivem no Parque Nacional do Araguaia.

A sociedade civil vem se organizando por meio de movimentos sociais para buscar a implementação e concretização dos direitos e das garantias. Aos povos originários, por sua vez, não cabe apenas estimular a organização para reivindicar, já que o direito ao acesso à justiça não acontece por/para questões elementares.

Entretanto, hoje, o Poder Executivo está organizado em secretarias estaduais e nacionais voltadas às questões indígenas, bem como o Poder Judiciário, além das

ações voltadas para essa temática, atende às Resoluções nº. 287/2019 e nº. 454/2022, do Conselho Nacional de Justiça, que determina que as Defensorias Públicas criem Núcleos especializados de atuação. No Tocantins, a Defensoria Pública conta com o Núcleo Especializado de Questões Étnicas e Combate ao Racismo (NUCORA), que abrange o atendimento às demandas dos povos originários.

Os esforços somados resultam em uma cobrança ao Estado para a criação de políticas públicas contextualizadas e voltadas para a concretização do direito ao acesso à justiça para os povos originários.

Em 19 de abril de 2023, A Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO) formalizou a parceria com a “Rede de Acesso à Justiça para Povos Tradicionais e Originários do Tocantins” (Rejusto) com o intuito de garantir o acesso jurídico integral e gratuito. Essa iniciativa, que tem um caráter de política pública, tem por objetivo facilitar o acesso à justiça para as comunidades indígenas e quilombolas, seja pela conscientização de seus direitos e deveres no exercício pleno da cidadania, como pela oportunidade de atendimento específico por parte dos órgãos. Por ocasião da formalização do projeto da DPE-TO, os servidores que trabalham nas entidades que compõem o Sistema de Justiça receberão letramento racial para melhor compreenderem a realidade dos povos originários e tradicionais.

Entende-se que o Poder Judiciário, em razão de um pleito garantido pela própria Constituição Federal, tome essa questão, também, como fundamental para a garantia dos Direitos Humanos, mas consciente de que uma resposta adequada aos problemas está associada à criação de uma política pública para renovar e/ou educar a visão dos operadores de direito do Poder Judiciário, a fim de sanar o problema da perspectiva colonial e integracionista, ainda prevalente em muitas esferas do Sistema de Justiça.

A temática do integracionismo,

presente no Estatuto do Índio, por exemplo, gera tensões e exige que o Poder Judiciário adote mecanismos para superá-lo a fim de fazer valer os princípios constitucionais, a começar pelo reconhecimento à diferença, questão discutida na seção seguinte.

3 DO RECONHECIMENTO À DIFERENÇA AO RECONHECIMENTO DA VULNERABILIDADE EM BUSCA DE JUSTIÇA SOCIAL

Pela compreensão da evolução dos direitos fundamentais conferidos aos povos originários é essencial tecer considerações sobre os caminhos para alcançar a justiça social, dado que a concepção integracionista dominou grande parte do pensamento do século XX, sendo inserida em legislações nacionais e internacionais, bem como nas relações sociais.

Diante do extermínio e maciça exploração dos povos indígenas no continente norte americano a partir dos anos cinquenta 1950, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) tomou medidas que resultaram na Convenção nº. 107, de 1957, “concernente à proteção e integração das populações indígenas e outras populações tribais e semitribais de países independentes”.

Este documento tinha um caráter protecionista, mas não foi convincente (Heintze, 2009) em decorrência da concepção integracionista, que expunha o estágio de desenvolvimento dos povos indígenas como parâmetro para a obtenção dos direitos da sociedade não indígena, sendo criticado por juristas e antropólogos com o decorrer dos anos.

Considerando que a Declaração de Filadélfia afirma que todos os seres humanos têm o direito de buscar o progresso material e o desenvolvimento espiritual dentro da liberdade e dignidade e com segurança econômica e oportunidades iguais; Considerando que há nos diversos países independentes populações indígenas

e outras populações tribais e semitribais que não se acham ainda integradas na comunidade nacional e que sua situação social, econômica e cultural lhes impede de se beneficiar plenamente dos direitos e vantagens de que gozam os outros elementos da população; (OIT, 1957).

Como se nota, a Convenção assegurava a proteção dos grupos indígenas que estivessem plenamente integrados à comunidade nacional, mas, vale ressaltar, que as manifestações culturais que lhes eram próprias, enquanto identidade de um povo, não eram permitidas, ou seja, “não era garantido o direito de permanecerem índios, senão apenas de se integrar a comunidade nacional do país em que vivessem” (Mazzuoli, 2022, p. 262). Em outras palavras, negava-se o reconhecimento à diferença.

Cumpre asseverar que, no Brasil, a concepção integracionista foi incorporada pelo Estatuto do Índio, Lei nº. 6.001, de 19 de dezembro de 1973, da seguinte forma: “Art. 1º Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional” (Brasil, 1973). Todavia, manteve a compreensão do indígena como sujeito incapaz, que necessita da tutela do Estado, seguindo o Código Civil, de 1916, Capítulo I – Das pessoas naturais:

Art. 6º. São incapazes, relativamente a certos atos (art. 147, I), ou à maneira de os exercer: [...] IV – Os silvícolas. *Parágrafo único.* Os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, e que cessará à medida de sua adaptação. (Brasil, 1973).

Sendo incapazes, conforme o Estatuto do Índio, cabia ao Estado a tutela e a responsabilidade por integrá-los, considerando que “a condição indígena como transitória, até a concretização do propósito de total assimilação à comunhão nacional (sociedade não-índia)”. Havia um consenso de que a cultura nacional

deveria ser homogênea, “não devendo coexistir no território brasileiro diferentes organizações sociais, culturas, tradições e línguas, e o meio para alcançar esse ideal é a assimilação harmoniosa dos povos indígenas (minorias menos desenvolvidas) à cultura nacional (sociedade não-índia)” (Vitorelli, 2016, p. 34). Assim, durante décadas as comunidades indígenas foram submetidas e subjugadas aos processos de aculturamento e ao não reconhecimento à diferença.

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, reunida em Genebra, em 1989, resultou no documento intitulado “Convenção nº. 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais”, em que se admitiu a necessidade de atualizar o disposto na Convenção de 1957. Tal documento considerou a

Declaração Universal dos Direitos Humanos, do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e dos numerosos instrumentos internacionais sobre a prevenção da discriminação. (OIT, 1969).

Nesse sentido, entendeu que a realidade dos povos originários, em diferentes partes do mundo, não garante os mesmos direitos humanos fundamentais para, enfim, reconhecer

[...] as aspirações desses povos a assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, e manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões, dentro do âmbito dos Estados onde moram (OIT, 1989).

Ou seja, a conferência de 1989 rompeu com a concepção integracionista.

A despeito disso, no Brasil, até hoje, o Estatuto do Índio não foi revogado e a concepção integracionista e do índio como sujeito incapaz se tornou incompatível com os princípios da Constituição de 1988 e vem exigindo a utilização de técnicas de direito constitucional para compreender que esse estatuto fere os Direitos Humanos dos povos originários. Quando

o Estatuto do Índio foi promulgado,

acreditava-se sinceramente que a ‘civilização’ era o melhor para o índio e por ele desejada. Então toda a legislação brasileira a partir deste momento, até o período anterior à Constituição Federal de 1988, voltava-se à gradativa incorporação do indígena à civilização [...] (Feijó, 2014, p. 213).

A Constituição de 1988, por sua vez, seguiu a tendência do direito internacional e rompeu com o pensamento positivista, que concebia um mundo preexistente e fixo afeito à concepção integracionista, assumindo, a partir de então, o paradigma interculturalista, em que entende que os modos de criar e de viver possuem estreita relação com a cultura dos povos, e que a compreensão de mundo depende da linguagem do grupo e, fundamentalmente, das relações com a terra. Portanto,

a Constituição de 1988 abriu caminho para o resgate do passado e a realização de justiça histórica ao reconhecer os direitos dos povos indígenas aos seus territórios ancestrais (Santos; Chai, 2014, p. 105).

Essa ruptura constitucional, em tese, também permitiu a conquista de uma gama de direitos para os povos originários, ou seja, os indígenas passaram a ser destinatários de diversos direitos fundamentais sem a necessidade da malfadada integração à sociedade não-indígena.

Trata-se do reconhecimento do direito à diferença, ao contrário do que ocorria antes da CF/1988, cuja concepção era ‘assimilar’ os índios à cultura brasileira. Como exemplos, serão respeitadas as línguas das populações indígenas; as tradições culturais serão protegidas por meio de instrumentos de proteção ao patrimônio material e imaterial; os conhecimentos tradicionais dos indígenas devem ser protegidos etc. (Oliveira, 2016, p. 488).

Os direitos e as garantias presentes na Constituição Federal foram uma

construção que resultou da observação daquilo que ocorria no direito internacional com foco nos Direitos Humanos. E, do mesmo, com o passar dos anos, foi possível concluir que listar os direitos não garantia aos indígenas a justiça social, o que se traduziu na não efetivação dos direitos fundamentais. Em suma, ser sujeito de direitos não foi o suficiente para que os indígenas pudessem usufruí-los, exercê-los e alcançar cidadania.

E se perguntassemos “por que?”, a pergunta seria retórica. Vimos que a Constituição Federal respaldou os direitos dos povos originários, de forma que o reconhecimento à diferença está implícito e, muitas vezes, explícito nos dispositivos legais, em estreita consonância com a Convenção 169, de OIT (1989):

1. Os povos indígenas e tribais deverão gozar plenamente dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculos nem discriminação. As disposições desta Convenção serão aplicadas sem discriminação aos homens e mulheres desses povos.

Diante do exposto, resta equacionar as políticas públicas em estreita relação com o paradigma interculturalista para que o direito ao acesso à justiça possa se concretizar, questão discutida na próxima seção.

4 O PARADIGMA DA INTERCULTURALIDADE COMO CRITÉRIO PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Nessa seção se discute a importância do reconhecimento da identidade indígena, isto é, o reconhecimento à diferença, para a formulação de políticas públicas e promoção do direito ao acesso à justiça, considerando o mandamento constitucional de 1988, que enumerou diversos direitos e garantias, embora se verifique uma lacuna. Não é possível a igualdade formal de acesso aos direitos sem o reconhecimento da identidade coletiva em suas especificidades e

demandas. O reconhecimento à diferença implica na luta contra as imposições padronizadas (Wolkmer, 2009), típicas da jurisprudência positivista em voga ainda por influência do Estatuto do Índio.

A tradição jurídica brasileira possui fortes traços positivistas de afastamento das questões políticas e sociais para manter uma pretensa neutralidade, monopolizando o Poder Judiciário nas demandas e interesses individuais.

Entretanto, após a promulgação da Constituição de 1988, essa tradição foi colocada frente a outras perspectivas, que exigiram uma relação estreita com o campo político, social e ambiental para atender às chamadas 'liberdades positivas', oriundas das demandas socioculturais (Soares, 2016, p. 184-185).

Compreendendo que não é suficiente garantir os direitos e o acesso à justiça sem que se viabilize políticas públicas comprometidas com as demandas das comunidades, em face do reconhecimento à diferença em primeiro plano e do reconhecimento da vulnerabilidade como condição para se viabilizar políticas públicas contextualizadas com a realidade das comunidades da Ilha do Bananal.

Teoricamente, o acesso à justiça deve ser igual para todos, mas este pressuposto é formal, permitindo o seguinte questionamento: o acesso à justiça para as comunidades indígenas é igual? A resposta à questão precisa de evidências que mostrem que a igualdade de direitos para todos se sustenta, enquanto jurisprudência que corresponde ao estado democrático de direito, mas se observa na prática que as desigualdades para os povos originários são concretas ou mesmo que as desigualdades no acesso e na utilização da justiça têm acentuado ainda mais as desigualdades.

O acesso à justiça para as comunidades indígenas, por exemplo, apresenta um problema, a saber, que não se trata de acionar a justiça para mediar um conflito, já que tais demandas são

resolvidas pelas lideranças comunitárias e dentro dos limites da própria cultura, mas da justiça presente nas comunidades para fazer cumprir os direitos fundamentais garantidos na Constituição de 1988, dado que os destinatários de tais direitos são pessoas historicamente invisibilizadas e relegadas a segundo plano, bem como fazem parte da população vulnerável, em grande medida, pelas especificidades socioculturais que precisam ser consideradas para o atendimento às suas demandas, que são demandas coletivas.

O fato de se reconhecer aos indígenas uma série de direitos fundamentais e os Direitos Humanos, bem como a capacidade de pleiteá-los perante o Poder Público, não lhes retirou a condição de vulnerabilidade, em função de uma série de problemas históricos que dificultam, e até mesmo podem impedir, o exercício da cidadania em termos de reivindicação dos direitos fundamentais e da própria dignidade humana. Diante desse quadro, a "democratização no acesso à justiça constitui-se em pauta fundamental para a efetivação dos direitos que formam a cidadania." (Sadek, 2010, p. 9).

Atualmente, subjaz dois problemas fundamentais relacionados ao acesso à justiça pelas comunidades indígenas e que precisam ser enfrentados pelo Poder Judiciário: 1) que o acesso dos povos originários à justiça é restrito, em função do monopólio do Sistema de Justiça oficial estatal apegado a uma visão positivista e colonial, e que, portanto, não serve aos propósitos da defesa das garantias constitucionais e; 2) que quando o acesso existe esbarra no desrespeito à jurisdição internacional, ferindo os Direitos Humanos em face da ausência de políticas de acesso.

Uma Prestação Jurisdicional que envolve a garantia dos direitos sem a devida compreensão dos indígenas, tanto no que tange aos aspectos históricos de destruição gradual das culturas - como o brutal processo de dominação colonial -

quanto da negação do conhecimento e reconhecimento das práticas sociais e modos de vida, violam os Direitos Humanos desses povos, o que equivale, também, a inviabilizar o acesso à justiça.

Os diversos direitos atinentes aos indígenas requerem o acesso à justiça como um elemento indeclinável e próprio do Estado Democrático de Direito, mas o “como” esses direitos podem ser acessados é a grande questão. Na ponta oposta, a não garantia dos direitos, em face da situação concreta de vulnerabilidade coloca o Estado em situação de não cumprimento dos deveres para com uma parcela da população, ou se o faz, faz de forma equivocada. A inéria estatal ou a própria intervenção estatal equivocada, em detrimento da não concretização dos direitos fundamentais, traz graves consequências, sendo a principal delas a ausência de políticas públicas contextualizadas com as demandas.

Cabe asseverar que implicitamente as políticas públicas incluem as atividades jurídicas, legislativas e administrativas, por exemplo, que precisam estar voltadas para a resolução de conflitos envolvendo coletivos reais. Para Canela Júnior (2010), o conceito de políticas públicas inclui

[...] todos os atos legislativos e administrativos necessários à satisfação espontânea dos direitos fundamentais sociais. Estabelecido o direito fundamental social, os Poderes Legislativo e Executivo, no âmbito de suas competências constitucionais, têm o dever de promover a sua irradiação formal e material. (Canela Júnior, 2010, 147).

Diante desse quadro, deve existir a mobilização político-administrativa do Estado para articular, alocar recursos e direcionar esforços com o fim de solucionar o problema coletivo de não implementação de direitos fundamentais (Procopiuck, 2013).

Para responder ao problema, Wolkmer (2009) sugere a adoção de um pluralismo jurídico, entendido como

um processo comunitário participativo, definindo mecanismos plurais de exercício democrático e viabilizando cenários de reconhecimento e de afirmação de Direitos Humanos. (Wolkmer, 2009, p. 45)

Para o autor, torna-se necessário viabilizar formas emancipatórias e contra hegemônicas de legitimação dos direitos para atender às demandas socioculturais.

Com vistas na argumentação, vimos a necessidade de instituir e cobrar do Estado as políticas públicas contextualizadas com a realidade das comunidades indígenas da Ilha do Bananal, considerando o que tem sido observado nos atendimentos Itinerantes. Enfim, a pesquisa de mestrado ainda aponta para os problemas com resultados parciais, mas com vistas na possível solução deles, tendo em vista a natureza do Mestrado Profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo procurou apresentar alguns dos problemas observados *in loco* para a não concretização dos direitos fundamentais, quando do atendimento itinerante às aldeias da Ilha do Bananal, sendo o principal deles a dificuldade de acesso à justiça pelos indígenas por diferentes fatores. Diante disso, a Defensoria Pública do Estado do Tocantins tem se posicionado em prol da garantia do direito ao acesso à justiça e o caminho para superação perpassa pelas políticas públicas e concretização da justiça social por meio da efetivação dos direitos fundamentais.

Vimos que o reconhecimento da vulnerabilidade, expresso nas Cem regras de Brasília, abrange os povos originários, bastando um olhar sobre o contexto de existência para verificar a necessidade do reconhecimento à diferença como condição para garantir os direitos fundamentais, já que a cidadania indígena possui especificidades para se concretizar. O pesquisador precisa se propor a ampliar

o conhecimento já disponível, transitando do micro para a macrossocial, no sentido de equacionar as demandas das comunidades da Ilha do Bananal pelo reconhecimento à diferença para, daí, reconhecer as vulnerabilidades apontadas pelos próprios indígenas em consonância com aquelas observadas *in loco*.

Sendo assim, o Poder Judiciário precisa preparar os operadores de justiça para superar as concepções integracionistas do Estatuto do Índio, que ainda tensionam as relações, e adotar o paradigma intercultural na atuação estatal para concretização dos direitos indígenas inseridos na Constituição Federal e nos documentos internacionais.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Thomson, 1998.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FG, 2010.

BRASIL. 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº. 6.001, de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília/DF, 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília, DF: SEDH/PR, 2009.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Briant. **Acesso à justiça**. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre/RS: Sérgio

Antônio Fabris, 1988.

CONFERÊNCIA JUDICIAL

IBERO-AMERICANA. Regras de Brasília sobre o acesso à justiça das pessoas em condição de vulnerabilidade, 2008.

Disponível em:

<https://www.anadep.org.br/wtksite/100-Regras-de-Brasilia-versao-reduzida.pdf>.

Acesso em: 5 jun. 2023.

AGÊNCIA CNJ DE NOTÍCIAS. Ao lançar primeira Constituição em língua indígena, presidente do STF e do CNJ destaca momento histórico para o Brasil. **Agência CNJ de Notícias**. Brasília, DF, 19 de julho de 2023. Disponível em:

<https://www.cnj.jus.br/ao-lancar-primeira-constituicao-em-lingua-indigena-presidente-do-stf-e-do-cnj-destaca-momento-historico-para-o-brasil/>. Acesso em: 10 ago 2023.

FEIJÓ, Juliane Holder da Câmara Silva. 2014. A capacidade civil indígena. **Direitos Fundamentais & Justiça**, v. 28, 2014, p. 209-228.

HEINTZE, Hans-Joachim. Direitos Humanos coletivos. In: BRASIL. **Manual prático de Direitos Humanos internacionais**. Brasília/DF: Escola Superior do Ministério Público da União, 2009.

CANELA JÚNIOR, Osvaldo. **Controle Judicial de Políticas Públicas**. 1 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Manual de Direitos Humanos**. 3 ed. Rio de Janeiro: GEN, 2014.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. 2011. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, C. L. G. de; CASTRO, P. A. de (org.). **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande/PB: EDUEPB, 2011.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos**. 9 ed. Rio de Janeiro: Método/Gen, 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO [OIT]. **Convenção nº. 107 da OIT, de 05 de junho de 1957.** Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/indios/lex130a.htm>. Acesso em: 5 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO [OIT]. Convenção nº. 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, de 7 de junho de 1989. Organização Internacional do Trabalho. 1989. Disponível em: <https://portal.antt.gov.br/conven%C3%A7%C3%A3o-n-169-da-oit-povos-indigenas-e-tribais>. Acesso em: 15 jun 2023.

OLIVEIRA, Fabiano Melo Gonçalves de. **Direitos Humanos.** Rio de Janeiro: GEN, 2016.

PROCOPIUCK, Mário. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública:** análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária. São Paulo: Grupo GEN, 2013.

SADEK, Maria Tereza Aina. Defensoria Pública: a conquista da cidadania. por RÉ, A. I. M. R. (org.). **Temas aprofundados da Defensoria Pública:** volume I. Salvador: Ed. Juspodivm, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 7 ed. Porto/Portugal: Afrontamento, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza; CHAUI, Marilena. **Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento.** 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SOARES, Paulo Sérgio Gomes. O comunitarismo na educação popular e suas contribuições para o fortalecimento da democracia participativa. BÔAS, João Paulo Simões Vilas; FARHI NETO, Leon; PERIUS, Oneide (org.). **Filosofia em debate:** questões de ética, educação e política. Florianópolis/SC: Nefiponline, 2016.

VITORELLI, Edilson. **Estatuto do Índio:** Lei nº. 6.001/1973. 3 ed. Salvador: JusPodivm, 2016.

WOLKMER, Antônio Carlos. Pluralismo jurídico e novas perspectivas dos Direitos Humanos. **Jurisprudência Catarinense,** Florianópolis/SC, v. 118, 2009, p. 40-58.



PAULO SÉRGIO GOMES SOARES

Doutor. Professor no Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH), da Universidade Federal do Tocantins (UFT) em Parceria com a Escola Superior de Magistratura Tocantinense (Esmat). Bolsista Fapto.



LETÍCIA CRISTINA AMORIM SARAIVA DOS SANTOS MOURA

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH), da Universidade Federal do Tocantins (UFT) em Parceria com a Escola Superior de Magistratura Tocantinense (Esmat). Defensora Pública em Cristalândia/TO.

NOTAS

¹ TRE do Tocantins e parceiros farão atendimento itinerante em comunidades indígenas da Ilha do Bananal. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Julho/tre-do-tocantins-e-parceiros-fara-o-atendimento-itinerante-em-comunidades-indigenas-da-ilha-do-bananal> acesso em 19 ago 2023

² Povo originário que habitava, originalmente, a região do baixo Araguaia, região da Serra do Urubu, em Mato Grosso. A sua população se deslocou para a região da Ilha do Bananal, em Tocantins, em função da expansão do

agronegócio e estreitou relações com o povo Karajá, a partir dos anos 1990. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tapirap%C3%A9>.

³ “Em ação promovida pelo TRE-TO, jovem indígena consegue, aos 17 anos, inserir nome do pai em registro”. Disponível em: <https://www.tre-to.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Agosto/em-acao-promovida-pelo-tr>

[e-to-jovem-indigena-consegue-aos-17-anos-inserir-nome-do-pai-em-registro](#)

⁴ Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/ao-lancar-primeira-constituição-em-lingua-indigena-presidente-do-stf-e-do-cnj-destaca-momento-historico-para-o-brasil/> acesso em 10 ago 2023.

AGRADECIMENTOS

Pesquisa realizada com apoio institucional do PPGPJDH-UFT/Esmat, Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE/TO) e entidades profissionais parceiras

O uso da metodologia ativa DICUMBA na construção do conceito científico de célula

The use of the Active Methodology DICUMBA in Construction of the Scientific Concept of Cell

Arilson Silva da Silva^a, Everton Bedin.

^aUniversidade Federal do Paraná. E-mail: prof.arilsonsilva@gmail.com.

Resumo: O estudo em questão aborda a aplicação da metodologia DICUMBA - Desenvolvimento Cognitivo Universal-Bilateral da Aprendizagem - nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com o objetivo de investigar a capacidade dos alunos do 5º ano em construir o conceito científico de "Célula" através dos movimentos dialógicos de pesquisa dessa metodologia. A pesquisa foi conduzida com 25 alunos de uma escola municipal no estado do Pará, utilizando uma abordagem metodológica qualitativa, com procedimento participativo. Para a coleta de dados, foram empregadas observação e análise dos materiais produzidos pelos alunos ao longo de seis etapas do processo. A interpretação e a sistematização dos dados foram realizadas por meio de uma análise descritiva-analítica, que possibilitou inferir que a utilização da DICUMBA para a construção do conceito científico de célula foi eficaz. Os alunos assumiram o papel de protagonistas no processo, engajando-se na pesquisa, na elaboração de desenhos, na produção e interpretação de textos. Nesse contexto, a DICUMBA proporcionou aos alunos do 5º ano a construção do conceito de célula a partir de um tema de interesse, evidenciando sua eficácia no processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Alunos; Célula; DICUMBA; Pesquisa; Protagonistas.

Abstract: The study in question addresses the application of the DICUMBA methodology - Universal-Bilateral Cognitive Development of Learning - in the Initial Years of Elementary Education, aiming to investigate the ability of 5th-grade students to construct the scientific concept of "Cell" through the dialogical movements of research within this methodology. The research was conducted with 25 students from a municipal school in the state of Pará, employing a qualitative methodological approach with participatory procedures. Data collection involved observation and analysis of materials produced by students throughout six stages of the process. Data interpretation and systematization were conducted through a descriptive-analytical analysis, allowing for the inference that the use of DICUMBA for the construction of the scientific concept of cell was effective. The students took on the role of protagonists in the process, engaging in research, drawing up designs, and producing and interpreting texts. In this context, DICUMBA provided 5th-grade students with the construction of the concept of a cell from a topic of interest, highlighting its effectiveness in the teaching-learning process.

Keywords: Students; Cell; DICUMBA; Research; Protagonists.

Submetido em: 23/03/2024.

Aceito em: 02/10/2025.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo faz alusão à utilização da Metodologia Ativa Dicumba (Desenvolvimento Cognitivo

Universal-Bilateral da Aprendizagem), que se fundamenta a partir do Aprender pela Pesquisa Centrada no Aluno (APCA), para a construção de um conceito científico. Nesta ação, o aluno possui total autonomia

para escolher um assunto que deseja investigar, sem nenhuma interferência do professor e/ou de terceiros (Bedin; Del Pino, 2019). Assim, entende-se que a ação de possibilitar ao estudante escolher um determinado tema é fundamental para o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem, tendo em vista que o aluno possui interesses e curiosidades específicas em aprender, promovendo um aprendizado eficaz, diferente de quando o professor realiza um planejamento centrado na ciência e procura despertar o interesse do aluno, instigando-o a realizar uma pesquisa sobre um conteúdo selecionado pelo docente, justamente porque esse não conhece as peculiaridades dos estudantes.

Nesse ínterim, o papel do professor como mediador dos processos de ensino e aprendizagem, em oposição ao mero detentor do conhecimento, desempenha uma função crucial. O professor atua como um agente que coordena e facilita a construção do conhecimento, promovendo discussões, questionamentos, problematizações, socialização, interação e elaboração de hipóteses, entre outras atividades relevantes para atender aos interesses dos alunos. Essas ações contribuem para o desenvolvimento de um senso crítico no indivíduo (Quinquíolo, 2017). Nessa perspectiva, ao adotar a abordagem da Dicumba em sala de aula, o professor estimula ainda mais o interesse do aluno pela ciência, concedendo-lhe autonomia para realizar pesquisas, refletir, articular ideias, problematizar e apresentar seus estudos. Ao englobar essas práticas, o educador está contribuindo para a formação de um pesquisador.

Neste contexto, a Dicumba proporciona ações para o estudante mobilizar competências e habilidades, utilizando múltiplas conexões e atitudes porque, ao elencar um problema do seu contexto, o aluno busca na pesquisa os saberes científicos que podem proporcionar significados àquilo que está

tentando resolver. Esse processo de pesquisa, de natureza dialética, resulta na emergência de novos problemas e hipóteses, demandando que o aluno continue mobilizando competências e empregando diferentes inteligências para resolvê-los (Bellardo *et al.*, 2021). Assim, entende-se que a Dicumba é um veículo que oportuniza ao aluno entrar em contato com informações que propiciam o entendimento de um conceito e, até mesmo, a construção desse.

Segundo Ramos *et al.* (2021), a Dicumba pode ser desenvolvida seguindo 8 etapas, apesar de não se tratar de um receituário: 1^a etapa: instigar no aluno o pensamento crítico sobre o próprio contexto e a reflexão sobre algum problema a resolver; 2^a etapa: solicitar ao aluno a realização de uma pesquisa virtual sobre o tema escolhido, demonstrando ideias, saberes e hipóteses de como resolvê-lo; 3^a etapa: instigar a socialização da pesquisa realizada; 4^a etapa: na socialização da pesquisa, problematizar/questionar cientificamente (relacionar com o conteúdo do componente curricular) momentos que levam o aluno a uma nova pesquisa; 5^a etapa: instigar o aluno a pesquisar sobre o tema centrado no conteúdo científico; 6^a etapa: solicitar a socialização da pesquisa científica por meio de diferentes formas (Desenho/Texto/Música/Vídeo); 7^a etapa: retomar cientificamente as informações apresentadas pelos alunos, de forma a potencializar os saberes; 8^a etapa: questionar o aluno sobre a possibilidade da aplicabilidade das soluções apresentadas, instigando-o à uma nova pesquisa.

Com base nas etapas, percebe-se que no desenvolver da Dicumba os alunos mobilizam diferentes competências e utilizam múltiplos saberes oriundos do próprio contexto, atingindo diferentes formas de interação, cooperação e aprendizagem. Afinal, os alunos são instigados a aprender por meio da pesquisa, realizando diferentes

decodificações entre as informações que encontram e conexões com os conhecimentos da ciência química. Não diferente, o professor, durante a socialização da pesquisa do aluno, precisa movimentar e interconectar diferentes saberes docentes para a emersão de um trabalho intradisciplinar, o que provoca no mesmo a auto-avaliação e a autorreflexão sobre sua atuação. Isto é percepível na medida em que o aluno pesquisa para resolver um problema sociocultural e de interesse, alcançando o resultado desejado por meio das ações docentes. Logo, a Dicumba é um instrumento de contextualização e também uma forma de diagnosticar lacunas no ensino e na aprendizagem (Kurz *et al.*, 2022).

A Dicumba é rica no sentido de investigação e pesquisa, pois os alunos não apresentam os mesmos interesses e habilidades iguais, não aprendem da mesma maneira e não conseguem aprender tudo o que há para ser aprendido; é preciso compreender as capacidades e os interesses específicos, combinando objetivos e conteúdos à currículos e estilos de aprendizagem (Bosa *et al.*, 2022). As crianças são inteligentes, mas de maneira diferente, que são aperfeiçoadas a depender dos estímulos que cada uma recebe e do ambiente em que estão inseridas (Gardner, 2000). Neste sentido, questiona-se: a metodologia Dicumba é significativa no sentido de oportunizar a estudantes de Anos Iniciais do Ensino Fundamental à construção de conceitos a partir da pesquisa centrada no próprio interesse? Em derivação dessa indagação, a presente pesquisa objetiva analisar como alunos do 5º ano da Educação Básica são capazes de construir o conceito científico de “Célula” a partir dos movimentos dialógicos de pesquisa da metodologia Dicumba.

Acredita-se no movimento da construção do conceito porque a Dicumba introduz uma nova dinâmica de (auto)aprendizagem no ambiente da sala de aula, impactando profundamente o

papel dos alunos, que transitam de uma postura passiva para uma postura ativa, essencialmente na decodificação e conexão de informações abrangentes. Como resultado, a Dicumba pode gerar resultados significativos no ensino e aprendizagem da ciência, visto que o trabalho em sala de aula passa a ser centrado no aluno, que desempenha um papel sob a orientação do professor. Somente ao final do processo, os conceitos abordados pelos alunos em suas pesquisas são formalizados na linguagem científica, e (re)significados pelo professor numa perspectiva mais aprofundada.

2 METODOLOGIA

Este estudo¹ foi desenvolvido com a participação de 25 alunos de uma turma do 5º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, matriculados em uma escola pública situada no município de Salvaterra, Arquipélago de Marajó/PA. A escolha do público-alvo foi baseada em conveniência, viso que o professor responsável pela turma também atua como pesquisador, desempenhando um papel de mediador na promoção dos processos de ensino e aprendizagem por meio da metodologia Dicumba. Em relação ao perfil da turma, pode-se afirmar que essa é composta por 13 estudantes do gênero feminino e 12 estudantes do gênero masculino, alunos com média de idade de 10 anos.

A abordagem adotada nesta pesquisa é qualitativa, de procedimento participante, objetivo exploratório e natureza básica. A observação participante, o diálogo específico e os materiais produzidos pelos alunos sobre o tema de interesse no movimento da Dicumba formam o escopo de instrumentos para a constituição dos dados (André, 2013; Angrosino, 2009).

Uma investigação de abordagem qualitativa objetiva compreender o processo subjacente por meio de diferentes métodos empregados para constituir os dados, com a finalidade de interpretá-los e construir significados que

se relacionam, mesmo que na subjetividade da história de vida do pesquisador, ao tema de pesquisa em questão. Nesse contexto, o pesquisador desempenha um papel fundamental em compreender o contexto vivenciado a partir da pesquisa e da participação, visando uma compreensão mais aprofundada e contextualizada não só do espaço cenestésico, mas da cultura e das ações dos sujeitos (Costa; Cordovil, 2020; Zanette, 2017).

Após a conclusão das etapas metodológicas da Dicumba, descritas abaixo, a interpretação e a sistematização dos dados foram realizadas por meio de uma análise descritiva-analítica, utilizando os materiais produzidos pelos alunos como base. A análise descritiva foi enriquecida com elementos das observações efetuadas pelo professor em sala de aula presentes no diário de bordo, bem como dos diálogos específicos realizados durante o desenvolvimento da Dicumba, afim de ampliar a compreensão e fornecer uma explicação mais abrangente do contexto do fenômeno estudado (Rosenthal, 2014).

Para a promoção da Dicumba no 5º ano, num primeiro momento, em uma roda de conversa, o professor indagou os alunos sobre como gostariam que as aulas fossem realizadas. Após a anotação das falas dos alunos em seu diário de bordo, o professor adentrou nas etapas que constituem a metodologia Dicumba, desenvolvida em seis etapas: 1ª. Apresentação da Dicumba aos alunos; 2ª. Aplicação da Dicumba em sala de aula; 3ª. Desenvolvimento da Pesquisa pelos alunos; 4ª. Ações de Intervenção (apresentação da pesquisa); 5ª. Ressignificação da Pesquisa e construção do Conceito; 6ª. Socialização da Pesquisa Científica.

Na 1ª etapa, o professor apresentou a metodologia Dicumba aos alunos. Após, na 2ª etapa, a partir da Dicumba, os alunos escolheram um tema universal de interesse. Na 3ª etapa, começou a ocorrer

a mobilização de competências e habilidades dos alunos, pois eles iniciaram as 8 etapas da pesquisa descritas por Ramos, Carminatti e Bedin (2021) com auxílio do professor. Na 4ª etapa os alunos apresentaram a pesquisa a partir de Desenho e Texto. Após a representação, o professor direcionou e orientou os alunos à construção de um conceito, retomando os elementos científicos presentes nas falas dos sujeitos (5ª etapa). Por fim, na 6ª etapa, após a ressignificação, os alunos socializaram o conceito construído por meio de diferentes formas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Antes de promover a metodologia Dicumba aos alunos, o professor realizou uma investigação para identificar suas preferências em relação à condução das aulas ao longo do ano letivo de 2023. As respostas obtidas incluíram a solicitação por aulas dinâmicas, atividades de campo, jogos educativos, educação física, experimentação, rodas de conversa, pinturas e desenhos, dentre outras manifestações explicitadas pelos alunos. Essa abordagem se mostra essencial, pois permite ao professor refletir e planejar as aulas de acordo com as expectativas dos alunos, buscando despertar o interesse e a curiosidade deles por meio de um ensino dinâmico, no qual a interação e a socialização desempenham um papel fundamental na construção de novos conhecimentos.

De acordo com as considerações de Rossi *et al.* (2022), destaca-se a importância do professor em familiarizar-se com o contexto dos alunos como um ponto fundamental para o planejamento das aulas. Afinal, ao levar em conta os interesses dos estudantes, o professor tem a possibilidade de despertar a motivação para aprender, agir e progredir, permitindo, assim, uma maior facilidade na assimilação dos conteúdos necessários. Essa abordagem, pautada na compreensão da realidade do aluno, desempenha um papel significativo na

promoção de um aprendizado mais efetivo, visto que o estudante se sente partícipe do processo e por ele é atraído a aprender.

Com base nas expectativas dos alunos, o professor introduziu a metodologia Dicumba, ressaltando a sua abordagem centrada nos interesses individuais de cada um deles. Nesse contexto, foi solicitado aos alunos que selecionassem um tema de interesse particular, no qual desejavam adquirir conhecimentos mais aprofundados ou explorar áreas em que encontravam dificuldades, independentemente de sua relação com algum conteúdo específico, fundamentando o processo da metodologia.

Posteriormente, procedeu-se à realização de diálogos específicos

individuais com os alunos, com o objetivo de investigar as motivações subjacentes à escolha dos temas de interesse. Nesse momento, o professor propôs uma dinâmica interativa com os estudantes, esclarecendo que eles estavam participando de uma simulação de entrevista para concorrer ao papel principal em uma novela, e que deveriam convencer o entrevistador ao discorrer sobre o tema de interesse selecionado. Essa ação foi extremamente rica, pois, além de possibilitar o professor a conhecer mais sobre os seus alunos, oportunizou ao docente identificar as informações que sustentam as escolhas de interesse de cada estudante. No Quadro 1, apresenta-se o tema de interesse dos alunos e a justificativa da escolha dos mesmos.

Quadro 1 – Descrição do tema de interesse e a justificativa

(continua)

ID	TEMA	RAZÃO PELA ESCOLHA DO TEMA
1	Mundo animal	Porque gosta de estudar sobre os animais, tem animal de estimação (cachorro), cuida e brinca com ele, considera os animais inteligentes, deseja viajar pelo mundo e conhecer os animais que já viu em filmes como: leão, tigre, tubarão e etc.
2	Universo	Porque tem a curiosidade em saber onde tem outras estrelas planetas, já fez leituras sobre o sistema solar, o qual possui 8 planetas, gosta de ficar olhando o céu estrelado de noite, deseja saber como os planetas se formam.
3	Escola de futebol	Porque joga futebol nas horas livres com amigos, gosta de jogar na escola, quer aprender mais sobre a função de cada jogador, o que devem fazer, deseja jogar como atacante.
4	Animais	Porque o avô tinha uma fazenda em um interior de Salvaterra e lá haviam vários animais, quando criança ia sempre na fazenda e ficava observando os animais como: cavalo, boi, vaca, ovelha e carneiro, ajudava o avô a cuidar deles, gostaria de ter um cavalo, pois gosta de andar de cavalo.
5	Vôlei	Porque joga vôlei com as primas aos domingos na praia, possui conhecimento de algumas regras, porém gostaria de saber mais, aprender técnicas do jogo.
6	Escola de Futebol	Porque gosta de jogar futebol com os amigos, gostaria de entrar para uma escola de futebol, gosta de praticar esportes, conhece as regras básicas do jogo e gostaria de ter mais conhecimento sobre as normas do jogo, além disso, na família tem pessoas que praticam o esporte.
7	Ensino Religioso	Porque é evangélica e gostaria de saber um pouco sobre cada religião, sempre vai a igreja, participa de grupo de dança e louvor, tem interesse em saber mais sobre a bíblia, na sua religião fazem louvor, marcha para Jesus e alguns outros congressos.
8	Animais	Porque tem muitos animais e gosta de cuidar deles, relatou sobre os pintinhos que tinham acabado de nascer, tem cachorros, galinha, gato, cavalo, na casa dos avós tem mais animais, gostaria de saber mais sobre o mundo animal, como vivem, o que fazem e etc.

Quadro 1 – Descrição do tema de interesse e a justificativa

(continua)

ID	TEMA	RAZÃO PELA ESCOLHA DO TEMA
9	Desenho	Porque gosta de desenhar, pintar, normalmente desenha casas, natureza, animais, flores, objetos que costuma ver diariamente.
10	Aula de Arte	O interesse surgiu pela pintura desde criança, onde gostava de desenhar e pintar bonecas, casa, gosta de utilizar tintas, escrever, já teve caderno de desenho, suas cores preferidas são rosa e vermelha, sua casa é vermelha e gostaria de ter uma boneca desenhada na parede.
11	Animais	Porque a família tem um sítio que possui vários animais e todos os dias ajuda a cuidar deles, assim como gosta de brincar com alguns, enfatiza que os animais fazem parte de nossas vidas e que precisamos deles.
12	Educação física	Porque gosta de praticar esportes, tem como esporte preferido a queimada, sabe algumas regras do jogo, joga queimada na escola e na rua com os amigos, os jogadores devem ter uma alimentação saudável assim como nos demais esportes.
13	Computação	Porque quer aprender a mexer em computador, pois já teve uma experiência e gostou de mexer no teclado, quer saber mais sobre as tecnologias, tem vontade de ter um notebook, pois assim acredita que irá aprender mais sobre, não sabe da origem do computador, mas gostaria de saber.
14	Matemática	Porque gosta dos números, aprendeu a ter gosto pela matemática quando foi ensinado de forma dinâmica, quer aprender mais sobre contas pois considera importante no dia a dia.
15	Médico	Porque gosta de cuidar de pessoas, crianças e adolescentes, sempre vai ao médico, eles são bons, tratam bem as pessoas, deseja ser médica quando crescer para cuidar de criança, quer ser pediatra, para cuidar do bebê desde o perinatal.
16	Química	Porque viu na televisão um cientista que estava fazendo experimentação num local onde tinha armário com porções e uma máquina cheia de fios, nunca foi em um laboratório de química, mas deseja conhecer, para estudar química.
17	Desenho	Porque gosta de desenhar flor, casa, borboleta, nuvens, animais, frutas, suas cores preferidas são rosa, azul, roxo e amarelo, normalmente utiliza lápis, canetinha, tinta e pincel.
18	Planeta	Porque gosta de estudar os planetas desde o terceiro ano, acredita ser interessante, imagina que nem todos os planetas tem vida, não sabem ao certo quantos planetas existem, mas deseja saber e se os mesmos possuem oxigênio.
19	Biblioteca	Porque já assistiu filme sobre biblioteca e achou interessante, o que instigou a querer conhecer mais, porém nunca foi em uma biblioteca, acredita que vai ler livro de romance, de conto de fadas, já leu o livro do pequeno príncipe, da cinderela, e gostaria de conhecer uma biblioteca.
20	Arte	Porque vive estudando Arte, gosta de desenhar a natureza, flores, árvores, pássaros, normalmente utiliza cores verde, amarelo, rosa e vermelho, além de fazer a mistura das cores para obter outros resultados.
21	Arte	Porque sempre teve uma paixão pelos desenhos na infância, onde na escola costumava pintar e desenhar casinhas e bonecas, atualmente procura desenhar jardins, árvores, escola, construir cidades, utiliza cores rosa, vermelho, verde e marrom, e gosta de fazer o contorno dos desenhos.

Quadro 1 – Descrição do tema de interesse e a justificativa

(conclusão)

ID	TEMA	RAZÃO PELA ESCOLHA DO TEMA
22	Música	Porque gosta de cantar, o instrumento que mais gosta é o violão apesar de nunca ter tido um, tem vontade de fazer aula de música, aprender a tocar violão, pois não tem conhecimento de nenhuma nota musical.
23	Natureza	Porque vivemos em um ambiente rodeado por árvores, animais, então deseja estudar a flora, para saber de tudo um pouco, enfatiza que a natureza nos dar alimento, ar e que os animais são muito importantes para a mesma, também gosta dos igarapés, praia e de nadar.
24	Desenho	Porque desde criança é acostumada a desenhar, gosta de deixar os desenhos bem coloridos, pois assim acredita que eles ficam felizes, desenha de tudo um pouco.
25	Desenho	Porque se identifica como um artista, gosta de ver os desenhos de rua, quer um dia poder fazer vários desenhos em paredes, gosta de desenhar animais, pois tem em sua casa, tem vontade de participar de uma disputa de desenhos para ver qual desenho é mais criativo.

Fonte: autores (2023).

Ao analisar o Quadro 1, pode-se observar a ampla variedade de temas de interesse mencionados pelos alunos, juntamente com suas respectivas justificativas. Destaca-se que os temas "arte" e "desenho" foram frequentemente citados, possivelmente devido ao fato de serem crianças que, tanto na educação infantil quanto nos anos iniciais, estão envolvidas em diversas atividades relacionadas à pintura e a colagem. Além disso, os alunos também expressaram interesse pelos animais, revelando uma forte afinidade afetiva por esses seres vivos, bem como por outros temas que despertam o interesse e a curiosidade em querer aprender.

Para Ferreira (2023), o ato de desenhar no universo infantil é fundamental para o aprendizado da criança, pois auxilia no desenvolvimento cognitivo do sujeito. O desenho, nesse contexto, representa uma forma de expressar e representar a construção das estruturas espaciais resultantes de interações com o mundo real. Na educação infantil, reconhece-se a sensibilidade, o interesse e a curiosidade da criança em relação às atividades

artísticas como pontos iniciais essenciais para o processo de aprendizagem.

Além disso, é possível perceber que a grande maioria dos temas se aproximam de áreas como natureza, bem-estar, saúde, computador, ciências e criatividade. Esses achados se aproximam do trabalho de Bedin e Del Pino (2019), ao realizarem uma abordagem com 19 alunos do 2º ano do Ensino Médio, buscando fazer a relação com conhecimentos científicos da disciplina de Química a partir dos temas de interesse, a dinâmica possibilitou além da pesquisa, a produção de materiais (imagens, desenhos) evidenciando conceitos científicos.

Após a identificação dos temas de interesse dos alunos e suas respectivas justificativas, foi concedido um prazo de uma semana para que os alunos realizassem uma pesquisa universal sobre ele, abrangendo livros, jornais, internet e outras fontes de informação relevantes. Durante essa fase, os alunos foram encorajados e instigados pelo professor a apresentar os resultados de sua pesquisa de maneiras variadas, como por meio de produções escritas, diálogos, desenhos ou outros formatos adequados e pertinentes

ao tema de interesse selecionado. Essa abordagem permitiu que os alunos tivessem total autonomia para escolher o método de apresentação, o que possibilitou o aprendizado por meio da pesquisa, mediada pelo professor.

Essa atividade de estimular a criatividade e a imaginação dos alunos se aproxima da pesquisa desenvolvida por Kurz *et al.* (2022), onde os autores solicitaram aos alunos do segundo ano Ensino Médio à produção de panfletos sobre o tema de pesquisa, caracterizados e diagramados pela temática. Não

diferente, o trabalho de Ramos, Carminatti e Bedin (2021) solicitou aos alunos do terceiro ano do Ensino Médio exercerem a criatividade a partir de um trabalho escrito, onde os alunos apresentaram gráficos, imagens e estruturas químicas para relacionar a ciência e a temática de pesquisa. Assim, somando-se, enfatiza-se que todos os alunos do 5º ano apresentaram a pesquisa de forma escrita, e socializaram com a turma, porém tiveram alguns estudantes que também realizaram a produção do desenho, como ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Desenhos referentes ao tema de interesse de alguns alunos



Fonte: autores (2023).

A pesquisa realizada pelos alunos abrangeu inicialmente uma ampla variedade de abordagens, permitindo que cada estudante obtivesse uma visão geral do tema de interesse escolhido. Alguns alunos dedicaram-se a produções escritas extensas, enquanto outros adotaram uma abordagem mais moderada. No entanto, as produções de desenhos desempenharam um papel significativo nas pesquisas, uma vez que as ilustrações permitiram identificar claramente o tema de interesse de cada aluno, que optou por essa forma de apresentação. Essa ação mostrou-se relevante, pois demonstrou que, além do trabalho escrito, os alunos procuraram expressar seu estudo por

meio de elementos visuais, enriquecendo, assim, a compreensão e a comunicação do conteúdo pesquisado (Gusmão; Vicenç, 2020).

Após a socialização e a discussão em sala de aula sobre as pesquisas dos alunos, eles foram orientados a realizar uma outra atividade com base em perguntas específicas (Quadro 2), com o objetivo de aprofundar ainda mais as pesquisas e direcioná-las para a construção de um conceito científico. Esse processo é extremamente importante para motivar o aluno a decodificar informações, construir hipóteses e começar a perceber um fio condutor de significados.

Quadro 2 – Direcionamento da pesquisa

ID	QUESTIONAMENTO DE ACORDO COM A PESQUISA DOS ALUNOS
1	Todos os animais são iguais? Justifique. Como os animais são formados?
2	Qual a composição do sistema solar? Do que os planetas são formados?
3	Quantos jogadores possuem um time de futebol? Todos possuem a mesma função? Um time de futebol pode ser formado por uma única pessoa? Justifique.
4	Todos os animais são iguais? Justifique. Como os animais são formados?
5	Quantos jogadores possuem um time de vôlei? Todos possuem a mesma função? Um time de vôlei pode ser formado por uma única pessoa? Justifique.
6	Quantos jogadores possuem um time de futebol? Todos possuem a mesma função? Um time de futebol pode ser formado por uma única pessoa? Justifique.
7	Como acontece as festas religiosas? Como é organizada uma festa religiosa?
8	Todos os animais são iguais? Justifique. Como os animais são formados?
9	Como um desenho é formado? Um desenho possui traço? Faça a representação de um desenho.
10	Como é feito uma arte? Quais materiais são necessários? Faça a representação de uma arte.
11	Como deve ser a alimentação dos animais? Cite a alimentação de uma animal e como ela é feita?
12	Por que a alimentação é importante para a Educação Física? O que constitui essa alimentação? Como ela é formada cientificamente?
13	O que são nano computadores? Como eles se formam?
14	Como os números são organizados? Existe regras na matemática? Quais são as operações básicas da matemática?
15	O Pediatra deve conhecer todo o organismo de uma criança? Justifique. Quais são as partes que formam um organismo de uma criança?
16	Como é formado um experimento de química? Quais são os equipamentos utilizados para um experimento? Sem esses equipamentos seria possível desenvolver o experimento? Justifique.
17	Como um desenho é formado? Um desenho possui traço? Faça a representação de um desenho
18	Qual a composição do sistema solar? Do que os planetas são formados?
19	Como é a estrutura de uma biblioteca? Como os livros são organizados em uma biblioteca?
20	Como é feito uma arte? Quais materiais são necessários? Faça a representação de uma arte.
21	Como é feito uma arte? Quais materiais são necessários? Faça a representação de uma arte.
22	Os instrumentos musicais são iguais? É necessário ter conhecimento das notas musicais para tocar um instrumento? Justifique.
23	Quais elementos constituem a natureza? Existe natureza sem água? Faça a representação de uma natureza.
24	Como um desenho é formado? Um desenho possui traço? Faça a representação de um desenho.
25	Como um desenho é formado? Um desenho possui traço? Faça a representação de um desenho.

Fonte: autores (2023).

Desenvolver esses questionamentos foi fundamental para direcionar os alunos a compreensão de *organização* e *estruturação*, no intuito da construção do conceito de célula. Ou seja, todas as

questões elaboradas pelo professor, com ênfase no tema de interesse do aluno, conduziam o sujeito a perceber como elementos do tema apresentavam organização e propiciavam a estruturação

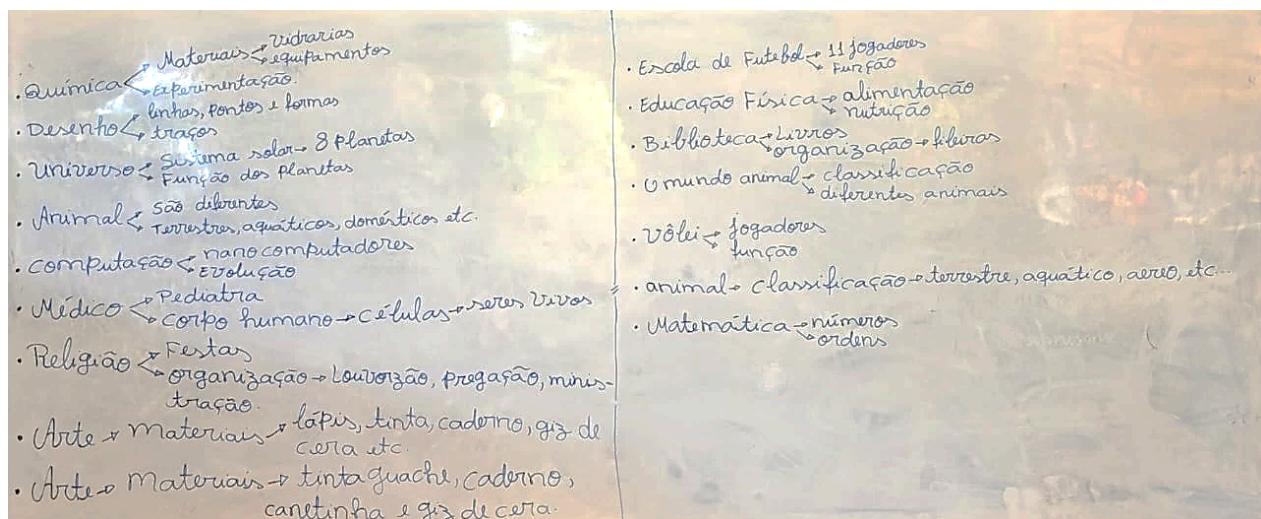
de algo sobre o tema. Por exemplo, para o tema 5 (Vôlei), instigou-se o aluno a pesquisar sobre “Quantos jogadores possuem um time de vôlei? Todos possuem a mesma função? Um time de vôlei pode ser formado por uma única pessoa?”, a fim de que na pesquisa o aluno conseguisse perceber que um jogador sozinho não compõe um time, mas que existe uma estruturação com um número específico de jogadores, e que cada um deles desempenha uma função diferente que proporciona organização na quadra.

Esse processo levou em consideração as ideias de Piaget (1970), quando propõe que o desenvolvimento do conhecimento ocorre por meio de sucessivas aproximações do sujeito ao objeto, conforme delineado em sua teoria da equilíbrio, que envolve os processos de assimilação e acomodação. Nesse contexto, os alunos assimilaram os conhecimentos relacionados à pesquisa geral sobre o tema de interesse, sendo, posteriormente, submetidos a um estado de desequilíbrio mediante as indagações promovidas pelo professor. Ao realizar

essa atividade, os alunos adquiriram novos conhecimentos, os quais foram fundamentados nos esquemas de assimilação e, consequentemente, acomodação.

Para a socialização da atividade mencionada no Quadro 2, o docente adotou uma abordagem de interação em sala de aula, reunindo os alunos em uma roda de conversa. Nesse contexto, foram realizadas discussões acerca das pesquisas realizadas, e ponderadas algumas questões que levassem os sujeitos à compreensão do conceito, sem direcionamento específico. É importante ressaltar que apenas 16 estudantes entregaram a atividade no prazo estabelecido; os outros 9 alunos que não a entregaram justificaram suas ausências, alegando falta de acesso à internet, problemas de saúde ou ausência no dia. No entanto, ressalta-se que essa circunstância não impactou o desenvolvimento do trabalho planejado para a aula, dado que o professor elaborou esquemas no quadro para registrar as respostas dos alunos, conforme representado na Figura 2.

Figura 2 – Esquematização das Pesquisas



Fonte: autores (2023).

A partir da análise dos elementos presentes na Figura 2, constata-se que o

professor adotou uma abordagem estruturada, na qual as questões

levantadas pelos alunos foram cuidadosamente abordadas, com ênfase nos tópicos de interesse individual de cada estudante que entregou a atividade. É importante destacar que as discussões foram conduzidas em grupo, envolvendo toda a turma, a fim de explorar cada tema discutido. Durante essa interação, o professor incentivou os alunos a refletirem sobre as pesquisas de cada colega, observando, por exemplo, a forma como estavam organizadas.

No caso do tema 16 (Química), percebe-se que o aluno demonstra interesse por experimentação e ressalta a necessidade de materiais específicos, vidrarias e equipamentos para realizar um experimento. O docente questionou a turma se a falta de um dos materiais interferia na prática experimental, levando os alunos a refletirem sobre a questão e afirmarem que sim, uma vez que a realização de um experimento exige um planejamento e uma organização abrangente.

Ao tocante o tema 6 (Escola de Futebol), as discussões suscitaram indagações relacionadas à quantidade de jogadores que compõem uma equipe de futebol e se cada jogador desempenha a mesma função ou funções distintas. Os alunos participaram do diálogo respondendo aos questionamentos apresentados. Essa estratégia foi aplicada a todas as temáticas abordadas, com o propósito de permitir que os estudantes compreendessem coletivamente que, apesar das particularidades de cada tema de interesse, há elementos em comum, como a importância da organização, da função e da estruturação adequada. Isso é importante para que se possa realizar um experimento, um time de futebol, um time de vôlei, o universo e, assim, sucessivamente.

Esse processo foi eficiente porque oportunizou aos estudantes a construção de uma ideia horizontal, onde elementos de diferentes assuntos abordavam algo em comum. Esse desenho, a partir da

utilização da Dicumba e da mediação do professor, revela a existência da possibilidade da criação de um conceito científico. Afinal, a partir das ações que foram desenvolvidas, os alunos foram capazes de realizar pesquisas com relação à diferentes temas de interesses, e, no coletivo, perceber que, a partir dos questionamentos realizados em sala de aula, cada tema remetia-se a importância de estar organizado, estruturado e que a ausência de algum elemento poderia interferir no processo. Essa ação foi estimulada na comparação com célula, onde cada elemento seria como uma unidade fundamental para a constituição de uma célula.

A partir da compreensão do princípio organizacional, no tema 15 (Médico), emergiram indagações pertinentes, tais como: Quais são as partes do corpo de uma criança? Do que essas partes são compostas? Qual é a unidade mais fundamental que constitui essas estruturas? Por meio dessas reflexões, os alunos chegaram à concepção do conceito de "célula", mesmo sem o professor o mencionar explicitamente. Eles ressaltaram que a célula é a menor unidade constituinte dos seres vivos e, portanto, acredita-se que esse movimento de conclusão tenha ocorrido porque os alunos conseguiram estabelecer conexões entre as diferentes partes do corpo humano e, para além, perceberam que todas elas são compostas por unidades básicas semelhantes, as células.

Esse entendimento é fundamental para a compreensão da complexidade e da organização dos organismos vivos. Além disso, demonstra a capacidade dos alunos de realizar inferências e extrair conceitos fundamentais a partir de observações e reflexões sobre o tema estudado. Essa habilidade de construir conhecimento de forma autônoma e contextualizada evidencia o processo de aprendizagem, no qual os alunos atribuem sentido ao que estão aprendendo, relacionando novas informações com seus conhecimentos

prévios e experiências pessoais (Tavares, 2004). Assim, a compreensão do conceito de célula como a unidade básica da vida representa um marco importante no desenvolvimento do pensamento científico dos alunos, fornecendo uma base sólida para futuros estudos e investigações no campo da ciência.

Após a construção do conceito de

célula a partir do tema de interesse, o professor solicitou aos alunos a realização de uma atividade final, que consistia na elaboração de um breve texto e na criação de um desenho (Figura 3). O objetivo era estabelecer uma conexão entre o conceito de célula e o tema abordado, promovendo a socialização dessas produções com a turma.

Figura 3 – Relação do conceito de célula com o tema de interesse



Fonte: autores (2023).

A Figura 3, apresenta as produções textuais e os desenhos elaborados por alguns alunos, os quais conseguiram estabelecer uma conexão entre o conceito de célula e a pesquisa realizada, embora tenham enfrentado inicialmente algumas dificuldades. Entretanto, a orientação e a

mediação do professor os levaram a refletir e, como resultado, eles concluíram a atividade com êxito, demonstrando um resultado satisfatório. Isso ressalta a eficácia da Dicumba, a qual possibilitou a construção do conceito científico com ênfase em um tema de interesse. Nesse

aspecto, ressalva-se a importância da orientação docente eficaz na pesquisa, porque entende-se que alunos dos Anos Iniciais, principalmente, sentem dificuldade em relação ao como pesquisar, bem como consoante as fontes de pesquisa e a filtrar aquilo que, de fato, está em conformidade ao objeto de estudo.

Com o intuito de compreender a relação estabelecida pelos alunos, apresentam-se alguns trechos do texto produzido por eles. *"Os animais são feitos de células, as células vão se juntando para formar o animal"*. *"Cada jogador de futebol possui uma função e um precisa do outro para formar um time de futebol, assim como as células se juntam para formar um corpo humano"*. *"As células de um corpo de um animal são como as peças de um computador"*. *"As células são importantes para a formação da criança, sem elas nós não sobrevivemos"*. *"O conjunto de planetas constituem o sistema solar, assim como o conjunto de célula forma um planeta"*.

A partir dos excertos das colocações nos trabalhos, evidencia-se, portanto, que por meio dos procedimentos adotados na Dicumba, os alunos foram capazes de construir o conceito de célula e compreender a sua relação com o tema de interesse, essencialmente considerando a ideia de estruturação e organização. Assim, comprehende-se que as ações empreendidas desempenharam um papel fundamental na construção do conhecimento dos alunos, uma vez que, a partir do tema de interesse selecionado, eles realizaram pesquisas que, com a orientação mediadora do professor, permitiram alcançar o objetivo proposto, contribuindo, assim, para uma aprendizagem efetiva a partir da descoberta. No final da aula, o professor apresentou aos alunos a imagem de uma célula animal e de uma célula vegetal, visto que, apesar de terem construído o conceito, muitos deles ainda desconheciam suas estruturas.

No que concerne às contribuições

dos alunos nos trabalhos realizados, notou-se um movimento de desenvolvimento conceitual impulsionado pelo tema de interesse. Este movimento foi evidenciado pelo engajamento dos alunos em atividades de pesquisa, discussão, elaboração de desenhos e estabelecimento de analogias com as células. Além disso, os estudantes conseguiram identificar e apresentar evidências relacionadas à importância da organização e da estruturação na construção de algo, o que contribuiu significativamente para a consolidação do conceito em questão. É importante ressaltar que todo o processo realizado foi essencial para que os alunos pudessem alcançar a conclusão de que, embora os temas abordados fossem diversos, todas as interpretações convergiam para a compreensão fundamental do conceito de célula.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da metodologia Dicumba, a partir da pesquisa como princípio educativo, permitiu que os alunos do 5º ano adquirissem o entendimento do conceito de célula, partindo de um tema de interesse. As atividades realizadas durante a pesquisa desempenharam um papel fundamental na construção do conhecimento e no desenvolvimento dos alunos, pois lhes proporcionaram autonomia para investigar um assunto de relevância universal. Além disso, a pesquisa promoveu reflexão, interação e socialização em sala de aula, tanto com o professor quanto com os colegas, evidenciando um processo de ensino e aprendizagem eficaz.

Os alunos demonstraram motivação ao investigar algo que despertava o interesse e o desejo de aprofundamento, principalmente porque se colocaram no papel ativo do processo, e sabiam que esses temas seriam trabalhados pelo professor; a pesquisa deixa de ser um trabalho e passa a ser compreendida como um processo adjunto na construção

do conhecimento pelo sujeito. Os diálogos específicos realizados revelaram-se como uma estratégia eficaz, pois, além de permitirem que os estudantes praticassem suas habilidades de expressão oral, possibilitaram ao professor conhecer as razões que os levaram a escolher um tema específico. Nesse processo, os alunos refletiram sobre experiências prévias relacionadas ao tema, como foi o caso do tema "animal", que, na maioria das vezes, foi escolhido devido ao contato prévio com animais em casa, fazendas ou sítios. Outros temas, como "escola de futebol", "vôlei" e "educação física", refletiam os desejos dos alunos por esportes, enquanto o tema "médico" evidenciava a profissão que o aluno desejava seguir no futuro e, assim, sucessivamente.

Nesse contexto, verifica-se que os temas não foram selecionados ao acaso, mas embasados em justificativas plausíveis. Isso é relevante, pois a metodologia Dicumba não apenas permite a realização de pesquisas e a construção de conceitos, mas também desperta diversas ações nos alunos, como emoção, desejo pela pesquisa, discussão em grupo, cooperação e trabalho conjunto, entre outros aspectos que são fundamentais para a formação integral do indivíduo. Nessa seara, os desenhos produzidos evidenciaram a capacidade dos estudantes de transcender a pesquisa textual ao representar o objeto de estudo, ampliando a própria compreensão sobre o tema, bem como exercitar suas habilidades artísticas em desenho e pintura.

Ademais, destaca-se que a Dicumba se configura como uma metodologia de relevância, pautada no interesse dos discentes, pois os torna sujeitos ativos no processo de construção de novos conhecimentos a partir da pesquisa. Além disso, ressalta-se que a não participação de alguns alunos na totalidade da pesquisa não interferiu no desenvolvimento do estudo em sala de aula, uma vez que a construção do conceito científico ocorreu de forma colaborativa, evidenciando as

especificidades inerentes a cada temática abordada. Nesse sentido, acredita-se que a Dicumba deva ser pulverizada nas diferentes escolas do Brasil, no intento de propiciar aos alunos não apenas a capacidade da construção de um conceito científico a partir da descoberta alicerçada em uma pesquisa centrada no próprio interesse, mas para dinamizar e potencializar as ações pedagógica numa perspectiva de criatividade, engajamento e autonomia do aluno.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. O que é um estudo de caso qualitativo em educação?. *Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade*, v. 22, n. 40, 2013. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S010470432013000200009&script=sci_abstract&tlang=en. Acesso em: 20 jun. 2023.
- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**: coleção pesquisa qualitativa. [S. I.]: Bookman Editora, 2009.
- BEDIN, E.; DEL PINO, J. C. DICUMBA: uma proposta metodológica de ensino a partir da pesquisa em sala de aula. *Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências*. 2019, p. 1-22. <https://doi.org/10.1590/1983-21172019210103>. Acesso em: 15 dez. 2025.
- BELLARDO, P. H. D.; VICENTE, I. L.; DUNKER, E. B.; BEDIN, E. AP-Dicumba: Aprender Pela Pesquisa a partir de Animações Participativas. *Revista Signos*, v. 42, n. 1, 2021. <http://dx.doi.org/10.22410/issn.1983-0378.v42i1a2021.2886>. Acesso em: 10 ago. 2025.
- BOSA, G. et al. Dicumba e as Inteligências Múltiplas: estudo de caso na rede pública de Curitiba. *Revista Thema*, v. 21, n. 4, p. 1043-1058, 2022. <https://doi.org/10.15536/thema.V21.2022.1043-1058.2765>. Acesso em: 20 ago. 2025.

COSTA, P. N.; CORDOVIL, R. V. Reflexões acerca da abordagem qualitativa na pesquisa em educação em ciências. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, p. 62749–62758, 2020. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n8-636>. Acesso em: 10 ago. 2025.

FERREIRA, A. L. S. A importância do desenho no desenvolvimento da educação infantil. **Revista Científica Faconnect**, v. 6, n. 02, p. 5, 2023. Disponível em: https://www.faconnect.com.br/files/revisa_022023.pdf#page=5. Acesso em: 21 jun. 2023.

GARDNER, H. **Inteligência**: um conceito reformulado. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

GUSMÃO, T. C. R.; VICENÇ, F. Ciclo de estudo e desenho de tarefas. **Educação Matemática Pesquisa**, v. 22, n. 3, p. 666–697, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/50704>. Acesso em: 20 jun. 2023.

KURZ, D. L. et al. A Metodología Dicumba e a contextualização no ensino de química. **Góndola, Enseñanza y Aprendizaje de las Ciencias**, v. 17, n. 2, 2022. <https://doi.org/10.14483/23464712.16803>. Acesso em: 10 ago. 2025.

PIAGET, J. (1970). **A construção do real na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

QUINQUIOLO, N. O papel do professor como mediador de conflitos entre crianças da educação infantil. **Revista Ciências Humanas**, v. 10, n. 1, p. 116–125, 2017. <https://doi.org/10.32813/rchv10n12017artigo12>. Acesso em: 10 ago. 2025.

RAMOS, W. M.; CARMINATTI, B.; BEDIN, E. A metodología Dicumba e a abordagem CTS: a busca pela alfabetização científica no ensino médio. **Revista de enseñanza de la física**, v. 33, n. 1, p. 121–130, 2021.

ROSENTHAL, G. **Pesquisa social interpretativa**: uma introdução. Edipucrs, 2014.

ROSSI, M. et al. Aprendizagem Divertida no Ensino de Ciências nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 9, p. e29911930313–e29911930313, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i9.30313>. Acesso em: 10 ago. 2025.

TAVARES, R. Aprendizagem significativa. **Revista conceitos**, v. 10, n. 55, p. 55–60, 2004.

ZANETTE, M. S. Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil. **Educar em Revista**, p. 149–166, 2017. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.47454>. Acesso em: 10 ago. 2025.



ARILSON SILVA DA SILVA

Doutorando em Educação em Ciências e em Matemática (UFPR), Mestre em Educação em Ciências e em Matemática, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) (2022). Graduado em Licenciatura Plena em Ciências Naturais com Habilitação em Química, pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) (2019). Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia, pela Cruzeiro do Sul (2021). Especialista em Currículo e Prática Docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) (2023). Especialista em Educação Especial Inclusiva pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2019). Especialista em Metodologia de Ensino de Ciências Biológicas pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2020). Professor efetivo na Secretaria Municipal de Educação de Salvaterra. Tem experiência na área de Química, Formação de

Professores, Ensino de Química, Educação Inclusiva, Ensino de Ciências Biológicas, Práticas Pedagógicas, Anos Iniciais.



EVERTON BEDIN

Graduado em Química Licenciatura Plena pela Universidade de Passo Fundo - UPF (2009). Especialista em Tecnologia de Informação e Comunicação na Educação - TICEDU - pela Universidade Federal de Rio Grande - FURG (2014), Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2018). Mestre em Educação em Química pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2012). Doutor e Pós-Doutor em Educação em Ciências: química da vida e saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2015). Atualmente é professor

permanente no Departamento de Química da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e nos Programas de Pós-graduação em Educação em Ciências e em Matemática (PPGECM), onde atuou como Vice-Coordenador (01/2022 - 08/2023) e Coordenador (09/2023 - 01/2026), e no Mestrado Profissional em Química em Rede Nacional (PROFQUI). Possui experiência na área de Química com ênfase em Química, trabalhando, principalmente, nos temas: formação docente, ensino-aprendizagem, TDIC, interdisciplinaridade e metodologias de ensino.

NOTAS

¹Este estudo está aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Paraná, sob o número 68790023.0.0000.0214 e parecer 6.723.661.

AGRADECIMENTOS

Pesquisa realizada com apoio institucional do PPGDP-UFG e entidades profissionais parceira

Paulo Freire and the Basic Education Teacher Training Program (Parfor) in the Amazons

Paulo Freire e o Programa de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) nas Amazôncias

Walace Rodrigues^a.

^aUniversidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT. E-mail: walacewalace@hotmail.com.

Abstract: This paper focuses on thinking about the experiences lived with students in the Basic Education Teacher Training Program (PARFOR) in two undergraduate courses offered by the Federal University of Tocantins (UFT) in the northern region of the State of Tocantins, a region known as Bico do Papagaio, within the Legal Amazon. Our perspective for the qualitative analysis performed here was bibliographic in nature and based on the works of Brazilian educator Paulo Freire. The results of this writing reveal the immense learning that university students and professors were able to exchange and learn from each other based on the difficult realities of the student-mothers-teachers-women who attended PARFOR and educational theories.

Keywords: Women; University Education; Amazons.

Resumo: Este artigo tem como foco pensar sobre as experiências vividas junto aos estudantes do Programa de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) em dois cursos de graduação ofertados pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) na região norte do Estado do Tocantins, região conhecida como Bico do Papagaio, dentro da Amazônia Legal. Nossa perspectiva para a análise qualitativa aqui executada foi de natureza bibliográfica e baseada nas obras do educador brasileiro Paulo Freire. Os resultados deste escrito revelam o imenso aprendizado que estudantes e docentes universitários puderam trocar e aprender mutuamente a partir das difíceis realidades das estudantes-mães-professoras-mulheres que cursaram o PARFOR e das teorias educacionais.

Palavras-chave: Mulheres; Educação Superior; Amazôncias.

Submetido em: 12/08/2024.

Aceito em: 30/09/2025.

1 INTRODUÇÃO

This paper about teacher training via the Basic Education Teacher Training Program (PARFOR) in the Amazon region fits into our research as a member of the group “Linguistic Studies in the Brazilian Amazon” (GT-ELIAB) of the National Association of Postgraduate and Research in Linguistics and Literature (ANPOLL). PARFOR is the Training Program for Basic Education Teachers who work in areas for which they do not have higher education.

It was implemented by the Brazilian federal government in 2017, following its own public regulatory policies.

Here we emphasize that we worked at PARFOR Pedagogy course (university degree) on the Tocantinópolis campus (between 2011 and 2012) and on the Araguaína campus (between 2013 and 2019), both programs linked to the Federal University of Tocantins (UFT), dealing directly with PARFOR students.

It is worth informing that this writing

is a short report of our experiences training teachers in/from the north of the State of Tocantins, professionals from the region known as Bico do Papagaio, an immense territorial area with many municipalities with a large number of social and educational vulnerabilities (Rodrigues, 2018), among other local and regional weaknesses.

Here we carry out a qualitative and quantitative analysis of some aspects experienced by us as a teacher and coordinator of a Pedagogy course. We used documents, scientific articles, books, etc., among other sources, to better understand how our experiences at PARFOR are significant for understanding the difficulties and happiness in teacher training in the Amazon region.

We also seek to gain an understanding of our experiences with PARFOR in the Amazon, a region with immense diversity. We understand this region of the Legal Amazon as a territorial territory varied in cultures and peoples and with diverse realities (hence the term Amazons). Such variety goes far beyond our thoughts and understandings about Brazil.

In the Amazons there are riverside populations, indigenous people, quilombolas, caboclas, among many other groups of Brazilians who live in fragile conditions and with lifestyles very different from those in big cities. It is worth looking at these groups as holders of their own knowledge and practices that are relevant to Brazil, especially in relation to environmental issues, natural resource management and lifestyle alternatives that can be important for the rest of the country and the planet.

We also know that teacher training in the Amazon region has always been precarious and that since the Amazon is such a vast space, the varieties of teacher training offered are often insufficient (in terms of content acquired, discussion about practices, thinking theoretical,

teachers' education levels, etc.) and precarious. Many training courses are offered remotely or by institutions without commitment to teacher training focused on critical thinking and doing. The best undergraduate courses in the Amazon region are, without a shadow of a doubt, those offered by federal and state public university institutions, despite the multiple problems that these institutions also face.

It is importante to inform the reader that this paper was originally written in Portuguese and later translated into English. The authors' quotes were also translated from Portuguese.

2 PARFOR FROM A FREIREAN PERSPECTIVE

We begin here by informing that PARFOR seeks to allow teachers working in the public basic education network access to higher education, as required by the National Education Guidelines and Bases Law (LDB 9.394/96). This LDB reaffirms the need for higher education to teach in basic education:

Art. 62. The training of teachers to work in basic education will take place at a higher level, in a full degree course, admitted as minimum training for teaching in early childhood education and in the first five years of elementary education, that offered at medium level, in the normal modality. (Wording given by law no. 13,415). (Brasil, 1996)

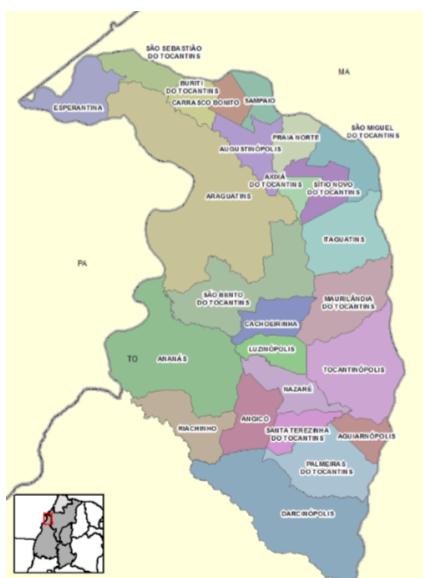
Thus, from 2017, the federal government, to comply with the provisions of the LDB, established the National Basic Education Teacher Training Program (PARFOR) at a national level. Along these lines, the Federal University of Tocantins (UFT) offered undergraduate courses with priority for teachers without higher education training.

In the Degrees in Pedagogy and Literature on the Araguaína campus of the UFT, with its classes full of women, as women-mothers-teachers-students were the majority of graduates of these courses at the UFT, we worked for a few years.

Many of these students were hired by city halls in the interior of Bico do Papagaio, a region in the extreme north of Tocantins, and some worked for the State of Tocantins. The vast majority were not competitive, but hired to work in rural and difficult to access areas, areas where few teachers would venture to remain teaching. They did not receive financial aid from their employers to help with the costs of PARFOR Degrees and had to "fight" with their directors to be able to attend the in-person period at the university centers, but several had to "replace" the classes not offered to their students with extra activities.

It is worth mentioning that Bico do Papagaio, in the extreme north of the State of Tocantins, is one of the most deprived regions in the state. Now, imagine teaching in schools in precarious conditions in the rural areas of these municipalities! Many schools were/are small and some were made of thatch, according to reports from some PARFOR students. These are the working conditions of many teachers trained in PARFOR degrees at UFT.

Figura 1 – Map of the Bico do Papagaio region, north of the State of Tocantins.



Source:

<https://www.vozdobico.com.br/bico/bico-do-papagaio-tem-1016-dos-casos-de-coronavirus-no-tocantins/attachment/bico-do-papagaio>.

We, teachers of these Degrees/PARFOR, learned a lot from these student teachers. In this way, as Paulo Freire tells us, there is no way to teach without learning, and to learn you need time, money, patience, persistence, etc., as our PARFOR student teachers also did:

[...] there is no *teaching without learning* and by this I mean more than I would say if I said that the act of teaching requires the existence of those who teach and those who learn. I want to say that teaching and learning happen in such a way that whoever teaches learns, on the one hand, because they recognize previously learned knowledge and, on the other, because, observing the way in which the apprentice student's curiosity works to apprehend what is being taught, without what does not learn, the teacher helps himself to discover uncertainties, successes, mistakes. (Freire, 2001, p. 259, author's italics)

Thus, learning for these women was not easy in the conditions that were presented to them. The difficult life circumstances of PARFOR students, with very difficult life stories, with illiterate parents (mostly) and with low education (that is, without examples of linear schooling from their previous and closest relatives), with young children and many were married, making it difficult to have the necessary availability to study a degree with due attention and care.

The majority of students studying degrees in Pedagogy and Literature at PARFOR, in the courses where I worked, were women and almost all of them were mothers. A woman without children in these PARFOR classes was rare. And with children comes all the difficulties of raising them, having someone to leave them with so they can come to the in-person centers to study during the holidays (PARFOR's face-to-face period in the university centers), maintaining the children (since, in most cases, these mother-teachers-students were the main or only providers in their homes), among other points that made learning difficult

without turbulence during the training period at PARFOR.

Furthermore, these women left their families at home and came to study at the in-person centers for six weeks, when they were offered six in-person courses (one per week). Let us remember that the machismo of many husbands and partners was yet another obstacle for them.

Another point to highlight was the need for a portable computer to carry out activities during classes, do online research, access the internet frequently to search for information in electronic magazines and download e-books, which meant that students had the financial support to cover these expenses necessary for a current student. Because, without information and communication technologies, the learning situation today becomes more complicated.

Also, these student teachers who arrived at PARFOR's in-person centers had, for the most part, precarious training in high school, or had completed it a long time ago. Let us also remember that Brazilian public schools always treat less privileged students less well and that there are several and more rigid obstacles for the poorest to have a good educational level. Furthermore, the stability of teachers is lower in the most difficult and peripheral neighborhoods, places where these student teachers came from. And disadvantaged families are more absent from their children's schools and are less informed at meetings.

There are several problems with public education in the interior of Brazil, as in the case of Bico do Papagaio. Therefore, the comparison between the income of a child from a more vulnerable area of the Amazon and a child from a middle class area of a large urban city is not perfectly fair and we must always take this into account. Also, the training of teachers in these most vulnerable regions is/was, generally and unfortunately, more precarious.

Along this path, we believe that education at PARFOR should be based on the life situation and realities of these students, starting from the difficult lives of these individuals who desire an existential improvement. The search for such improvements, through education and critically, reflects our understanding that such a program can be taken as Freirean, since Paulo Freire always believed and fought for education based on the experiences of the subjects. These experiences would take them to a level of criticality that would remove them from a life without understanding the oppressions to which they were subjected.

We understand that PARFOR's educational demands revolve around not only the continuing education required by law, but also a critical (trans)formation of such teachers regarding their professions, their knowledge and their activities. Freire tells us: "If education alone does not transform society, without it neither does society change" (Freire, 2000, p. 67). We also believe that education can be a driver of life improvements for the most vulnerable populations, mainly due to its political nature, in order to take sides in certain situations.

According to Freirean thinking, the situation of being a teacher cannot be thought of passively, but from a critical understanding of the subject in the world, of a professional who must have good conditions to exercise his profession and be valued, even working in the interior of the Amazon. Freire tells us:

In my book "Teacher yes, aunt no" I fight hard for the professionalization of the professional critical of the aunt - an effort by a dominant ideology to deprofessionalize the educator. Deep down, the ideology is there. And I say: "you who are reading this book now, you may like to be called aunt and I have nothing to do with that. Now, what you cannot do is continue to be called aunt without knowing the ideology that works against you. " In this book I try to talk a little about all of this: what it means to teach, what it

means to learn, how we relate as teachers and students. And through letters I discuss certain dimensions of the human experience in our daily lives. (Freire, 1994, p. 9)

Thus, the professionalization conditions of these women-teachers-students depend on numerous factors that they themselves cannot control. Regarding the financial difficulties of PARFOR degree student teachers, we can understand what Freire says if we think about the high costs of university books, the need for a laptop to do academic work and a quality internet to access information relevant to training. university (such as, for example, to consult scientific articles, e-books, specialized websites, etc.):

The issue of the necessary use of instruments essential to our reading and writing raises the problem of the purchasing power of students and teachers in view of the high costs of obtaining basic language dictionaries, philosophical dictionaries, etc. Being able to consult all this material is a right that students and teachers have, which corresponds to the duty of schools to make it possible for them to consult them, equipping or creating their libraries, with realistic study schedules. Claiming this material is a right and a duty of teachers and students. (Freire, 2001, p. 266)

Let us also consider that the educator's primary space is the school. Therefore, we have to understand the school as a genuine space for promoting criticality, dialogue, local culture, cooperation, etc. Furthermore, the school must have a transformative social practice, but always without forgetting the educational theories it encompasses, preferably suited to a libertarian and (trans)formative educational philosophy. For teachers, reflecting on their own pedagogical practice can point to paths for change and improvement. And such critical reflection also falls on the schools where these PARFOR degree student teachers work. This exercise of thinking critically about their educational practices

and working conditions, supported by theories, has always been our focus in the Degrees/PARFOR where we work.

We also noted the difficulties faced by PARFOR students in writing a course conclusion work (TCC) and defending it before an evaluation panel, even under the attentive and patient guidance of a university professor. We found that the precarious student training that these student teachers had can lead to the formation of teachers with deficiencies in critical understanding, the absence of direct and forceful writing and deficiencies in speaking in public about their thoughts. We fight against this poor training in Degrees/PARFOR by trying to provide as many subsidies as possible so that our students can overcome these writing difficulties. Freire informs us:

If our schools, from the earliest ages of their students, devoted themselves to the work of stimulating in them the taste for reading and writing, a taste that continued to be stimulated throughout their schooling, there would possibly be a much smaller number of postgraduates, undergraduates talking about their insecurity or their inability to write. If studying, for us, wasn't almost always a *burden*, if reading wasn't a bitter obligation to fulfill, if, on the contrary, studying and reading were sources of joy and pleasure, which also results in the indispensable knowledge with which we move better in the world, we would have better indicators revealing the quality of our education. (Freire, 2001, p. 267, author's italics)

Marília Freitas de Campos Pires, defining historical-dialectical materialism as a method applied to education, something that Freire did in an exemplary way in his educational philosophy, as he started from thinking about the reality of his students in search of a critical and scientific deepening, tells us that:

A great contribution of the Method [historical-dialectical materialism] for educators, as an aid in the task of understanding the educational phenomenon, concerns the logical need to discover, in the phenomena,

the simplest category (the empirical) to reach the synthesis category of multiple determinations (thought concrete). This means that the analysis of the educational phenomenon under study can be undertaken when we are able to discover its simplest manifestation so that, by focusing on it, creating abstractions, we can fully understand the observed phenomenon. Thus, for example, a certain educational process can be understood based on reflections on the everyday relationships between teachers and students in the classroom. The more abstractions (theory) we can think about this simple, empirical category (teacher/student relationship), the closer we will be to fully understanding the educational process in question. For Marx, in the economic analyzes of *Capital*, the simple (empirical) category was the *commodity*, from which it was possible, through abstractions, to understand the capitalist economy. (Pires, 1997, p. 88, author's italics)

Along the same lines, Freire informs us that naive curiosity must give way, through studies, to scientific curiosity, based on methods and aiming for reportable results. Hence we understand the use of historical-dialectic materialism in Freire's philosophy of education. He himself tells us:

No true teacher training can be isolated, on the one hand, from the exercise of criticality that implies the promotion of naive curiosity to epistemological curiosity, and on the other, without recognizing the value of emotions, sensitivity, affectivity, intuition or divination. Knowing is not, in fact, guessing, but it has something to do, from time to time, with guessing, with intuiting. The important thing, without a doubt, is not to stop satisfied at the level of institutions, but to subject them to the methodically rigorous analysis of our epistemological curiosity (Freire, 1996, p. 45).

Thus, training via Degree/PARFOR courses makes basic education teachers, already working in their localities, "dare" to know more, undergoing ongoing training

(which can never end, as we are always learning). Along this path, thinking scientifically begins to be a valid educational exercise for these teacher-students of the Degrees/PARFOR. However, you need to be courageous and know how to hope for a better future to be able to complete a Degree/PARFOR. Freire reports:

It is necessary to dare, in the full sense of this word, to speak about love without fear of being called **corny, saccharine**, unscientific, or even anti-scientific. We must dare to say, scientifically and not bla-bla-blantly, that we study, learn, teach, know with our entire body. With feelings, emotions, desires, fears, doubts, passion and also critical reason. Never with, this is just it. It is necessary to dare to never dichotomize the cognitive from the emotional. It is necessary to dare to stay or remain teaching for a long time in the conditions we know, poorly paid, disrespected and resisting the risk of falling into cynicism. We need to dare, learn to dare, to say no to the bureaucratization of the mind to which we expose ourselves daily. It is necessary to dare to continue when sometimes we can stop doing so, with material advantages. (Freire, 1997, p. 8-9, author's emphasis).

As Freire states, we can "never dichotomize the cognitive from the emotional", hence our insistence on talking about the difficulties faced by our PARFOR students in UFT Degrees, as we cannot understand their search for university education without taking into account that such students are women-mothers-teachers-students and the main providers of their homes. With such social roles come all the responsibilities that come with them. Therefore, it is impossible not to be understanding of these women's life situations without being sensitive and affectionate to their problems and achievements.

We also understand that the contents taught must be taught, but that affection and dialogue must be part of an

educational process that always takes into account the realities of students, as doing science also means questioning educational theories based on pedagogical practices experienced on a daily basis. Paulo Freire (1996, p. 33):

[...] discuss with students the reason for some of this knowledge in relation to teaching the content. Why not take advantage of the students' experience of living in areas of the city neglected by the public authorities to discuss, for example, the pollution of streams and the low levels of well-being of the population, landfills and the risks that offer to people's health.

In this sense, sociocultural realities, school practices and pedagogical practices must be thought critically and be the focus of detailed scientific reflection. This made PARFOR students develop a daily understanding of transdisciplinary critical thinking, which is so necessary for today's educators. In this sense, Rodrigues reports on the UFNT Degrees/PARFOR:

Learning to reflect on one's own pedagogical practice seems to have been one of the most interesting results we noticed in students in the last period of the Degree in Pedagogy. We believe that this ability for critical reflection came from the interconnection of knowledge, which proved to be a positive difference in the training of future pedagogues at the Pedagogy Parfor. The image of interconnection of knowledge as a web allows us to understand the direct relationship between the practical knowledge brought by Parfor students and the theoretical knowledge brought by teachers from different areas. This relationship of knowledge and experiences greatly enriched the educational discussions within the scope of teacher training that we wish to be critical. (Rodrigues, 2017, p. 56)

Also regarding the Degree in Pedagogy/PARFOR at UFT, Rodrigues and Silva (2022, p. 5) show that there was: "a 46.9% completion rate. Understanding the many and varied difficulties in completing training like PARFOR, we believe that the success rate of the course was

satisfactory." In the Degree in Pedagogy/PARFOR course on the Araguaína campus, four classes were formed from 2011 onwards. Many students were from the Bico do Papagaio region and the vast majority (more than 90%) had children.

We saw many transformations in the lives of these women-mothers-teachers-students at PARFOR during the four years of training for each class. Some had children, others got divorced, others moved to another city, many became ill, among many other life events that affect us all. But in a situation of having to study, provide for their families and having to solve the most varied problems, the situation of these women became very complicated.

However, despite all the difficulties, we understand that a 46.9% success rate in training these teachers was a great success, given the large number of personal, social, political and labor complications that these students had to complete their graduation studies.

Along this path, their lives were transformed by completing the degree course and this we could verify through their reports, as they improved their financial situation with the increase in salary due to now having a higher education degree and also improved their social status in the community. school where they worked, as they returned with a degree from a Federal University.

Regarding the (trans)formations that these women-mothers-teachers-students had and that they caused in their realities, Freire (2000, p. 17, authos's emphasis) will say:

It seems essential to highlight, within the horizon of my understanding of the human being as a **presence** in the world, that women and men are much more than beings adaptable to the objective conditions in which we find ourselves. To the extent that we became capable of recognizing the ability to adapt to concreteness in order to operate better, it was

possible for us to assume ourselves (sic) as transformative beings. And it is as transformative beings that we realize that our ability to adapt does not exhaust our being in the world. It is because we can **transform** the world, that we are **with it and with others**. We would not have surpassed the level of pure adaptation to the world if we had not reached the possibility of, thinking about our own adaptation, using it to **program** transformation. This is why a progressive education can never, at home or at school, in the name of order and discipline, castrate the student's haughtiness, his ability to oppose himself and impose on him a quietism that denies his being. (Freire, 2000, p. 17, authos's emphasis)

As Freire says, the school communities that had teachers graduated from the Degrees/PARFOR with which we had direct contact were, and still are, extremely impacted by the training of their teachers, who bring an effective transformation to their realities and people with whom they cooperate in their schools and communities.

We, university professors who had direct contact with these teachers undergoing transformation (PARFOR students), had our lives impacted by their reports and their realities. However, we sought to ensure that educational theories would ensure that these student teachers always placed themselves in the position of questioners, in a critical position and trying to understand realities. Freire will tell us about the importance of scientific curiosity:

Curiosity as an inquiring restlessness, as an inclination to unveil something, as a question verbalized or not, as a search for clarification, as a sign of attention that suggests alertness, is an integral part of the vital phenomenon. There would be no creativity without the curiosity that moves us and that makes us patiently impatient in front of the world we have made, adding to it something we make. (Freire, 1996, p. 35)

From this perspective, we understand how enriching our

participation in the UFT Degree/PARFOR courses was and how much we learned. Perhaps this experience was more valid than many books we have already read and many things we learned in theory, but which, in reality, do not compare to the knowledge and experiences that these teacher-students provided us. We all left (trans)formed by the experiences provided by PARFOR.

3 SOME FINAL CONSIDERATIONS

This text sought to explain a little about our participation in the Degrees/PARFOR of Tocantinópolis and Araguaína, focusing on the knowledge we had from all the experiences alongside the student teachers of these courses.

More than what we taught, we, university teachers, learned a lot about life in the extreme north of the State of Tocantins and were able to understand what the diverse educational realities that these student teachers and their students from public schools in the various municipalities go through are effectively most vulnerable people from Tocantins.

We tried to offer the best education possible within the conditions we had and we understand that the continued training of teachers with such complicated life situations is a constant challenge. We seek to encourage "curiosity as an inquisitive restlessness" (Freire, 1996) in these students, revealing that theories are not always able to encompass all Brazilian educational realities.

However, we realized that, through a Freirean vision (which we always try to have as teachers), these student teachers were able to have the best theoretical and reflective teaching that we could offer, always trying to make sense of what we studied based on teaching practices. of these student teachers.

Finally, we can understand that the experiences lived in the Degrees/PARFOR, by us university teachers, left a deep

impression on us and greatly enriched our educational practices, our understanding of life and communities, (trans)forming us into better and more empathetic persons in relation to the knowledge of our students, always reminding us of our constant need for continued training, even in service.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB 9.394/96).

Brasília: MEC, 1996. Atualizada até 2024.

FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. Ensinar, aprender: leitura do mundo, leitura da palavra. **Revista Estudos Avançados**. USP, n. 15, v. 42, p. 259-268., 2001

FREIRE, Paulo. Ensinar, aprendendo. In: **O Comunitário**. Publicação da Escola Comunitária de Campinas, v. 11, n. 38, p. 5-9, mar. 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**. Cartas a quem ousa ensinar. São Paulo/SP: Editora Olho d'Água, 1997.

PIRES, Marília Freitas de Campos (1997). O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Revista Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, p. 84-94, ago. 1997.

RODRIGUES, Wallace. Construindo o conceito de vulnerabilidade educacional. **Revista Panorâmica**, Barra do Garças,, v. 24, p. 151-160, jan./jun. 2018.

RODRIGUES, Wallace (2017). Interconexão de saberes na formação de pedagogos do PARFOR da UFT de Araguaína. In: Souza, Maria Irene P. de O.; Frisselli, Rosângela R. Z. (org.). **O Parfor, a formação e a ação dos professores da educação básica - Volume II**. Londrina: PARFOR/UEL, 2017. p. 47-56.

RODRIGUES, Wallace; SILVA, Maria do Socorro (2022). Hora de avaliação de resultados: o curso de Licenciatura em Pedagogia/PARFOR da UFT/Araguaína.

Revista Magistro. Revista do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes – UNIGRANRIO. V. 2, n. 26, p. 1-13, 2022.



WALACE RODRIGUES

Pós-Doutor pela Universidade de Brasília – UnB/POSLIT. Doutor em Humanidades, mestre em Estudos Latino-Americanos e Ameríndios e mestre em História da Arte Moderna e Contemporânea pela Universiteit Leiden (Países Baixos). Licenciado pleno em Educação Artística pela UERJ e com complementação pedagógica em Letras/Português e em Pedagogia. Professor da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGLit/UFNT). Pesquisador no grupo de pesquisa Grupo de Estudos do Sentido - Tocantins – GESTO, CAPES/CNPq.

AGRADECIMENTOS/THANKS

Research carried out with institutional support from CNPq/CAPES.

Reflexão acerca dos direitos humanos e ‘acesso à justiça’

Reflection on Human Rights and ‘Access to Justice’

Regina Mota Brilhante^a, Carlos Mendes Rosa.

^aUniversidade Federal do Tocantins – UFT. E-mail: regina.brilhante@hotmail.com.

Resumo: O presente estudo tem por objetivo compreender a origem e relevância dos Direitos Humanos, bem como analisar as principais dificuldades que a parcela mais vulnerável da sociedade enfrenta em busca da efetivação dos seus direitos. O problema da pesquisa se propõe em saber, em que medida, os mecanismos da mediação e a integração social, podem ser adotados pela sociedade com a finalidade de minimizar as barreiras de acesso à justiça. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica, abordando como principal tema os Direitos Humanos e as principais barreiras do acesso à justiça. Após o aprofundamento dos assuntos elencados, observa-se como resultado, que diante das imensas desigualdades sociais, a esperança repousa nas ferramentas da mediação e da integração social, com a finalidade de efetivar a função social da justiça no cotidiano de todas as pessoas, promovendo o diálogo e a resolução dos conflitos.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Acesso à Justiça; Mediação; Integração Social.

Abstract: This study aims to understand the origin and relevance of Human Rights, as well as to analyze the main difficulties that the most vulnerable segment of society faces in seeking to enforce their rights. The research problem aims to determine to what extent mediation mechanisms and social integration can be adopted by society in order to minimize barriers to access to justice. The methodology used was bibliographical research, addressing Human Rights and the main barriers to access to justice as the main theme. After deepening the listed subjects, it is observed that, in the face of immense social inequalities, hope lies in the tools of mediation and social integration, with the purpose of enforcing the social function of justice in the daily lives of all people, promoting dialogue and conflict resolution.

Keywords: Human Rights; Access to Justice; Mediation; Social Integration.

Submetido em: 22/08/2024.

Aceito em: 30/09/2025.

1 INTRODUÇÃO

O principal intuito desse trabalho é esboçar a importância de buscar compreender as barreiras de acesso à justiça no Brasil, além de tecer observações acerca dos direitos humanos à luz dos ensinamentos de alguns autores entusiastas do tema, como Joaquin Herrera Flores, Boaventura de Sousa Santos, Paul Ricoeur, Lynn Hunt, dentre outros.

Inicialmente, a pesquisa discorre sobre o princípio constitucional do acesso

à justiça, elucidando também alguns aspectos que passam a ser considerados como dificuldades concretas sobre o referido acesso, tendo como principal característica a morosidade, bem como a incompreensão de um discurso que em diversas oportunidades adota interesses específicos, quando deveria prevalecer o interesse universal. Desse modo, perpassa pelo assunto das desigualdades sociais, dialogando com a origem dos Direitos Humanos e suas atuais lutas de reconhecimento e redistribuição.

De acordo com Flores (2009, p. 200):

é preciso potencializar a criação e a reprodução de um fazer humano baseado em mediações reais, não em mistificações, tais como a "astúcia da razão" ou a "mão invisível". (Flores, 2009, p. 200).

É importante pensar na atualidade e nela atuar, a partir do ponto de vista do fazer humano, essa hipótese seria uma maneira de rever a atuação da sociedade em busca ativa da integração social e, consequente diminuição das desigualdades sociais.

Ricoeur (2013) constata que o direito acalma sobre a capacidade das diferentes culturas de concordar sobre qualquer coisa em comum. A Declaração Universal dos Direitos Humanos repousa assim sobre um frágil reconhecimento específico, quanto a realidade e sua violência, um acordo é viável entre as diferentes culturas.

Com o escopo de reunir os assuntos acima mencionados e conduzir a presente pesquisa, formulamos a seguinte indagação: Em que medida, os mecanismos da mediação e a integração social, podem ser adotados pela sociedade com a finalidade de minimizar as barreiras de acesso à justiça?

2 ACESSO À JUSTIÇA

O princípio processual do acesso à justiça está disposto em várias normas jurídicas. O art. 5.º, XXXV, da Constituição Federal de 1988, referência fundamental, afirma que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". O conceito da expressão "acesso à justiça" é muito amplo, conforme Cappelletti (1998, p. 8),

serve para determinar duas finalidades básicas do sistema jurídico – o sistema pelo qual as pessoas podem reivindicar seus direitos e/ou resolver seus litígios sob os auspícios do Estado.

A descoberta é simples, o acesso à justiça ultrapassa o acesso ao judiciário, passando a ser uma utopia, uma vez que as desigualdades entre as partes vão continuar existindo.

Segundo González (2019), acesso à justiça é uma expressão polissêmica, com natureza jurídica diversificada, podendo ser um princípio, uma garantia, um direito, ocasionando até mesmo uma certa confusão, que pode ser suprida, na medida em que se associa ao princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional. Em resumo, não é obrigatório que as pessoas, primeiro esgotem as vias administrativas daquilo que se busca, para depois terem acesso ao Poder Judiciário.

De acordo com Watanabe (1998), acesso à justiça corresponde à aproximação da ordem jurídica justa, passando a ser um conceito atualizado e pode acontecer mesmo sem a intervenção judicial, inclusive por meio de conciliação, mediação e arbitragem, além da educação em direitos.

Desde o início da década de 1980, [...] o conceito de acesso à justiça passou por uma importante atualização: deixou de significar mero acesso aos órgãos judiciários para a proteção contenciosa dos direitos para constituir acesso à ordem jurídica justa, no sentido de que os cidadãos têm o direito de serem ouvidos e atendidos não somente em situação de controvérsias com outrem, como também em situação de problemas jurídicos que impeçam o pleno exercício da cidadania, como nas dificuldades para a obtenção de documentos seus ou de seus familiares ou os relativo a seus bens. Portanto, o acesso à justiça, nessa dimensão é mais amplo e abrange não apenas a esfera judicial, como também a extrajudicial. (Watanabe, 1998 p. 109-110)

Na mesma toada, Morales (2006) detalha um importante conceito de acesso à justiça, como:

acesso a uma ordem de valores e direitos selecionados pela sociedade que permitam a realização do ideal de

justiça social, oportunidades equilibradas aos litigantes, participação democrática e tutela jurisdicional efetiva. (Moralles, 2006, p. 53).

Muitos são os problemas, culturais, psicológicos, econômicos, políticos e sociais das pessoas envolvidas que dificultam o acesso ao Poder Judiciário.

Moralles (2006) elenca como obstáculos de acesso à justiça, primeiramente o fator econômico, pois o custo do processo atinge diretamente as pessoas mais pobres, uma vez que são custeados os honorários advocatícios, periciais, o pagamento das custas judiciais, o deslocamento até o fórum, entre outras situações; depois o fator funcional, referindo-se diretamente aos atos desnecessários e meramente burocráticos; e, por fim, o fator psicológico, apontando o caráter intimidador do ambiente físico, vestuário, que dão ao cidadão leigo a sensação de que onde mora a Justiça, jamais será um lugar onde ele se sentirá confortável.

A autora também escreve sobre as barreiras de acesso à justiça, inclusive, dispondo que:

é percebida sobretudo nas camadas mais pobres da sociedade, que em nosso país é a grande maioria da população, pois normalmente o grau de pobreza está atrelado ao grau de pouca educação e informação das pessoas (Moralles, 2006, p. 75).

Diante da enorme desigualdade da sociedade brasileira, o acesso ao judiciário torna-se bastante seletivo, enquanto o acesso à justiça é quase uma fantasia.

Patriota (2022, p. 21) informa que “mais de 80% da população brasileira das regiões norte e nordeste necessitam da defensoria pública para ter acesso ao judiciário”. Esse dado é lamentável e, ao mesmo tempo, importante para analisarmos, pois os recursos humanos e materiais das defensorias públicas dos estados são escassos para atender toda a população, fazendo-nos ir além e enxergar

que os mais pobres estão nas defensorias públicas, enquanto outros sequer chegam à defensoria, tampouco ao judiciário. Em sua visão: “O acesso, em uma linguagem bem simples e direta, é a chave para abrir a porta da justiça para os mais pobres e vulneráveis sociais” (Patriota, 2022, p. 21).

Nesse sentido, Slaibi (2017) afirma que:

é reação comum temer aquilo que não conhece e ter aversão aquilo que teme. Não é razoável exigir que o leigo se aproxime do direito através da educação, sem fazer do direito algo mais familiar. (Slaibi, 2017, p. 13).

É importante destacar que as leis são criadas com a intenção de efetivar a realidade, à medida que os legisladores acompanham os conflitos sociais, contudo, muitas vezes, não são suficientes para operar uma verdadeira mudança das condutas sócio-humanas, ao passo que o excesso de normas agrava a insegurança jurídica, sendo necessário mais especialização por parte de seus operadores, o que, em contrapartida, isola mais o universo jurídico do mundo real, da sociedade.

Dentre os fatores culturais e sociais que distanciam os cidadãos do Poder Judiciário está o desconhecimento dos direitos e do caráter jurídico dos conflitos. Nesse aspecto, conforme Slaibi (2017), existe a necessidade de acesso à justiça, no que tange à capacidade de compreender a instituição judiciária, isso em consequência do excesso de formalismo na esfera jurídica, da utilização de termos burocráticos, muitas vezes o estilo confuso e pouco objetivo, seja verbal ou escrito. Algo a ser levado a sério e posto em prática pelos profissionais jurídicos é aproximar o discurso da sociedade, com a finalidade de promover a informação.

Segundo Cappelletti (1998), o ponto crucial entre a complexidade da linguagem jurídica e o conceito de acesso à justiça é a capacidade das partes para reconhecer um direito e propor uma ação ou uma

defesa. Conquanto, o fato de a linguagem ser decisiva no que se refere à classe econômica de menor poder aquisitivo, com um menor acesso à informação e a educação formal, é um problema generalizado.

3 DIREITOS DE LUTA

Inicialmente é importante mencionar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, no momento pós Segunda Guerra Mundial, com o intuito de alcançarmos a paz mundial e evitarmos novas guerras. Nesse contexto,

os Direitos Humanos aparecem como uma solução às barbáries da Guerra, uma vez que poderia ser prevenido parte desses atos abomináveis, caso existisse um sistema internacional de amparo aos direitos humanos. (Piovesan, 2006, p. 140).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos também serviu como base da Organização das Nações Unidas (ONU) para dois tratados de cunho jurídico, sendo o Pacto de Direitos Civis e Políticos e o Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. O art. 2º da DUDH expõe que:

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e liberdades estabelecidas na Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Segundo Comparato (2001)

os Direitos Humanos foram identificados com os valores mais importantes da convivência humana, aqueles sem os quais as sociedades acabam perecendo, fatalmente, por um processo irreversível de desagregação. (Comparato, 2001, p. 26).

Assim, os direitos humanos estabelecem a união da 'dignidade da pessoa humana' na esfera global.

Em relação ao contexto de criação dos Direitos Humanos, Lynn Hunt acredita que:

[...] a mudança social e política – nesse caso, os direitos humanos – ocorre porque muitos indivíduos tiveram experiências semelhantes, não porque todos habitassem o mesmo contexto social, mas porque, por meio de suas interações entre si e com suas leituras e visões, eles realmente criaram um novo contexto social. Em suma, estou insistindo que qualquer relato de mudança histórica deve no fim das contas explicar a alteração das mentes individuais. Para que os direitos humanos se tornassem autoevidentes, as pessoas comuns precisaram ter novas compreensões que nasceram de novos tipos de sentimentos. (Hunt, 2009, p. 33).

Para Hunt (2009), a construção dos direitos é contínua, também menciona sobre as declarações que são a materialização das discussões e foram tratadas no século XVIII, em virtude do rompimento com a estrutura tradicional de sociedade, pondo fim ao absolutismo. A organização de uma nova estrutura social implica em uma nova visão do homem, este visto como alguém que pode viver em sociedade, que tem maturidade individual, surgindo sob influências de Locke e Rousseau, a teoria do cultivo da razão para a formação do homem independente.

Após a exposição de alguns fatos históricos, a respeito de transformações que tornaram possíveis as declarações dos direitos do homem, Hunt (2009) assevera que declarar é um ato político de alteração da soberania, por sua vez, passou a ser elencada no contrato entre homens iguais perante a lei, sem interferência da religião. Surgiu algo extremamente novo, que foi a justificação do governo para garantir os direitos universais, nesse momento, deparam-se com problemas referentes a utilização de conceitos generalistas, uma vez que ao declarar os direitos universais importava em conceder direitos políticos a todos, indistintamente. Hunt ressalta o quanto é contraditório o tema de direitos

humanos, pois os eventos não garantem o usufruto pleno desses direitos.

A doutrina trata da relativização ou universalização dos direitos humanos de forma diversa, pois confere-se alternativas distintas de institucionalização integral ou não das normas, tendo em vista os fatores socioculturais dos Estados. Desse modo, para Penteado Filho (2011), a doutrina majoritária segue a tese da universalização, porquanto o relativismo não será usado para declarar violações aos direitos humanos.

No tocante ao relativismo, Moraes (2011, p. 22) aponta que

pode ser forte quando vê a cultura como fonte principal de validade das normas morais ou jurídicas ou pode ser fraco quando vê a cultura como auxiliar na validade das normas morais ou jurídicas.

A corrente relativista prevê que o tradicionalismo de uma sociedade precisa ser respeitado, mesmo que em detrimento dos direitos humanos do mesmo grupo de pessoas.

Em contrapartida, a respeito dos fundamentos da universalidade dos direitos humanos, o filósofo Paul Ricoeur menciona precisamente que:

É preciso partir do fato que se trata de uma declaração e não de um conjunto de imperativos. Uma declaração onde se toma nota de qualquer coisa que se proclama. O que é proclamado? E quem proclama? Proclamam-se os “direitos humanos”. Isso significa que antes de considerar um cidadão em um Estado, há um homem que nasce. É muito importante ter esta ideia de “nascer homem”. Trata-se de uma declaração sobre o que implica “ser homem” (Ricoeur, 2013, p. 183).

O autor ainda afirma que a universalidade “trata-se muito mais de um ponto de encontro, em um dado momento histórico, do que há de mais forte nas múltiplas culturas” (Ricoeur, 2013, p. 183). Logo, não se coaduna com a ideia de uma universalidade comparada a ordem absoluta. Considera que a declaração é

concreta quanto ao reconhecimento mútuo da existência de muitas culturas e, em que pese, a multiplicidade de culturas, algumas são priorizadas em certos aspectos.

Em consequência, o fundamento dos direitos humanos volta-se para as próprias capacidades do ser humano, em posição de sujeito que verbaliza a ação e seus efeitos, de modo que a efetivação dos direitos humanos se inclina para as mediações institucionais e políticas. Salles (2014) revela que na esfera das narrativas culturais e dos Estados, os direitos humanos, como promessas, talvez sejam interpretados como ambições ideológicas, que podem não ser cumpridas.

Os direitos humanos estão sempre marcados tanto pelo perigo do esquecimento da memória relativa à história de sua constituição quanto pelo perigo de sua traição política e ideológica. É como se a fonte de riqueza de sua própria identidade narrativa fosse também à fonte de muitas de suas contradições em nossa sociedade, marcada por uma abordagem frequentemente utópica e ideológica dos direitos humanos (Salles, 2014, p. 221).

A existência dos direitos humanos tem como característica sua historicidade, tendo em vista que há um enorme processo evolutivo da sociedade para sua consolidação. Assim, para melhor compreensão sobre a universalidade desses direitos, busca-se reflexões singulares que merecem atenção, podendo ser levadas em conta as especificidades locais, os contextos culturais, religiosos e históricos de cada povo.

Em busca de mais concepções a respeito dos direitos universais, o autor Flores (2009), parte da visão abstrata dos Direitos Humanos, que coloca em um centro para a interpretação de tudo e de todos, não se preocupando se tal interpretação se refere à forma de vida concreta ou a uma ideologia social e jurídica, ela funciona propriamente como medida de exclusão, dividindo o mundo.

Flores (2009, p. 150) traz uma importante reflexão no sentido de que

sempre haverá algo que não esteja submetido à lei da gravidade dominante e que deve permanecer marginalizado da análise e da prática.

Nesse ensejo, ele lembra Nozick (1974) que justificava seu Estado mínimo, referindo-se a uma fotografia da realidade e destacando somente o que lhe convém, fazendo todos os recortes possíveis, e sendo este contexto de exclusão, o motivo da visão complexa do direito de nos situarmos na periferia.

Flores (2009) pondera, ainda, acerca da visão dos fenômenos a partir da periferia, indicando que devemos abandonar a percepção de “estar em um entorno” como se fôssemos algo diferente do que está ao nosso redor, isso porque “somos o entorno”, e enxergar o mundo a partir da periferia significa sustentar relações que nos prendem a tudo e a todos interna e externamente. É justamente a pluralidade das periferias que nos direciona ao diálogo e à convivência.

Percebemos que a busca pelos direitos humanos requer uma estreita ligação em quatro planos de análise e a Guerra Fria foi o universo político que consolidou os Direitos Humanos, segundo Joaquin Herrera Flores. O primeiro plano seria entender o mal-estar da dualidade da expressão direitos humanos, o qual resulta no enfrentamento de ideias que a realidade não consegue tecer diferenças, sendo imprescindível um olhar realista do mundo, com o conhecimento da realidade diante de uma perspectiva racional.

O plano jurídico-cultural enseja a reflexão de que as diferenças reconhecidas juridicamente têm como alvo eliminar o racial, sexual e o étnico da discussão política, uma vez que todos podem trazer as suas perspectivas, sem considerarem as suas desigualdades, passando a presenciar as políticas de inversão da discriminação e dos privilégios evidenciados pelos grupos que comandaram a estrutura social da nossa

realidade. Neste instante, lembramos do recente estudo de Safatle (2020), o qual revela que o identitarismo branco tinha a intenção não somente de jogar na invisibilidade outras formas de vida, mas sobretudo dificultar a experiência do eu com o outro, ao passo de ocasionar definitivamente um processo de transformação. Assim, temos que o universal é mais um uniforme.

Flores (2009) indica algumas complexidades dos Direitos Humanos, por exemplo, a complexidade cultural que é representada pelos embates culturais, ao se adotar em máxima proporcionalidade ‘escala mundial’ um “mínimo ético indispensável à dignidade” com valores especificamente ocidentais; a complexidade jurídica, tendo em vista o caráter das leis que fundamentam os Direitos Humanos; a complexidade econômica, considerando as necessidades ideológicas do mercado financeiro, assim como a complexidade política, diante das concepções do contexto histórico em que o direito se faz presente.

Na mesma esteira de raciocínios guiados por Herrera Flores (2009), o plano social procura contrapor as concepções de igualdade e desigualdade, revelando que o acesso aos recursos é a chave que aponta as diferenças das várias colocações diante dos direitos. Santos (2003) coaduna do mesmo entendimento de Flores, no que diz respeito à realidade e a desigualdade social, uma vez que para ele deve ser dada máxima atenção às vivências de cada indivíduo, com a finalidade de que a igualdade que se busca, seja pautada também em suas diferenças. Destaca que:

Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Conforme Santos (2003)

Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (Santos, 2003, p. 56)

A partir desse instante, surge um novo aspecto teórico em face da atualidade dos Direitos Humanos, que se associa com a realidade de desiguais, com expectativa integradora, de modo que a dignidade humana possua natureza global, sem diferenciação de “classes de direitos”, buscando a união dos Direitos Humanos às políticas de desenvolvimento que observem as circunstâncias e vivências com os direitos e as práticas sociais, de forma integral, comunitária e local. Nesse aspecto, Flores (2009) acrescenta que:

[...] tanto uma política de redistribuição das possibilidades no acesso aos recursos, como uma política de reconhecimento da diferença enquanto recurso público a garantir, conduziriam a uma revitalização e a uma democratização do jurídico, sempre e quando ficar superada a tradicional cisão entre as esferas da economia e da política e, a partir daí, teremos o marco adequado, não para seguir gozando de privilégios formais, mas para criar as condições que permitam gozar de maiores cotas de liberdade e riqueza sem a contrapartida da desigualdade. (Flores, 2009, p. 49)

Santos (2003) partilha do mesmo entendimento de Flores, no que diz respeito à realidade e a desigualdade social, uma vez que para ele deve ser dada máxima atenção às vivências de cada indivíduo, com a finalidade de que a igualdade que se busca, seja pautada também em suas diferenças. Destaca que:

Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (Santos, 2003, p. 56)

No que concerne às lutas de reconhecimento, Fraser (2006), diz que essas assumem reiteradas formas de enfatizar para a especificidade de algum grupo, afirmindo o seu valor e, propiciando a singularidade do grupo. Por outro lado, as lutas de redistribuição

procuram extinguir os arranjos econômicos que sustentam a especificidade de um grupo, com a intenção de tecer a desdiferenciação do grupo. Fraser destaca que os dois tipos de lutas estão em tensão, sendo que um pode interferir no outro, todavia, é preciso de ambos para negar e reivindicar sua especificidade. Explica tal possibilidade:

As coisas são bem claras nas duas extremidades de nosso espectro conceitual. Quando lidamos com coletividades que se aproximam do tipo ideal da classe trabalhadora explorada, encaramos injustiças distributivas que precisam de remédios redistributivos. Quando lidamos com coletividades que se aproximam do tipo ideal da sexualidade desprezada, em contraste, encaramos injustiças de discriminação negativa que precisam de remédios de reconhecimento. No primeiro caso, a lógica do remédio é acabar com esse negócio de grupo; no segundo caso, ao contrário, trata-se de valorizar o “sentido de grupo” do grupo, reconhecendo sua especificidade. (Fraser, 2006. P. 231-239)

Neste sentido, trazemos a título de exemplo, a armadilha que os movimentos sociais de mulheres caíram ao comprar a moeda do reconhecimento sem a devida redistribuição, ou seja, seus salários continuam menores (aqueles que recebem), enquanto as suas obrigações aumentam exorbitantemente, evidenciando um falso reconhecimento. Diante desse cenário, é preciso encontrar um equilíbrio por meio da união do reconhecimento e da redistribuição, em combate às injustiças.

O plano político é o último apresentado por Flores (2009), o qual busca-se compreender a ligação entre os sentidos de liberdade e de igualdade. De modo que a luta pela igualdade que é a socialização dos recursos torna-se uma condição da liberdade, esta considerada como socialização da política. Segundo Nór (2022) a interseccionalidade é mais que um conceito, sendo considerada uma

prática, que foi criada para influenciar as ações e o desenho de políticas, visando lidar com diferentes pautas, mesmo diante de inúmeras dificuldades e enorme desigualdade, haja vista ser imprescindível conhecer a realidade de quem enfrenta a desigualdade, bem como que os grupos privilegiados problematizem a própria condição de privilégio, com o intuito de avanço consciente acerca das questões expostas.

Para Carla Akotirene, o conceito de interseccionalidade, é entendido como um sistema de opressão interligado, assim:

tal conceito é uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros. (Akotirene, 2019, p. 18).

A autora acrescenta ainda, que a interseccionalidade não deve ser considerada como uma narrativa dos excluídos, segundo a autora:

A riqueza do pensamento interseccional está na negação das formas dicotômicas de enfretamento das opressões e das violências quando reconhece que não existe o grupo dos somente “oprimidos” e dos somente “opressores”, quando na verdade há a possibilidade de “sermos oprimidas e de corroborarmos com as violências”. (Akotirene, 2019, p. 45)

Assim, notamos que os direitos humanos atuam processualmente entre o universo jurídico das leis e o contexto material dos fatos e enfrentamento da realidade, por isso, são os direitos de muitas lutas. Segundo Hanna Arendt, na medida em que os seres humanos estão diante de alguma necessidade, todos encontram-se, de alguma maneira, sujeitos à ausência de liberdade imposta pelas próprias necessidades da vida biológica, faz parte da condição humana da vida. Em um olhar atento, delimita o espaço político como espaço da igualdade

jurídica e de fala, sendo espaço de não-dominação.

Conforme Arendt (1999, p. 40), “a liberdade situa-se exclusivamente na esfera política”. Não obstante, devemos buscar entendê-la:

sob o domínio de duas espécies de causalidade: a causalidade da motivação interna, por uma lado, e o princípio causal que rege o mundo exterior, por outro (Arendt, 2014, p. 190).

Fato é que para a autora, a liberdade não possui realidade concreta, ainda que os seres humanos convivam com outros, não conseguem realizar a experiência concreta da liberdade.

É explícito no Brasil a violação dos Direitos Humanos em relação às comunidades vulnerabilizadas, tendo em vista que:

Moradias em situação de risco, alto nível de violência – tanto entre os indivíduos quanto aquela protagonizada pelo Estado –, desemprego e subemprego, acesso à saúde insuficiente, baixa escolaridade, limitado acesso à informação; compreensão da informação recebida de forma deficitária e não acesso aos direitos e à Justiça, dentre outros, são realidades recorrentes junto a grupos historicamente excluídos que contribuem fortemente para a degradação humana. (Orsini; Silva, 2012, p. 2)

Importante acrescentar que nos últimos anos e, principalmente, com a pandemia e crise da Covid-19, surgiram novas vulnerabilidades em nosso país, a título de exemplos, temos os indígenas Yanomami e os idosos na pandemia de COVID-19.

O fracasso do Brasil em enfrentar a pandemia adequadamente revela a falácia de um modelo social, econômico e de bem-estar social, incapaz de proteger os direitos humanos e garantir o acesso aos serviços essenciais à parcela mais vulnerável da população, correspondente àquela com menores rendimentos e com baixos

indicadores sociais. Assim, são exemplos dos grupos com maior vulnerabilidade à doença, em razão das desigualdades estruturais e da ausência de políticas sociais sólidas e permanentes: a população de rua, a população encarcerada, os profissionais informais, os indígenas e as profissionais do sexo. (Observatório Direitos Humanos e Crise Covid-19, 2020, p. 2).

A pandemia provocou a urgente necessidade da inclusão digital por toda a sociedade, nesse momento doloroso, outra barreira de acesso à justiça ficou evidente, ou seja, a exclusão digital. Levando em consideração, que são diversos fatores que recaem sobre à enorme desigualdade social brasileira, percebemos que são poucos investimentos públicos em políticas de inclusão e impulsionamento do acesso à internet para a população, além da escassez de equipamentos tecnológicos ligados à sociedade da informação.

Sylvia (2021), teceu valiosas reflexões sobre o assunto. Vejamos:

A exclusão digital é outra questão preocupante, pois há muitas crianças fora da escola pela falta de acesso a equipamentos digitais, fato que o Banco Mundial declara como preocupante, principalmente para o futuro. Há mais de 1 ano nessa crise pandêmica, vemos que ela desgraçadamente afeta os mais pobres e a resposta do Estado, principalmente para população pobre, periférica, majoritariamente negra, foi inexistente e ineficiente.

É provável que o avanço tecnológico exponencial seja muito superior em relação à evolução dos indivíduos, com essa aceleração digital percebemos o aumento da desigualdade social, podendo ser considerado um dos motivos que leva o Brasil a compor o cenário mundial dos países mais desiguais.

A exclusão digital está diretamente relacionada a falta de acesso à internet e os meios tecnológicos para a população mais vulnerável. Para superarmos mais essa gritante barreira social, a opção mais

viável, certamente é darmos as mãos à educação em busca de efetividade das políticas públicas, caso contrário, teremos a perpetuação da pobreza.

Um parceiro importante no combate à exclusão digital é a educação. A educação é um processo e a inclusão digital é um elemento essencial deste processo. Instituições de ensino, tanto públicas como particulares, devem contribuir para o aprendizado e interação dos cidadãos com as novas tecnologias, sendo para isso necessária a atuação governamental e da própria sociedade. Atualmente, o termo sociedade do conhecimento, ou da informação, vem sendo usado para designar uma nova forma de sociedade, onde o recurso mais importante é o capital intelectual, que é cada vez mais exigido de quem deseja conseguir um emprego. (Silva Filho, 2003, p 26.).

Partindo do referido contexto social brasileiro, além das condições inadequadas em que situam as comunidades vulnerabilizadas, bem como o descrédito do Estado de formular políticas públicas eficazes para promoverem os Direitos Humanos, é muito importante buscar meios para cessar ou pelo menos reduzir os efeitos da exclusão.

É importante considerar a linguagem com a integração social, conforme Habermas (2004), tendo em vista que a comunicação, em conjunto com as proposições, pode estar relacionada às pretensões de validade, que Habermas denomina de racionalidade, quais sejam: veracidade, verdade, retidão/correção normativa e inteligibilidade. Atentamo-nos a pretensão de inteligibilidade que é uma condição da comunicação, pois deseja que as manifestações sejam compreensíveis, que o sujeito que fala torne inteligível, ao passo que a emissão seja clara, o sentido da relação intersubjetiva e o conteúdo da sua mensagem.

Habermas (2003), revela que à medida que algo é dito dentro do contexto cotidiano, faz-se menção ao mundo objetivo (externo), ao mundo social (ordens normativas e sociedade) e ao

mundo subjetivo (interno e individual do falante). Acrescenta que a liberação do agir comunicativo passa pelo processo da diferenciação social, porquanto a pluralidade de modos de viver esbarra em várias convicções.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) já se manifestou a respeito do princípio argumentativo da inteligibilidade em alguns de seus julgamentos, embora não tenha utilizado exatamente essa terminologia. Em seus julgados, a Corte tem ressaltado a importância da transparência e da comunicação clara nas relações entre o Estado e os cidadãos, bem como na promoção e proteção dos direitos humanos.

Por exemplo, em seu parecer consultivo OC-5/85, a CIDH afirmou que a publicidade é uma das condições essenciais para o exercício dos direitos humanos e que as informações de interesse público devem ser divulgadas de forma clara, precisa e acessível a todos. Já no caso "La última tentación de Cristo vs. Chile", a Corte destacou que o Estado tem o dever de assegurar a liberdade de expressão e de garantir que a comunicação seja transparente e clara, para que os indivíduos possam exercer seus direitos de maneira plena.

No julgamento do Recurso Extraordinário nº 852.475, o STF afirmou que a motivação das decisões judiciais é um dever constitucional dos magistrados e que a fundamentação deve ser clara, completa e coerente, a fim de permitir que as partes e a sociedade compreendam as razões que levaram à decisão. Já no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.127, a Corte ressaltou que a publicidade das decisões judiciais é um princípio fundamental para a transparência e a democracia, garantindo que os cidadãos possam acompanhar e avaliar o trabalho do Poder Judiciário.

Neste cenário, é importante nos esperançarmos, para tanto, apontamos a

mediação e a integração social como ferramentas que se apoiam no diálogo e possibilita a resolução de conflitos. Para Warat (2001, p. 59), a mediação é

uma forma de realização da autonomia, na medida em que educa, facilita e ajuda na produção das diferenças, que modificam as divergências,

Assim, tendo como princípios, a horizontalidade, a imparcialidade, a celeridade, o respeito e a confidencialidade, servindo como um instrumento de desburocratização do Poder Judiciário.

Warat (1998, p. 108) conceitua a mediação como:

[...] uma forma ecológica de resolução dos conflitos sociais e jurídicos; uma forma na qual o intuito de satisfação do desejo substitui a aplicação coercitiva e terceirizada de uma sanção legal. A mediação é uma forma alternativa (com o outro) de resolução de conflitos jurídicos, sem que exista a preocupação de dividir a justiça ou de ajustar o acordo às disposições do direito positivo.

A mediação realiza uma interlocução entre a sociedade e o poder público, de modo conjunto informam a população acerca das suas garantias legais. Spengler (2011), menciona que a mediação é democrática em razão de acolher o conflito, além de ter a possibilidade de evolução social, considerando também uma boa fórmula para superar o imaginário das leis e cumprir com os objetivos relativos à autonomia, à democracia e aos direitos humanos.

Spengler e Spengler Neto (2012, p. 37), afirmam que:

as práticas sociais de mediação configuram-se em um instrumento de exercício da cidadania, na medida em que educam, facilitam e ajudam a produzir diferenças e a realizar tomadas de decisões, sem a intervenção de terceiros que decidem pelos afetados em um conflito.

Percebemos, que na autocomposição (conciliação e mediação),

as pessoas são incentivadas a ouvir e a entender os sentimentos umas das outras, sendo instigadas a criar alternativas de ganhos mútuos, em busca de resultados que agradem ambas as partes. De tal modo, a sociedade contemporânea necessita de uma nova cultura jurídica, mais democrática e cidadã, onde a visão deve ser de adequação e equilíbrio, evitando-se a superioridade de um procedimento sobre o outro.

Neste cenário, a autocomposição também aparece como uma possível porta de acesso formal à justiça, pois de certo modo promove a função estabilizadora de expectativas sociais, em busca de um sistema jurídico democrático e efetivador dos direitos humanos. A mediação não busca contrapor-se ou substituir o Poder Judiciário, pretendendo apenas oferecer um procedimento diverso para que todos, sem exceção, possam usufruir e ter consciência acerca das suas garantias jurídicas.

Tecendo considerações sobre acesso à justiça e os Direitos Humanos, Roseno (2019), nos lembra que “Tudo está em transformação, o amor, a política, a vida. Minha origem não é o meu destino. Nada está definido. Esse desamparo abre para nós uma possibilidade de reinventar a vida”. Assim, surge a integração social juntamente com a mediação no encalço de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e promover lutas em busca do acesso à justiça.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi realizado com a finalidade de promover uma reflexão entre as dificuldades de acesso à Justiça, a origem dos Direitos Humanos e suas complexidades, além de alguns apontamentos sobre a elevada vulnerabilidade social. O problema da pesquisa se ajusta em saber: Em que medida, os mecanismos da mediação e a integração social, podem ser adotados pela sociedade com a finalidade de

minimizar as barreiras de acesso à justiça?

Flores (2009) analisa as complexidades dos Direitos Humanos, indicando quatro condições para uma teoria crítico-realista de tais direitos, sendo a primeira condição a visão realista do mundo, propriamente dita, com o conhecimento da realidade sob uma ótica racional; a segunda condição é a conscientização em favor da luta pelos direitos; o caráter de coletividade na construção de uma nova visão de mundo como terceira condição, juntamente com o estabelecimento de garantias formais juridicamente reconhecidas e o empoderamento de minorias; e a última condição a demonstração da insatisfação com o atual sistema dominante.

Para tanto, Flores (2009) estabelece que, para a concretização de sua teoria, é necessário sobretudo o reconhecimento da importância das mobilizações populares; o respeito às diferenças; reciprocidade no sentido de solidariedade; responsabilidade política e a redistribuição de bens em nome da dignidade humana, devidamente regulamentada juridicamente.

Muitas pessoas enfrentam diversos tipos de problemas que impedem o acesso ao judiciário, o que passa a ser algo seletivo, uma vez que os obstáculos de acesso à justiça são notados principalmente para as pessoas mais vulneráveis, isso em virtude da grande desigualdade da sociedade brasileira. Assim, a falta de conhecimento das leis é um fator cultural e social que precisa ser enfrentado com urgência, de modo a promover a informação e aproximar o discurso jurídico da sociedade.

Neste cenário, a presente pesquisa aborda a mediação e a integração social como aliados na luta pela efetivação dos Direitos Humanos. Observamos que a proposta de Habermas (2003) é trabalhar com a integração social mediante a influência mútua de atores que não agem somente guiados por interesses, mas por

um agir comunicativo, oportunidade em que os atores se desprendem do egocentrismo para entrar em realizações de entendimento de todos os falantes. Portanto, a ação comunicativa apoia-se em normas sociais, cuja compreensão depende do uso da linguagem cotidiana.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pôlen, 2019.
- ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- CAPPELLETTI, M. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1998.
- COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- FLORES, J. H. **A reinvenção dos direitos humanos**. Tradução: Carlos Roberto Diogo Garcia, Antônio Henrique Graciano Suxberger e Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Tradução: Julio Assis Simões. **Cadernos de campo**, v. 15, n. 14-15, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50109>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- GONZÁLEZ, P. O conceito atualizado de acesso à justiça e as funções da defensoria pública. **CONGRESSO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS**, 14, Rio de Janeiro, 2019. Livro de teses e práticas exitosas: Defensoria Pública: memória, cenários e desafios. congresso nacional das defensoras e defensores
- Públicos. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: ANADEP, 2019. Disponível em: https://www.anadep.org.br/wtksite/LIVRO_DE_TESES_2014.pdf. Acesso em: jan. 2022.
- HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. I. v. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HABERMAS, J. **Verdade e justificação: ensaios filosóficos**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HUNT, L. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das letras, 2009.
- MORAES, A. **Direitos humanos fundamentais**: teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- MORALLES, L. C. P. **Acesso à justiça e princípio da igualdade**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Ed. 2006.
- NOR, B. **Você sabe o que é interseccionalidade? Entenda por que isso é importante**. 2022. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/noticias/voce-sabe-o-que-e-interseccionalidade-entenda-por-que-isso-e-importante/>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- NOZICK, R. **Anarquia, estado e utopia**. Trad. Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 1974.
- OBSERVATÓRIO DIREITOS HUMANOS E CRISE COVID-19. **Boletim informativo nº 1**. Junho de 2020. Disponível em: <https://observadhecovid.org.br/>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- ORSINI, A. G S.; SILVA, N. F. A mediação como instrumento de efetivação dos direitos humanos e de promoção da cidadania. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 21, 2012, Uberlândia. **Anais**

eletrônicos [...]. Uberlândia: [S. n.], 2012. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=92262bf907af914b>. Acesso em: 15 mar. 2023.

PATRIOTA, E. Democratizando o acesso à justiça: justiça social e o poder judiciário do século XXI. In: PESSOA, F. M. G. (org.). **Democratizando o acesso à Justiça:** 2022. Conselho Nacional de Justiça, Brasília: CNJ, 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/democratizando-acesso-justica-2022-v2-01022022.pdf>. Acesso em: out. 2022.

PENTEADO FILHO, N. S. **Direitos humanos: doutrina e legislação.** 4. ed. rev. Atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011.

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 140.

RICOUER, Paul. Entrevista: Paul Ricoeur – O respeito da dignidade por todos. **Lex Humana**, v. 5, n. 1, jul. 2013. Disponível em: <https://seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana/article/download/371/210>. Acesso em: maio 2023.

ROSENO, R. **Safatle:** Brasil tornou-se laboratório mundial de opressão neoliberal. 2019. Disponível em <https://www.renatoroseno.com.br/noticias/safatle-brasil-opressao-laboratorio-neoliberal-fascista>. Acesso em mai. 2023.

SAFATLE, V. **Anistia nunca mais.** 2020. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/index.php/pt/radar-feminista-lista?view=article&id=5612:vladimir-safatle-anistia-nunca-mais&catid=593>. Acesso em: 15 maio 2025.

SALLES, S. S. **Paul Ricoeur e o paradoxo dos direitos humanos.** Peri, v. 6, n. 2, p. 209-228, 2014. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/>

<https://search?q=cache:dis3WEebei4j:https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/peri/article/view/930/433&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d>. Acesso em: 15 maio 2025.

SANTOS, B. S. **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA FILHO, A. M. Os Três Pilares da Inclusão Digital. **Revista Gestão Universitária**, 2003. Disponível em: <http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/inclusao-digital>. Acesso em: 15 maio 2024.

SLAIBI, A. L. G. Uma crítica à linguagem jurídica: acesso, técnica, violência e efetividade. **Revista Direito UNIFACS - Debate Virtual**, n. 200, p. 13, 2017. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/4810>. Acesso em: 15 maio 2022.

SPENGLER, F. M. Mediação e Alteridade: a necessidade de “inovações comunicativas” para lidar com a atual (des)ordem conflitiva. In: SPENGLER, F.; LUCAS, D. C. (org.). **Justiça restaurativa e mediação:** políticas públicas no tratamento dos conflitos sociais. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

SPENGLER, F. M.; SPENGLER NETO, T. **Mediação enquanto política pública:** o conflito, a crise da jurisdição e as práticas mediativas. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

SYLVIA, Maria; SAFATLE, Vladimir; SANTOS, Flávio dos; DALCOLMO, Margareth. **Conferência Ethos.** 2021. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/cedoc/efeitos-da-pandemia-marcam-dialogos-do-primeiro-dia-conferencia-ethos/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

WARAT, L. A. **Educação, direitos humanos, cidadania e exclusão social:** fundamentos preliminares para uma tentativa de

refundação. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/educacaodireitoshumanos.pdf>. Acesso em: out. 2022.

WARAT, L. A. Em nome do acordo. A mediação no Direito. Buenos Aires: Angra Impresiones, 1998.

WARAT, L. A. O ofício do mediador. Florianópolis: Habitus, 2001.

WATANABE, K. Acesso à justiça e sociedade moderna. In: GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R.; WATANABE, K. (Coord.). **Participação e processo.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998. p. 128.



REGINA MOTA BRILHANTE

Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT); Bacharelado em Direito, pela Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas (FIESC); Licenciatura em Letras – Português e Inglês, pela Faculdade Integrada de Araguatins (FAIARA); Pós-Graduação Lato Sensu em Direito do Trabalho, pela Universidade Cândido Mendes (UCAM); e Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em Direitos Humanos, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Iniciou no serviço público a partir de 2014, na função de assistente administrativo da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins. É advogada licenciada. Ocupa a função de assistente jurídico no Tribunal Regional do Trabalho da 10 Região - 1 Vara de Araguaína/TO. Professora Tutora à Distância, do Curso Tecnologia em Gestão



CARLOS MENDES ROSA

Psicólogo. Professor Adjunto do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins. Professor do Programa de Pós-graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos UFT/ESMAT. Doutor em Psicologia Clínica pela PUC-Rio com estágio sanduíche na Universidade de Coimbra (2015). Mestre em Psicologia Clínica pela PUC-Rio (2012). Com Especialização em Psicopatologia Clínica pela Universidade Paulista (2007). Pesquisador Associado do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Intervenção Social (LIPIS) da PUC-Rio. Pesquisador convidado do Instituto de Psicologia Cognitiva da Universidade de Coimbra. Bolsista de Produtividade da Universidade Federal do Tocantins. Coordenador do Grupo FaLA - Percurso de Freud a Lacan. Faz palestras sobre os temas Saúde Mental, Envelhecimento, Direitos Humanos e Qualidade de Vida no Trabalho.

AGRADECIMENTOS

Pesquisa realizada com apoio institucional do PPGP - UFSC e Laboratório de Psicologia Positiva nas Organizações e no Trabalho (UFSC).

Ressignificando o empreendedorismo feminino de brasileiras na Alemanha à Luz de Martin-Barbero

Reinterpreting Brazilian Women's Entrepreneurship in Germany through the Lens of Martin-Barbero

Eduardo Picanço Cruz^a, Anna Paula Soares Lemos, Victoria Barboza de Castro Cunha, Roberto Pessoa de Queiroz Falcão.

^aUniversidade Federal Fluminense. E-mail: epicanco@id.uff.br.

Resumo: O presente artigo estabelece diálogo entre a história de vida de seis imigrantes brasileiras que saíram de contextos economicamente desfavorecidos e suas trajetórias empresariais na Alemanha. Os relatos foram coletados por meio de entrevistas em profundidade conduzidas remotamente pelo Google Meet e triangulados com dados extraídos de um questionário aplicado a 652 imigrantes brasileiros, participantes de grupos de Facebook das comunidades de expatriados na Alemanha, analisados com base na estatística descritiva. Os dados de natureza qualitativa foram analisados segundo o protocolo de Gioia, Corley e Hamilton (2013), à luz da teoria de meios e mediações de Martín-Barbero (1977). A grande discussão trazida por nossa análise remonta à centralidade incontestável que os meios tradicionais detêm ainda hoje na distribuição desproporcional de serviços voltados à educação ou à saúde em países subdesenvolvidos, o que implica em necessidades básicas insatisfeitas que reafirmam as trajetórias relatadas no eixo diacrônico, no qual o crescimento da desigualdade atomiza a sociedade, deteriorando os dispositivos de comunicação interna para alcançar uma coesão política e cultural no que vem de fora, isto é, no que vem do estrangeiro. Este trabalho contribui para melhor informar a construção de políticas públicas e culturais que façam frente aos efeitos dessocializadores do neoliberalismo, os quais impõem lógicas de mercado no processo de socialização entre membros de uma mesma comunidade étnica, porquanto passam a se ver como concorrentes, ao invés de fortalecerem suas mediações e as competências advindas destas na construção econômica e política da região de destino migratório.

Palavras-chave: Alemanha; Brasil; Empreendedorismo Feminino Imigrante; Netnografia; Survey.

Abstract: This article establishes a dialogue around the life stories of six Brazilian immigrants who departed economically disadvantaged contexts and their entrepreneurial trajectories in Germany. The narratives were gathered through in-depth interviews conducted remotely via Google Meet and triangulated with data extracted from a survey administered to 652 Brazilian immigrants, participants in expatriate community Facebook groups in Germany, analyzed using descriptive statistics. Qualitative data were analyzed according to Gioia, Corley, and Hamilton's (2013) protocol, illuminated by Martín-Barbero's (1977) theory of media and mediations. The overarching discussion brought forth by our analysis points to the undeniable centrality that traditional media still hold today in the disproportionate distribution of services related to education or health in underdeveloped countries, resulting in unmet basic needs that reaffirm the trajectories described along a diachronic axis, wherein growing inequality atomizes society, deteriorating internal communication devices aimed at achieving political and cultural cohesion from within, i.e., from the foreigner. This work contributes to informing the development of public and cultural policies that address the desocializing effects of neoliberalism, which impose market logics on the socialization process among members

of the same ethnic community, leading them to perceive each other as competitors rather than strengthening their mediations and competencies derived from these in the economic and political construction of the migratory destination region.

Keywords: Germany; Brazil; Immigrant Female Entrepreneurship; Netnography; Survey.

Submetido em: 16/07/2024.
Aceito em: 15/10/2025.

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno da imigração brasileira para o exterior vem ganhando destaque, principalmente a partir de trabalhos inicialmente conduzidos nos Estados Unidos (Margolis, 2013; Martes, 2000). A frequente migração econômica dos brasileiros vem acontecendo em diversos países europeus (Bassanezzi, 2016; Martins Junior; Dias, 2013; Bogus; Santos *et al.*, 2010), sendo que os motivos para essa evasão do país incluem a falta de perspectivas de trabalho, as reclamações a respeito da violência cotidiana e a busca por uma educação de qualidade (Cruz *et al.*, 2020; Margolis, 2013; Martes, 2000; Sasaki, 1998). Tortato (2020), ao analisar dados das Declarações de Saída Definitiva registradas pela Receita Federal brasileira, destaca que em 2019 o número de pessoas que optaram por deixar o Brasil e se mudar definitivamente para o exterior foi mais que o dobro (crescimento de 125%) do montante registrado em 2013.

Mesmo diante de esforços de pesquisa recentes, ainda permanecem lacunas relativas ao entendimento dos mecanismos de criação de negócios e dos perfis empreendedores de brasileiras estabelecidas na Alemanha. Um maior enfoque nas questões de gênero envolvendo a imigração contemporânea brasileira para Europa pode ser exemplificado pelos trabalhos de Gomes (2018), Figueiredo (2020), Martins Junior e Dias (2013), Soares (2019), Soares e Lanes (2020). Já os que relatam o contexto específico de imigrantes brasileiros na Alemanha podem ser exemplificados pelos de Portugal (2016), a respeito dos imigrantes de origem italiana que trabalham em sorveterias alemãs, de

Carnicer (2019), com relatos de imigração estudantil; e de Batista, Ciscon-Evangelista e Tesche (2013), a respeito da identidade social de imigrantes que interagem em fóruns online. Nesse sentido, deve-se ainda buscar aprofundar-se a compreensão de particularidades relativas a aspectos de mobilidade internacional, trabalho, família e do empreendedorismo desse público.

Portanto, para condução do presente estudo, seis entrevistas em profundidade foram conduzidas com mulheres brasileiras empreendedoras, casadas com alemães, por meio das quais se aprofundou alguns aspectos da sua história de vida como sujeitos que saíram de contextos economicamente desfavorecidos e acabaram vendo na migração econômica uma forma de mobilidade social. Esses dados foram triangulados com os do perfil de imigrantes brasileiros na Alemanha, oriundos de uma coleta realizada por meio de questionário do tipo survey, com amostra de 652 respondentes de grupos de Facebook que congregam brasileiros na Alemanha, configurando uma pesquisa de cunho netnográfico (Kozinets, 2002).

A análise das entrevistas foi conduzida por meio da metodologia de análise qualitativa proposta por Gioia, Corley e Hamilton (2013), e mediante este conjunto de técnicas aplicadas, foi possível estabelecer diálogos e pontes interpretativas que nortearam a análise.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Emigração brasileira para a Europa e Alemanha

O movimento migratório da diáspora brasileira para Europa vem tomando forma desde os anos 1980, impulsionado por crescentes crises econômicas e políticas, assim como pela busca de cidadania europeia por parte de indivíduos da classe média (Falcão; Cruz; Raatz, 2021). Diversos trabalhos têm retratado esse fluxo migratório, com suas histórias de sucesso, frustrações, motivações, fatores de atração e repulsão para o Reino Unido (Evans *et al.* 2011; Martins Junior; Dias, 2013) e Portugal (Barbosa; Lima, 2020; Coutinho; Oliveira, 2010; Cruz *et al.*, 2020; Egreja; Peixoto, 2011). Um ponto a ser enfatizado é que diversos artigos evidenciam aspectos de cunho antropológico e sociológico relativos à emigração, o que talvez crie uma lacuna a ser suprida por estudos que se atentem a aspectos mais gerenciais, como questões relativas ao trabalho, empreendedorismo e até referentes aos aspectos de consumo de comunidades oriundas da diáspora de imigrantes. Os poucos estudos que relatam o percurso migratório, o cotidiano de imigrantes brasileiros na Alemanha, por exemplo, retrata a imigração cíclica de sorveteiros ítalo-brasileiros (Portugueis, 2016), o relato do caso da brasileira, moradora de comunidade que vai estudar na Alemanha (Carnicer, 2019), e o estudo da identidade social de imigrantes que se vale da interpretação de postagens em fóruns online (Batista; Ciscon-Evangelista; Tesche, 2013).

O requerimento de dupla cidadania é apontado como uma recorrente estratégia de imigração para Europa por parte dos brasileiros (Portugueis, 2016), quer seja devido à sua origem étnica italiana, portuguesa ou alemã. Esses indivíduos muitas vezes nem falam o idioma alemão, tampouco o italiano. Em outro extremo, há os brasileiros e brasileiras que não reivindicam cidadania por ancestralidade, mas por casamento, sendo o caso de

muitas mulheres que emigram para Alemanha e até Suíça, após conhecerem e se relacionarem com alemães ou suíços (Figueiredo, 2020; Gomes, 2018; Martins Junior; Dias, 2013; Soares, 2019; Soares; Lanes, 2020).

Um ponto a ser ressaltado relativo à assimilação cultural dos brasileiros no exterior são os aspectos que envolvem o que fora levantado por Piscitelli (2008), a respeito da tradução cultural, configurando-se uma posição subalterna ocupada pelos brasileiros em suas relações transnacionais, ponto também apontado por Margolis (2013) nos EUA. Dado que há poucas pesquisas relacionadas ao fenômeno de coexistência interétnica entre brasileiros e alemães (por exemplo, Costa, 2012), os relatos dos imigrantes da pesquisa de Portugueis (2016) acabam por desvelar a diferença relativa entre as expectativas romantizadas e a realidade do trabalho na Alemanha (em geral de longas jornadas de trabalho e de condições precárias de moradia). A barreira linguística também é apontada como dificuldade, acentuada pela falta de tempo hábil para frequentarem um curso de idiomas devido às jornadas de trabalho intensas. No entanto, sabe-se que o Governo Alemão promove capacitações para aprendizagem da língua e profissionalização dos imigrantes (Cruz *et al.*, 2021).

2.2 Ressignificando a trajetória migratória de brasileiras na Alemanha

No tocante ao entendimento da migração brasileira para Alemanha, alguns estudos são úteis, como o de Tedesco (2014), que buscou entender as dimensões que perpassam o matrimônio entre brasileiro(a)s e alemães, ou mesmo o de Batista, Ciscon-Evangelista e Tesche (2013), cujos objetivos específicos incluíam enunciar a concepção de ser um imigrante brasileiro residente na Alemanha, analisar o espaço que a cultura brasileira ocupa no cotidiano dessas pessoas e analisar como

a cultura alemã se interpõe na construção de seu processo identitário. O segundo estudo evidencia tanto as diferenças relativas aos padrões de beleza do Brasil versus Alemanha — sobretudo no quesito massa corporal —, quanto as diferenças no atendimento ao consumidor — o alemão bem menos atencioso do que o brasileiro —, além das barreiras linguísticas, geradoras de discriminação quer pela forma como os brasileiros se expressam ou como se comportam — calor humano, fatores culturais, respeito às leis e pontualidade.

Os elementos apontados evidenciam uma distância psíquica e cultural (Sousa; Bradley, 2006) entre brasileiros e alemães, o que poderia se refletir em dificuldades de assimilação. No entanto, Batista, Ciscon-Evangelista e Tesche (2013) verificaram uma aproximação maior de alguns brasileiros aos costumes alemães, o que pode revelar estratégias pessoais de adaptação, a fim de possibilitar uma assimilação econômica, matrimonial, acadêmica ou profissional, ou ainda reagir à discriminação racial ou de gênero. Outros trabalhos que complementam o aporte teórico acima são as dissertações de mestrado de Torres (2017), intitulada “Brasileiros na Alemanha: processos de adaptação, estresse e resiliência”, e a de Haemer (2017), intitulada “Aprendizagem (in)formal de profissionais alemães no Brasil e brasileiros na Alemanha”.

No primeiro caso, a dissertação teve como objetivo identificar quais aspectos relativos ao contexto migratório eram percebidos como elementos geradores de estresse ou promotores de resiliência, favorecendo a adaptação (ou não) de imigrantes brasileiros residentes na Alemanha. Utilizando-se de métodos mistos, numa primeira etapa quantitativa que apontou para uma correlação negativa entre estresse e resiliência, mediante a aplicação dos testes PSS14 para estresse e CD-RISC para resiliência em 111 brasileiros sediados no país; a segunda etapa qualitativa, realizada com 113 participantes

por meio de entrevista on-line, indicou que os imigrantes encontraram como principais desafios para se adaptar no país o uso do idioma, a cultura, o clima e a interação com os alemães. Já no segundo caso, a dissertação de Haemer (2017) enumerou os fatores de aprendizagem que corroboram a inserção profissional de brasileiros e alemães expatriados. Dentre esses, destacam-se as atribuições do dia a dia do trabalho, as relações sociais, a dificuldade de aprendizagem linguística, e a adaptação familiar de maneira geral. Num segundo momento, foram incluídos na amostra 23 imigrantes alemães residindo no Brasil, para fins comparativos, o que possibilitou entrever que não houve diferenças entre as práticas de aprendizagem adotadas por cada grupo em suas estratégias de aculturação.

Diante de tais achados, mesmo em face a contextos de imigração diversos, vale ressaltar que há diferentes formas de representação de identidades sociais que são experimentadas de maneira simultânea através dos variados tipos de mobilidades, sobretudo a geográfica e social e, nesse sentido, marcadores como gênero, classe, raça, sexualidade, deficiência, nacionalidade e religião também exercem interferência sobre as trajetórias migrantes e se intercruzam na compreensão dos constructos de carreira e empreendedorismo no exterior (Fraga; Rocha-de-Oliveira, 2020). Assim, a desigualdade não seria reduzível a apenas um eixo de diferença (McDonald, 2016), uma vez que a migração por si só envolve a intersecção de raça, etnia, cultura, condições econômico-sociais e escolaridade, a qual pode gerar desigualdades nos ambientes de trabalho (Berry; Bell, 2012) ou mesmo barreiras ao empreendedorismo (Casado; Falcão; Cruz, 2021; Collins; Low, 2010). Nesse âmbito, a dinâmica das relações sociais revela os mecanismos pelos quais age o capital social dos expatriados (Bourdieu, 1986), ao extrapolar categorias de classe fixas pré-definidas e romper a hierarquização de diversos tipos de opressões (Hirata,

2018) no cenário estrangeiro, provando-se de grande importância para a discussão teórica ensejada neste trabalho, dado que há um grande contingente migratório oriundo de classes menos privilegiadas que se movem para outros países em busca de melhores oportunidades profissionais (Portes; Zhou, 1992) que muitas vezes não recebe a mesma atenção dos estudos acadêmicos relativos ao empreendedorismo.

2.3 Dos meios às mediações

Optou-se por selecionar um aporte teórico-metodológico interdisciplinar com as teorias da comunicação e da cultura para a análise das entrevistas em profundidade – o diagrama de Meios e Mediações de Martín-Barbero (1997) –, a fim de guiar a interpretação dos seis relatos gravados nesta pesquisa (ver Figura 1). Vale citar a visão epistemológica e metodológica do diagrama proposta por Lopes (2018), que discorre acerca dos vários mapas metodológicos das mediações que foram cartografados, acompanhando as mudanças históricas das relações entre comunicação e sociedade, o que tem levado ao aperfeiçoamento da teoria das mediações. Neste estudo, a autora dá a ver os três mapas feitos por Martín-Barbero – do final dos anos 80, final dos anos 90 e 2010, respectivamente – que apontam para uma noção sempre em movimento do conceito de mediação que nunca é fixo, pois leva em conta as transformações da sociedade. A inovação do referido teórico da comunicação e antropólogo está em deslocar o olhar para as mediações sociais possíveis, ao contrário do que se fazia até o final dos anos 80, que era perpetuar um olhar fixo sobre os meios da comunicação e sua influência, extrapolando os estudos da comunicação para a interlocução com outras áreas. Destarte, é possível entender que o estudo da comunicação pelo viés das mediações sociais e da língua enquanto competência de recepção servirá para uma análise mais ampla de

contextos em que a interseccionalidade prevalece – a exemplo do que ocorre no fenômeno migratório –, privilegiando o diálogo interdisciplinar entre cultura, política, comunicação e empreendedorismo.

Assim sendo, dentre os três mapas propostos por Barbero, optamos por utilizar a clássica cartografia do final dos anos 90, mais articulada com a visão e aplicabilidade antropológica do autor e mais propícia às observações das histórias de vida dos imigrantes. O último diagrama, proposto em 2010, estabelece um estudo das temporalidades, espacialidades e fluxos com a chegada das tecnologias digitais, navegações virtuais e internet, o que não se aplicaria aqui tão diretamente.

Figura 1 – Diagrama de meios e mediações



Fonte: adaptado de Martín-Barbero (edição de 2018, p.15).

Por meio do diagrama do final dos anos 90, “é possível operacionalizar a análise de qualquer fenômeno social que relaciona comunicação, cultura e política, impondo-se como uma dimensão da articulação entre produtores, mídia, mensagens, receptores e cultura” (Lopes, 2018, p. 54). Ele apresenta dois eixos, um diacrônico e um sincrônico. Observa-se que o eixo diacrônico é um eixo de longa duração, pois envolve as matrizes culturais e os formatos industriais, e o eixo sincrônico, em que estão as Lógicas de Produção e as Competências de Recepção

e Consumo, é mediado por aspectos da institucionalidade, da tecnicidade, da socialidade e da ritualidade que estabelecem variadas interseções com o eixo diacrônico na vida social, cultural, religiosa, política e econômica. Observando o movimento do diagrama por suas mediações, Martín-Barbero (1997) dá a ver que o trânsito da Matriz Cultural de um ator social para as Lógicas de Produção cria – no deslocamento em etapas da recepção, resistência e apropriação – as suas institucionalidades; que das Lógicas de Produção aos Formatos Industriais, criam-se as suas tecnicidades; dos Formatos Industriais às Competências de Recepção, as suas ritualidades; e das Competências de Recepção (Consumo) no retorno a sua Matriz Cultural, as suas socialidades.

Em prefácio ao livro, o também teórico da cultura Nestor García Canclini (apud Martin-Barbero, 1997) observa que:

Nas ‘solidariedades duradouras e personalizadas’ da cultura de bairro e dos grupos artísticos, nos grafites e na música jovem, nos movimentos de mulheres e de populações pobres, [Martin Barbero] vê as fontes de uma ‘institucionalidade nova, fortalecendo a sociedade civil’ (Martin-Barbero, 1997, p. 12 e 13)¹.

No entanto, Canclini reitera, ao dialogar com o que escreve Martin-Barbero (1997, p. 13), que “esses grupos também reproduzem hierarquias e estereótipos injustos da cultura hegemônica”, mas que, ao conhecermos seus hábitos, apropriações e formas próprias de organização social e cultural cotidiana, é possível renovar a análise das ciências sociais por aquilo que escapa aos métodos estruturados da coleta de dados, quais sejam, as histórias de vida. É nesta medida, que se traz, como aporte teórico, textos das Ciências Humanas e Aplicadas que destacam o “território da subjetividade” (Rodrigues, 2019) dos relatos orais e o exercício da “escuta plena”² (Benjamin, 1994) do pesquisador, o qual perceberá diferenças individuais nas

redes que propõe. Para Portelli (2010), o principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, compreender que as fontes são pessoas, não documentos. Assim, a motivação para narrar consiste em expressar o significado da experiência através dos fatos; recordar e contar já é interpretar. A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento³.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada por meio de uma estratégia multi-métodos (Hunter; Brewer, 2015), sendo sua etapa inicial qualitativa (entrevistas em profundidade), seguida por uma etapa quantitativa, onde foram confrontados os aspectos que emergiram das entrevistas com o perfil dos imigrantes brasileiros estabelecidos na Alemanha. Na fase qualitativa, alguns aspectos da história de vida foram enunciados, enfocando determinado perfil de imigrante brasileiro com atividades empreendedoras – as mulheres que saíram de contextos economicamente desfavorecidos.

3.1 Entrevistas em profundidade

Entre janeiro e fevereiro de 2021, foram conduzidas 31 entrevistas em profundidade através de videoconferência na plataforma Google Meet, por meio da técnica de amostragem “bola de neve” (Atkinson; Flint, 2001), por meio da qual um respondente indica outros de sua rede de relacionamento. O primeiro entrevistado era um líder comunitário local que me indicou outros dois entrevistados com bastante visibilidade dentro da comunidade empresarial: um deles, foi a entrevistada 5.

As entrevistas foram realizadas segundo a conveniência dos entrevistados em seus locais de moradia ou de trabalho, ficaram gravadas e posteriormente foram

transcritas integralmente, tendo durado cerca de 1 hora e 10 minutos cada, gerando um total de 2170 minutos de gravação e 217 páginas de transcrição.

O roteiro de entrevistas possuía quatro seções, destinadas a explorar: (i) as experiências migratórias dos participantes; (ii) sua qualificação, emprego e empreendedorismo antes e depois da saída do Brasil; (iii) sua experiência no processo de abertura da empresa no país de destino; e (iv) informações relacionadas ao marketing e a estratégia dos negócios.

Das 31 entrevistas, 23 foram conduzidas com mulheres imigrantes brasileiras empreendedoras e as demais com homens. Com vistas a facilitar o processo de análise, foram selecionados seis casos sendo cinco com perfis muito semelhantes (que saíram de contextos economicamente desfavorecidos) e uma outra de perfil distinto para apresentar um contraponto.

A análise foi realizada após a transcrição integral das entrevistas. Os elementos textuais foram analisados seguindo as indicações de Gioia, Corley e Hamilton (2013), em sua abordagem indutiva sistemática para o desenvolvimento de conceitos. Seguindo esse protocolo, os pesquisadores inicialmente descobriram padrões nos dados, realizando uma etapa preliminar de codificação, o que permitiu aprofundar os conceitos e as relações, formulando-os em termos teoricamente relevantes, relacionados aos significados do empreendedorismo para brasileiras oriundas de contextos economicamente menos favorecidos, estabelecidas na Alemanha. Esse protocolo possibilitou o critério científico de apresentação de evidências de forma sistemática, impondo rigor qualitativo, ao mesmo tempo em que evidenciava os conceitos e conexões emergentes entre os dados. Os resultados obtidos foram posteriormente comparados com a literatura recente sobre os significados do empreendedorismo feminino imigrante, a

fim de atingir os objetivos da pesquisa e contribuir para o avanço da área.

O protocolo de análise realizado seguiu, portanto, as quatro etapas propostas por Gioia, Corley e Hamilton (2013): (i) análise de primeira ordem – esta etapa inclui a busca de termos centrados no informante, cujas categorias são destiladas em outras de segunda ordem; (ii) análise de segunda ordem – na qual se buscou fundir algumas categorias a partir de semelhanças e diferenças entre elas; (iii) estabelecimento de rótulos ou descritores frasais, gerando dimensões agregadas; (iv) construção de um diagrama de estrutura de dados – depois de completar o conjunto completo de codificação de primeira e segunda ordem de temas e dimensões agregadas, cria-se um diagrama analítico⁴.

3.2 Questionários da *survey*

Visando triangular os dados das entrevistas para se complementar a análise dos significados, optou-se por evidenciar o perfil dos imigrantes brasileiros na Alemanha. Nesse sentido, fez-se necessário: (i) identificar seu perfil socioeconômico; e (ii) buscar descontinar tanto fatores motivacionais, quanto aspectos relativos à sua assimilação e vida no país de acolhimento.

Nesta segunda etapa da pesquisa obteve-se um panorama do perfil dos imigrantes brasileiros na Alemanha, por meio de uma *survey* aplicada a uma amostra significativa. O questionário foi divulgado nos maiores grupos do Facebook que congregam brasileiros no país, por exemplo "Brasileiros na Alemanha - Deutsche in Brasilien", "Brasileiros na Alemanha", "Brasileiros e Brasileiras em Berlim", "Trabalho/Emprego na Alemanha", "Brasileiros em Hamburg /Deutschland", além de outros que totalizavam 19 grupos, ultrapassando um total de 190.000 membros cadastrados na época da coleta de dados. Vale ser ressaltado que os grupos sofreram

moderação dos administradores, os quais, em geral, aceitaram que a pesquisa fosse conduzida em sua comunidade, sendo também solicitado apoio aos membros mais ativos dos grupos por meio de contatos diretos e mensagens exclusivas.

Com base nas últimas estatísticas oficiais do Ministério das Relações Exteriores – MRE (Brasil, 2020), as quais apontam para uma população de 85.272 imigrantes – somando-se ao fato de que imigrantes em situação irregular não estão incluídos nas estatísticas oficiais e há uma defasagem de dois anos –, buscou-se estimar um número base de população a ser trabalhada para um cálculo amostral mínimo, chegando-se a uma estimativa de 170.544 brasileiros na Alemanha. Arbitrou-se também para o cálculo amostral um nível de confiança de 95% e margem de erro de 4%, chegando-se a um tamanho de amostra mínimo para brasileiros na Alemanha de 599 indivíduos, para se ter significância estatística (Hair et al., 2006; Kotrlik; Higgins, 2001). A amostra é descrita em mais detalhes na seção de Resultados (Tabela 2), sendo ela de caráter não probabilístico, por conveniência, e definida por acessibilidade.

Para atingir o mínimo de amostra (n=599), os questionários ficaram disponíveis nos grupos de brasileiros na Alemanha por nove meses, chegando-se a

652 respondentes após a coleta (ver Tabela 2). O roteiro do questionário contava com 15 perguntas fechadas e quatro abertas a respeito do perfil socioeconômico do respondente. Além disso, propunha cinco questões abertas sobre a vida do brasileiro no exterior: “Por que deixou o Brasil?”, “Por que a Alemanha te atraiu?”, “Qual é o seu propósito na Alemanha?”, “Quais as principais dificuldades enfrentadas quando chegou?” e “Quais as principais dificuldades enfrentadas HOJE?”. Foi utilizada apenas a estatística descritiva para a análise dos dados oriundos da survey, apresentados na seção dos resultados por meio de tabelas e gráficos.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Perfil das entrevistadas

O presente trabalho fez parte de um estudo maior, que buscou evidenciar as características da imigração brasileira para Alemanha e suas atividades empreendedoras. A seguir, apresenta-se a Tabela 1, contendo dados do perfil original dos 31 respondentes das entrevistas em profundidade, de onde extraíram-se as seis entrevistas de brasileiras imigrantes oriundas de contextos economicamente desfavorecidos.

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico das 31 entrevistadas

Sexo	Masculino: 25,8%	Feminino: 74,2%
Idade Média		43 anos e 8 meses
Estado civil	Casado: 96,8%	Solteiro: 3,2%
Era empresário no Brasil	Não: 54,8%	Sim: 45,2%
Qual porte do negócio	Microempresa: 38,7%	Pequena empresa: 45,2% Média empresa: 16,1%
Nível educacional (BR)	Ensino Básico: 6,5%	Ensino Médio: 22,6% Ensino superior: 67,7% Pós-graduação: 3,2%

Tempo médio no país	15 anos e 10 meses	
Relatou casos de desconfiança ou denúncia entre brasileiros?	Não: 19,4%	Sim: 80,6%
Relatou ter parceiros de negócios brasileiros?	Não: 41,9%	Sim: 58,1%

Fonte: dados da pesquisa.

Visando identificar a dispersão geográfica dos indivíduos entrevistados,

na Figura 2 apresenta-se um mapa das localidades de moradia.

Figura 2 – Entrevistas por localidade



Fonte: elaborado pelos autores.

Já para a realização da análise do presente estudo, optou-se pelo seguinte extrato de entrevistadas, oriundas de contextos economicamente menos favorecidos, estabelecidas na Alemanha conforme apontado na Tabela 2.

Tabela 2 – Perfil das entrevistadas selecionadas

	E2	E5	E8	E11	E12	E19
Idade	48	66	34	52	55	37
Estado civil	Casada	Casada	Casada	Casada	Casada	Casada
Era empresária no Brasil	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim

Qual tipo de negócio	Fotografia	Alocação de visitantes para feiras	Fotografia	Editora	Salão	Curso de culinária – ervas
Qual porte do negócio	Pequeno	Médio	Micro	Micro	Pequeno	Micro
Local de origem (Brasil)	Itabuna – BA	Firmino Alvez – BA	São João de Meriti – RJ	Salvador – BA	Feira de Santana – BA	Camaçari – BA
Nível educacional (BR)	2º grau	Letras	Médio-técnico de enfermagem	2º grau	2º grau	N/A
Nível educacional (ALE)	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Graduação Educação	Técnico (cabeleireiro)	Nenhum
Tempo na Alemanha	24 anos	40 anos	12 anos	26 anos	15 anos	11 anos
Relatou casos de desconfiança ou denúncia?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Local da Empresa	Munique	Dusseldorf	Maisach	Munique	Munique	Oettingen

Fonte: dados da pesquisa.

4.2 Perfil sociodemográfico dos imigrantes brasileiros na Alemanha

Os dados a seguir serviram para triangulação de fontes, assim, apresenta-se o perfil sociodemográfico dos imigrantes brasileiros (n=652) que responderam ao questionário da survey na Tabela 3.

Tabela 3 – Perfil do imigrante brasileiro na Alemanha

Idade		Como chegou na Alemanha?		Quanto tempo pretende ficar?	
Até 20	1,4%	Com visto de estudante	13,8%	Entre 1 e 5 anos	30,4%
21 a 30	31,1%	Com visto de trabalho	17,5%	Mais de 5 anos – pretendendo voltar	13,7%
31 a 40	39,8%	Com visto de turista	23,5%	Menos de 1 ano	70,0%
41 a 50	19,3%	Já tinha cidadania europeia	16,3%	Para sempre	45,2%
Mais de 51	8,5%	Para reivindicar cidadania – direto para a Alemanha	20,1%	Não sei	32,0%
		Para reivindicar cidadania – primeiro em outro país Europeu	20,3%		
Sexo		Onde se formou?			
Masculino	24,4%	Visto de <i>au pair</i>	20,1%	Universidade privada do Brasil	46,4%
		Visto de reunião familiar	22,4%		

Feminino	76,9%			Universidade pública do Brasil	47,8%
Formação					
Tempo na Alemanha		Ensino médio	17,5%		
Menos de 1 ano	25,3%	Ensino fundamental	3,5%		
Entre 1 e 4,9 anos	44,1%	Graduação	49,1%	Buscando oportunidades para abrir um negócio	2,1%
Entre 5 e 9,9	13,5%	Pós-Graduação - Lato Sensu	80,8%	Buscando oportunidades para trabalhar	7,2%
Mais de 10 anos	18,3%	Mestrado	19,3%	Cuidando da casa e/ou da família	12,0%
		Doutorado	1,8%	É empresário	3,8%
O que está fazendo atualmente?					
Pensa em abrir um negócio?				Fazendo turismo	0,2%
Não	49,1%	Como está morando atualmente?		Só estudando	16,0%
Sim	50,9%	Alojamento fornecido pelo trabalho/casa do contratante	1,8%	Só trabalhando	39,6%
		Com a família	70,7%	Trabalhando e estudando	18,7%
		Dividindo apartamento com amigos	12,9%	Vivendo de renda	0,5%
		Sozinho	14,6%		

Fonte: dados da pesquisa.

A amostra dos respondentes do questionário teve uma predominância de mulheres (75,7%, n=488) e de respondentes de perfil mais jovem, estando 39,8% deles entre 31 a 40 anos, denotando uma faixa economicamente ativa, e corroborando com estudos similares com brasileiros no Canadá, Austrália, Portugal e Estônia (Casado et al., 2022; Cruz; Falcão; Raatz, 2021; Cruz et al., 2021; Cruz et al., 2020; Falcão et al., 2021; Falcão et al., 2022). Outros estudos com imigrantes brasileiros também apontam para um perfil jovem, como o de Tashima e Torres (2016), realizado no Japão, Masanet e Santos (2018), na Espanha e o de Siqueira et al. (2017), nos EUA e Portugal, sugerindo que o perfil encontrado na Alemanha acompanha a mesma realidade do atual perfil da emigração brasileira.

Além desse fato, a predominância feminina corrobora com o trabalho de Queiroz, Cabecinhas e Cerqueira (2020), o qual destaca a inserção de mulheres jovens (faixa etária de 20 a 40 anos), a apesar dos preconceitos sofridos pelos estereótipos das mulheres imigrantes brasileiras. As referidas autoras apontam para inserção das mulheres no mercado laboral sobretudo em funções de limpeza, de cuidadoras de crianças e de idosos, bem como outros serviços relacionados à domesticidade. No entanto, dado o elevado nível de escolaridade da amostra da presente pesquisa, visto que, majoritariamente, as respondentes detêm graduação completa (51,2%) e uma considerável parte é detentora de diploma de pós-graduação (34,9%), provavelmente a amostra distancia-se de mulheres que se ocupam de funções de limpeza, de cuidadoras de crianças e idosos.

Ademais, outro ponto que chama atenção são as respostas à pergunta aberta “Quais as principais dificuldades enfrentadas quando chegou?”. O fato é que nenhum respondente destacou sofrer preconceitos, sendo as principais dificuldades relatadas sendo o idioma, o clima da região, a burocracia e a adaptação à cultura alemã. Por sua vez, ao se investigar a pergunta “Por que deixou o Brasil?”, foram categorizados sete motivos: (i) casamento com um alemão (ou outro europeu); (ii) acompanhar o marido expatriado; (iii) buscar melhor qualidade de vida para os filhos; (iv) descontentamento com o Brasil; (v) para trabalhar; (vi) para estudar; e (vii) buscar melhor qualidade de vida (para si).

Portanto, o motivo preponderante foi o primeiro (matrimônio), contemplando 27% das respostas. Exceto pelo terceiro motivo (melhor qualidade de vida para os filhos), todos os demais variaram entre 10% e 16% de respostas. Nesse sentido, Brettell (2017) promove o debate sobre a migração matrimonial, registrando que essa está intimamente ligada aos processos de globalização e que estudar as conjunturas de casamento e migração ilumina os preconceitos e estereótipos de gênero inerentes às categorias analíticas, mas também às políticas que fomentam casamentos de conveniência ou que promovem o multiculturalismo.

Uma triangulação com dados do Escritório Federal de estatísticas alemão (Statistisches Bundesamt, 2020) mostra que, dos 1170 pedidos de cidadania por brasileiros aceitos pelo governo local em 2018 (último ano com informações disponíveis), 860 (73,5%) foram concedidos a mulheres.

5 DISCUSSÃO

Observa-se, nesse grupo migratório de seis mulheres⁵, como elas constroem e atribuem significado a seus relatos, dando a ver suas próprias identidades e vida pessoal (Matriz Cultural) relacionadas aos

formatos industriais, portanto, o eixo diacrônico e de longa duração do diagrama de meios e mediações de Martín-Barbero (2018).

5.1 Descrição dos casos selecionados

O primeiro caso é de uma empreendedora que nasceu na Bahia, mas foi criada por uma família com boas condições na cidade de São Paulo. Teve boa educação e fez três cursos profissionalizantes, um de correspondência europeia, para aprendizagem da língua francesa, espanhola, alemã e inglesa. Foi para a Alemanha para cuidar dos filhos das irmãs, que já moravam lá. Continuou estudando idiomas e passou por alguns países da Europa. Voltando à Alemanha, trabalhou por algum tempo. Teve alguns problemas familiares e foi morar com uma amiga. Ficou sem recursos financeiros e procurou um emprego de garçonne em um restaurante brasileiro, além de fazer serviços de baby-sitter.

O segundo caso é de uma empreendedora que também nasceu na Bahia. Teve boa educação, trabalhou na Varig, foi para a Inglaterra aprimorar o inglês e voltou para trabalhar como freelancer em agências de turismo. No Brasil, começou a trabalhar com feiras que eram organizadas periodicamente na Alemanha, fazendo prospecção de clientes. Ficou encantada com uma feira de panificação (então desconhecida no Brasil) e conseguiu reunir uma rede de pessoas interessadas em participar do evento. Nesse momento, decidiu partir para o evento com seu grupo de brasileiros, retornando ao Brasil apenas por ter recebido uma oferta de cargo efetivo na empresa onde trabalhava como freelancer. Em pouco tempo de volta ao país, conheceu o marido alemão através do trabalho e da rede de contatos profissional que criara em sua estadia na Alemanha, e desde então foi residir no país, abrindo um negócio no ramo de hospedagem para

recepção dos clientes que iam para as feiras organizadas pela antiga empresa empregadora. Em seu relato, a empreendedora também menciona ter trabalhado como baby-sitter em troca de teto, comida e visto para permanecer no país.

O terceiro caso é de uma empreendedora nascida na Baixada Fluminense (região metropolitana do Rio de Janeiro). Ela se formou técnica de enfermagem e trabalhava como cuidadora de idosos. Não pensava em sair do Brasil, até que conheceu o atual esposo (alemão) pela internet. Ele veio conhecê-la no Brasil e, em seguida, ela foi para a Alemanha para ver se iria se adaptar. Chegou em Munique e ficou por dois anos, quando se mudou para uma outra cidade por conta do nascimento da filha.

O quarto caso é de uma empreendedora que nasceu em Salvador (BA) e chegou a completar o Ensino Médio. Trabalhava em uma empresa de pesquisa como freelancer. Juntou dinheiro com o trabalho e se inscreveu em um curso de alemão. O curso promovia um encontro entre pessoas da Alemanha e brasileiros. Um professor desse curso a convidou para trabalhar em um albergue na Alemanha, com visto de trabalho. Devido à crise financeira no Brasil à época de sua partida, acabou optando por ficar no exterior e conheceu o marido (alemão) alguns anos mais tarde.

O quinto caso é de uma empreendedora que nasceu em Salvador (BA), morou até os 16 anos em sua cidade natal e posteriormente foi para o Rio de Janeiro viver na casa de uma tia. Aos 27 anos foi morar em São Paulo. Fez curso de cabeleireira e abriu seu pequeno negócio em São Paulo. Juntava dinheiro e visitava as irmãs que moravam na Europa. As dificuldades de ser empresária no Brasil e as possibilidades que percebia nas viagens à Europa geraram o desejo de se mudar para lá e abrir um salão, mesmo sem saber

falar alemão, ou mesmo inglês. Recebeu um convite de um brasileiro para trabalhar em um salão na Alemanha, aceitou, e em seguida acabou ficando com o salão para ela.

O sexto caso é de uma empreendedora que nasceu em Camaçari (BA), em um ambiente de dificuldades. Teve um filho aos 16 anos e, dois anos depois, ficou viúva. Batalhou para manter sua família, abrindo um pequeno bar em um centro comercial. Foi convidada a trabalhar por um tempo fazendo limpeza em um restaurante na Espanha e se encantou com a vida na Europa. Voltou para o Brasil, conheceu o futuro marido (alemão) em Salvador e foi morar lá com o filho.

5.2 Análise dos casos segundo o diagrama de meios e mediações de Martín-Barbero (2018)

Pelo viés do eixo diacrônico (MC - FI)⁶, observa-se uma vida de imigrante que as leva a empreender inicialmente não para o crescimento do seu negócio, mas para o seu sonho: morar fora do Brasil e melhorar de vida. Uma qualidade de vida não encontrada facilmente para muitas delas, principalmente as que se reconhecem em grupos periféricos e de certa invisibilidade étnica. “Mulheres negras e de periferia”, dizem cinco delas, “têm pouca chance de crescer financeira e profissionalmente no Brasil”. No grupo que selecionamos, apenas uma (ver relato de E5) era branca e seu impulso para a imigração difere das outras cinco, uma vez que ela chega à Alemanha para trabalhar e decide ficar. As demais passam por algum tipo de dificuldade tanto no Brasil quanto em sua adaptação na Alemanha. Veja o que os relatos revelam sobre suas Matrizes Culturais (ver Tabela 2 para referência).

Tabela 4 – Primeiros relatos

Entrevistada	Relato
E2	<p>Eu nasci em Itabuna (BA) e cresci em São Paulo (SP). [...] Minhas irmãs moram aqui, e eu tive esse meio de ajudar elas. Elas trabalhavam e eu podia cuidar das crianças delas na época. [...]</p>
	<p>Desde o momento em que você começa a pensar em morar com suas irmãs até sua saída, quanto tempo demorou?</p>
	<p>E2: Demorou, eu morava com minha mãe de criação. Eu voltei para o Brasil, fiquei 1 ano, não tinha terminado os cursos de língua aqui. E ela [a mãe de criação] me ajudou a decidir, e optei por ficar aqui, tentar a vida aqui. Na época tive uns problemas familiares com meu cunhado e decidi morar com minha amiga. Por isso eu tive que arrumar outros trabalhos. Como minha irmã me ajudava, eu fiquei sem recurso financeiro. Então procurei um emprego de garçonete em um restaurante brasileiro, fiz serviços de baby-sitter e continuei.</p>
E5	<p>O meu primeiro emprego foi na VASP, no departamento de reservas em São Paulo. Trabalhei cinco anos lá. Depois fui para a Inglaterra aprimorar meu inglês... Voltei [para o Brasil] e comecei a trabalhar como <i>freelancer</i> em agência de turismo, vendendo pacotes de viagens até que um ex-chefe meu da VASP estava na Lufthansa e perguntou se eu gostaria de trabalhar como as feiras da Alemanha no Brasil. Aí eu falei: "mas de feira, eu não conheço nada". Aí ele falou: "passa no escritório que a gente te explica". Então, lá na Lufthansa, ele me mostrou todas as feiras. A Lufthansa, na época, era a única companhia aérea que vendia as feiras internacionais da Alemanha. Ele me explicou tudo direitinho e me deu uma mesinha com telefone, na época um Telex 1978, e uma carteira de clientes que eu, como <i>freelancer</i>, junto com a Câmara de Comércio Brasil e Alemanha, deveria fazer a prospecção para as feiras na Alemanha. E dentre as feiras que eles visitaram, tinha um prospecto muito bonito com uns biscoitinhos, pães... E eu falei: "ah, eu gostaria de trabalhar nesta feira". Aí eles falaram: "Olha é uma feira de panificação... Feira totalmente desconhecida no Brasil e eu acho que aqui não tem clientes para esta feira". Aí eu falei: "vocês me dariam a chance de eu tentar, porque, se é uma feira desconhecida, eu como principiante, como freelancer, provavelmente vou começar sem ter concorrência e isso para mim seria o ideal." Eu tinha na época 25 aninhos. Aí eles disseram: "ok, se você quer, nós te damos o apoio". E foi assim...</p>
E8	<p>Eu era... digamos que era uma estudante, estudei enfermagem, sou técnica de enfermagem. E quando eu saí daqui eu tinha acabado de me formar e foi assim... Não sei nem te dizer o que eu era... Eu estava num caminho assim... [...] Eu trabalhava no particular cuidando de idosos, alguém conhecia e gostava por eu saber lidar com pessoas enfermas e acabava me indicando. [...] Sou de São João de Meriti, RJ.</p>
E11	<p>Eu era <i>freelancer</i>, fiz vários trabalhos, era secretária, trabalhava em uma empresa de pesquisa, mas nunca tive uma carteira assinada no Brasil. [...] tentei fazer vestibular e não consegui entrar numa universidade e estava sem saber o que fazer. Eu estava numa firma de pesquisa em Salvador, ganhei um dinheiro legal nas pesquisas, e me inscrevi no curso de alemão porque sempre tinha uma troca entre alemães e soteropolitanos. [...] A minha família nunca teve dinheiro, sempre foi humilde, então a gente desde pequeno já empreendia, seja fazendo geladinho, picolé e fazendo bolo pra vender. Então, tudo isso já é empreendimento. Eu cheguei aqui e fiz várias coisas, fiz DJ, vendi coisa, fiz curso também pra poder fazer comida porque eu não sabia que iria agradar aqui. Então, eu acho que essa força do brasileiro empreender, e a gente tentar se virar pra conseguir alguma coisa, já tá dentro do DNA da gente. Eu cheguei aqui e sabia que tinha de fazer alguma coisa.</p>

- E12 Eu nasci em Feira de Santana, cidade pequena da Bahia, e lá morei até os 16 anos. Depois eu fui morar no Rio de Janeiro com minha tia, perto da minha mãe. Estava com 23 anos quando fui morar em São Paulo. Com 24, eu comecei a fazer curso de cabeleireira, me formei e abri meu pequeno negócio em São Paulo no bairro da Mooca. [...] Eu viajava muito pra cá porque tenho duas irmãs que já moravam aqui na Alemanha há mais de 20 anos. [...] eu não estava satisfeita no Brasil. Lá você tem uma empresa e quando chega no fim do mês você recebe a maioria em muito cheque, cartão de crédito e às vezes o cheque está sem fundo. Então eu estava desesperada. Funcionário, aluguel para pagar, me perguntando o que vou fazer agora, que dia o cartão de crédito vai vencer, muita luta, sem ver resultado. Aí eu viajava aqui para Europa e via que tinha um passo diferente. No Brasil eu não via futuro. Eu nadava, mas morria na praia. Amo o Brasil, mas nunca consegui finalizar nada; tinha um salão, mas nunca consegui ter um carro, uma casa, nada.
- E19 Com 15 anos, eu engravidiei; com 16, eu tive um filho. Eu não fui aquela adolescente louca que engravidou e deixou os filhos para os pais cuidarem, os avós cuidarem. Eu estava com o pai do meu filho. Ele tinha um salão, era barbeiro, e quando meu filho tinha 2 anos, o pai dele morreu. Então eu tive que batalhar por mim e por ele. O meu primeiro negócio era um "negocinho", era um centro comercial. Lá na Bahia têm centros comerciais que a gente fala que são *shopping* de pobre; é a feira, onde tem a parte da verdura, a parte dos barzinhos que vendem comida, a parte que vende roupa, e aí eu fui trabalhar nesse centro comercial. Eu aluguei um boteco, nem lembro quanto paguei na época, aluguei um boteco e foi a primeira vez que eu fui empreender. Eu acho que tinha 50 reais na época, tinha 17 anos. Com 17 anos, você não encontra emprego em lojas, em nada. E eu tinha que trazer o pão de cada dia para o meu filho, o pai dele tinha morrido, e foi a primeira vez que eu empreendi, foi um boteco. O aluguel do boteco custava 20 e uma caixa de cerveja. Eu só tinha o dinheiro do aluguel e de uma caixa de cerveja. Eu vendi uma caixa de cerveja de manhã, durante o dia, para comprar outra para trabalhar no outro dia. A primeira vez não foi empreendedorismo, foi sobrevivência. [...] Depois eu fui trabalhar em uma agência de turismo, e eu ganhava um salário mínimo, só que eu sempre falava, eu vou investir, tenho que conhecer um gringo - é meio feio de se falar, mas eu falei - é a forma mais fácil de sair daqui. Eu não sou rica para fazer um intercâmbio. Aí eu recebia o meu dinheiro, tirava 50 reais. Esse dinheiro era para ir aos restaurantes aonde vão os turistas. E eu morava em Camaçari, os turistas iam para Salvador. Eram 40 quilômetros de distância. E todas as pessoas que chegavam nesse restaurante chegavam de táxi, porque todos eram turistas, e quando não eram turistas eram pessoas donas de hotéis, pessoas de dinheiro. Eu pegava um ônibus da minha casa, descia um ponto antes e no ponto eu pegava o táxi e descia na porta do restaurante de táxi. Linda e fina. Sentava lá com os meus 50 reais, na época 50 reais ainda era um pouquinho de dinheiro, só que o tal do couvert era 15 reais para entrar. Eu comprava o couvert, uma bebida e um petisco, e ficava lá "meu Deus eu tenho que conhecer alguém, eu tenho que conhecer alguém". Até que conheci o meu marido, que eu sou casada com ele hoje há 10 anos. Conheci uma pessoa super legal, super gente fina e tal, aí ele "ah, porque eu tô com a casa alugada e tal, a gente pode se ver amanhã". E aí eu joguei logo a real, "eu tenho filho, e se for pra ir pra sua casa, eu tenho que levar o meu filho". Daí ele falou "não, não tem problema", daí eu falei "fechou". E aí foi isso, eu conheci ele e vim pra Alemanha, e aí começa a história de quando eu cheguei na Alemanha.

Fonte: dados da pesquisa.

Assim, para viabilizar seu sonho, algumas utilizam o trânsito pelas redes sociais da internet (FI – CR) – como é o caso de

quatro delas – e outra pelas redes sociais que se estabelecem presencialmente, tanto pelas próprias relações de trabalho

no Brasil, como em regiões geográficas que são tipicamente turísticas, favorecendo o encontro presencial com estrangeiros (CR - MC). Estabelecendo uma boa competência de recepção e consumo com o formato industrial internet, as empreendedoras E2, E5, E8 e E11 criaram blogs e via suas redes na internet desenvolveram seus negócios de fotografia, editoração e turismo.

A empreendedora E5 (segundo caso) destacou que seu trabalho na área de turismo e hospedagem abriu uma possibilidade de parceria com a empresa de transportes aéreos alemã, Lufthansa, a fim de continuar levando brasileiros para as diversas feiras na Alemanha. Aqui do Brasil, dedicou muito tempo para uma feira de panificação que, de acordo com ela, era pouco divulgada, logo, teria menos concorrência. Fez contato com panificadoras brasileiras e conseguiu levar um grupo representativo. Seu encantamento com a Alemanha foi tanto que decidiu ficar. Mais uma vez, usou seus contatos para conseguir ficar trabalhando no Consulado Brasileiro em Düsseldorf. Veja que E5 estabelece relações de trabalho e redes que revelam nas suas mediações MC-CR e MC-LP, socialidades e institucionalidades mais complexas que não rompem com o país de origem quando migram. E5 tem competências de recepção de outros idiomas, já traz a experiência do turismo e das lógicas de produção do Brasil, cria pontes entre o país de origem e aquele para o qual migrou.

Já a empreendedora E19 (quinto caso) relatou que sabia que não tinha condições de viver bem no Brasil. Por outro lado, conhecia a vida na Europa, por conta de uma experiência de trabalho fazendo limpeza em um restaurante na Espanha. Assim, quando voltou ao Brasil, juntava 50 reais por final de semana para ir aos bares de Salvador, onde os turistas frequentavam. Dessa forma, viajava 40 km (de Camaçari a Salvador), todo fim de

semana para, nas palavras dela, “conseguir namorar um gringo”. Ela demonstrou que sempre estava preocupada em dar uma condição de vida melhor para o filho, que sempre trabalhou muito por ele. Veja que, diferente de E5, E19 estabelece relações pessoais e redes que revelam nas suas mediações MC-CR e MC-LP, socialidades e institucionalidades menos complexas, que rompem com o país de origem quando migram. E19 não tem competências de recepção de outros idiomas, traz poucas experiências das lógicas de produção do Brasil, mas empreende o sonho da vida melhor no exterior pelo casamento.

A descoberta, identificação e oportunidade para o seu negócio vêm para essas mulheres, como E19, em um segundo momento - o momento de viabilizar a permanência na Alemanha. Ao observar como cada uma buscou seu negócio, é feita a análise dos relatos pelo eixo sincrônico do diagrama de Martin-Barbero (2018), o eixo de curta duração e constante mudança, o qual leva em consideração as lógicas industriais e cada competência de recepção e consumo. As imigrantes ouvidas são uma escritora e editora, duas fotógrafas, uma cabeleireira, uma turismóloga e uma dona de restaurante. Duas delas tiveram como ponto de partida o casamento. As outras três tiveram o casamento como ponto de chegada e permanência. Harari (2018, p.179), quando faz uma análise ampliada das expectativas para o século XXI, no capítulo em que fala sobre imigração, afirma que “a Alemanha tem um histórico muito melhor de receber imigrantes [...] como um trato em três condições ou termos básicos”. Todas cumpriram as condições ou termos básicos da imigração do país anfitrião, mas são unânimes em desconstruir a ideia de “cordialidade brasileira” que se divulga à luz de uma leitura de (Holanda, 1968): “o brasileiro como povo afetivo e acolhedor”. Veja o relato de cada uma delas quando feita uma pergunta relacionada a esse tema:

Tabela 5 – Segunda rodada de relatos

Entrevistada	Relato
E2	<p>Você comentou que na comunidade brasileira é comum que Brasileiros tentem “passar a perna em outros brasileiros”. Você enxerga isso como comum na comunidade empreendedora brasileira ou apenas entre os brasileiros em geral?</p> <p>E2: Para falar a verdade, é comum nos dois, mas tem como você filtrar essas relações. Tem uns brasileiros que parece que não aceitam de bom grado as relações na comunidade, há uma espécie de conflito.</p> <p>E: Você já presenciou alguma atitude como essa, já viu algum empresário brasileiro denunciar, difamar o outro?</p> <p>E2: Já, e já aconteceu comigo. É comum alguns brasileiros entrarem em contato comigo, em um tom de conversa amigável enquanto toma um café e, em seguida, tentar roubar as ideias do meu negócio, por exemplo.</p>
E5	<p>E: Os empresários brasileiros na Alemanha que você conhece ou que você já escutou, têm um bom relacionamento entre si ou não?</p> <p>E5: Olha, tá melhorando, mas eu acho que as novas empresárias... Eu conheço pouco, mas, agora, o que eu posso te falar, é de um empresariado que é filho de brasileira com alemão. Na maioria nós somos mulheres; tem, assim, alguns probleminhas, mas não é assim tão grave. Eu acho que essa pandemia fez com que as pessoas se unissem mais, você sabe... Essa pandemia teve esse grande ponto positivo, que foi a gente ter que se juntar.</p>
E8	<p>E: Bom, agora me conta a sua visão dos brasileiros morando na Alemanha... Eles são amigáveis entre si, são competitivos... se são amigáveis em que aspectos e em que aspectos são competitivos?</p> <p>E8: Eu acho que são amigáveis quando é relacionado a questões mais pessoais, mas eu acho que na parte empreendedora eles são mais competitivos. [...] Quando são empresários, os brasileiros costumam ser mais unidos contra eles mesmos (risos). [...] Eu já ouvi histórias. Teve uma brasileira que foi denunciada e quando foi ver quem tinha denunciado tinha sido um outro brasileiro, [...] sendo que, na versão dela, a empresa era legalizada. A impressão que dá é que é um negócio mesmo, assim, por inveja... essa sensação de que “vai tomar meu lugar”. Eu acho que tem muito isso. Eu não consigo sentir isso de alemão, porque eu não tenho muito vínculo com outros profissionais daqui da Alemanha e da minha área, e de outras áreas também não... Então a gente só vê se tiver que indicar um trabalho um ao outro, mas não tem aquele relacionamento, e aí eu sinto essa competitividade muito grande, né? Infelizmente é assim.</p>
E11	<p>E11: Eu faço aqui parte do Conselho de brasileiras do Consulado e, mesmo assim, eu vejo que tem duas negras: uma é a que me convidou para não ser a única. As outras são pessoas brancas que eu não vejo que tem interesse real pela comunidade brasileira. Estão só para ter o <i>status</i> de estar dentro do Consulado e não pelo trabalho de comunidade. Então, essa é a minha visão dos brasileiros aqui em Munique. [...] Você vai no grupo de mulheres empreendedoras brasileiras, e eu fui achando que seria um grupo que trocaria ideias, mas não existisse troca de ideias, é uma coisa realmente competitiva. [...]</p> <p>E: Já soube de casos de denúncias para um atrapalhar o outro?</p> <p>E11: Isso sim, e muito. Nessa coisa da estética, da brasileira começar a fazer um cabelo dentro da própria casa e uma outra brasileira fazer uma denúncia. Já houve casos assim que eu via. Muito triste.</p>
E12	<p>E: Me diz a sua visão dos brasileiros, não empresários, mas brasileiros de maneira geral aí na sua região... Eles são amigáveis, são desunidos, são competitivos, eles se apoiam...? Qual é a sua percepção da comunidade brasileira em Munique?</p> <p>E12: Olha, eu não vejo eles apoiarem o outro. Infelizmente falar assim é duro, mas essa é a realidade. Eu sempre falo assim, se eu fosse depender realmente de brasileira, não estaria fechada. Até que eles me apoiaram no início, mas quando eles saíram para... Parece que [ao] subir um degrau para eles, você já não é mais uma pessoa legal, porque você tá andando, né? Se você tá no mesmo nível, está bom, mas se você melhorou... Você já passa a ser uma pessoa estranha para eles, então apoio é muito pouco. Tem muito brasileiro bom, né? Mas eu acho que o que me deixa assim, às vezes um pouquinho incomodada, é que eu fiz um espaço tão bonito, tão legal, e que eu gostaria que fosse mais para brasileiro mesmo, mas infelizmente é assim aqui. Eles não apoiam o outro. Tem</p>

cliente meu [brasileiro] que vem até aqui e encontra os melhores produtos do Brasil, mas eles não vão lá no meu site comprar meu produto. Meus produtos são comprados pelos alemães e pelos estrangeiros; brasileiro quase não compra meus produtos. Eu não entendo o porquê, se são produtos que realmente vêm do Brasil, são os produtos que os brasileiros gostam. Mas não consigo atingir os brasileiros aqui, infelizmente. Agora está chegando um povo novo, completamente diferente, né? Que tá fazendo muita diferença aqui, mas é bem complicado.

E: E os empresários? Se apoiam? São mais competitivos?

E12: Os empresários se apoiam, eles procuram apoio. Todo mundo daqui eu busquei apoiar os projetos, às vezes eu nem queria ajudar, mas eu ficava, "Ah, é um brasileiro... tá com projeto novo....". Quando era uma festa brasileira, teatro brasileiro, cinema brasileiro, eu sempre ajudei. Sou associada à Casa do Brasil, associada com outro rapaz que trabalha muito com essa parte cultural [...], só que infelizmente no momento eu comecei a ficar um pouco cansada de apoiar tanto, né? [...]

E: Já escutou algum caso de sabotagem entre empresários?

E12: Eu fui denunciada, não sei se por brasileiros, mas sabotagem de brasileiros, sim, de amigas minhas que foram sabotadas.

E: E por que você acha que acontece isso?

E12: É uma pergunta que me faço todos os dias, porque eu não entendo. Vivi no Brasil [por] 40 anos e as [pessoas] que conheci lá são diferentes das que estão aqui. É difícil chegar nesse país, é difícil e confortável, porque o país oferece muitas coisas. Teve gente que chegou aqui e vivia muito melhor que eu. O país facilita e as pessoas se encostam. O governo paga para você, se quiser fazer um curso ou trocar de profissão, por exemplo, mas as pessoas ficam na zona de conforto. A Alemanha é grande e dá possibilidade, mas nem todo mundo quer.

E19

E19: Em relação aos brasileiros, eu falo sempre, tem brasileiro e brasileiro, e eu acho que eu não devo dividir isso em nação, se é brasileiro ou se é espanhol, ou sei lá. Tem pessoas e pessoas. Assim como no Brasil, você mora no Brasil, você mora no Rio, no seu bairro, por exemplo, você não é amigo de todo mundo. Você é amigo daquela pessoa que você tem afinidade. Como aqui não são tantas pessoas, acaba que você não tem tantas pessoas para ter afinidade. Esse é um dos pontos. Tem a questão de nós estarmos aqui na Alemanha, e todo mundo aqui é brasileiro, porém, todo mundo vem de uma região diferente, com culturas diferentes, com pensamentos diferentes, então, eu não sou aquela que fala "eu não quero contato com brasileiro", porque tem muitas aqui que falam isso. Resumindo, teve uma vez, que eu fui em uma loja de perfume, *tava lá numa loja*, aí escutei, tinha duas meninas falando em português e, poxa, eu tinha pouco tempo que cheguei, você chegar em um país, bem distante do seu, e você ver duas pessoas falando português, como é que você se sente? [...] Menino, aí eu fui falar com elas, elas duas começaram a falar em alemão. Como assim? Sou brasileira... Então tem pessoas e pessoas. Eu sou uma pessoa que se alguém vier falar comigo "Oi, tudo bem, eu sou brasileiro", eu vou te acolher, independentemente de você ser uma boa pessoa ou não, eu vou te acolher, você que tem a oportunidade de me mostrar se você é uma boa pessoa ou não, mas eu estou aqui aberta. Então, eu não sou aquela pessoa que não gosto de brasileiro, porém tem muitos brasileiros aqui que [...] que não falam com brasileiro. Pessoas, vamos falar de pessoas. Tem muitas pessoas aqui, que são brasileiras, e que não tem uma índole boa, que não querem ajudar o outro, só querem mesmo te ferrar.

Fonte: dados da pesquisa.

Se pensarmos em que medida a cordialidade brasileira se fixa na memória coletiva, percebemos que a crítica à mistura do privado com o ambiente público que é destacada por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (Holanda, 1968), originariamente relacionada ao tom de cordialidade do que ele chamou de "homem cordial", não é o que foi amplamente divulgado. No

entanto, segundo relato das mulheres que batalharam pela inclusão em grupos de brasileiras no exterior, é, na verdade, o tom do "homem cordial" a partir da troca de favores, do "toma lá dá cá" e, principalmente, do prevalecimento dos interesses individuais, e não do acolhimento e do afeto. Veja no quadro acima o relato de E11. Em um primeiro momento, o testemunho de quem se sente

isolada em minoria como negra em meio a uma maioria de mulheres brancas em busca de status e não de ação social e apoio às imigrantes brasileiras. E, em um segundo momento, a disputa, a não troca, a competição e a denúncia. Ao ouvi-la, parece que temos, guardando pesos, medidas e cronologias, uma ilustração da ecologia humana cunhada por Park (1952) na Escola de Chicago. Segundo ele, as sociedades humanas teriam dois níveis: um nível biótico, estabelecido no fundamento da competição, e um nível cultural, estabelecido no fundamento da comunicação entre os indivíduos e do consenso. O nível cultural se impõe ao nível biótico, o que faz com que a competição esteja limitada ao livre mercado, às leis e às convicções da comunidade. Assim, o ser humano é naturalmente um colaborador competitivo em busca de espaço.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando nossa proposição inicial, esta pesquisa objetivou compreender as particularidades da mobilidade internacional e do fenômeno do empreendedorismo para mulheres brasileiras que migraram para a Alemanha pelo matrimônio com um nativo local e que vieram de uma condição de hipossuficiência financeira, à luz da teoria de meios e mediações de Martín-Barbero (1977).

Em nossa discussão pelo viés do eixo diacrônico (MC – FI), observamos as trajetórias anteriores à imigração que culminaram para a decisão de mudar para a Alemanha, tendo como motivador um cenário de fragilidades socioeconômicas que reflete relações de subalternidade, tanto pelo gênero, quanto pela colonialidade, para as mulheres de maioria negra nascidas no Nordeste, mas com passagens por outras regiões do Brasil, como o Sudeste. O que se verifica, por conseguinte, é que mesmo a mobilidade interna interestadual, quando ocorre, não

redime uma herança cultural marcada pela descrença no sistema político-público para viabilizar a mobilidade social contra esse cenário hostil, tornando o matrimônio com um estrangeiro por vezes o único recurso para a uma real melhora de vida. O reforço desse discurso institucionalizado, conforme a referida teoria nos permitiu entrever, ocorre mediante redes sociais da internet (FI – CR) com maior frequência do que pelas redes sociais que se estabelecem presencialmente (CR – MC), legitimando o efeito da tecnologia na pós-modernidade para amainar uma baixa competência de recepção e consumo no formato industrial presencial, que é característica de grupos periféricos com invisibilidade étnica no Brasil.

Quando esse eixo diacrônico dialoga com o sincrônico já no país de imigração, contudo, nota-se que a boa competência de recepção e consumo adquirida com o formato industrial internet permitiu às empreendedoras E2, E5, E8 e E11 expandirem e readequarem seus negócios para esse meio digital, através de blogs ou mesmo de suas redes sociais, revertendo-se em novas relações de trabalho mediadas pelo princípio MC-CR e MC-LP. Isto implica que, quando investigamos mais detidamente o eixo sincrônico, as socialidades e institucionalidades menos complexas desenvolvidas no decorrer da jornada empreendedora dessas mulheres terminaram por romper com o país de origem após a emigração, principalmente em virtude de uma defasagem na competência de recepção de outros idiomas, da experiência prévia com o segmento do negócio no Brasil e do desconhecimento das lógicas de produção do país de origem, o que se manifestou de forma explícita na realidade até então inimaginada de o brasileiro não ser um povo gentil e acolhedor para com os seus, e sim apenas para com os estrangeiros ou quando percebe que há alguma vantagem a ser extraída do relacionamento no exterior. Tal constatação, conforme

apontado pelas entrevistadas, trouxe consequências negativas não apenas para a sua adaptação no país de destino, como também para o público-alvo que poderia vir a ser atendido pelos seus negócios, ainda que trouxessem como marca cultural uma segmentação direcionada para o nicho étnico imigrante na Alemanha.

Assim, conclui-se que, partindo da dinâmica econômico-cultural das mediações que tais empreendedoras imigrantes adquiriram por intermédio das tecnologias informáticas no contexto da globalização, salienta-se que as sociedades, tanto receptoras, mas principalmente as “exportadoras de capital humano”, necessitam “levar em conta os meios na hora de construir políticas públicas e culturais que façam frente aos efeitos dessocializadores do neoliberalismo” (Lopes, 2018, p. 12), os quais impõem lógicas de mercado no processo de socialização entre membros de uma mesma comunidade étnica, porquanto passam a se ver como concorrentes, ao invés de fortalecerem suas mediações e as competências advindas destas na construção econômica e política da região de destino migratório. Isto posto, uma grande discussão trazida por nossa análise remonta à centralidade incontestável que os meios tradicionais detêm ainda hoje, em plena época de pós-modernidade, na distribuição desproporcional de serviços voltados à educação ou à saúde em países subdesenvolvidos, o que implica em necessidades básicas insatisfeitas que reafirmam o que foi evidenciado no eixo diacrônico, no qual o crescimento da desigualdade atomiza a sociedade, deteriorando os dispositivos de comunicação interna para alcançar uma coesão política e cultural no que vem de fora, isto é, no que vem do estrangeiro.

Como limitação desta pesquisa, verifica-se que outras interpretações complementares a esta análise poderiam ser extraídas de uma triangulação teórica

com o terceiro diagrama proposto por Martín-Barbero (1977), possibilitando uma compreensão mais aprofundada dos efeitos da espacialidade e temporalidade no contexto da migração feminina como um ponto de partida para a ressignificação do acesso às cidades globais sob a ótica de públicos minoritários e marginalizados, a exemplo de refugiados e imigrantes informais, o que se percebe aqui como uma oportunidade para estudos futuros.

Por fim, destaca-se que o presente trabalho é pioneiro ao abordar a imigração feminina na Alemanha partindo-se de uma triangulação metodológica robusta, que se valeu de um desenho multimétodos envolvendo survey, netnografia e entrevistas em profundidade, e de uma teoria de cunho cartográfico, elaborada por um dos maiores expoentes da teoria informacional latino-americana, numa tentativa de repensar a sua abordagem culturalista, centralizada nas cadeias entre produtores, produtos e receptores, para uma maior compreensão dos deslocamentos de sentidos sociais que perpassam a atividade empreendedora de brasileiras no exterior.

REFERÊNCIAS

- ATKINSON, Rowland; FLINT, John. Accessing hidden and hard-to-reach populations: Snowball research strategies. *Social research update*, v. 33, n. 1, p. 1-4, 2001.
- BARBOSA, Allani; LIMA, Álvaro. **Brasileiros em Portugal**: de volta às raízes lusitanas. Brasília: FUNAG, 2020.
- BATISTA, R. R.; CISCON-EVANGELISTA, M. R.; TESCHE, B. Brasileiros na Alemanha: um estudo da identidade social de imigrantes através de fóruns online. *Brazilian Cultural Studies*, v. 2, n. 1, p. 70-85, 2011.
- BENEDUZI, Luis Fernando; DADALTO, Maria Cristina. Mobilidade humana e circularidade de ideia. Diálogos entre a

América Latina ea Europa. **DIASPORE**, v. 7, p. 1-173, 2017.

BERRY, Daphne P.; BELL, Myrtle P. 'Expatriates': gender, race and class distinctions in international management. **Gender, Work & Organization**, v. 19, n. 1, p. 10-28, 2012.

BÓGUS, Lúcia M.; BASSANEZI, Maria Silvia. Do Brasil para a Europa—Imigrantes Brasileiros na Península Itálica neste final de Século. **BASSEGIO, L.(apresentação). O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio: desafios pastorais. Petrópolis: Vozes**, p. 68-91, 1998.

BOURDIEU, Pierre. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, John G. (ed.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. New York: Greenwood Press, 1986. p. 241-258.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório Anual 2020: dimensões da migração internacional: desigualdades, formalização no mercado de trabalho e status migratório**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2020.

BRETTELL, Caroline B. Marriage and migration. **Annual Review of Anthropology**, v. 46, n. 1, p. 81-97, 2017.

CARNICER, Javier A. Transnational migration and educational opportunities: A case study of migration from Brazil to Germany. **London Review of Education**, v. 17, n. 1, p. 14-25, 2019.

CASADO, Renata; FALCÃO, Roberto Pessoa de Queiroz; CRUZ, Eduardo Picanço. Brazilian immigrant entrepreneurs' support networks and bounded (mis) trust in Western Australia. **Population, space and place**, v. 28, n. 1, p. e2489, 2022.

COLLINS, Jock; LOW, Angeline. Asian female immigrant entrepreneurs in small and medium-sized businesses in

Australia. **Entrepreneurship and Regional Development**, v. 22, n. 1, p. 97-111, 2010.

COSTA, Sérgio. Regimes de Coexistência Interétnica no Brasil e na Alemanha: Contribuições a um debate inexistente. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, n. 1, p. 235-259, 2012.

COUTINHO, Maria da Penha de Lima; OLIVEIRA, Marcelo Xavier de. Behavioral health trends of Brazilian immigrants in Portugal. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, p. 548-557, 2010.

CRUZ, Eduardo Picanço et al. Análise de Variáveis Prescritoras da Intenção Empreendedora de Imigrantes Brasileiros em Portugal. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 24, n. 4, p. 349-368, 2020.

CRUZ, Eduardo Picanço; FALCÃO, Roberto Pessoa de Queiroz; LEITE, José Geraldo Lamas. A realidade dos empreendedores brasileiros na Alemanha à luz da teoria do Mixed Embeddedness. **Anais do XLV Encontro da ANPAD – EnANPAD 2021**. 2021.

EGREJA, Catarina; PEIXOTO, João. Caminhos limitados ou mobilidade bloqueada? A mobilidade socioprofissional dos imigrantes brasileiros em Portugal. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 67, p. 43-64, 2011.

EVANS, Yara et al. Brazilians in London: A report. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 36, n. 71, p. 235-248, 2011.

FALCÃO, Roberto Pessoa de Queiroz et al. Entrepreneurial intention of Brazilian immigrants in Canada. **BAR-Brazilian Administration Review**, v. 19, n. 01, p. e200018, 2022.

FALCÃO, Roberto Pessoa de Queiroz et al. Mixed embeddedness of Brazilian

entrepreneurs in Toronto. **International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research**, v. 27, n. 7, p. 1724-1750, 2021.

FALCÃO, Roberto Pessoa de Queiroz; CRUZ, Eduardo Picanço; RAATS, Ricardo Ferraz. Ethnic and technological business of Brazilians in Estonia: an immigrant community in formation. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 29, p. 195-218, 2021.

FIGUEIREDO, Taís Cristina Samora. Em nome dos "brasileirinhos": estratégias para construção identitária brasileira na Europa. **Periferia: revista de recerca i formació en antropología**, v. 25, n. 1, p. 0028-55, 2020.

FRAGA, Aline Mendonça; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Mobilities in the Labyrinth: Pressuring the Boundaries of Women's Careers. **Cadernos EBAPE**. BR, v. 18, p. 757-769, 2020.

GIOIA, Dennis A.; CORLEY, Kevin G.; HAMILTON, Aimee L. Seeking qualitative rigor in inductive research: Notes on the Gioia methodology. **Organizational research methods**, v. 16, n. 1, p. 15-31, 2013.

GOMES, Mariana Selister. Gênero, Colonialidade e Migrações: uma análise de discursos institucionais sobre a "Brasileira Imigrante" em Portugal. **Política & Sociedade**, v. 17, n. 38, p. 404-439, 2018.

HAEMER, Hannah Deborah. **Aprendizagem (in) formal de profissionais alemães no Brasil e brasileiros na Alemanha**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília, UnB, Brasília, DF, 2017.

HAIR, Joseph F. et al. **Multivariate data analysis (vol. 6)**. Upper Saddle River: Pearson Prentice Hall, 2006.

HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. Editora Companhia das Letras, 2018.

HIRATA, Helena. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 29, p. 14-27, 2018.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

HUNTER, Albert; BREWER, John D. Designing multimethod research. In: HESSE-BIBER, Sharlene Nagy; JOHNSON, R. Burke (ed.). **The Oxford Handbook of Multimethod and Mixed Methods Research Inquiry**. Oxford University Press, 2015.

KOTRIK, JWKJW; HIGGINS, CCHCC. Organizational research: Determining appropriate sample size in survey research appropriate sample size in survey research. **Information technology, learning, and performance journal**, v. 19, n. 1, p. 43, 2001.

KOZINETS, Robert V. The field behind the screen: Using netnography for marketing research in online communities. **Journal of marketing research**, v. 39, n. 1, p. 61-72, 2002.

LOPES, Maria Beatriz do Valle Coelho. A influência da espiritualidade no empoderamento das mulheres brasileiras imigrantes em Portugal. **TOTUM-Periódico de Cadernos de Resumos e Anais da Faculdade Unida de Vitória**, v. 4, n. 2, 2019.

LOPES, Maria Beatriz do Valle Coelho; LANES, Marcia Batista. A função social da religião no acolhimento de mulheres imigrantes brasileiras em Portugal. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 48684-48692, 2020.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. A teoria barberiana da comunicação. **MATRIZes**, v. 12, n. 1, p. 39-63, 2018.

MARGOLIS, Maxine L. **Goodbye, Brazil:** emigrantes brasileiros no mundo. Editora Contexto, 2013.

MARTES, Ana Cristina Braga. **Brasileiros nos Estados Unidos:** um estudo sobre imigrantes em Massachusetts. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: 3 introduções. **Matrizes**, v. 12, n. 1, p. 9-31, 2018.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARTINS, Angelo; DIAS, Gustavo. Imigração brasileira contemporânea: discursos e práticas de imigrantes brasileiros em Londres. **Análise Social**, p. 810-832, 2013.

MASANET, Erika; SANTOS, Maria Estela Escanhoela Amaral. Imagens e estereótipos da imigração Brasileira na Espanha durante as primeiras décadas do século XXI. **Pontes entre a Europa e América Latina (XIX-XXI)**, v. 1, n. 1, 2018.

MCDONALD, James. Occupational segregation research: Queering the conversation. **Gender, Work & Organization**, v. 23, n. 1, p. 19-35, 2016.

MEIRA, Ana Marta. Benjamin, os brinquedos e a infância contemporânea. **Psicologia & sociedade**, v. 15, p. 74-87, 2003.

PARK, Robert Ezra. **Human communities:** the city and human ecology. Free Press; London, Collier-Macmillan, 1952.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e cultura**, v. 11, n. 2, 2008.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaios de história oral**. Letra e voz, 2010.

PORTESES, Alejandro; ZHOU, Min. Gaining the upper hand: Economic mobility among immigrant and domestic minorities. **Ethnic and racial studies**, v. 15, n. 4, p. 491-522, 1992.

PORTUGUEIS, Diane. Lá e cá" histórias e projetos de vida de sorveteiros ítalo-brasileiros na Alemanha: ensaio e apontamentos de pesquisa. **Cadernos Obmigra**, v. 2, n. 1, p. 38-59, 2016.

PORTUGUEIS, Diane. Projetos e imobilidade (s): sorveteiros ítalo-brasileiros diante da Covid-19. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 29, n. 61, p. 257-263, 2021.

QUEIROZ, Camila Craveiro; CABECINHAS, Rosa; CERQUEIRA, Carla. Migração feminina brasileira e a experiência do envelhecimento em Portugal: sexismo e outros "ismos". **Equatorial–Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, v. 7, n. 12, p. 1-23, 2020.

RODRIGUES, Taynná Valentim. **Arquiteturas do poder:** cultura escolar e identidade no Grupo Escolar José Tavares (Queimadas-PB, 1935-1940). Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, UFPB, João Pessoa, 2019.

SANTOS, José *et al.* Imigrantes brasileiros em Portugal: integração e sua percepção em relação aos portugueses. **Atas do 1º Seminário de Estudos sobre Imigração Brasileira na Europa**, p. 170-177, 2010.

SASAKI, Elisa Massae. Dekasseguis: migrantes brasileiros no Japão. **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP**, 11.,

[S. l.], 1998. **Anais**. [S. l.; s. n.], 1998. p. 577-603.

SIMMEL, Georg. **Georg Simmel on individuality and social forms**. University of Chicago Press, 2011.

SOUSA, Carlos MP; BRADLEY, Frank. Cultural distance and psychic distance: two peas in a pod?. **Journal of international marketing**, v. 14, n. 1, p. 49-70, 2006.

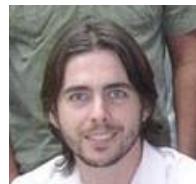
STATISTISCHES BUNDESAMT. **Die Datenbank des Statistischen Bundesamtes**. Erwerb der deutschen Staatsbürgerschaft: Deutschland, Jahre, Staatsbürgerschaft, Erwerbsarten, Geschlecht, 2020. Retrieved from: https://www.destatis.de/DE/Home/_inhalt.html.

TASHIMA, Jesselyn Nayara; TORRES, Cláudio Vaz. A emigração brasileira para o Japão: passado, presente e futuro. **Cadernos Obmigra-revista migrações internacionais**, 2 (1), p. 58-91, 2016.

TEDESCO, João Carlos. Casamentos mistos: novas sociabilidades e quadros coletivos. Aspectos da imigração de brasileiras na Itália. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 01, p. 115-133, 2014.

TORRES, Cláuber Wellington Pinheiro. **Brasileiros na Alemanha**: processos de adaptação, estresse e resiliência. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará, 2017.

TORTATO, Giovanna. Perfil dos brasileiros que deixam o país mudou, mas razões para a saída seguem as mesmas. **Gazeta do Povo**, 20 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/migracao-brasil-ricos-perfil/>. Acesso em: 20 maio 2025.



EDUARDO PICANÇO CRUZ

Professor titular da UFF, Doutor em Engenharia Química - Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007), Mestre em Engenharia de Produção - Universidade Federal Fluminense (2002), Especialista em Contabilidade e Auditoria - Universidade Federal Fluminense (2001), Pós-graduado em Administração financeira pela Fundação Getúlio Vargas (2000) e Graduado em Administração - Universidade Federal Fluminense (1998).



ANNA PAULA SOARES LEMOS

Doutora e Mestre em Literatura Comparada na Faculdade de Letras - UFRJ. Atualmente é Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes, PPGHCA/UNIGRANRIO. Ministra principalmente a disciplina Pensamento Social Brasileiro no Campo Interdisciplinar. É JCNE - Faperj (Edital E_19/2022 - PROGRAMA JOVEM CIENTISTA DO NOSSO ESTADO - 2023) com a pesquisa "SALA DE ENSAIO: A PRODUÇÃO TEATRAL BRASILEIRA EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL". Graduada em Comunicação Social, foi Produtora de Reportagem na Central Globo de Jornalismo - TV Globo, no Canal Futura, GloboNews e Sistema Globo de Rádio. Defendeu no Mestrado a dissertação "Ariano Suassuna, o palhaço-professor" publicada pela Editora Multifoco.



VICTORIA BARBOZA DE CASTRO CUNHA

Bolsista TT3 Fapesp/FGV EAESP. Tradutora independente desde 2020 e revisora textual certificada pelo IFSC desde 2021. Possui experiência em Tradução e Revisão de Textos acadêmico-científicos, principalmente nas grandes áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, e Linguística, Letras e Artes. Mestra em Administração (UTFPR 2023), Especialista em Tradução de Inglês (UNESA 2022) e Bacharela em Administração (UNESA 2019). Membro da Associação Brasileira de Estudos Irlandeses (ABEI) desde 2021, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) desde 2022 e da European Academy of Management (EURAM) desde 2023.



ROBERTO PESSOA DE QUEIROZ FALCÃO

Posição atual e histórico: Professor de Mestrado em Administração (PPGA-Unigranrio). Doutor em Administração - IAG PUC (2018), Mestre - MSc em Gestão Empresarial pela FGV - EBAPE Rio (2014). Pesquisador de estratégia e empreendedorismo imigrante (UNIGRANRIO e UFF) e colaborador do Laboratório de Inovação Tecnológica, Organizacional e em Serviços - LabInTOS/COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Responsável pelo grupo de pesquisa CNPQ - Empreendedorismo da Diáspora Brasileira. Membro da Equipe do GEM -Global Entrepreneurship Monitor Brasil. Colaborador de

grupos de pesquisa da Southern Denmark University (SDU) e da University of Western Australia (UWA). Pós Graduado em Marketing pela ESPM (1998), Graduado em Engenharia Agronômica pela Universidade Federal de Viçosa - MG (1992).

NOTAS

¹A cultura de bairro está relacionada à Matriz Cultural, enquanto os grafites e movimentos derivados dessa cultura estabelecem uma relação específica entre a Matriz Cultural desses grupos e as Lógicas de Produção disponíveis.

²“[...] Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido” (MEIRA, 2003).

³Vale ainda perceber o diálogo entre os tempos que as humanidades permitem. Aportes teóricos da década de 30, 60, 80 e 90 ainda dialogam filosoficamente com textos contemporâneos por serem clássicos da reflexão e se permitirem a cada releitura serem contextualizados a propósito dos dados e das observações contemporâneas. Por isso são clássicos.

⁴O arcabouço teórico utilizado para análise foi o diagrama de meios e mediações de Martín-Barbero (1997). Veremos mais adiante a aplicação do protocolo de análise com o diagrama de Barbero (ver Seção 5).

⁵Todas as mulheres serão discriminadas por códigos que evidenciam a sequência numérica da condução das entrevistas, com o intuito de preservar suas identidades.

⁶A partir de agora chamaremos os meios dos eixos diacrônico e sincrônico do diagrama da seguinte maneira: Matriz Cultural (MC) e Formatos Industriais (FI) no eixo diacrônico. Lógicas de Produção (LP) e Competências de Recepção e Consumo (CR) no eixo sincrônico

AGRADECIMENTOS

Pesquisa realizada com apoio institucional da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ.



SINGULAR®

CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

ISSN: 2596-2612

**Pluralidade,
Sensibilidade
e Transformação
nas Ciências
Humanas**

v1 n.8 agosto/dezembro de 2025

 **ULBRA**
PALMAS